



GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA
INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE – ICMBio
COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO SOCIOAMBIENTAL

Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Médio Juruá

Carauari - AM, Dezembro de 2011

Expediente

Presidência da República

Dilma Vana Rousseff

Ministério do Meio Ambiente

Izabella Mônica Vieira Teixeira

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Rômulo José Barreto Fernandes Mello

Diretoria de Ações Socioambientais e Consolidação Territorial - DIUSP

Paulo Fernando Maier Souza

Coordenação Geral de Gestão Socio Ambiental

Érika Fernandes Pinto

Coordenação Regional 2/ Manaus/AM – CR2

Caio Márcio Paim Pamplona

Chefe da Resex do Médio Juruá

Rosi Batista da Silva

Responsável Institucional de Elaboração do Plano de Manejo
Rosi Batista da Silva

GT do Plano de Manejo

Rosi Batista da Silva – ICMBio
Paula Soares Pinheiro – ICMBio
Élson Pacheco da Silva – Asproc
Manoel da Cruz Cosme de Siqueira – CNS
José Maic Ferreira de Menezes – Comunidade de São Raimundo
Raimundo de Lima da Costa (Ferro) – Comunidade de Nova Esperança

Consultora PNUD
Valéria Fernanda Saracura

Equipe técnica

Jerfesson Lobato dos Santos - IBAMA/AM
Leonardo Pacheco – ICMBio
Rafael Rossato Suertegaray - ICMBio
Renato Prado – Consultor GEO
Rogério Eliseu Egewarth – DIUSP/ICMBio
Ronilson Vasconcelos Barbosa – ICMBio
Sílvio Souza Júnior - DIUSP/ICMBio

Apoio

Projeto PNUD BRA/08/002
Gestão de Reservas Extrativistas Federais da Amazônia Brasileira

Petrobras
Fornecimento de passagens aéreas Manaus – Carauari - Manaus

Instituições Colaboradoras:

Associação dos Produtores Rurais de Carauari
Asproc

Conselho Nacional das Populações Extrativistas
CNS

Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
Idam

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO.....	11
2	INTRODUÇÃO.....	14
3	CARACTERIZAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO MÉDIO JURUÁ	20
3.1	Contextualização Estadual	20
3.1.1	Município de Carauari	23
3.1.2	Atividades Econômicas da Região	26
3.2	Aspectos Ambientais, Diversidade de Paisagens e Ecossistemas	29
3.2.1	Clima	29
3.2.2	Geologia	30
3.2.3	Geomorfologia – Unidades Morfoestruturais.....	30
3.2.4	Solos	32
3.2.5	Vegetação	33
3.2.6	Fauna	38
3.3	Aspectos Sócio-Econômicos, Culturais e Institucionais da Resex	42
3.3.1	Aspectos sócio-econômicos.....	42
3.3.2	Aspectos Culturais.....	49
3.3.3	Aspectos Institucionais	51
3.4	População beneficiária, formas de organização e representação social.....	57
3.4.1	População Tradicional Beneficiária.....	57
3.4.2	Perfil Geral da População Beneficiária	59
3.4.3	Formas de Organização e Representação Social	66
3.5	Histórico e Formas de Uso e Ocupação do Território	69
3.6	Práticas Produtivas, Uso e Manejo dos Recursos Naturais	72
3.6.1	Agricultura.....	72
3.6.2	Criações	74
3.6.3	Caça	74
3.6.4	Pesca.....	75
3.6.5	Produtos madeireiros	80
3.7	Estado de Conservação, Principais Ameaças, Conflitos e Impactos Ambientais e Sociais.....	94
3.8	Situação Fundiária	96
3.8.1	Situação Atual	96
3.8.2	Ampliação da Resex	98
3.9	Lacunas de Conhecimento e Indicação de Estudos Complementares	100
4	ESTRUTURA DE GESTÃO.....	102
4.1	Conselho Deliberativo	102
4.2	Comunitários e representantes	104
4.3	Instituto Chico Mendes e outras instituições públicas.....	105
4.4	Outras organizações, empresas e parceiros.....	106
4.5	Infraestrutura e Equipamentos	106
5	PLANO DE UTILIZAÇÃO	108
5.1	Regras Gerais	108
5.2	Regras de Uso dos Recursos Naturais	109
5.2.1	Caça	109
5.2.2	Pesca.....	110
5.2.3	Extrativismo Não-Madeireiro.....	110
5.2.4	Extrativismo Madeireiro.....	112
5.2.5	Criação de Animais e Agricultura	112
5.3	Regras de Convivência	113

5.3.1	Criação de Animais	113
5.3.2	Comércio	114
5.3.3	Entrada de Moradores.....	114
5.3.4	Saída de Moradores	114
5.4	Disposições Gerais.....	115
5.4.1	Alterações do Plano de Utilização.....	115
5.4.2	Aplicação das Penalidades.....	116
6	CONTEXTUALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO.....	117
7	ANÁLISE DE CENÁRIO.....	120
7.1	Cenário Ótimo.....	123
7.2	Cenário Mediano.....	124
7.3	Cenário Ruim.....	125
8	ZONEAMENTO DA RESEX DO MÉDIO JURUÁ.....	127
8.1	Zona de Extrativismo (ZE)	129
8.2	Zona de Pesca (ZP)	130
8.3	Zona de Uso Comunitário (ZUC)	130
8.4	Zona de Preservação (ZPP).....	131
8.5	Zona de Amortecimento da Resex.....	132
8.5.1	Critérios de Inclusão de Áreas na Zona de Amortecimento.....	132
8.5.2	Critérios de Ajuste dos Limites	133
8.5.3	Objetivos da Zona de Amortecimento.....	134
8.5.4	Descrição Aproximada dos Limites	134
8.5.5	Recomendações e Regras Sugeridas para a Zona de Amortecimento.....	134
9	PROGRAMAS DE MANEJO.....	138
9.1	Programa de Qualidade de Vida e Cidadania	138
9.1.1	Subprograma de Saúde	138
9.1.2	Subprograma de Educação	140
9.1.3	Subprograma de Saneamento Básico	142
9.1.4	Subprograma de Comunicação.....	143
9.1.5	Subprograma de Habitação.....	144
9.1.6	Subprograma de Energia	145
9.1.7	Subprograma de Transporte.....	145
9.1.8	Subprograma de Esporte, Cultura e Lazer.....	146
9.2	Programa de Sustentabilidade.....	147
9.2.1	Subprograma de Pesca.....	148
9.2.2	Subprograma de Recursos Não-Madeireiros.....	149
9.2.3	Subprograma de Recursos Madeireiros.....	151
9.2.4	Subprograma de Manejo de Quelônios	152
9.2.5	Subprograma de Animais Silvestres.....	153
9.2.6	Subprograma de Agricultura Familiar.....	154
9.2.7	Subprograma de Recuperação de Áreas Degradadas	156
9.3	Programa de Pesquisa e Monitoramento	157
9.4	Programa de Proteção	158
9.4.1	Subprograma de Vigilância	158
9.4.2	Subprograma de Fiscalização	160
9.5	Programa de Administração.....	160
9.5.1	Subprograma de administração	162
9.5.2	Subprograma de regularização fundiária.....	165
10	REFERÊNCIAS	166
11	ANEXOS.....	171

Lista de Tabelas

Tabela 01 Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano –IDH do Município de Carauari-AM, nos anos de 1991 e 2000, com detalhamentos dos itens educação, longevidade, renda e municipal	25
Tabela 02 Receitas e despesas totais para o município de Carauari – AM entre 2000 e 2006 (município onde está inserida a Resex do Médio Juruá).	26
Tabela 03 Informações sobre as comunidades da Resex do Médio Juruá, sua composição familiar, habitantes, ano da formação do núcleo, produtos e atividades produtivas principais e complementares.....	60
Tabela 04 Locais de pesca das comunidades com interesse comercial citados pelas comunidades da Resex do Médio Juruá e as respectivas espécies encontradas..	78
Tabela 05 Consumo e venda de produtos provenientes do extrativismo vegetal nas comunidades da Resex do Médio Juruá estudadas por Cumaru, 2006.....	84
Tabela 06 Distribuição em área e percentual das zonas de manejo considerando a área das da Resex do Médio Juruá.	130

Lista de Figuras

Figura 01	Apresenta o Corredor Central da Amazônia (limitado pela envoltória em vermelho), cujas áreas em cinza correspondem as Unidades de Conservação Federais, em verde escuro as Unidades de Conservação Estaduais e em verde claro as terras indígenas. A seta indica a localização da Resex do Médio Juruá, nesse corredor.	22
Figura 02	Localização destacada em verde escuro do município de Carauari no Estado do Amazonas, no qual se encontra a Resex do Médio Juruá.....	23
Figura 03	Apresenta os cinco municípios que fazem divisa com o município de Carauari – AM: Jutai, Juruá, Tefé, Tapauá e Itamarati	25
Figura 04	Casa de madeira do Incra na Comunidade do Roque, Resex do Médio Juruá.	43
Figura 05	Modelo de casa feita de paxiúba da Resex do Médio Juruá, muito comuns no passado, antes das casas do Incra.....	43
Figura 06	Exemplo do uso de espaços como quintais para hortas, na comunidade do Roque, Resex do Médio Juruá.....	44
Figura 07	Rebanho criado de forma extensiva, solto nas circunvizinhas da Comunidade do Roque, Resex do Médio Juruá.	44
Figura 08	Exemplo de jiraus que são instalados no Lago do Roque (comunidade do Roque), durante o período de estiagem da Resex do Médio Juruá para limpeza de utensílios domésticos e roupas.	45
Figura 09	Visão interna de uma cantina comunitária, que comercializa produtos de consumo essenciais (Comunidade do Roque, Resex do Médio Juruá).	47
Figura 10	Vista de uma das salas de aula da escola na Comunidade de Nova Esperança, Resex do Médio Juruá.....	48
Figura 11	Material didático disponível para o ensino fundamental, comunidade Nova Esperança, Resex do Médio Juruá..	48
Figura 12	Exemplo de estrutura utilizada pelos comunitários para comunicação, mediante telefones públicos (Comunidade Nova Esperança, Resex do Médio Juruá).....	49
Figura 13	Escritório do Ibama em Carauari – AM, onde ocorrem as atividades administrativas da Resex do Médio Juruá	53
Figura 14	Distribuição proporcional das Unidades Familiares entre as comunidades da Resex do Médio Juruá	62
Figura 15	Distribuição da faixa etária da população da Resex do Médio Juruá, destacando que a maioria da população constitui a idade adulta	63
Figura 16	Escolaridade da população da Resex do Médio Juruá, cuja grande maioria da população não possui escolaridade ou não declarou de 2009.	63
Figura 17	Nível de escolaridade declarado pelos chefes de família da Resex do Médio Juruá,	64

Figura 18	Documentos de identificação apresentados pelos chefes de família da Resex do Médio Juruá	65
Figura 19	Proporção de tempo de moradia na área do domicílio da Resex do Médio Juruá	65
Figura 20	Quantidade em total absoluto de comunitários da Resex Médio Juruá que participam de alguma organização social e sua condição de benefício pelos programas do Governo.....	69
Figura 21	Sistema de cercado para criação de porcos realizado na Comunidade Imperatriz, típicos da Resex do Médio Juruá	74
Figura 22	Exemplo de mapa falado produzido no Diagnóstico Rural Participativo - DRP realizado na Resex do Médio Juruá	76
Figura 23	Destaque em cores das áreas potenciais de manejo de madeira (terra firme e várzea) em nove comunidades da Resex do Médio Juruá.....	81
Figura 24	Localização da Unidade de Manejo madeireiro mapeada na Resex do Médio Juruá, com detalhe da área mostrando a numeração dos indivíduos identificados no inventário florestal da Unidade de Manejo – 50 ha, ProManejo, 2005.....	82
Figura 25	Infraestrutura instalada para a produção de biodiesel – Comunidade Nova Esperança da Resex do Médio Juruá.	87
Figura 26	Mapas dos locais utilizados para exploração, na sequência da esquerda para a direita de (A) Andiroba, (B) muru-muru, (C) ucuúba e (D) cacau da Resex do Médio Juruá	91
Figura 27	Mapa com os imóveis identificados na Resex do Médio Juruá.....	97
Figura 28	Mapa da Resex do Médio Juruá demonstrando as três áreas situadas na margem esquerda do rio Juruá que estão fora da poligonal decretada e são objeto do processo de ampliação.....	99
Figura 29	Proposta de redelimitação da Reserva Extrativista do Médio Juruá, englobando as três áreas apresentadas na figura anterior.....	99

SIGLAS

ANA – Agência Nacional de Águas
Aneel – Agência Nacional de Energia Elétrica
Amaru – Associação de Moradores Agroextrativistas da RDS Uacari
Asproc – Associação dos Produtores Rurais de Carauari
CCA – Corredor Central da Amazônia
CCC – Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis
CDS – Centro de Desenvolvimento Sustentável - UnB
Ceam – Companhia Energética do Amazonas
Celpa – Centrais Elétricas do Pará S.A.
Cepel – Centro de Pesquisas de Energia Elétrica
CDH – Conselho de Desenvolvimento Humano
CNPE – Conselho Nacional de Política Energética
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS – Conselho Nacional das Populações Extrativistas (Antigo Conselho Nacional dos Seringueiros)
Codaemj – Cooperativa de Desenvolvimento Agroextrativista e de Energia do Médio Juruá
Colpesca - Colônia dos Pescadores Z 25 de Carauari
Conab – Companhia Nacional de Abastecimento
Conama – Conselho Nacional do Meio Ambiente
Coppe – Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia
Corpam – Comissão Coordenadora Regional de Pesquisas na Amazônia (do PTU)
DNAEE – Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica
EIA/Rima – Estudo de Impacto Ambiental / Relatório de Impacto Ambiental
Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAS – Fundação Amazônia Sustentável
FBDS – Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável
Funasa – Fundação Nacional de Saúde
FVS – Fundação de Vigilância em Saúde
Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade
Idam – Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas
Inbra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inpa – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
Ipaam – Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas
IUCN – International Union for Conservation of Nature and Natural Resources
MEB – Movimento de Educação de Base
MCT – Ministério de Ciência e Tecnologia
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MME – Ministério de Minas e Energia
ONG – organização não-governamental
PCE – Projeto Corredores Ecológicos
Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A.
PGAI – Projeto de Gestão Ambiental Integrada
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PMC – Prefeitura Municipal de Carauari

PPG7 – Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras
Procel – Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica
Prodeem – Programa de Desenvolvimento Energético de Estados e Municípios
Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PTU – Programa Trópico Úmido
RAN - Centro de Conservação e Manejo de Répteis e Anfíbios
RBAC – Reserva da Biosfera da Amazônia Central
REMJ – Reserva Extrativista do Médio Juruá
Resex – Reserva Extrativista
SDS - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.
Searp - Secretaria de Articulação de Políticas Públicas aos Movimentos Sociais e Populares
Seduc – Secretaria Estadual de Educação do Amazonas
Semdesma – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente
Sisnama – Sistema Nacional do Meio Ambiente
Snuc – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
STR – Sindicato de Trabalhadores Rurais de Carauari
Ufam – Universidade Federal do Amazonas
UnB – Universidade de Brasília
ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico

1 APRESENTAÇÃO

A Reserva Extrativista do Médio Juruá foi decretada em 04 de março de 1997. Está localizada às margens do Rio Juruá no município de Carauari, Amazonas, e está circundada por outras áreas protegidas como a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uacari e a Terra Indígena do Rio Biá. A unidade de conservação ocupa uma área de 253.226,5 hectares e tem um perímetro de 348.029,65 metros. A unidade dista 1.676,0 km da capital do estado (Manaus) por via fluvial.

Em conformidade com o decreto nº 98897, de 30 de janeiro de 1990, os instrumentos de gestão das reservas extrativistas se limitavam ao contrato de concessão de direito real de uso e o plano de uso. Com a institucionalização da lei nº 9985 de 18 de julho de 2000- Sistema Nacional de Unidades de Conservação – foram estabelecidos outros instrumentos de gestão para unidades de conservação dessa categoria como plano de manejo e conselho deliberativo. Visando o estabelecimentos dos instrumentos de gestão legalmente definidos, o conselho deliberativo da RESEX do Médio Juruá foi formalizado em portaria do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade em 2007 e no mesmo ano o plano de manejo começou a ser elaborado.

A construção do Plano de Manejo da Reserva Extrativista do Médio Juruá foi realizada mediante a condução de um processo de planejamento participativo, envolvendo os comunitários da Resex, membros do Conselho Deliberativo, o grupo de trabalho formado para a elaboração do planejamento, lideranças locais, representantes de instituições parceiras, bem como a equipe de gestão da Resex.

A elaboração do instrumento foi coordenada pelo Instituto Chico Mendes e realizada de forma a garantir a participação dos atores locais, especialmente as comunidades da Resex do Médio Juruá, suas organizações e outras instituições públicas. Foram utilizadas também estudos produzidos previamente por pesquisadores e instituições de atuação local.

Os subsídios para o planejamento são decorrentes do diagnóstico sobre a Unidade, das oficinas de planejamento e de reuniões técnicas realizadas com o grupo de trabalho formado para acompanhar e coordenação o planejamento, como também por analistas ambientais do Instituto Chico Mendes.

Este Plano de Manejo está estruturado em capítulos, sendo que a primeira parte apresenta a caracterização dos aspectos socioambientais e econômicos da Unidade. A segunda parte trata da Estrutura de Gestão da Unidade e os papéis e competências do Conselho, comunidades organizações locais, instituições com ação na área e também a infraestrutura necessária.

Na sequência é apresentado o Plano de Utilização com as regras de usos dos recursos e de convivência da Resex. Os capítulos finais tratam do planejamento da Unidade com as diretrizes; o zoneamento, com as regras específicas para cada região; os Cenários com as perspectivas em cenários ótimo, mediano e ruim e; por fim, são apresentados os Programas de Sustentabilidade da Unidade, com cinco programas que englobam todos os subprogramas que orientam as atividades a serem desenvolvidas e implementadas na Resex.

A caracterização foi elaborada considerando as informações e dados secundários, reconhecimentos de campo, contribuições dos comunitários, lideranças locais e gestores da Resex, como também dados do cadastramento da população beneficiária da Unidade e elaboração de mapas de uso e cobertura vegetal atualizados. Para obter uma caracterização preliminar da região em que se insere a Unidade de Conservação foi feito levantamento de dados secundários mediante consulta aos documentos e bibliografia disponível sobre a Resex, em várias visitas realizadas em loco, quanto às instituições parceiras entre março de 2009 e fevereiro de 2010.

Os dados obtidos foram organizados de forma documental atendendo as orientações da IN nº 01/2007/ICMBio. A caracterização preliminar foi apresentada às comunidades da Resex em dezembro de 2009, sendo complementada e atualizada com os dados obtidos do cadastramento dos beneficiários da Reserva realizado em agosto de 2009.

As demais etapas descritas anteriormente foram construídas diretamente com as comunidades ou através de reuniões mais pontuais com o Grupo de Trabalho conforme as atividades abaixo descritas:

- Revisão do Plano de Utilização da Reserva em oficinas de planejamento ocorridas em maio de 2009 em cada comunidade e sua consolidação em agosto de 2009;
- Demandas de planejamento da Unidade, programas de manejo enfocando aspectos sociais, econômicos e ambientais das comunidades e da Reserva, como obtenção de subsídios para a análise de cenários em oficinas ocorridas durante dezembro de 2009 e em fevereiro de 2010;

- Demandas de gestão e proteção da área, como também atualização dos elementos utilizados para análise da Resex em oficinas participativas realizadas em fevereiro de 2010;
- Subsídios para a discussão do zoneamento e da zona de amortecimento, com a elaboração de mapas falados das comunidades e suas áreas de uso em oficinas realizadas em fevereiro de 2010.

Durante todo o processo de planejamento foram também realizadas discussões e diversas reuniões com os gestores da área protegida, analistas ambientais do Instituto Chico Mendes e da Diretoria de Unidades de Conservação de Uso Sustentável que auxiliaram na consolidação da caracterização preliminar e final da Unidade, como também no processo de planejamento.

O final do documento é composto pelos Anexos. São nesses anexos que estão concentrados os mapas da Unidade a fim de facilitar a consulta e permitir comparação entre eles, favorecendo assim o melhor manuseio e apreciação. Também são encontrados nos anexos uma proposta do cronograma de atividades para os próximos anos, que deverá ser detalhado anualmente pelo Conselho Deliberativo da Resex.

Por fim, considerando que o plano de manejo é um instrumento de planejamento da Unidade, e este deverá ser constantemente avaliado, e aliado a novas informações e conhecimentos, buscando no processo de implementação, subsidiarão as revisões sucessivas, buscando um ciclo de planejamento e proporcionando, assim, oportunidades de avanço constante.

2 INTRODUÇÃO

No Brasil, a criação de Unidades de Conservação tem como principal objetivo a conservação da diversidade biológica *in situ*. Um outro objetivo considerado no estabelecimento de unidades de conservação é o ordenamento dos uso dos recursos naturais. Como política pública que orienta a criação dessas áreas, o SNUC define duas macro categorias – uso sustentável e proteção integral- e as divide em outras categorias com objetivos específicos. Contudo o estabelecimento do SNUC aconteceu dentro de um histórico processo de expansão da conservacionismo no Brasil.

A partir da década de 1930 começaram a ser criados vários Parques Nacionais e, da década de 1980 em diante, novas categorias de Unidades de Conservação foram surgindo. Destaca-se a criação das estações ecológicas e áreas de proteção ambiental, pela Lei nº 6.902/81; a criação de reservas ecológicas e as áreas de relevante interesse ecológico, pelo Decreto nº 89.336/84. Outra categoria de área protegida, a Reserva Particular do Patrimônio Natural, foi criada em 1996, pelo Decreto nº 1.992, o que propiciava que os proprietários criassem reservas em áreas de suas propriedades.

Já as Reservas Extrativistas são concebidas em 1990, pelo Decreto nº 98.897 onde, no seu art. 1º define:

“Reservas extrativistas são espaços territoriais destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população extrativista”.

Segundo Alegretti (2002), o conceito de Reservas Extrativistas tomou forma a partir de uma reunião entre seringueiros, ocorrido em Ariquemes - RO em 1985 indicando a necessidade de ser reservada e protegida uma área para o extrativismo da seringa. Neste evento a idéia de Resex atendia um pleito de seringueiros de várias partes da Amazônia, que já tinham identificado a inviabilidade de sobreviver em lotes de terras destinados à colonização. Isto porque não pretendiam se transformar em colonos e os riscos dos desmatamentos significavam perda dos recursos florestais dos quais dependiam.

Ainda no ano de 1985 ocorreu, na Universidade de Brasília, o primeiro Encontro Nacional dos Seringueiros da Amazônia, que contou com representantes dos Estados de Acre, Amazonas, Rondônia, e Pará, bem como entidades nacionais e internacionais da sociedade civil. Foi iniciado um movimento cujas propostas teriam profundas repercussões no futuro da Amazônia e no uso do solo e dos recursos da região. Este evento discutiu os seguintes temas: Direitos Históricos dos Soldados da Borracha; Os Seringueiros e o

Desenvolvimento da Amazônia; Os Seringueiros e a Reforma Agrária; Política para a Borracha; Cultura, Educação e Saúde nos Seringais (Alegretti, 2002).

Após várias manifestações de lideranças comunitárias, políticas e acadêmicas nas esferas nacional e internacional, ocorridas em encontros, debates públicos e publicações técnicas e científicas entre os anos de 1985 e 1990, aconteceu finalmente a publicação do Decreto nº 98.897 em 1990, que reconhece as reservas extrativistas como espaços territoriais de interesse ecológico e social e dá outras providências.

A Reserva Extrativista do Médio Juruá emergiu do movimento dos seringueiros da região do médio Juruá, apoiados pela Igreja Católica (Paróquia de Carauari), Prelazia de Tefé, do Conselho Nacional de Seringueiros – CNS (hoje, Conselho Nacional das Populações Extrativistas) e pelo Movimento de Educação de Base (MEB) que, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carauari –STR fundaram, em 1991, a Associação de Produtores Rurais de Carauari – Asproc. Esta associação foi criada com o objetivo inicial de organizar os extrativistas e realizar a comercialização da produção de seus associados. Liderados pelo Padre João Derickx, em 1992 foi encaminhado ao Ibama uma carta com a manifestação formal dos moradores solicitando a criação da Resex (Derickx, 1992). Após cinco anos de mobilização em torno da criação da RESEX, o decreto foi finalmente assinado em em 1997

A Resex Médio Juruá localiza-se na região sudoeste do Estado do Amazonas, no município de Carauari (Anexo A), a montante deste município, margem esquerda do rio Juruá, em seu trecho médio. Possui área aproximada de 253.226,5 ha e limita-se ao Norte com o Rio Ipixuna, ao Sul com o Rio Juruá, ao Leste com o Igarapé Arrombado e a Oeste com o Igarapé Tracoá. Foi criada pelo Decreto S/N de 04 de março de 1997, assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, nº 43, de quarta-feira, dia 05 de março de 1997, sendo a primeira Reserva Extrativista criada no Estado do Amazonas.

O acesso a Resex a partir de Carauari é feito via fluvial pelo montante do rio Juruá. A viagem até a primeira comunidade dura entre duas horas e trinta minutos e oito horas, dependendo do tipo e tamanho da embarcação, da potência do motor.

Um dos objetivos da criação da Reserva Extrativista do Médio Juruá é compatibilizar a conservação da biodiversidade com o uso sustentável dos seus recursos naturais, de modo a garantir a sustentabilidade ambiental da região, mediante ações que

permitam o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e de representação social.

Para a implementação das Reservas Extrativistas o artigo 2º da Lei 9985 (Lei do SNUC), determina que todas as Unidades de Conservação devem ter um Plano de Manejo, e o define como:

“documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”.

Normas complementares elaboradas pelo Ibama (2006 a) através do “Roteiro Metodológico para elaboração do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável Federais” e pelo Instituto Chico Mendes, através da IN nº 01/2007/ICMbio, apontam para orientar a estrutura e composição deste documento de planejamento da Unidade e das normas necessárias para uma participação qualificada das populações locais no processo de construção do plano de manejo.

A metodologia utilizada foi adaptada a partir do planejamento por programas de manejo desenvolvido por Miller (1980), na qual as atividades necessárias para a implantação das unidades de conservação são agrupadas por tema específico. As metodologias participativas desenvolvidas por diversos autores também são necessárias para a construção participativa dos planos de manejo. Por outro lado, o conhecimento local das comunidades, organizações e instituições de ação local são fundamentais para que o plano de manejo seja construído com as comunidades refletindo a realidade e capaz de atingir o seu objetivo.

Por fim, a elaboração de Plano de Manejo Participativo da Resex deve considerar as seguintes diretrizes (ICMbio, 2007):

I – a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental da Unidade;

II – a transparência dos processos de gestão das Unidades e a adequação a cada realidade local;

III – o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e de representação social.

IV - o reconhecimento de que os territórios tradicionais são espaços de reprodução social, cultural e econômica das populações tradicionais;

V – a promoção dos meios necessários e adequados para a efetiva participação das populações tradicionais nos processos decisórios e seu protagonismo na gestão da Unidade;

VI - a valorização e integração de diferentes formas de saber, especialmente os saberes, práticas e conhecimentos das populações tradicionais;

VII - a busca pela melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais, o acesso aos serviços básicos e a cidadania, respeitando-se suas especificidades e características sócio-culturais.

Dentro deste mesmo princípio, mais de 10 anos antes da Lei do Snuc, a Reserva Extrativista do Médio Juruá emergiu do movimento dos seringueiros da região do médio Juruá, apoiados pela Igreja Católica (Paróquia de Carauari), Prelazia de Tefé, do Conselho Nacional de Seringueiros – CNS (hoje, Conselho Nacional das Populações Extrativistas) e pelo Movimento de Educação de Base (MEB) que, juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carauari –STR fundaram, em 1991, a Associação de Produtores Rurais de Carauari – Asproc. Esta associação foi criada com o objetivo inicial de organizar os extrativistas e realizar a comercialização da produção de seus associados.

Liderados pelo Padre João Derickx, em 1992 foi encaminhado ao Ibama uma carta com a manifestação formal dos moradores solicitando a criação da Resex. O livro de autoria do Padre João Derickx “Rio Juruá – o Rio que Chora” conta com detalhes e eloquência os acontecimentos e a luta dos comunitários por sua sobrevivência e reconhecimento. A criação da Reserva Extrativista do Médio Juruá ocorreu em 1997 e os detalhamentos da criação estão descritos no “Anexo P” deste Plano de Manejo.

A Resex Médio Juruá localiza-se na região sudoeste do Estado do Amazonas, no município de Carauari (Anexo A), a montante deste município, margem esquerda do rio Juruá, em seu trecho médio. Possui área aproximada de 253.226,5 ha e limita-se ao Norte com o Rio Ipixuna, ao Sul com o Rio Juruá, ao Leste com o Igarapé Arrombado e a Oeste com o Igarapé Tracoá. Foi criada pelo Decreto S/N de 04 de março de 1997, assinado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no Diário Oficial da União, Seção I, nº 43, de quarta-feira, dia 05 de março de 1997, sendo a primeira Reserva Extrativista criada no Estado do Amazonas.

O acesso a Resex a partir de Carauari é feito via fluvial pelo montante do rio Juruá. A viagem até a primeira comunidade dura entre duas horas e trinta minutos e oito horas, dependendo do tipo e tamanho da embarcação, da potência do motor.

Um dos objetivos da criação da Reserva Extrativista do Médio Juruá é compatibilizar a conservação da biodiversidade com o uso sustentável de parcelas dos seus recursos naturais, de modo a garantir a sustentabilidade ambiental da região, mediante ações que permitam o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e de representação social.

Para a implementação das Reservas Extrativistas a legislação Brasileira, através da Lei 9985 (Lei do Snuc), determina que todas as Unidades de Conservação devem ter um Plano de Manejo, sendo este um documento de planejamento definido como: “documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade”.

Normas complementares elaboradas pelo Ibama (2006 a) através do “Roteiro Metodológico para elaboração do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável Federais” e pelo Instituto Chico Mendes, através da IN nº 01/2007/ICMbio, apontam para orientar a estrutura e composição deste documento de planejamento da Unidade e das normas necessárias para uma participação qualificada das populações locais no processo de construção do plano de manejo.

Outros conhecimentos técnicos como a metodologia de planejamento por programas de manejo foi desenvolvida por Miller (1980), na qual as atividades necessárias para a implantação das unidades de conservação são agrupadas por tema específico. As metodologias participativas desenvolvidas por diversos atores também são necessárias para a construção participativa dos planos de manejo. Por outro lado, o conhecimento local das comunidades, organizações e instituições de ação local são fundamentais para que o plano de manejo seja construído com as comunidades refletindo a realidade e capaz de atingir o seu objetivo.

Por fim, a elaboração de Plano de Manejo Participativo da Resex deve considerar as seguintes diretrizes:

I – a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental da Unidade;

II – a transparência dos processos de gestão das Unidades e a adequação a cada realidade local;

III – o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e de representação social.

IV - o reconhecimento de que os territórios tradicionais são espaços de reprodução social, cultural e econômica das populações tradicionais;

V – a promoção dos meios necessários e adequados para a efetiva participação das populações tradicionais nos processos decisórios e seu protagonismo na gestão da Unidade;

VI - a valorização e integração de diferentes formas de saber, especialmente os saberes, práticas e conhecimentos das populações tradicionais;

VII - a busca pela melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais, o acesso aos serviços básicos e a cidadania, respeitando-se suas especificidades e características sócio-culturais.

3 CARACTERIZAÇÃO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO MÉDIO JURUÁ

3.1 Contextualização Estadual

O Estado do Amazonas é o maior Estado da Federação com 1.558.987 km² de extensão, dos quais 95% são de florestais naturais (IBGE, 2002). Grande parte deste vasto território é ocupada por florestas tropicais e água. O relevo apresenta regiões de planícies e serras, notadas pelas elevações próximas às calhas, como as serras de Maraguases e Maracaçu, em Parintins, destacando picos elevados, como o Pico da Neblina, com 3.014 metros de altitude e o Pico 31 de Março, com 2.992 m de altitude, ambos situados em região de fronteira norte do Brasil.

Os ambientes naturais do Estado sofrem influência de fatores climáticos como precipitação e temperatura, como também da diversidade de solos, de relevo e dinâmica hídrica, proporcionando alta riqueza de formas e ambientes. A rede hidrográfica do Amazonas é considerada a maior do planeta, cuja maioria dos rios é navegável durante todo o ano.

O uso e a ocupação do solo do Estado do Amazonas, caracterizado pelo extrativismo vegetal (produtos florestais madeireiros e não madeireiros), pela pecuária e pela agricultura de subsistência, vêm sofrendo modificação nas últimas décadas. A produção de grãos, com a introdução da agricultura mecanizada está avançando, especialmente na região sul do Estado. Atividades de mineração, o garimpo e a implantação de infraestrutura regional (estrada, gasoduto, portos, entre outras) também são responsáveis pela alteração dos ecossistemas naturais. As áreas de desmatamento recente ocupam cerca de 2% da área estadual (SDS, 2009).

Além da dificuldade de acesso, o processo de ocupação no Amazonas é diferenciado devido a grande dimensão territorial, elevado custo de transporte, além de grande número e extensas áreas sob regime especial de proteção, quer seja como terras indígenas, quer seja como unidades de conservação.

É possível destacar três diferentes processos de expansão da fronteira agropecuária localizados ao sul do Estado (região sob influência da BR-319). O primeiro abrange a região de Apuí, Manicoré e Novo Aripuanã, com grandes projetos de assentamentos do

Incra (Acari, Juma e Matupi), que apresenta alteração do perfil de produção, em função do abandono da produção familiar e desenvolvimento da pecuária nos assentamentos. Nas regiões fronteiriças com Acre e Rondônia, tem-se o segundo grande processo de expansão, localizado nos municípios de Canutama, Lábrea e Boca do Acre, com processos de ocupação ao longo das BR 364 e BR 317, expansão da atividade de pecuária e extração indiscriminada de madeira. E, por fim, o terceiro processo de ocupação está situado nas áreas de campos naturais nos municípios de Manicoré, Humaitá, Canutama e Lábrea, com a implantação de culturas de grãos, sob regime intensivo de manejo, com alta tecnologia e investimentos empresariais. Para ordenação territorial do estado do Amazonas, duas macropolíticas estão em estruturação pelo estado: o zoneamento ecológico-econômico e o estabelecimento do corredor central da Amazônia.

O Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE – é um instrumento de gestão territorial, devendo auxiliar a proteção dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável. Para o Estado do Amazonas, em 2004, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SDS desenvolveu ações de apoio à implementação de instrumentos de ordenamento territorial, facilitando o processo de implementação do Zoneamento Ecológico-Econômico – ZEE nos municípios da área prioritária do Programa de Desenvolvimento Sustentável - Projeto de Gestão Ambiental Integrada - PGAI (Apuí, Humaitá, Itacoatiara, Manicoré).

No Amazonas, o PGAI foi desenvolvido, de 1995 até 2002, pelo Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas - Ipaam e, a partir de 2003, com a reformulação da estrutura governamental do Estado, passou a ser coordenado pela SDS.

A Lei do Macrozoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Amazonas foi assinada em 05/06/09 e encaminhada para a Assembleia Legislativa para sanção. Este macrozoneamento é um dos componentes do Subprograma de Política de Recursos Naturais - SPRN, integrante do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais - PPG-7. Deverá instituir as diretrizes e os critérios para uso e ocupação do solo e, ainda, para a utilização racional dos recursos naturais. A Resex está inserida, no contexto do ZEE na Zona de áreas protegidas criadas, conforme apresentado no mapa do Zoneamento Ecológico Econômico (Anexo B).

O corredor central da Amazônia – CCA foi estabelecido em uma área de 52.305.674 hectares. Abrangendo áreas das bacias hidrográficas dos rios Negro e Solimões e diversos outros rios como o Juruá, Japurá, Jutai e Tefé, o CCA está formado por

aproximadamente 30% de terras indígenas, 30% de unidades de conservação federais e estaduais e 40% de áreas não protegidas (Figura 01). O CCA abarca territórios dos municípios de Carauari, Presidente Figueiredo, Novo Airão, São Sebastião do Uatumã, Maraã, Manaus, Fonte Boa, Rio Preto da Eva, Tonantins, Itapiranga, Uarini, Santo Antônio do Içá, Juruá, Caapiranga, Alvarães, Amaturá, Tefé e Tabatinga.

É importante destacar que as Unidades de Conservação que estão inseridas no CCA também fazem parte da Reserva da Biosfera da Amazônia Central - RBAC que abrange 12 áreas protegidas, sendo que a Resex do Médio Juruá está inserida na zona de amortecimento da RBAC (MAB/Unesco, 2009). Com objetivos de conservação de porções estratégicas de cobertura florestal e de manutenção da biodiversidade, a Reserva da Biosfera da Amazônica Central foi aprovada em setembro de 2001.

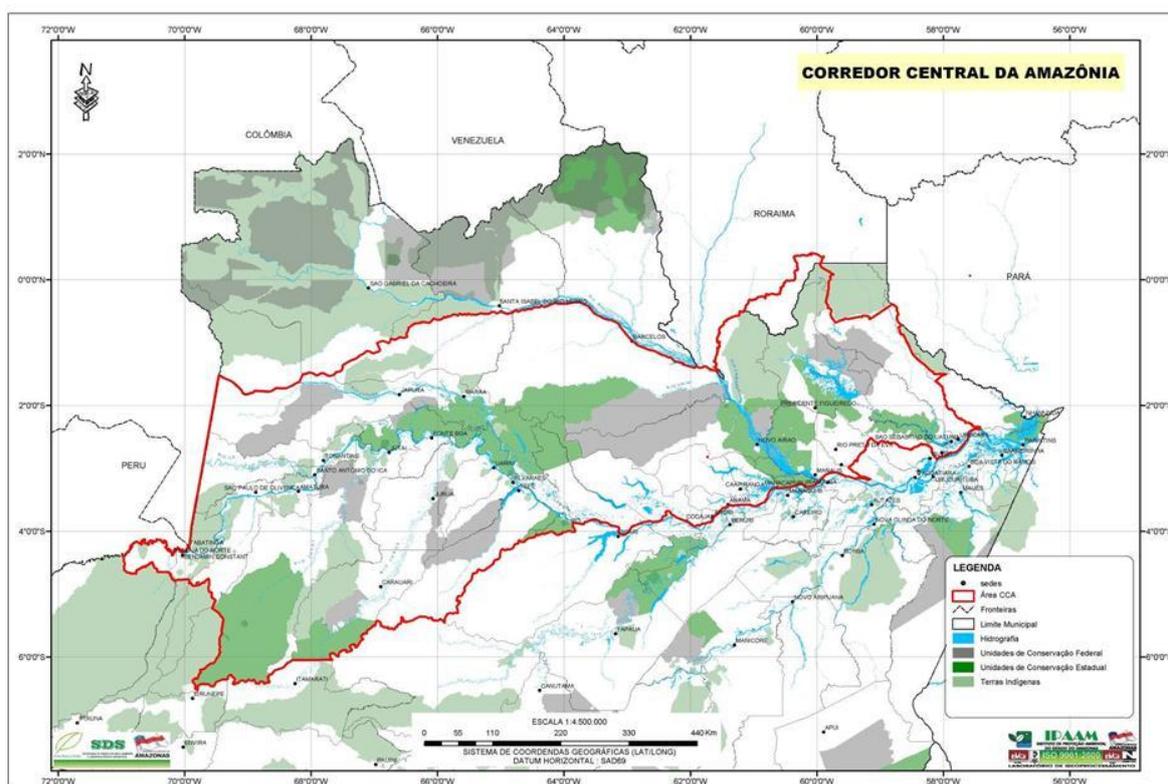


Figura 01 Apresenta o Corredor Central da Amazônia (limitado pela envoltória em vermelho), cujas áreas em cinza correspondem as Unidades de Conservação Federais, em verde escuro as Unidades de Conservação Estaduais e em verde claro as terras indígenas. A seta indica a localização da Resex do Médio Juruá, nesse corredor. Fonte: SDS, 2009.

3.1.1 Município de Carauari

O município de Carauari localiza-se na região sudoeste do Estado do Amazonas e pertence à micro-região administrativa estadual nº 02, e à micro-região nº 04 do Vale do Rio Juruá e faz fronteira com os municípios de Juruá (ao norte), Jutai (ao oeste), Itamarati (ao sul), Tefé e Tapauá (ao leste), conforme ilustrado na Figura 03. Dista da capital Manaus 780 km em linha reta e 1676 km por via fluvial (Figura 02).



Figura 02 Localização destacada em verde escuro do município de Carauari no Estado do Amazonas, no qual se encontra a Resex do Médio Juruá.

Fonte: Amazonas, 2009.

O município possui uma altitude de 60 metros acima do nível do mar, situando-se a 4° 54' latitude sul e a 66° 55' longitude oeste. Possui uma área aproximada de 25.767 Km², o que corresponde a 1,64% da área do Estado do Amazonas (IBGE, 2009).

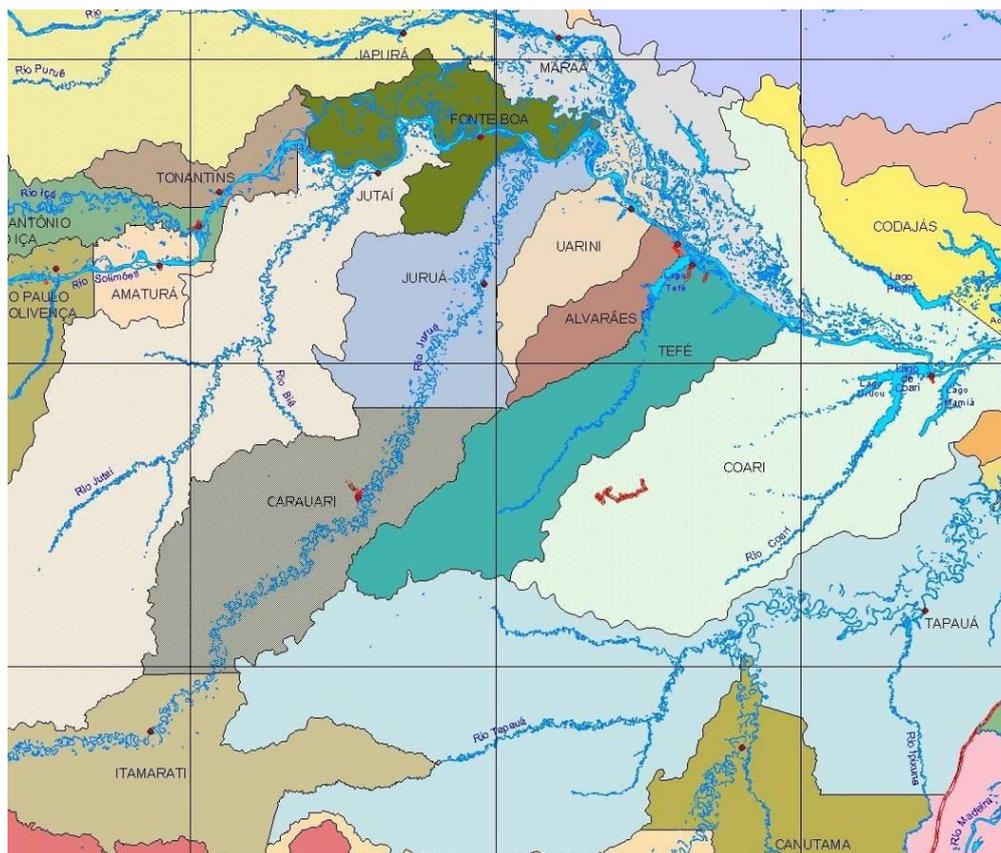


Figura 03 Apresenta os cinco municípios que fazem divisa com o município de Carauari – AM: Jutai, Juruá, Tefé, Tapauá e Itamarati.

Fonte: modificado de SDS, 2009.

Com uma rede hidrográfica de grande porte, o município apresenta rios, lagos e igarapés, entre os quais se destacam os rios Juruá e Ueré, os igarapés da Areia, do Sossego, da Roça, da Ponte e do Taquara, e os lagos do Sacado, Preto, do Riozinho, do Taquarina e o lago da Aplub. O município todo é banhado pelo rio Juruá, que se constitui no mais importante meio de comunicação e transporte da região, além de ser fonte de alimentação para a população local e regional. O rio Juruá, na área do município, possui os seguintes afluentes principais: Ueré, Bauana, Xué e Marari à margem direita e; Bauana Branco e Anaxiqui à margem esquerda.

A história de criação do município inicia-se em 1758, durante o governo de Francisco de Melo Povoas, quando foi criada a originária Aldeia de Carauari, como parte integrante das 45 aldeias da Capitania de São José do Rio Negro. A aldeia era originalmente um seringal de propriedade do Sr. Leonel Pedrosa, e mais tarde tornou-se ponto de apoio para os serviços seringalistas, visto que naquela época a economia amazonense era fortemente marcada pela produção da borracha (IBGE, 2009).

A sequência de instalação do município apresenta vários atos até chegar a constituir-se sob a forma do atual Município de Carauari. Em 26/11/1910, pela Lei nº 641, foi criado um Termo Judiciário com a denominação de Xibauá. Dois anos depois, em 1912, pela Lei Estadual nº 1.006, Xibauá é elevado à categoria de Vila e a sede do município é transferida para Carauari. Em 25.04.1913, pela Lei Estadual nº 713, o município passa a denominar-se Carauari. Após alguns instrumentos que resultaram em situações jurídicas e políticas variando entre Vila, Comarca e Município, em 25/04/1953, ocorreu a reinstalação da Comarca de Carauari.

O significado da palavra Carauari na língua geral indígena ‘Nheengatu ou Tupi’ consiste na primeira parte da palavra: ‘cará’, que é uma variedade de tubérculo comestível; e ‘uari’, que indica o verbo cair. Alguns estudos indicam este significado como sendo ‘cará que cai’. ‘Carauari’, nesse sentido, indicaria um tipo de trepadeira cujos frutos (com aparência de tubérculos) dos ramos, ao se desenvolverem, amadurecerem e caem. Outros estudos entendem a divisão da palavra como sendo ‘Cara’ igual a batata, comida, alimento; e ‘uari’ sendo abençoada, do céu. Daí a interpretação da palavra também como ‘manjar divino’ ou ‘comida abençoada’.

A população total do município em 2000 era de 23.421 habitantes, de acordo com o Censo Demográfico do IBGE. Atualmente estima-se que seja próximo a 25.000 habitantes, sendo que 72% desta população vive na sede municipal e apenas 28% em áreas rurais (IBGE, 2009).

Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2000) o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do município é de 0,58. A Tabela 1 apresenta os IDH calculados nos anos de 1991 e 2000, demonstrando um aumento de todos os índices.

Tabela 1 Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano –IDH do Município de Carauari-AM, nos anos de 1991 e 2000, com detalhamentos dos itens educação, longevidade, renda e municipal.

IDH	1991	2000
IDH – Educação	0,401	0,615
IDH – Longevidade	0,583	0,604
IDH – Renda	0,504	0,507
IDH – Municipal	0,496	0,575

Fonte: IBGE (2000).

Em 2003 existiam 34 escolas públicas municipais na zona rural, com oferta de ensino público às comunidades rurais nas séries 1ª a 4ª e de 5ª a 8ª (Dias, 2003).

O município conta com oito estabelecimentos de saúde da rede pública de atendimento, com 40 leitos para internação, não possuindo estabelecimentos particulares. São dois estabelecimentos federais, um estadual e cinco municipais e apenas um com capacidade de internação (IBGE, 2006).

Em 2007, o setor de educação do município de Carauari apresentava 10 estabelecimentos de ensino que congregavam 40 docentes e 912 alunos no ensino médio e 263 professores e 6.907 alunos no ensino fundamental.

Segundo o IBGE, em 2004 o município tinha 13.579 eleitores, com 23 partidos. Para a eleição de 2010, o número de eleitores inscritos foi de 16.320 (TRE-AM, 2010).

O município de Carauri apresenta um Produto Interno Bruto – PIB per capita de R\$ 3.317,00 e quatro instituições financeiras. O valor do Fundo de Participação dos Municípios – FPM em 2007 foi de R\$ 7.558.761,89 (IBGE, 2009). Segundo a Secretaria do Tesouro Nacional, este município aumentou sua receita e despesas em quase três vezes entre os anos de 2000 e 2006. Entretanto, em 2000, 2002 e 2006 as despesas totais ficaram maiores que as receitas (Tabela 2).

Tabela 2 Receitas e despesas totais para o município de Carauari – AM entre 2000 e 2006 (município onde está inserida a Resex do Médio Juruá).

Ano de Exercício	Receita Total	Despesa Total
2000	R\$ 7.482.499,75	R\$ 7.646.158,38
2001	R\$ 11.628.280,62	R\$ 11.314.929,60
2002	R\$ 14.792.787,44	R\$ 15.023.765,62
2003	R\$ 13.534.344,20	R\$ 13.364.642,06
2004	R\$ 16.643.155,58	R\$ 16.411.500,43
2005	R\$ 16.936.770,03	R\$ 14.822.893,84
2006	R\$ 21.891.142,39	R\$ 21.981.573,43

Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

3.1.2 Atividades Econômicas da Região

As principais atividades econômicas no setor primário, segundo dados do IBGE (2006) são a exploração vegetal, com predominância absoluta da madeira em tora, seguida, pela lenha e a borracha (Hevea ou látex coagulado); agricultura de lavoura permanente, na qual se destaca a banana, abacate, o mamão e o maracujá; a agricultura de lavoura temporária, na qual se destaca o milho, seguido pela cana-de-açúcar, a melancia, a mandioca e respectiva produção de farinha e, bem mais abaixo, pelo abacaxi, o arroz, o feijão e o fumo; e a pecuária, com alguns milhares de suínos e bovinos, e a avicultura, com

a criação de galinhas e codornas e a produção de ovos que são mais voltadas à subsistência. Segundo o IBGE (2007) a extração vegetal e silvicultura para o município de Carauari, foi de três toneladas de borrachas (látex coagulado), 26.837 m³ de madeira em lenha e 86.611 m³ de madeira em tora. Considerando serem estes dados de 2007, as políticas públicas recentemente definidas no podem ter alterado a dinâmica produtiva da região.

No período entre as duas Guerras Mundiais, a região se destacou pela grande e intensa exploração da borracha, que durante muitas décadas foi o principal produto econômico do lugar. Essa produção chegou a sua decadência ao final da década de 1970, apesar das tentativas governamentais de reativar os seringais com programas de incentivo (Dean, 1989).

Com a crise da produção do látex, no início dos anos 80, as atividades econômicas se transformam em função do aparecimento do petróleo e do gás natural. Os ex-seringueiros, desempregados com a crise da borracha, passaram, conseqüentemente, a ser empregados das equipes sísmicas contratadas pela Petrobras e empresas empreiteiras que prestavam serviço à estatal.

Foi em 1976 que a pesquisa para exploração de petróleo foi iniciada na Bacia do Solimões, com a realização de um levantamento sísmico de reflexão de reconhecimento que demonstrou resultados positivos para a empresa. A província gasífera do Juruá foi descoberta em 1978, tendo um considerável impacto na história da região do rio Juruá, principalmente para as populações ribeirinhas.

Nos anos seguintes, as pesquisas de petróleo na Bacia do Solimões tomaram vulto e as atividades exploratórias prosseguiram, sendo que entre 1980 e 1984 mais campos de gás foram confirmados ao longo do Juruá. Essa campanha exploratória na Bacia do Solimões prosseguiu durante os anos seguintes, tendo como resultado a descoberta de vários campos e províncias de gás e óleo, destacando-se, entre outros, nove campos de gás na província do Juruá e cinco campos de gás, óleo e condensado na província do Urucu.

Com a chegada da Petrobras em Carauari, e a construção de sua base de apoio no local, no final dos anos 1970, o município passou a receber pessoas de outras regiões e aquelas que antes trabalhavam com a exploração do látex se empregaram nas empreiteiras da Petrobras, atuando na abertura de clareiras e picadas nas matas para as futuras pesquisas sísmicas.

A participação dos moradores nas equipes sísmicas que passaram a atuar em Carauari representava, no auge das atividades de prospecção, uma parcela significativa na economia dos municípios, tendo uns 600 a 800 homens empregados nesta atividade, contribuindo ainda para o crescimento do comércio, o surgimento de instituições financeiras (bancos) e o estabelecimento de bares, clubes, pousadas e restaurantes.

Contudo, com a constatação de que a exploração de gás em Coari (Urucu) tinha um custo de produção menor, a Petrobrás decidiu concentrar a exploração de óleo naquele município. Embora a empresa tenha mantido a contratação de técnicos em Carauari, a empresa parou de atuar no município. A infraestrutura da estatal montada na cidade foi abandonada e as empreiteiras foram paulatinamente sendo transferidas para Tefé, de onde passaram a recrutar novos empregados.

Outra ocorrência que marcou a dinâmica econômica e de ocupação territorial do município também ocorreu na década de 1980 devido a presença da Associação dos Profissionais Liberais Universitários do Brasil – Aplub, fundo de pensão com mais de 80 mil sócios. Esta empresa era tida como proprietária de uma vasta porção de terras e sua presença e as relações estabelecidas com a população local são fatos significativos que marcaram o contexto carauariense.

Segundo consta, a Aplub tem uma área de 9.112 km², com potencial para o corte de 180 mil árvores por ano (Revista Época, 2000). O objetivo da visita era de reconstruir a serraria, montada em 1974, quando a Aplub comprou as terras. Contudo, alegando não ter meios de controlar a exploração predatória de madeira, acabou desistindo do negócio naquela ocasião. Ainda, segundo a reportagem da Revista Época, o compromisso da Aplub é produzir madeira de forma sustentável. Atualmente a empresa tem criação de peixes, principalmente matrinxã e tambaqui.

Em 1989, a economia da região onde seria criada a Resex do Médio Juruá era baseada na extração e venda de madeira, de borracha e de carne de caça. A farinha ainda não era considerada um dos principais produtos comercializados, uma vez que apenas 39% das unidades domésticas vendiam ou trocavam parte da produção em média 34 sacas (Whitesell, 1993), o que correspondente a 54% do volume atualmente comercializado por família.

Com o fim do subsídio à borracha no final da década de 1980 e início de 1990, houve a quebra da produção local concomitantemente à redução das obrigações junto aos

padrões, ao aumento da organização social e à monetarização da comercialização da produção agrícola e extrativista. Em 1994 a economia familiar já era baseada na produção de farinha, estimada em média de 31,3 sacas por família, correspondente a 38,5% do volume atual, quando comercializava em média 47% da sua produção (Rueda, 1995).

No setor secundário há pequenas indústrias: olarias, serrarias, indústria madeireira e moveleira, estaleiros, fábrica de barcos e motores, panificadoras, usina de beneficiamento de arroz e fábrica de gelo. No terciário, predomina o comércio atacadista e varejista e serviços, como a reparação de veículos automotores, bicicletas, eletrodomésticos e as agências bancárias (Amazonas, 2006).

3.2 Aspectos Ambientais, Diversidade de Paisagens e Ecossistemas

3.2.1 Clima

O clima da região, definido segundo a classificação de Köeppen, é do tipo Af (constantemente úmido), condicionado pela elevada pluviosidade, estando a região limitada pelas isoietas de 2.250 e 2.750 mm. Tanto a temperatura como a chuva, sofrem um mínimo de variação, sendo a amplitude anual das temperaturas médias não ultrapassam 5 °C e a umidade relativa do ar geralmente permanece acima de 90% (Radam/Brasil, 1977).

O período chuvoso inicia-se em novembro, atingindo os maiores índices entre os meses de janeiro e abril, com uma média de 224 dias de chuva, sendo 40 de verão, entre julho e novembro, e 184 do inverno, de dezembro a junho. A temperatura média mantém-se em torno de 24°C. Na região onde se insere a Resex, o pico da estação chuvosa pode ficar entre os meses de abril e junho e a estação seca, entre setembro e outubro, dependendo de fenômenos climáticos que interferem no sistema de chuvas.

Segundo o INMET/AM, a precipitação do mês mais seco nunca é inferior a 60 mm e a umidade relativa do ar é elevada, oscilando entre 86% e 92%. São observados para a região as estações de “inverno” e “verão”. O “verão” nesta região é caracterizado pela maior ocorrência de dias ensolarados e menos chuvosos e o “inverno” pelas chuvas

abundantes. Em ambas as estações a temperatura e umidade relativa do ar permanecem altas, com variação térmica diária maior para os dias de “verão”.

3.2.2 Geologia

A litologia da área da Resex corresponde à Formação Solimões, de idade plio-pleistocênica, com fácies arenosas e argilosas. A exceção ocorre nas regiões das planícies e terraços relacionados à drenagem atual, onde a litologia é de Aluviões Quaternária. As seções das Formações Solimões observadas ao longo dos rios mostram dois tipos de depósitos principais: os de barra, em pontal e de canal, e os de transbordamento, geralmente representando partes de ciclos fluviais.

Os depósitos de barra em pontal caracterizam-se por sedimentos predominantemente arenosos, com granulometria decrescente da base para o topo, variando de areia grossa a silte e argila, contendo interdigitações e intercalações de camadas de pequeno porte de argilitos e siltitos. Mostram frequentemente cores avermelhadas e são encontrados em barrancos de até 40 m acima do nível da água no período de estiagem, como pode ser observado próximo a Comunidade Nova Esperança. Já os depósitos de transbordamentos são constituídos predominantemente de argilitos e siltitos de cores acinzentadas a esverdeadas, com estruturas maciças, plano-paralela horizontal e subhorizontal, laminar e estratificação cruzada de grande porte dos tipos tabular e acanalada (Radam/Brasil, 1977).

Na região do médio Juruá foi identificada relação de contato entre sedimentos da Formação Solimões (TQs), os terraços aluviais e aqueles das planícies de inundações. Nos terraços a dissecação é incipiente e os meandros colmatados acham-se preservados. Na planície fluvial ocorrem meandros em lagos resultantes da evolução do curso do rio Juruá

3.2.3 Geomorfologia – Unidades Morfoestruturais

As formas de relevo definidas pelo Radam/Brasil (1977), folhas SB 19 Juruá, se apresentam de modo bastante homogêneo e sem grandes desníveis altimétricos. Predominam os relevos dissecados e interflúvios tabulares, cristas e colinas, que se distribuem gradativamente de leste para oeste. Quanto à posição altimétrica identificam-se

dois níveis de relevo dissecados, separados no sentido norte-sul, praticamente ao centro da Folha, que engloba toda a área da Resex. O nível elevado e o rebaixado posicionam-se, respectivamente, nas metades ocidental e oriental.

A Planície Amazônica está sempre condicionada aos leitos dos grandes rios, o que se aplica também ao rio Juruá. Nesta região é identificada a planície do rio Juruá, limitada numa faixa que pode variar entre 15 a 20 km de largura, registrando-se cotas altimétricas que não ultrapassam 150 m. A poligonal da Resex abrange a maior parte da bacia hidrográfica do Baixo Juruá e parte da Jutaí (Anexo C).

A distribuição da Planície Amazônica no rio Juruá está diretamente condicionada ao posicionamento e direções que este rio apresenta. Estas estão condicionadas às orientações tectônicas. O canal assume em toda a sua extensão o padrão meândrico, descrevendo sucessivas sinuosidades não muito simétricas. A magnitude das curvas meândricas varia em função do aumento do débito após a desembocadura de afluentes de grande porte. Sobre as margens convexas, em razão de seu caimento suave, observa-se a deposição de aluviões que são aproveitadas pelo homem para agricultura de subsistência. Nos lóbulos de meandros desenvolvem-se diques aluviais recurvados e paralelos, seguindo a curvatura da margem convexa. Em toda a extensão da Planície relativa ao rio Juruá observa-se inúmeros meandros abandonados, alguns ainda com água e ligados periodicamente ao canal atual do rio e outros já preenchidos por sedimentos, constituindo meandros colmatados (Radam/Brasil, 1977).

Em alguns trechos, a partir da margem do rio Juruá em direção a oeste da Unidade, os meandros colmatados podem ser encontrados a uma distância de até 25 km.

O Planalto Rebaixado da Amazônia constitui a mais extensa unidade de relevo observada na região. Esta unidade morfoestrutural ocupa o restante da área da Resex do Médio Juruá e áreas do seu entorno, como a Terra Indígena do Rio Biá. A maior parte da área da Resex tem entre 81 e 120 metros de altitude (Anexo D).

A feição geomorfológica predominante é de interflúvios tabulares de intensidade de aprofundamento da drenagem muito fraca, variando apenas os índices de ordem de grandeza das formas de dissecção. De modo geral, o padrão de drenagem desta unidade é dendrítico, enquanto os canais dos grandes rios assumem padrões meândricos e/ou tortuosos com meandramentos localizados.

Segundo os parâmetros adotados por Ab'Saber (1967), “domínio” é um conjunto de formas de relevo encontradas dentro de um determinado espaço geográfico, revestido por um mesmo tipo de cobertura florestal. Desta forma, os componentes de paisagem, climas, solos e litologias são utilizados como elementos auxiliares para a definição dos Domínios Morfoclimáticos.

3.2.4 Solos

A caracterização dos solos da região do Médio Juruá foi feita, segundo Radam/Brasil (1977), de forma bastante generalizada, contudo, já permite a identificação áreas para diferentes usos e manejo. Contudo, ainda há a necessidade de aprofundar estudos específicos, em escalas menores, para detahar as potencialidades dessas áreas.

Para confecção dos mapas exploratórios de solos apresentados no Projeto Radam/Brasil fez-se o delineamento das unidades por interpretação das imagens de radar na escala de 1:250.000, auxiliadas pelas respectivas faixas estereoscópicas e apoio dos trabalhos de campo, com uma coleta no interior da Reserva. As amostras de solos coletadas permitiram a classificação dos solos em nível de grande grupo, adotando-se o sistema conhecido como Sistema Brasileiro de Classificação de Solos, utilizado pelo Serviço Nacional de Levantamento e Conservação de Solos da Embrapa, e correlacionados, de forma aproximada, com a classificação americana de solos.

O Sistema Brasileiro adotado inovou completamente a estrutura do sistema, tendo-se chegado ao tipo desejável de classificação hierárquica, descendente e aberta. Este sistema é estruturado com base em características de gênese do solo e propriedades pedogenéticas que imprimem marcas distintas em cada tipo de solo.

Na região da Resex, os solos estão distribuídos sobre superfícies residuais dos interflúvios tabulares do Planalto Rebaixado da Amazônia (ocidental). Os solos são predominantemente de argila baixa, apresentando saturação com alumínio muito alta e baixos conteúdos de bases no complexo sortivo. O material originário é predominantemente arenitos finos a muito finos, micáceos, de matriz argilosa e com estrutura maciça, que comumente ocorrem associados a siltitos e argilitos sílticos de forma intercala ou interdigitada, com contatos bruscos ou transicionais (Anexo E).

Manchas sinuosas e contínuas diferenciam a região da Resex. Os solos são predominantemente Podzólicos Vermelhos Amarelos Álicos de argila de atividade baixa a moderada, textura argilosa, conforme amostras de solos coletadas pelo Radam/Brasil, coordenadas Lat. 5° 20's e 66° 35's WGr, ponto localizado dentro da Resex.

Este tipo de solo apresenta uma distribuição dominante e uniforme por toda a área, característica relevante para esta unidade, ora associada aos Podzólicos Vermelho Amarelos Eutróficos, ora aos Latossolos Amarelos, Latossolos Vermelho Amarelos e Laterita Hidromórfica. Ainda para a região, são indicados os solos Aluviais Eutróficos e Álicos, solos Gley Pouco Húmico e Gley Húmico, apresentando uma cobertura vegetal de Floresta Tropical Densa e Aberta Aluvial (Radam/Brasil, 1977).

Para os solos acima citados, o material de origem é um fator que define a formação de solos férteis e inférteis. Assim sendo, nesta área, os sedimentos recentes do Holoceno depositados no processo de enchente e vazante, apresentam características químicas e físicas bastante variáveis, dando origem, a solos eutróficos ou álicos, de argila de atividade alta ou baixa. O relevo característico destes solos é plano, apresentando limitações mais sérias somente quando há risco de inundação e drenagem deficiente, pois em geral, são mal drenados.

As ordens e, principalmente, os grandes grupos de solo identificados para a região do Médio Juruá, tendo como base o sistema americano para a classificação dos solos, já estão de acordo com o sistema Brasileiro de classificação (Embrapa, 2006), devendo ser observadas as novas nomenclaturas definidas por este sistema.

3.2.5 Vegetação

Na região da Resex são constatadas as seguintes formações Fitoecológicas: vegetação secundária, Floresta Ombrófila Aberta Aluvial, Floresta Ombrófila Aberta Terras Baixas, Floresta Ombrófila Densa Terras Baixas, Floresta Ombrófila Densa Aluvial (IBGE, 1991).

A Região das Formações Pioneiras compreende as formações em estágio sucessional das regiões florestais dominantes. Nos terraços em solos de drenagem insuficiente observa-se o desenvolvimento de muitas espécies herbáceas típicas desse ambiente (*Maranta*, *Costus* e *Scleria*) e arbustivas (*Alchornea*, *Dioclea*, *Palicourea* e

Piper). Formando grupamentos quase puros, encontram-se *Mauritia* sp (Buriti) e *Astrocaryum murumuru* (Murumuru).

O mapa de uso do solo e cobertura vegetal consta no Anexo F, sendo que a descrição das tipologias apresentadas abaixo baseou-se em Radam/Brasil (1977).

Região Floresta Ombrófila Densa:

A Floresta Ombrófila Densa apresenta dossel arbóreo onde predomina a cobertura emergente, que atinge entre 30 e 40 m de altura, sendo rica em Sapotaceae, Lauraceae, Lecthidaceae, Myristicaceae, além de Leguminosae e Vochysiaceae, que compõem um estrato uniforme. Esta Região engloba duas subregiões: Aluvial e Baixos Platôs.

A Subregião Aluvial da Amazônia está evidenciada nas planícies de acumulação dos rios Javari e Solimões e nos terraços do Juruá, Jutáí, Purus e afluentes.

Em virtude da variação das condições ecológicas que condicionam diferenças de fisionomia e composição florística da floresta, esta subregião, apresenta dois macroambientes: das planícies e dos terraços. As planícies compreendem ecossistemas florestais, de árvores emergentes, com grupamento de palmeiras. A floresta geralmente é de porte elevado, com fustes retos e baixa volumetria de madeira comercial, dentre as espécies comuns destacam-se taxi-pitomba (*Sclerolobium chrysophyllum*), amapazinho ou Amapá-amargoso (*Parahancornia Amapá*), matamatá branco (*Eschweilera odora*) e as palmeiras jauari (*Astrocaryum jauari*), açaí (*Euterpe oleracea*) e paxiuba (*Socratea exorrhiza*).

Nos terraços, a vegetação é caracterizada pelo adensamento de árvores emergentes, com esporádicos grupamentos de palmeiras. A composição florística é exuberante, de alto porte, com diâmetros de fustes representativos.

A Sub-Região dos Baixos Platôs da Amazônia está composta por três macroambientes: interflúvios tabulares conservados, interflúvios dissecados e superfícies onduladas.

Os interflúvios tabulares conservados, que abrange a cobertura vegetal da Resex do Médio Juruá, caracterizam-se pela presença de grande número de árvores emergentes e também grupamentos dispersos de dossel uniforme. Diversificando a paisagem, as formações de palmeiras concomitantemente com a de cipó ocupam os extensos vales aluviais.

Nos interflúvios dissecados, as formações florestais destacam-se pela emergência do dossel com presença de grupamento de palmeiras e ocorrência de raras formações de cipós. Os padrões morfológicos caracterizados pelos interflúvios dissecados em cristas e colinas, interados à vegetação, compõem os ecossistemas. Suas formações florestais destacam-se pela emergência do dossel, presença de grupamentos de palmeiras. Na floresta que se faz presente nas elevações ocorrem extensos adensamentos de árvores médias e altas. Os inventários de campo do Radam/Brasil (1977) indicaram um volume médio de 125 m³/ha, com média de 70 indivíduos/hectare. O estrato dominante é representado, em parte, pelas ucuúbas (vermelha e chorona), ingaí e jarana, e o intermediário é dominado por árvores não comerciais.

Nos interflúvios tabulares os inventários florestais identificaram na região um volume médio de 133 m³/ha, para uma média de 70 indivíduos/ha, onde as diferentes espécies de virola (*Virola* sp) compõem a maior parte deste volume. As espécies comerciais situam-se entre 20 e 50%.

A castanheira (*Bertholletia excelsa*) não é abundante na região da Resex, sendo rara à medida que se aproxima da calha do rio Juruá, ocorrendo esparsamente em área de terra-firme.

As principais espécies encontradas nesta tipologia são: abiurana-de-casca-fina (*Pouteria laurifolia*), cariperana (*Licania membranacea*), castanha-vermelha (*Cariniana micrantha*), mandioqueira (*Qualea albiflora*), mata-matá branco (*Schweilera odorata* e *S. apiculata*), ucuúba vermelha (*Iryanthera macrophylla*), uxirana (*Saccoglothis guianensis*), ucuúba branca (*Virola surinamensis*), entre outras.

Região da Floresta Ombrófila Aberta:

A Floresta Ombrófila com formações aluviais e das terras baixas recobre a maior parte da área da Resex. As palmeiras com grande concentração e dispersão de espécies constituem-se o elemento caracterizador, seguindo, em porção mínima, grupamento de cipó e pequenas áreas com bambu em meio a esta floresta. As nuances observadas neste domínio florestal são causadas pelas alterações morfológicas, tipos de solo e influência dos rios, o que possibilitou a sua divisão em duas subregiões: Subregião Aluvial da Amazônia e a Subregião dos Baixos Platôs da Amazônia.

Subregião Aluvial da Amazônia: compreende as áreas de acumulação quaternárias com solos hidromórficos gleyzados e aluviais. As condições fitoecológicas estabelecidas

nos terraços e planícies periódicas ou permanentemente inundadas possibilitaram sua separação em três grupos de macroambientes:

O macroambiente das planícies periodicamente inundadas, caracterizadas por formações de palmeiras entremeadas de grupamento uniforme de árvores. A floresta de porte médio particularmente rica em seringueiras, que se dispõem em núcleos densos, constituindo extensos seringais, juntamente com ucuúba (*Virola sp*), murupita (*Sapium sp*), cardeiro (*Scleronema sp*), entremeadas de muru-muru (*Astrocaryum sp*), patauá (*Oenocarpus sp*) e ouricuri (*Atalea sp*), são as espécies características desta comunidade. Nos locais baixos e úmidos a vegetação do sub-bosque é abundante e compacta, existindo proporção razoável de arbustos escandentes (*Bauhinia, Combretum*) e grande proporção de plantas herbáceas (Musaceae e Maranthaceae) e lenhosas (Rubiaceae e Piperaceae).

Nos meandros abandonados, geralmente nas curvas fechadas dos rios, há o desenvolvimento dos estágios da sucessão vegetal. Esta é iniciada com plantas aquáticas natantes (*Eichornia, Pistia, etc.*), dispersas pelo lago, e em suas bordas as espécies graminóides medram nas áreas dos depósitos laterais dos corpos hídricos. À medida que os locais secam, são colonizados por indivíduos de porte arbóreo (Rapataceae, Musaceae), arbustivo (Rubiaceae e Piperaceae) e, posteriormente, arbóreo (*Calicophyllum, Cecropia, Tachigalia*).

Devido à influência da variação do nível dos rios e constante flutuação dos seus cursos, são formadas praias que circundam as planícies inundáveis em cujas partes mais altas ocorre a vegetação caracterizada por *Alchornia*, canarana (*Panicum*) e a erva-de-rato (*Palicourea*). Ocorrem ainda, em sua parte posterior, uma faixa estreita de embaúba-branca (*Cecropia*), seguida de pau-mulato (*Calicophyllum*), louro-preto (*Licaria*), murupita (*Sapium*) e ucuúba (*Virola*). Constatou-se um volume médio de 114, 5 m³/ha para média de 61 indivíduos, com significativa porcentagem de madeira branca, tais como *Virola, Bombax* e *Ceiba*, próprias para confecção de compensados, conglomerados e caixotarias (Radam/Brasil, 1977). Outras espécies abundantes na região são os apuís (*Ficus sp.*).

Outro macroambiente, das planícies permanentemente inundadas, ocorre esporadicamente dentro da Resex, encontrado principalmente em áreas de igapó, com fisionomia florestal aberta. Este tipo de macroambiente é mais comum nas planícies do rio Solimões.

O macroambiente dos terraços está disperso no limite oeste da área da Reserva, nas proximidades dos rios Biá e Mutum. Caracteriza-se pela floresta de palmeira nos terraços mais altos; densa de florestas emergentes e uniformes, com esparsos grupamentos de cipós, nas áreas de maior influência aluvial. Estas formações estão representadas por indivíduos de porte mediano a alto, que, apesar da dominância de palmeiras, apresentam alta densidade por hectare. Inventários do Radam/Brasil mostram uma média de 138 m³/ha neste tipo de formação. A paxiúba (*Iriartea*), inajá (*Maximiliana*) e o ouricuri (*Attalea*), caracterizam a fisionomia predominante, e aliado aos grupos gregários de tachi-da-várzea (*Scleronema*), assacú (*Hura creptans*), muiratinga (*Maquira* sp) e outros, compõem a florística da comunidade.

Levantamentos florísticos e inventários específicos para a REMJ ainda não foram realizados. As técnicas de mapeamentos de vegetação, inventários florestais e levantamentos florísticos são de suma importância para o planejamento, uso e conservação dos recursos florestais. No entanto, os levantamentos de campo realizados no âmbito do Plano de Gestão da RDS Uacari, Unidade de Conservação vizinha a Resex, confirmaram as características das tipologias vegetais realizadas em estudos pretéritos, inclusive as descrições apresentadas pelo Radam/Brasil (SDS, 2008).

Por outro lado, estudos florestais realizados por sensoriamento remoto podem identificar a distribuição espacial dos diferentes tipos de cobertura vegetal e seu estado de conservação, mas o conhecimento da estrutura e a composição botânica das matas ainda dependem, exclusivamente, dos levantamentos de campo. Através destes é possível levantar as espécies ameaçadas de extinção, o volume de madeira, bem como, a quantidade de biomassa como depósito de carbono.

Pesquisa realizada por Aquino *et al.* (2005) detectou a presença de árvores produtoras de óleos vegetais na região do trecho médio do rio Juruá, no Estado do Amazonas. Com o objetivo de aprimorar o conhecimento sobre a contribuição dos sensores remotos no diagnóstico de recursos vegetais para a produção do biodiesel na Amazônia, o trabalho de Aquino *et al.* (2005) realizou uma avaliação temporal que toma por base os resultados obtidos no mapeamento para as imagens de 1998/99. Levantamentos de dados e imagens podem permitir traçar um esboço evolutivo da presença das espécies de interesse na região do médio Juruá. No entanto, sempre é recomendada a complementação dos mapeamentos com estudos fitossociológicos, avaliação botânica da regeneração natural, levantamento de informações etnobotânicas e mercadológicas.

3.2.6 Fauna

O bioma Amazônico apresenta a maior e mais diversa floresta tropical do mundo (Silva *et al.*, 2005), com a maior parte de sua extensão no território Brasileiro. Apesar da importância deste bioma para a biodiversidade do planeta, o conhecimento sobre diversos componentes de sua fauna é ainda incipiente, sendo comum a descoberta de espécies novas e a ampliação de áreas de distribuição de espécies já conhecidas. Estes fatos aplicam-se aos mamíferos, em especial aos mamíferos de pequeno porte, como os morcegos e os pequenos mamíferos não-voadores (Peres, 1999; Voss & Emmons, 1996).

Esse último grupo (pequenos mamíferos não-voadores) é representado por marsupiais e roedores das famílias Cricetidae e Echimyidae, formando o grupo ecológico mais diversificado de mamíferos das florestas neotropicais, com 244 espécies registradas no Brasil, das quais 73 são endêmicas do bioma amazônico (Oliveira & Bonvicino 2006).

Os mamíferos de médio e grande porte constituem um grupo importante no contexto ecológico e como fonte de proteína animal para as comunidades. Os mamíferos ocupam diferentes posições em teias alimentares, desde consumidores de primeira ordem a predadores de topo de cadeia, desempenhando diferentes e importantes papéis na dinâmica das florestas tropicais: como herbívoros, influenciam a estrutura da vegetação através da predação e dispersão de sementes, da polinização, frugivoria e folivoria; e como alimento de predadores ou como predadores, por sua vez, podem exercer pressão sobre níveis tróficos inferiores influenciando sua abundância e diversidade.

A fauna amazônica é rica em mamíferos de médio e grande porte, os quais apresentam uma grande variedade de hábitos de vida. Espera-se para a região da Reserva a ocorrência dos representantes da fauna de mamíferos de ampla distribuição na região amazônica. Além disso, considerando a fauna que é caçada pelos comunitários, é possível afirmar a riqueza de fauna cinegética na Reserva composta de grandes mamíferos como porco queixada (*Tayassu pecari*), veado mateiro (*Mazama americana*), anta (*Tapirus terrestris*), cotias (*Dasyprocta* sp), guaribas (*Alouatta* sp) e aves como mutum (*Mitu mitu*), jacu (*Pipile nateri*), nambu (*Criptideilus* sp), entre outros.

Em levantamento de mamíferos terrestres realizado na RDS Uacari foram identificadas 14 espécies, a saber: *Myrmecophaga tridactyla*, *Dasyprocta* spp, *Priodontes maximus*, *Atelocynus microtis*, *Leopardus* spp, *Panthera onca*, *Puma concolor*, *Tapirus terrestris* (anta), *Tayassu pecari*, *Pecari tajacu*, *Mazama* spp, *Dasyprocta fuliginosa*,

Myoprocta pratti e *Agouti paca* (paca). Este levantamento combinou três técnicas de amostragem: armadilhas fotográficas, levantamentos diurno e noturno em transecto. Apenas duas espécies de grandes mamíferos de ocorrência esperada para a região não foram amostradas (Munari, 2008).

Entre os mamíferos aquáticos, espera-se a ocorrência das cinco espécies que ocorrem na Amazônia. Estas espécies pertencem a três distintos Ordens: Carnívora, com duas espécies de mustelídeos aquáticos como a ariranha (*Pteronura Brasiliensis*) e a lontra neotropical (*Lontra longicaudis*); Ordem Cetacea com duas espécies de golfinhos: o boto-vermelho (*Inia geoffrensis*) e o boto-tucuxi (*Sotalia fluviatilis*) e; Ordem Sirenia com a espécie peixe-boi da Amazônia (*Trichechus inunguis*). Estas espécies são sempre citadas pelos comunitários.

O levantamento sistemático de fauna elaborado Ravetta (2005) enfocou os primatas da RDS Uacari. Foram realizados catorze transectos ao longo de 15 dias de amostragem abrangendo ambas as margens do rio Juruá. Dezesete espécies de primatas foram avistadas, num total de 108 registros. Além destas, há relatos de moradores sobre o conhecimento de mais cinco outras espécies distintas: *Cebuella pygmaea niveiventris*, duas espécies de zogue-zogue (*Callicebus torquatus* e *Callicebus purinus*), o uacari-vermelho (*Cacajao novaesi*) e o macaco barrigudo avermelhado (*Lagothrix poepigii*). As demais espécies observadas nesse levantamento foram: *Saguinus mystax mystax* e *S. m. pileatus*, *Saguinus fuscicollis cruzlimai* e *S. f. fuscicollis*, *Aotus nigriceps*, *Callicebus cupreus*, *Saimiri sciureus macrodon*, *Saimiri boliviensis biliviensis*, *Cebus apella macrocephalus*, *Cebus albifrons*, *Pithecia onachus monachus*, *Pithecia irrorata Vanzolini*, *Pithecia albicans*, *Cacajao clavus ucayalii*, *Alouatta seniculus*, *Ateles chamek* e *Lagothrix cana cana*.

Na margem esquerda do Rio Juruá foram avistadas 10 espécies e, na margem direita, 12 espécies. O zogue-zogue foi o primata mais abundante, seguido do guariba-vermelho e macaco-prego. Destaca-se a alta riqueza de primatas da região como uma das áreas de maior diversidade da Amazônia (Ravetta, 2005).

Para os anfíbios e répteis, estudos indicam que a região Amazônica abriga quase 30% das espécies estimadas para o Brasil, com um total de 163 espécies. A riqueza de espécies de anfíbios identificada ainda representa um número subestimado. Informações sobre cobras cegas (Gymnophiona) são raras e apenas uma espécie de salamandra foi descrita para a Amazônia, sendo sua distribuição geográfica ainda desconhecida.

Estudos recentes da herpetofauna na região da Resex identificaram 89 espécies de anfíbios (41) e répteis (48), sendo para este último 20 espécies de lagartos, 20 de serpentes, duas espécies de jacarés e seis de quelônios (Waldez e Souza, 2008). Deste conjunto de espécies 14 constam no Apêndice II da “Convention on International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora” – CITES, cujo comércio deve ser controlado para evitar uma utilização incompatível com a sobrevivência da espécie. São elas: (*Allobates* cf. *femoralis*, *Adelphobates quinquevittatus*, *Ameerega trivittata*, *Ranitomeya ventrimaculata*, *Iguana iguana*, *Tupinambis teguixin*, *Boa constrictor*, *Eunectes murinus*, *Caiman crocodiles*, *Melanosuchus niger*, *Podocnemis expansa*, *Podocnemis sextuberculata*, *Podocnemis unifilis*, *Chelonoidis denticulata*).

Além disso, cinco espécies são também citadas na lista vermelha de animais que estão sofrendo algum grau de ameaça, publicada pela ‘International Union for Conservation of Nature’ – IUCN: o jacaré-açu (*Melanosuchus niger*) e a tartaruga-da-amazônia (*Podocnemis expansa*) são considerados de baixo risco; outras três espécies de quelônios (*Podocnemis sextuberculata*, *Podocnemis unifilis* e *Chelonoides denticulata*) foram consideradas vulneráveis.

A manutenção e a proteção dessas espécies estão previstas nas ações do Programa de Monitoramento da Biodiversidade e do Uso de Recursos Naturais em Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas – Probuca, que desenvolve ações de monitoramento e vigilância dos tabuleiros existentes na região do médio Juruá. O monitoramento de quelônios, tanto na Resex, quanto na área da RDS Uacari (mesmo antes de se tornar uma unidade de conservação), teve início na década de 1980, com a mobilização voluntária dos moradores da região, que estavam preocupados com a diminuição do número de tartarugas (Teles, 2009).

Segundo SDS (2008), a caça é a principal ameaça para herpetofauna e as espécies mais utilizadas por ribeirinhos são o jabuti (*Chelonoidis denticulata*, usado também como animal doméstico); a sucuriçú (*Eunectes murinus*, para fins terapêuticos); os “bichos de cascos” a tartaruga da Amazônia (*Podocnemis expansa*); o tracajá (*Podocnemis unifilis*) e; o Iaçá (*Podocnemis sextuberculata*, usado para alimentação e comércio ilegal). Os jacarés e as serpentes venenosas também são alvos da caça por representarem ameaça aos ribeirinhos.

Levantamentos realizados nos Lago do Tabuleiro, Barreira do Idó, Sacado do Juburi, Lago do Roque e Sacado de Carauari indicaram um índice de abundância médio de

17,4 ± 18,0 jacarés/km, sendo que os maiores índices de abundância corresponderam ao Lago do Roque (40,9 jacarés/km) e ao Sacado do Juburi (40,2 jacarés/km). Foram realizados levantamentos em três comunidades com o objetivo de aferir o uso da carne de jacarés, que em todas é usada como alimento. Ovos de jacaré também são consumidos (cozidos, em farofas ou em bolos) e em uma comunidade identifica-se que a banha de jacaretinga é utilizada como remédio (Rebelo, 2001).

Segundo Andrade (2006) foi identificada a ocorrência de oito espécies de quelônios na Resex, entre espécies terrestres e aquáticas: *Podocnemis expansa*, *P. unifilis*, *P. sextuberculata*, *Peltocephalus dumerilianus*, *Rhinoclemmys punctularia*, *G. denticulata*, *G. carbonaria* e *C. fimbriatus*.

Os bichos-de-casco encontram-se sob forte pressão na região Norte, por causa da coleta indiscriminada. Tartarugas, tracajás, cabeçudas e iaçás são consideradas iguarias pelos habitantes de toda a Amazônia Legal, seja qual for sua classe social. Os barcos pesqueiros que abastecem os mercados e restaurantes das grandes cidades promovem verdadeira devastação dos tabuleiros, entre agosto e outubro, quando as fêmeas sobem na areia para desovar, assim como nas 'bocas' de lagos e igarapés da região, onde a captura ilegal de quelônios é freqüente nas épocas de vazante e enchente do rio Juruá. Este recurso também constitui um ponto de conflito entre os comunitários e invasores da Reserva.

A comercialização em mercados ou restaurantes só é permitida para quelônios provenientes de criadouros autorizados pelo Ibama, embora haja coleta e comercialização clandestina.

As aves constituem o grupo mais bem estudado entre os vertebrados, sendo que no Brasil, estima-se mais de 1677 espécies de aves residentes e migratórias e mais de 1000 espécies para a Amazônia. Em função dos ambientes de várzea e mata de terra firme observados na Resex, a avifauna que habita a região mantém estreita relação com a disponibilidade de habitats.

Nos levantamentos realizados para a elaboração do diagnóstico que compôs o Plano de Gestão da RDS Uacari, foram inventariadas 251 espécies de aves, sendo 145 em Terra Firme, 29 em várzea, 73 em igapó, 20 ao longo do Rio Juruá e 14 em áreas abertas e antropizadas (SDS, 2008).

Desta forma, são observadas várias espécies de aves aquáticas e paludícolas que encontram nas praias, lagos e igarapés ambientes adequados para alimentação e reprodução.

Para as florestas de várzeas de outras regiões da Amazônia há estudos que demonstram associação direta entre a disponibilidade destes ambientes e espécies de passeriformes que habitam o interior da mata alagada. A riqueza de psitacídeos (um dos grupos da avifauna Brasileira mais ameaçado) é destacada pela presença de papagaios (*Amazona*), curica, (*Pionnus* sp.), periquitos (*Brotogeris*), ararinhas (*Aratinga*) e araras (*Ara*).

Quanto à fauna íctica (peixes), é grande o potencial pesqueiro, por causa dos diversos lagos, igarapés, paranás, furos, que fazem conexão com o rio Juruá, além de florestas inundadas de várzea e igapó. Ali ocorrem quase todas as espécies utilizadas na alimentação humana, tais como acará, aracú, aruanã, bodó, branquinha, cascuda, curimatá, jaraquí, mandí, matrinxã, pacu, pirapitinga, pescada, piraíba, piramutaba, piranha, pirarara, pirarucu, sardinha, surubim, tambaqui, tamboatá, traíra e tucunaré.

Sobre a ictiofauna, foi realizado na Resex um estudo denominado ‘Diretrizes para o Plano de Manejo dos Recursos Pesqueiros da Resex do Médio Juruá’, por Braga *et al.* (2006), sobre as espécies de peixes exploradas pelos moradores da Resex. Analisando os resultados é possível inferir na grande riqueza e diversidade de espécies de peixes na região.

Os levantamentos realizados no âmbito do Plano de Gestão da RDS Uacari indicaram uma riqueza de 179 espécies de peixes distribuídas em 35 famílias, com cerca de 60% de peixes de escama (Ordem Characiformes). Entre as espécies mais abundantes destacaram-se a sardinha (*Triporthus angulatus*), três espécies de piranhas (*Serrasalmus elongatus*, *Pygocentrus nattereri* e *Serrasalmus* sp.) e a branquinha ou mocinha (*Psectrogaster rutiloides*), as quais representaram mais de 35% do total de peixes coletados neste estudo (SDS, 2008). Outras duas espécies de difícil captura foram amostradas com a utilização de espinhel: pirarara (*Phractocephalus hemiliopterus*) e arraia (*Potamotrygon scobina*).

3.3 Aspectos Sócio-Econômicos, Culturais e Institucionais da Resex

3.3.1 Aspectos sócio-econômicos

Dados do cadastramento realizado na Resex em agosto de 2009 estima que a população seja de 1.921 pessoas, distribuídas em 338 famílias (Tabela 03). Neste cadastro também foi possível avaliar a dinâmica populacional das famílias por comunidade, como também seus aspectos sócio-econômicos, atualizando as informações pretéritas.

Em 2006, foi realizado um levantamento social, econômico e ambiental e a análise da dinâmica cultural das comunidades (Cumaru, 2006). Na população amostrada o número de pessoas por família variou de três a oito, com média de sete por núcleo e média de cinco filhos/família.

A estrutura da população era jovem, sendo que 75% tinham até 30 anos. A caracterização geral por gênero mostrou uma população relativamente balanceada, com 51% de indivíduos masculinos e 49% do gênero feminino (Cumaru, 2006). Na época, quase 70% da população apresentava certidão de nascimento e 6,8% do público amostrado não possuía nenhum tipo de documentação (Cumaru, 2006).

A maior parte dos domicílios observados nas comunidades é constituído de madeira e coberto com alumínio ou palha, ou ainda com cobertura mista (Figura 04). Há alguns domicílios feitos com paxiúba (*Socratea exorrhiza*) e cobertos com palha (Figura 05). Geralmente os cômodos das casas somam três e a madeira utilizada é retirada da própria comunidade. A mudança na estrutura e material das casas é resultante do projeto de habitação do INCRA que reconhece os moradores das reservas extrativistas como beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária. Os moradores da RESEX do Médio Juruá são beneficiários do programa de habitação do INCRA. O modelo de habitação apresentado pelo INCRA no programa foi determinante na mudança da arquitetura das residências da RESEX. As casas apresentam formas arquitetônicas diferenciadas, sendo pintadas ou não. No entorno, são observadas hortas e jardins, como também, às vezes, criação de animais domésticos (Figuras 06 e 07).



Figura 04 Casa de madeira do Incra na Comunidade do Roque, Resex do Médio Juruá.

Foto: Valéria F. Saracura, Ago. 2009.



Figura 05 Modelo de casa feita de paxiúba da Resex do Médio Juruá, muito comuns no passado, antes das casas do Incra.

Foto: Valéria F. Saracura, Ago. 2009.

Em 1998, 83% do total eram casas cobertas com palha e 56% tinham paredes de paxiúba. A partir do reconhecimento dos comunitários pelo Inbra nas ações da reforma agrária, houve melhoria das condições de moradia. As residências que foram adquiridas com recursos do crédito de habitação do Inbra são de madeira, com qualidade de construção razoável, cobertura de zinco e com pintura simples. Estes recursos foram administrados pela Asproc.



Figura 06 Exemplo do uso de espaços como quintais para hortas, na comunidade do Roque, Resex Médio Juruá.

Foto Saracura, Mar. 2009



Figura 07 Rebanho criado de forma extensiva, solto nas circunvizinhas da Comunidade do Roque, Resex Médio Juruá.

Foto: Saracura, Mar. 2009

Quanto a acesso a serviços, mais de 70% dos domicílios visitados eh abastecido por gerador a diesel, 21% não possuem acesso a energia elétrica, sendo as casas iluminadas por lamparinas (com queima de querosene), 1% utiliza o processo de placa solar para adquirir energia (Cumaru, 2006). Nas casas que são abastecidas pelo gerador, o custo mensal do combustível é de R\$ 10,00/família. O horário de funcionamento do gerador de energia é acordado entre os moradores da comunidade e geralmente fica entre 18 - 22 horas.

Quanto ao abastecimento de água, 50% dos domicílios é abastecido por poço artesiano, os outros 50% consomem água de corpos fluviais próximos as comunidades (Cumaru, 2006). Na Comunidade do Roque há distribuição de água por meio de encanamento. As bombas de captação funcionam à base de energia elétrica, os seja, quando o motor-gerador está ligado. A água é captada em um reservatório e distribuída por gravidade. A água do rio quando utilizada para uso doméstico é tratada com hipoclorito. A água, após o de uso, é escoada a céu aberto para os quintais ou diretamente para o rio.

A coleta e o transporte de água em vasilhames ainda é a principal forma de abastecimento para a maioria dos moradores da Resex. Os utensílios domésticos são

lavados com água e sabão nos jiraus, próximo às cozinhas ou, em alguns casos, instalados nos igarapés (Figura 08). Mais da metade das famílias estudadas em 2006 (56%) não possuem instalações sanitárias adequadas e usam locais nas proximidades da casa como sanitário, os outros 44% declararam que utilizam um sistema de fossa negra.



Figura 08 Exemplo de jiraus que são instalados no Lago do Roque (comunidade do Roque), durante o período de estiagem da Resex do Médio Juruá para limpeza de utensílios domésticos e roupas.

Foto: Valéria F. Saracura, Ago, 2009.

Quanto a destinação dos resíduos sólidos, 55% dos moradores entrevistados queimam os resíduos sólidos. 18% jogam o lixo nas áreas circundantes as comunidades, 14% queimam uma parte e jogam na área do entorno das moradias, 13% enterram, jogam na mata, no rio ou arrumam no quintal (Cumaru, 2006). Há em alguns centros comunitários e escolas, locais para coleta dos resíduos sólidos. Na comunidade do São Raimundo foi implantado o projeto intitulado “Implantação de Saneamento Básico em uma Comunidade Rural da Resex do Médio Juruá”. O projeto foi financiado pela Petrobrás e recebeu orientação técnica de pesquisadores da Universidade de Brasília – UnB. O Projeto foi proposto pela Asproc em parceria com o Instituto Chico Mendes, CNS, Associação de Moradores Extrativistas da Comunidade de São Raimundo e a Prefeitura de Carauari (Programa Ajuri Social Amazonas, 2007).

Durante sua execução foi instalado um poço artesiano e caixas d’água, fossas para acúmulo de dejetos e um aterro sanitário. A instalação de um poço artesiano permite a

captação de água subterrânea e tratamento da mesma, prevendo a filtragem e armazenamento em um reservatório e sua distribuição por encanamento. Além disso, também foram instaladas caixas d'água que acumulam a água da chuva que escorre da superfície dos telhados, sendo armazenada em recipientes fechados.

O mesmo projeto propôs a construção de fossas com câmaras de acúmulo de dejetos tem objetivo de evitar a contaminação do lençol freático, a orientação para a realização da compostagem de resíduos orgânicos nos canteiros, bem como a construção de um aterro de 2,5 x 4,0 m² para enterrar o lixo inorgânico. Esta solução é mais adequada que a queima do lixo, pois polui menos o ambiente e diminuir os focos de doença.

Este projeto foi estendido para a comunidade de Imperatriz, localizada é em área de várzea, e, no momento, se encontra em fase de conclusão. Junto às soluções tecnológicas, está previsto ainda a produção de cartilhas e ações educativas com as comunidades e os professores visando à mudança de hábitos.

Segundo Cumaru (2006), a locomoção das pessoas foi facilitada com a intensificação do uso da “rabeta” de voadeiras e dos pequenos barcos, sendo que a grande maioria possui seu próprio meio de transporte, geralmente canoas com motor rabeta. Há ainda a utilização de chalanas para locomoção entre comunidades ou das comunidades a sede do município.

O escoamento da produção e feito através do uso de chalanas, canoas com motor rabeta, ou através do barco da associação. Além disso, os regatões ainda representam uma possibilidade de comercializar a produção e ter acesso a produtos que não podem ser produzidos pelas famílias da RESEX. No final do ano de 2009 foram instaladas nove cantinas comunitárias como parte do Projeto “Comércio Ribeirinho Solidário”, proposto pela Asproc, CNS, Amaru e Codaemj a Petrobras e com o apoio da Prefeitura Municipal de Carauari, do Instituto Chico Mendes, Searp, CDH, FAS, Conab e PCE. Um dos objetivos do projeto é dar condições para que as comunidades possam comprar gêneros alimentícios e outros itens pelo mesmo preço praticado no comércio da sede do município de Carauari, aumentando o poder de compra dos moradores. (Figura 09).



Figura 09 Visão interna de uma cantina comunitária, que comercializa produtos de consumo essenciais (Comunidade do Roque, Resex do Médio Juruá).
Foto: Saracura, Dez. 2009.

Os agentes comunitários de saúde tem um papel fundamental no atendimento primário a saúde. Eles são formados em um programa de saúde da família do governo federal com gestão das secretarias municipais de saúde. Geralmente os agentes são pessoas das comunidades que são instruídos capacitados para prestar atendimento básico de saúde na sua comunidade e em outras áreas próximas. Cabe ao agente comunitário orientar os moradores quanto a noções básicas de saúde e higiene. Apesar de parecer uma política incipiente, a presença dos agentes tem um considerável impacto nas comunidades. Em algumas comunidades, os agentes também realizam testes para diagnosticar ocorrência de malária. Periodicamente ocorrem campanhas de vacinação promovidas pela Secretaria Municipal de Saúde (Semsu) e os agentes tem um papel fundamental na mobilização dos moradores.

A malária tem sido a principal endemia da região, sendo que em agosto de 2009 na comunidade do Roque estava ocorrendo um surto, com registros de até três casos por dia. A FVS – Fundação de Vigilância em Saúde realiza ações periódicas objetivando o controle do mosquito (*Anopheles*) para prevenir a transmissão da doença. Além da malária, a diarreia infantil e a verminose são problemas de saúde que ocorrem com certa frequência nas

comunidades. Foram observados cães com enfermidades de potencial zoonótico (por exemplo, sarna e verminoses) transitando nas ruas das comunidades.

A oferta à educação atende a 67% da clientela com o Telecurso, 11,7% com a escolaridade de 4^a a 5^a série e 8% o ensino fundamental (1^a a 8^a) completo; 4% estudam no programa “Reescrevendo o Futuro” e apenas 9,3% não dispõe de nenhum nível de escolarização na comunidade, entretanto as pessoas em idade escolar freqüentam a escola em comunidades próximas (Cumaru, 2006). As maiores comunidades (Roque e Nova Esperança, por exemplo) possuem escolas estruturadas com salas de aula, cozinha, sala de leitura e material escolar (Figuras 10 e 11).

As escolas e os professores são mantidos pela Prefeitura Municipal de Carauari e, geralmente, os professores que atuam nas escolas são oriundos deste município. O ensino médio já existe em algumas comunidades da Resex (Pupuaí, Roque, São Raimundo e Tabuleiro) e do entorno, na RDS Uacari (Bauana). O ensino médio na comunidade possibilita a fixação dos jovens na região, evitando os problemas relativos à ida dos mesmos para a cidade, tais como acesso a drogas e violência.



Figura 10 Vista de uma das salas de aula da escola na Comunidade de Nova Esperança, Resex do Médio Juruá.

Foto: Valéria F. Saracura, Ago. 2009.



Figura 11 Material didático disponível para o ensino fundamental, comunidade Nova Esperança, Resex do Médio Juruá.

Foto: Valéria F. Saracura, Ago. 2009.

O nível educacional dos moradores da Resex é muito baixo. Os dados de Cumaru (2006) apontam que 30% dos moradores dessa Unidade não possuíam escolaridade, 20% eram alfabetizados, 19% cursaram de 1^a a 4^a série e 12 % haviam cursado de 5^a a 8^a do ensino fundamental. Uma parcela dos comunitários (15%) cursou o programa “Reescrevendo o Futuro”, nível de ensino destinado à erradicação do analfabetismo,

programa que conta com parcerias do Ministério da Educação – MEC, da Universidade do Estado do Amazonas – UEA e do apoio da Prefeitura Municipal de Carauari.

O serviço de comunicação da Reserva é bastante precário. Algumas comunidades são atendidas por telefones públicos que constantemente apresentam avarias (Figura 12). Não há sistema de rádio e a manutenção e o conserto dos telefones é realizado esporadicamente.



Figura 12 Exemplo de estrutura utilizada pelos comunitários para comunicação, mediante telefones públicos (Comunidade Nova Esperança, Resex Médio Juruá).

Foto Saracura, Mar. 2009

3.3.2 Aspectos Culturais

A população extrativista da Resex é originária de uma vasta área que pertenciam aos seringais Joanico, Tabaqui, Monte Cristo, Pupunha, Independência, Juburi, São Sebastião, Valter Buri, Mandioca, Gaviãozinho, Xurué, Amora, do Pão, Edílio, Maravilha e Palermo (Cumaru, 2006).

A descrição feita por Cumaru (2006) demonstra o modelo familiar observado nas comunidades da Reserva: a maioria das famílias está inserida no modelo de família nuclear:

um homem, uma mulher e seus filhos. Em geral, os parentes consangüíneos moram próximos uns aos outros, sem, contudo, dividirem a mesma casa. De maneira geral, todos preferem ter seu próprio lar e serem economicamente independentes. Nas casas de uma única família o pai é o chefe da família, devendo preocupar-se com as finanças da casa e cabendo a ele resolver todos os negócios. Para as mulheres da região, essas atividades são de obrigação própria dos homens.

As mulheres estão conquistando lugar de destaque no contexto social, como líderes comunitárias e familiares. Outras mulheres se dedicam basicamente às atividades domésticas e no cuidado com os filhos ou auxiliam o parceiro/marido na roça. Foi observada, mesmo que tímida, a participação de mulheres em reuniões comunitárias e nas oficinas do Plano de Utilização.

Em 2007, um grupo de mulheres da Resex decidiu criar a Associação das Mulheres Agroextrativistas do Médio Juruá – Asmanj. No momento estão em processo de rearticulação: em 2009 participaram de atividade de intercâmbio em Manaus; em 2010 realizaram curso de gestão realizado de geração de renda pelo Sebrae com apoio da Ufam.

A maioria dos comunitários participa de alguma organização social, sejam religiosa, esportiva e/ou associações comunitárias, principalmente da Asproc. Há também os comunitários que realizam a extração de óleos e coleta de semente e que participam da Cooperativa de Desenvolvimento Agro-Extrativista e de Energia do Médio Juruá – Codaemj. Uma pequena parcela dos moradores da Resex é filiada ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

A grande maioria dos comunitários segue a doutrina católica (86%). Outros 11% seguem os ensinamentos da Assembléia de Deus (Cumaru, 2006). O restante é adepto de outras religiões ou não possui religião. Os festejos religiosos para as comunidades católicas seguem as festividades tradicionais, com arraial, reza do terço, derrubada do mastro, jantar comunitário e festa dançante que agregam comunitários e convidados de outras comunidades e até da cidade de Carauari, sendo que cada comunidade possui seu santo padroeiro. Há também reuniões em casas de comunitários que possuem televisão, para assistir aos noticiários, novela, ou jogos de futebol.

O conhecimento popular do uso de plantas medicinais retiradas da floresta para tratamento de doenças é utilizado frequentemente. Isto também é estimulado pela facilidade de acesso aos remédios caseiros e pela dificuldade em se conseguir remédios alopáticos nos

postos de saúde das comunidades. Há ainda pessoas mais antigas que benzem e rezam pelos doentes, promovendo simpatias de cura.

3.3.3 Aspectos Institucionais

Os aspectos institucionais da Resex estão apresentados a seguir e tratam da composição e dinâmica das seguintes organizações: comunidades; Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc); Conselho Nacional dos Seringueiros – representação Carauari; Conselho Deliberativo; do Instituto Chico Mendes e a participação de outras organizações públicas, privadas e do terceiro setor com ações junto Unidade.

Comunidades

Assim como nos demais seringais do Rio Juruá, os seringueiros estavam distribuídos em colocações ao longo do curso do Rio. Em 1980 a igreja católica – prelazia de Tefé no caso do médio Juruá, iniciou um trabalho para formação de “comunidades”, ou seja agrupamentos de pessoas em locais específicos. As principais motivações incluíam a facilidade em ter acesso a serviços – como escolas, por exemplo, resistir a dominação de patrões, jagunços e a polícia, quando a serviço dos barões, e a facilidade em formar grupos e organizações para lutar pelo interesse dos seringueiros. A princípio as comunidades eram formadas por membros de uma ou duas famílias, mas, em alguns lugares, outras famílias foram sendo incorporadas aos núcleos. Com o desenvolvimento da organização as comunidades começaram a formar redes sociais e reivindicar direitos de interesse comum a todas as comunidades, o que resultou na criação das associações.

ASPROC e outras organizações locais

A Associação dos Produtores Rurais de Carauari (Asproc) foi criada como uma instituição responsável pela defesa dos interesses das comunidades da Resex do Médio Juruá. A organização esteve presente desde as lutas pela criação da Unidade e mantém-se ativa junto às comunidades. A organização tem elaborado projetos de interesse dos comunitários, dá apoio às comunidades no acesso a políticas públicas e realiza a comercialização da produção, e faz a interlocução entre os moradores da Resex e diferentes instituições de estado.

Como exemplo de ação conjunta com a Instituição gestora da Resex, a Asproc publicou, em parceria com o Ibama/CNPT em 2007, uma cartilha intitulada “Reserva Extrativista do Médio Juruá – Fazendo o Manejo Pensando no Amanhã”, sendo esta parte das ações de implantação do Conselho da Unidade. Esta cartilha foi divulgada e trabalhada em reuniões realizadas em todas as comunidades da Resex em agosto de 2008, sendo distribuída para todas as famílias das Reserva e representantes do Conselho Deliberativo.

Conselho Nacional dos Seringueiros

O CNS é outra organização que foi criada durante o I Encontro Nacional dos Seringueiros da Amazônia em 1985 e representa os interesses dos extrativistas diante do estado. Ao longo da sua existência a instituição se estendeu e atualmente tem atuação em toda a Amazônia. A instalação da representação do Conselho na sede do município de Carauari data da criação da Resex. As ações do CNS ocorrem em cooperação ou em conjunto com a Asproc, atuando na organização comunitária, representação e reivindicação política nas esferas municipais, estaduais e federais, estes últimos utilizando a estrutura do CNS estadual e nacional.

Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo foi criado oficialmente em 2007, pela Portaria Ibama nº10, em 29 de janeiro. Contudo, a reivindicação para o Conselho já foram objeto de reuniões das comunidades e organizações da Resex a partir de 1998. No ano de 2003, as organizações da Resex criaram um Conselho da Resex e o registraram em cartório (comunicação verbal Sr. Ferro, Raimundo de Lima da Costa e Sr. Élson Pacheco da Silva), sem, no entanto ser oficializado pelo Ibama. No ano de 2005, o Ibama realiza o processo de capacitação e sensibilização das comunidades, com recursos do FNMA, estabelecendo assim o processo que culminou com a oficialização do Conselho pelo Ibama. O Anexo S deste plano descreve o detalhamento deste processo.

O Conselho Deliberativo da Resex foi constituído de 24 cadeiras, entre instituições e representações das comunidades e tem a finalidade de contribuir com as ações voltadas à efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo da Unidade, entre outras atribuições conforme prevê o Decreto nº 4.340 de 22 de agosto de 2002.

Em junho de 2009 iniciou-se o processo de renovação dos conselheiros e em outubro de 2010, foi publicação no Diário Oficial da União a Portaria 105/ICMBio que

renovou o Conselho. As instituições que compõe o Conselho são apresentadas no Capítulo “Estrutura de Gestão” deste Plano de Manejo.

O conselho possui Regimento Interno e realiza reuniões ordinárias frequentes. No processo de construção do Plano de Manejo, participou efetivamente, com indicação de conselheiros no Grupo de Trabalho de planejamento e elaboração do plano de manejo participativa da Resex do Médio Juruá.

O Instituto Chico Mendes

O Instituto Chico Mendes, com um quadro de pessoal que desenvolvem as atividades e atua em conjunto com diversas parcerias para a implementação da Resex. As atividades administrativas realizadas também contaram com o apoio do Escritório do Ibama existente na sede do município de Carauari (Figura 13). A estrutura do escritório está atualmente em processo de transferência para o Instituto Chico Mendes

Essa estrutura é composta por duas edificações. A primeira possui duas salas e uma recepção, cujos computadores e rede internet estão instalados no local, além de uma pequena biblioteca e arquivos com alguns documentos afetos à Resex. Na outra edificação há um banheiro e um pequeno quarto utilizado como depósito. As dependências do escritório que necessita de reformas.



Figura 13 Escritório do Ibama em Carauari – AM, onde ocorrem as atividades administrativas da Resex do Médio Juruá.

Foto: Saracura, Mar. 2009

Além das duas estruturas acima citada, o Ibama de Carauari possui um flutuante no Porto de Carauari em condições precárias. O flutuante é utilizado para depósito de material apreendido em missões de fiscalização e também para guardar as voadeiras do Instituto Chico Mendes. As voadeiras são equipadas com um motor de 40 Hp de potência e outro de 50 Hp.

Os recursos que apóiam a Resex através do Instituto Chico Mendes são oriundos de diversas fontes como os Corredores Ecológicos – Corredor Central da Amazônia (2006 a 2008); o Projeto BRA O8/002 – Gestão de Reservas Extrativistas Federais na Amazônia Brasileira (a partir de 2008); Compensação ambiental BR 319; orçamento da união; entre outros.

A Resex e outras Unidades de Conservação dos Estados do Amazonas e Roraima estão ligadas a Coordenação Regional do Instituto Chico Mendes em Manaus (CR-02). Esta Regional apóia a Unidade técnica e politicamente.

Outras Instituições e Empresas

Outras instituições têm atuado na Resex, tanto na implementação de políticas públicas, bem como de ações de cunho ambiental ou de pesquisas científicas. As pesquisas e projetos de extensão são realizadas principalmente pelas Universidades (UNB, Ufam, UEA) e o Inpa.

A implementação de políticas públicas são realizadas através das ações da prefeitura Municipal de Carauari, através das Secretarias de Educação, Saúde e Meio Ambiente principalmente. O Incra, o Idam, a Sepror também tem ação local de relevância. O Sebrae tem contribuído para o empreendedorismo e apoio as organizações locais.

Ainda sobre a institucionalidade, duas empresas que atuam na região têm relações com a gestão da Resex: A Natura e a Petrobrás. A Natura atua na Resex adquirindo o óleo de Andiroba e a manteiga de Murumuru que são matéria prima da empresa em várias linhas de cosméticos. A empresa está com um processo de acesso ao conhecimento tradicional associado, em fase de assinatura do Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e Repartição de Benéficos (Curb).

A Petrobrás tem ações no município de Carauari, onde já realizou estudos de prospecção de petróleo e gás natural, encontrando em alguns poços esses hidrocarbonetos.

A Petrobrás tem financiado projetos de desenvolvimento na Resex, apoiando as Organizações locais, como a Asproc, que são os executores destes. Também apoiou a gestão da Unidade em passagens aéreas para servidores e parceiros com atuação na Resex.

Regras de Convivência

O primeiro Plano de Utilização da Resex foi aprovado pela Portaria nº 150-N, de 20 de novembro de 1997. O processo administrativo de criação da Resex apresenta vários documentos com as etapas que levaram à elaboração do Plano de Uso e sua homologação. Inicialmente, a Associação dos Moradores da Resex do Médio Juruá – Asproc, como representante dos moradores da Resex, apresentou ao Ibama uma proposta de plano de utilização, elaborado de acordo com a Portaria IBAMA nº 51-N de 11 de maio de 1994, e aprovado pelos moradores. Este plano foi aprovado pela Comissão das Populações Tradicionais ¹ na sua 17ª reunião, realizada no dia 27 de junho de 1997.

Segundo informações dos moradores que participaram do processo de construção deste instrumento de gestão, participaram na época mais de 130 pessoas das discussões e aprovação do plano de utilização. A reunião ocorreu entre os dias 22 a 25 de abril de 1997, na comunidade de Tabuleiro. As comunidades foram assessoradas pelo Ibama/CNPT, Movimento de Educação de Base – MEB, Paróquia de Carauari, Prefeitura Municipal de Carauari, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carauari e Prelazia de Tefé.

Ações de Proteção e Manejo Desenvolvidas na Reserva

A vigilância das áreas de tabuleiros, vem sendo realizadas desde o ano de 1975 através do Projeto Quelônios da Amazônia – PQA. No Estado do Amazonas, o monitoramento foi iniciado em 1977 no rio Juruá. Na região onde atualmente esta assentada a RESEX, o manejo foi iniciado em 1994 nas comunidades denominadas Deus é Pai, Pão, Pupunha e Manariã. O projeto envolve dez tabuleiros de proteção: Jacaré, Deus é Pai, Manariã, Ati, Gumo do Facão, Bauana, Bom Jesus, Marari/Pau-furado (atualmente denominado Monte Carmelo), Itanga e Mandioca. A ação de proteção e monitoramento de quelônios (tartarugas e tracajás) consiste em promover o treinamento e o apoio aos vigias de tabuleiros e o envolvimento das comunidades na conservação dos quelônios. Foi iniciado com apoio da Igreja Católica, Ibama, Asproc, CNS, Greenpeace, Ministério do Meio Ambiente e Ufam e, no ano de 2010, conta com atividades coordenadas pelo Programa de

1 A Comissão das Populações Tradicionais, era uma

Monitoramento da Biodiversidade e do Uso de Recursos Naturais em Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas – Probuç (Ceuc/SDS), com apoio do Instituto Chico Mendes, Asproc e Amaru. Outro Projeto chamado ‘Manejo Comunitário de Quelônios do Médio Rio Amazonas e Juruá - Pé-de-Pincha’ (Ufam/Petrobras) também realiza atividades na área da Resex.

Nestas ações de proteção de quelônios, os trabalhos de vigilância e monitoramento das praias ocorrem de junho a dezembro através da marcação dos ninhos, coleta de dados biométricos dos animais adultos que sobem para desovar, sendo feita a translocação de ninhos para locais seguros. Até 2007, os filhotes também eram translocados, ao nascerem, para berçários feitos de tela colocados dentro d’água, nos lagos da várzea, sendo soltos após quatro a seis semanas, quando teriam melhores condições de sobrevivência.

Segundo Andrade (2008), o programa de conservação de quelônios na Resex do Médio Juruá e entorno envolve mais de 200 famílias. Os registros do monitoramento de base comunitária iniciaram-se em 1994, sendo que os dados de produção apresentados entre o período de 1994 e 2006 mostram grande oscilação, o ano de maior abundância para iacá, tartaruga e tracajá foi 2001. Os tabuleiros com maior produção, nos últimos anos, são o do Ati (comunidade do Roque), Jacaré (comunidade Nova Esperança) e Manariã (Andrade, 2008; informações do Probuç).

A partir de 2007, com o acompanhamento das atividades de proteção e monitoramento pelo Probuç e apoio do Ibama/Instituto Chico Mendes, houve uma melhora na coleta de dados de um ano para o outro, na área da Resex e da RDS Estadual Uacari (Teles, 2009). No ano de 2010 as atividades foram apoiadas por três instituições: Instituto Chico Mendes, Ufam/Petrobras e Probuç/SDS. Esta atividade é realizada principalmente no período de vigilância (junho a novembro). Em 2010, voltou a atuar na área da Resex e da RDS o Projeto “Manejo Comunitário de Quelônios do Médio Rio Amazonas e Juruá - Pé-de-Pincha” (Ufam/Petrobras), que colabora despesas de alimentação dos monitores de praia, assim como também vem desenvolvendo outras atividades técnicas: nas comunidades do Gumo do Facão e Nova Esperança realizou o curso de Criação de Galinha Caipira e, no Roque, o Curso de Horta Comunitária.

No passado, o fornecimento de alimento aos monitores das praias da Resex e entorno eram apoiados pelo Ibama/CNPT e Asproc. O CNS, Asproc e Ibama já tiveram apoio do Ministério do Meio Ambiente nessa ação, além de disponibilizar motores rabeta

que foram repassados aos vigias. Em 2000, com apoio do Greenpeace foram construídos dois flutuantes que ficavam na entrada dos lagos Marimari (da comunidade São Raimundo) e do Sacado do Juburi. Após alguns anos, o flutuante do Sacado do Juburi teve de ser removido para Carauari por falta de vigilância e risco de depredação. Segundo informações prestadas pelos equipe local em 2010, os flutuantes estavam em situação precária enquanto o flutuante do Sacado do Marimari continuava no local e estava sendo utilizado durante as atividades de vigilância do local, com apoio da comunidade São Raimundo.

Além das atividades de proteção dos recursos naturais, foram realizadas atividades de capacitação, destacando os seguintes cursos:

- Curso de Fiscal Colaborador/Mutirão Ambiental: realizado em outubro de 1996, com elaboração de cartilha do fiscal colaborador da Reserva Extrativista Médio Juruá. (Ibama, CNPT, Asproc), definindo as competências de cada instituição. O papel da cartilha é orientar como o fiscal deve fazer a abordagem e orientar as pessoas das atividades que são consideradas graves, entre outras informações relevantes.
- Oficinas participativas para a definição das diretrizes para o levantamento de quelônios em 2002 e o Manejo da Pesca em 2006.

Os agentes ambientais voluntários – AAV tiveram três cursos de capacitação na região, sendo que em 2007 foi realizado um curso de reciclagem dos antigos agentes e capacitação de novos agentes para atuarem na Resex.

Além disso, várias oficinas têm sido realizadas em parceria com as associações e Universidade Federal do Amazonas (Ufam) abordando dinâmicas participativas que visam à melhoria das práticas agroextrativistas, práticas de gestão e geração de renda.

3.4 População beneficiária, formas de organização e representação social

3.4.1 População Tradicional Beneficiária

Os beneficiários da unidade de conservação são seringueiros, filhos de seringueiros ou ex-seringueiros que atualmente desenvolvem atividades extrativistas como a coleta de frutos de espécies oleaginosas, agricultura e pesca.

A ocupação da região Amazônica se intensificou entre o final do século XIX e a segunda década do Século XX. O encontro promovido partir da vinda de trabalhadores rurais da região Nordeste do país para extrair seringa na Amazonia e os povos indígenas que já habitavam essa área gerou resultado na população ribeirinha que hoje habita as margens de grandes rios na Amazonia (Care, 2008).

Ocorreu a integração dos conhecimentos sobre a floresta, ao longo das gerações, que hoje caracterizam as populações tradicionais da Amazônia. Encontrou na floresta e nos rios as condições para sua subsistência, como por exemplo: a paxiúba para a construção de casas, a madeira para a confecção de canoas, a caça, o peixe, as sementes e os frutos para seu alimento. (Silva, 2007).

Segundo Alegretti (2002), os seringueiros surgiram como uma categoria social específica de trabalhador nas últimas décadas do século XIX. Este grupo de trabalhadores emergiu com a segunda Guerra Mundial e seguiram atuando ao longo de todas as demais fases da história recente da Amazônia.

A identidade social destes trabalhadores foi sendo construída e transmitida, de geração em geração, dentro dos seringais, de acordo com os objetivos que orientavam as diferentes ondas migratórias. Assim, quando a borracha nativa da Amazônia passou a ter utilidade industrial e a região foi ocupada por nordestinos na segunda metade do século passado. Havia razões muito claras que levavam aqueles homens para lá: de um lado, as precárias condições de sobrevivência na região de origem; de outro, a perspectiva de enriquecer rapidamente e voltar, possibilidade viável diante dos altos preços da borracha naquele momento. No entanto, tais perspectivas não se concretizaram e tais comunidades permaneceram na região Amazônica (Itaborahy, 2009; Alegretti, 2002; Cunha e Almeida, 2002; Reis, 2001; Derickx, 1992). Este grupo social tem em comum a sobrevivência através da extração de recursos florestais como borracha, cipós, açaí, babaçu, entre outros.

No levantamento sócio-econômico realizado por Rueda em 1995, destacavam-se os seguintes seringais: Providência, Monte Cristo, Deus é Pai, Pão, Marimari, Manariã, Morada Nova e Paxiúba. Naquele período, 310 famílias habitavam a área, em um total de 1860 pessoas, segundo o MEB. Rueda (1993) aplicou questionários com 188 famílias entrevistadas, abrangendo 1204 pessoas, o que representou 65% da população da região que estava sendo considerada para a criação da Resex.

Em 2000, o Ibama contabilizou na área da Resex uma população de 1.308 pessoas, distribuídas em nove comunidades e seis localidades. Em 2006, este número aumentou para 12 comunidades e cerca de 2.000 pessoas (Cumaru, 2006). Os dados atuais são apresentados a seguir.

3.4.2 Perfil Geral da População Beneficiária

A população beneficiária da Resex do Médio Juruá, levantada pelo cadastramento de agosto de 2009, foi de 333 famílias, com população total de 1921 habitantes. Detalhamentos deste cadastro são apresentados na Tabela 03.

Tabela 03 Informações sobre as comunidades da Resex do Médio Juruá, sua composição familiar, habitantes, ano da formação do núcleo, produtos e atividades produtivas principais e complementares.

Comunidades/ Localidades	Nº de famílias	Nº de pessoas	Ano criação	Distância Carauari*	Principal atividade/ Produto	Atividade complementar	Citação de produtos pelos comunitários
Gumo do Facão	27	125	S/ Inf.	74	Agricultura/ Farinha de mandioca	Pesca, andiroba, muru- muru e seringa	Melancia
Novo Horizonte	12	72	2000	81	Agricultura/ Farinha de mandioca	Pesca e banana	Melancia, melão, feijão, milho, batata, e jerimum
Pupuaí	29	187	2000	81	Agricultura/ Farinha de mandioca	Pesca, andiroba	Banana
Nova Esperança	40	251	1997	83	Agricultura/ Farinha de mandioca e plantio de banana	Pesca, murumuru, ouricuri e ucuúba	Melancia, melão, feijão, milho, batata e jerimum
Roque	89	495	1992	107	Farinha de mandioca, banana, murumuru, ucuúba e andiroba	Pesca e produção de óleos	Sem informação
Fortuna	13	74	S/Inf.	120	Agricultura/ Farinha de mandioca	Pesca, murumuru e andiroba	Sem informação
Fazendinha	01	09	S/Inf.	137	Agricultura/ Farinha de mandioca	Pesca	Sem informação
Monte Cristo	02	16	S/Inf.	126	Agricultura/ Farinha de mandioca	Pesca	Sem informação
Imperatriz	18	102	1986	149	Agricultura/ Farinha de mandioca	Pesca, murumuru, ucuúba e andiroba	Sem informação
Boca do Rio Velho	01	04	S/Inf.	155	Agricultura/ Farinha de mandioca	Pesca	Sem informação
Estirão do São José	07	30	1990	164	Agricultura/ Farinha de mandioca	Pesca	Banana, caju, abacaxi, abacate, goiaba, ingá, cará, jambo, cará-roxo, ária, pupunha, açai, buriti, cupuaçu e biribá
Deus é Pai	02	12	S/Inf.	170	Agricultura/ Farinha de mandioca	Pesca	Banana e algumas frutas regionais
Ido	04	14	1990	173	Agricultura/ Farinha de mandioca	Pesca exploram madeira até 1996	Banana, caju, abacaxi, abacate, goiaba, ingá, cará, jambo, cará-roxo, ária, pupunha, açai, buriti, cupuaçu e biribá

Pão	11	55	1990	183	Agricultura/ Farinha de mandioca	Pesca	Banana, caju, abacaxi, abacate, goiaba, ingá, cará, jambo, cará-roxo, ária, pupunha, açai, buriti, cupuaçu e biriba
Nova União	08	36	S/Inf.	189	Agricultura/ Farinha	Pesca de peixe liso	Banana e mamão
S. Raimundo	22	134	2003	226	Agricultura/ Farinha de mandioca	Pesca, seringa, produzem paneiro e vassouras	Mamão, abacaxi, banana, pupunha, caju, abacate, ingá, goiaba, limão, laranja, jambo, manga, cacau e café
Manariã	01	05	1986	218	Agricultura/ Farinha de mandioca	Pesca e madeira serrada e em tora	Batata, jerimum, banana, milho e melancia.
Boa Vista	06	31	1970	229	Agricultura/ Farinha de mandioca	Pesca e madeira serrada e em tora	Batata, jerimum, banana, milho e melancia.
Boca do Chué	01	1	S/Inf.	230	Agricultura/ Farinha de mandioca	Pesca	Farinha de mandioca
Sr. Antônio	01	08	S/Inf.		Agricultura/ Farinha de mandioca	Pesca	Farinha de mandioca
Morada Nova	11	58	1994	242	Agricultura/ Farinha de mandioca	Pesca	Batata, jerimum, banana, milho e melancia.
Liberdade	02	13	S/Inf.	253	Agricultura/ Farinha de mandioca	Pesca	Farinha de mandioca, banana, cará, pupunha, cupuaçu, açai, buriti, café, abacaxi, jambo, abacate e melancia.
Tabuleiro	24	152	1987	253	Agricultura/ Farinha de mandioca	Pesca	Farinha de mandioca, banana, cará, pupunha, cupuaçu, açai, buriti, café, abacaxi, jambo, abacate e melancia.
Sr. Ever	01	12	S/Inf.	240	Agricultura/ Farinha de mandioca	Pesca	Farinha de mandioca
Totais	333	1921					

* Distância percorrida pela calha do rio.

Fonte: Braga *et al.*, 2006 e dados do cadastramento, 2009.

A comunidade do Roque, com 89 famílias, tem a maior população, seguida pela Nova Esperança e Pupuai, com 40 e 29 famílias, respectivamente. Estas três comunidades, juntamente com as comunidades Novo Horizonte e Gumo do Fação, representam 60% da população da resex. Estas cinco comunidades também são as mais próximas da cidade de Carauari, fato que deve ser o preponderante na maior aglomeração, pois há cada vez busca e disponibilidade de serviços nos centros urbanos, principalmente pelo acesso às políticas públicas. O mapa com a distribuição das comunidades, localidades e moradores isolados encontra-se no Anexo H. Percentualmente, as famílias da Resex são distribuídas conforme a Figura 14 abaixo.

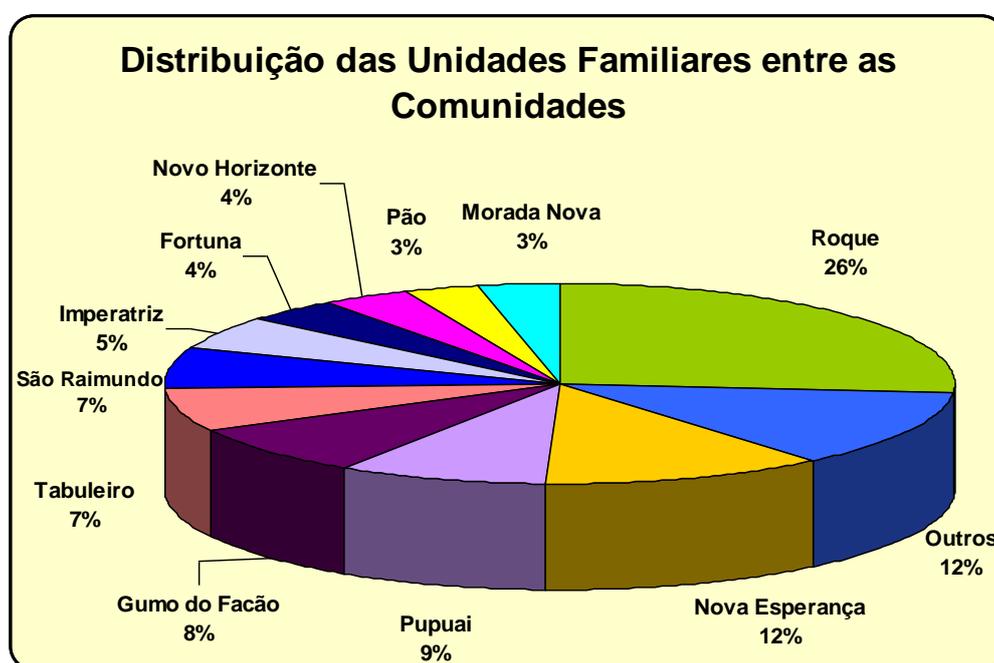


Figura 14 Distribuição proporcional das Unidades Familiares entre as comunidades da Resex do Médio Juruá.

Fonte: cadastramento 2009

Quanto ao perfil da população quanto a faixa etária, a maior parte da população residente na REMJ (35%) possui mais de 21 anos, sendo que 22% tem entre 0 e 5 anos, 27% de 6 a 13 anos e 16% de 14 a 20 anos (Fig. 15).

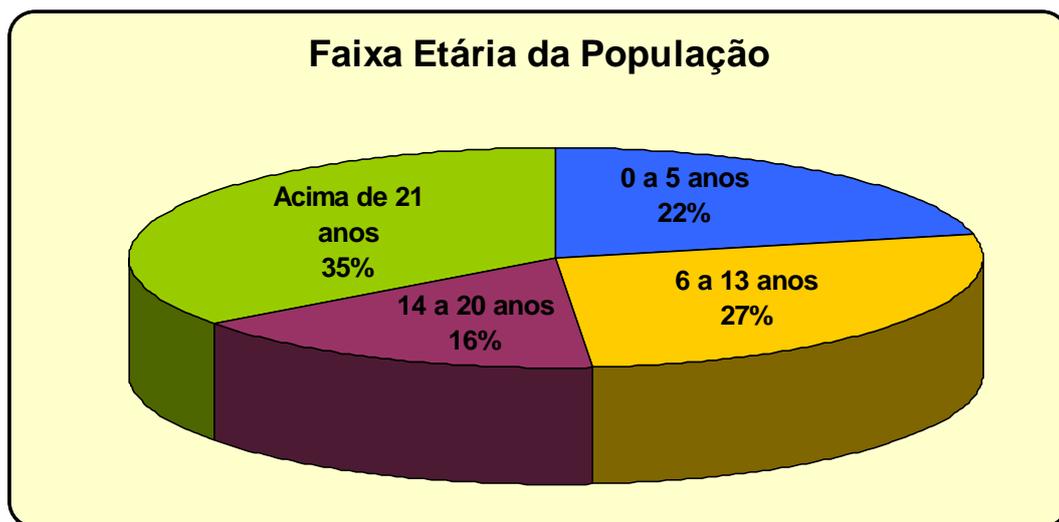


Figura 15 Distribuição da faixa etária da população da Resex do Médio Juruá, destacando que a maioria da população constitui a idade adulta.
Fonte: cadastramento 2009.

Quanto à escolaridade, a grande maioria dos entrevistados (61%) declarou não ter escolaridade ou não informou seu grau de instrução (Figura 16). Apenas 4% declararam ter nível médio e 35%, nível fundamental.

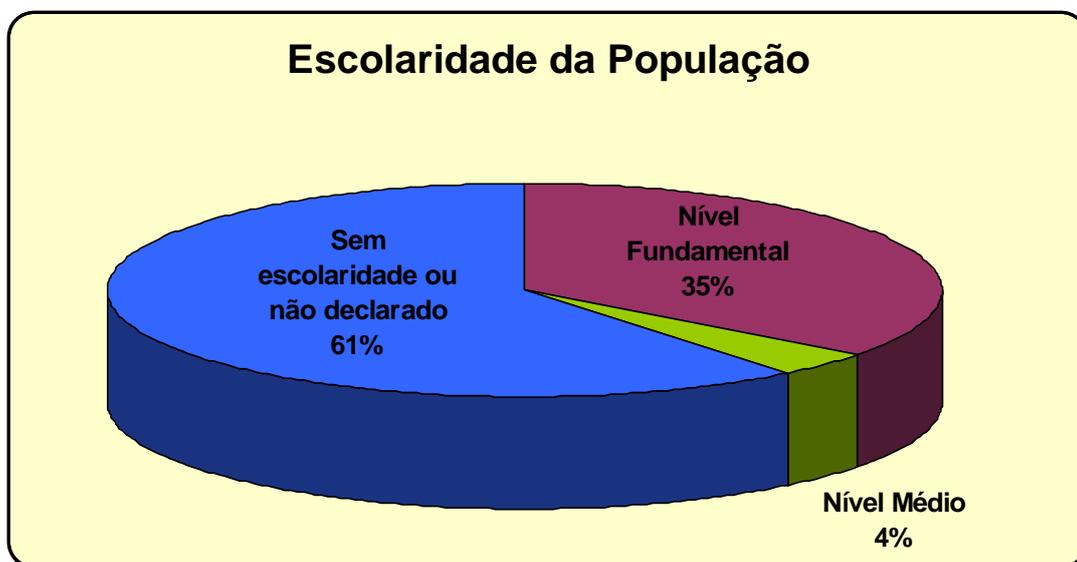


Figura 16 Escolaridade da população da Resex do Médio Juruá, cuja grande maioria da população não possui escolaridade ou não declarou.
Fonte: cadastramento 2009

O cadastro também identificou que 15% dos chefes de famílias da Resex estavam matriculados no de 2009. Estes dados estão relacionados ao baixo nível de alfabetização de adultos e a busca destes pela escola, através de programas oferecidos nas comunidades de

alfabetização de adultos. O cadastro também apontou que quase 40% dos adultos são analfabetos ou em fase de alfabetização, 32% têm o nível fundamental incompleto. Somente 1% possui nível superior ou técnico profissionalizante (Figura 17).

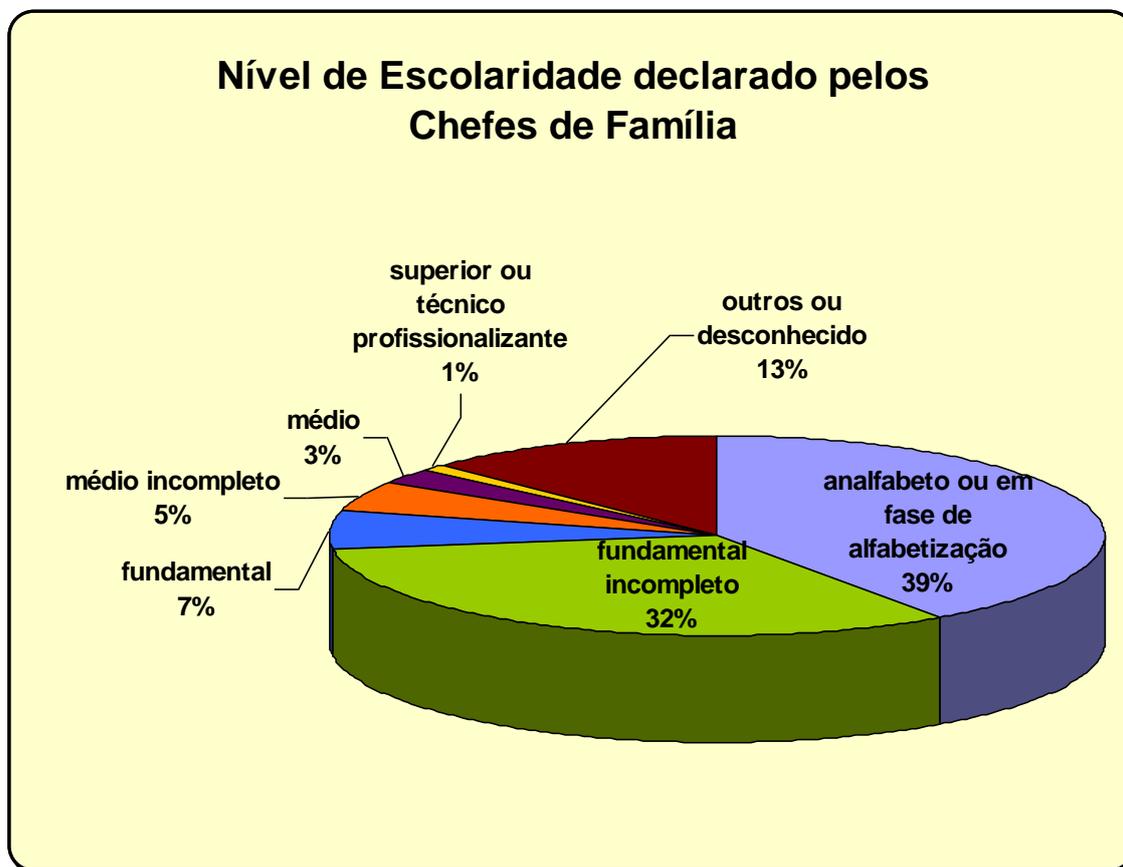


Figura 17 Nível de escolaridade declarado pelos chefes de família da Resex do Médio Juruá.

Fonte: cadastramento 2009

Quanto à composição familiar, o cadastro apontou que 284 famílias são compostas pelo casal (casado ou companheiro) e 45 são unidades familiares com apenas um dos gêneros (solteiros, viúvos, separados). Neste último grupo, a distribuição de gênero é semelhante, sendo 25 do feminino e 29 chefiados apenas por homens. No caso das famílias compostas pelo casal, na maioria estavam casados (74%) e um número considerável (24%) são companheiros.

A maior parte dos chefes de família da unidade de conservação apresentaram documento de identidade durante o cadastramento. Cerca de 12% não apresentaram nenhum tipo de documentação. Já a carteira profissional foi apresentada por 8% dos entrevistados (Figura 18).

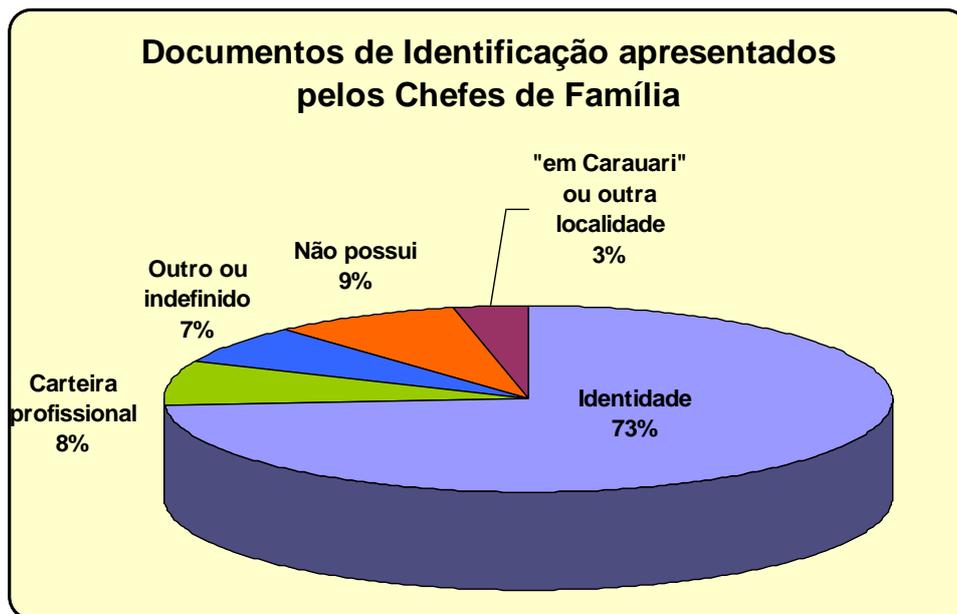


Figura 18 Documentos de identificação apresentados pelos chefes de família da Resex do Médio Juruá.

Fonte: cadastramento 2009.

Os dados cadastrais levantados referentes ao tempo de domicílio de cada morador, são apresentados na Figura 19. A partir desses dados constata-se que cerca da metade dos moradores tem residência fixa a mais de 15 anos na área da Resex. Nos últimos cinco anos, 14% das famílias tiveram alguma forma de migração. Este dado ainda é preliminar, mas deve ser acompanhado ao longo do tempo a fim de identificar estratégias de gestão.

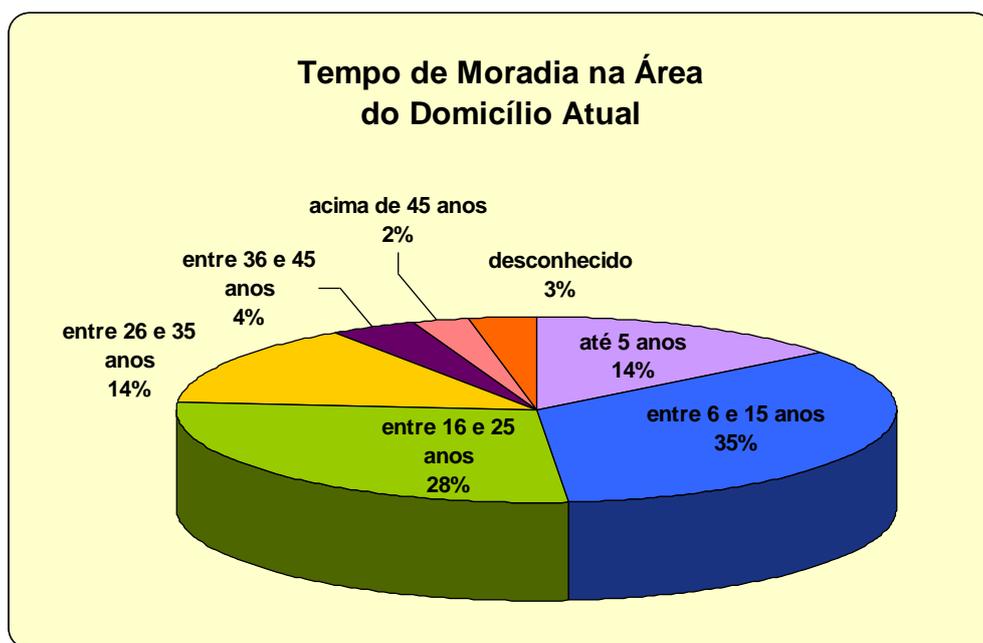


Figura 19 Proporção de tempo de moradia na área do domicílio da Resex do Médio Juruá. Fonte: cadastramento 2009.

3.4.3 Formas de Organização e Representação Social

Na década de 1970 surgiu o Movimento de Educação de Base – MEB – no município de Carauari, atuando em prol da organização social. Naquela época, desenvolvia ações nas localidades rurais dos municípios de Carauari e Juruá, tendo cinco linhas prioritárias: suplência, suprimentos, qualificação profissional, grupalização e evangelização (Derickx, 1992).

Em 1981, foi criado o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carauari - STRC que, juntamente com o MEB, a Paróquia de Carauari e outras instituições, travaram duras batalhas em favor dos trabalhadores e contra o regime "escravo" a que eram submetidos (Dias et al., 2003; Derickx, 1992). O Sindicato dos Trabalhadores Rurais teve importante papel na formação da Asproc e na luta pela criação da Resex.

Nos anos 80 o MEB realizou programas de alfabetização funcional, cursos de lideranças comunitárias, agricultura, medicina caseira, formação religiosa, formação de parteiras, sindicalismo, com o objetivo de desenvolver o senso crítico e a determinação dos comunitários em buscar soluções para os problemas identificados (Derickx, 1992).

Na década de 90 o Programa de Desenvolvimento Sustentável do MEB visava atuar num processo de mediação de parcerias dos grupos apoiados com instituições técnicas e de pesquisas e o aproveitamento dos recursos naturais, de forma racional a garantir uma rentabilidade econômica às famílias residentes na Resex. Com este intuito, no ano de 1991, é criada a Associação dos Produtores Rurais de Carauari – Asproc.

Desde o início, as Asproc tem recebido destaque na região, pela sua capacidade de mobilização social através da atuação junto às comunidades na articulação e na comercialização dos produtos da Reserva, no processo organizacional, na absorção da produção agrícola dos comunitários, na negociação com o produtor e na comercialização na cidade. Desempenha também um importante papel no processo de elaboração e desenvolvimento de projetos.

A capacidade da organização de mobilizar atores sociais de diferentes escalas e natureza é percebida no relatório da Assembléia da Associação de Produtores Rurais de Carauari – Asproc ocorrida em maio de 1998 quando houve o VI Encontro da Associação de Produtores Rurais de Carauari. O objetivo do encontro era discutir com as autoridades

municipais, estaduais e federais, como também ONGs, os projetos que viabilizassem a superação dos problemas vividos pelos associados da Asproc. Tiveram 96 participantes, sendo 21 não associados, três índios da etnia “Deni”, representantes dos órgãos como o Ibama, CNPT, Assessoria Jurídica da Prelazia de Tefé, CNS, Associação de Jutai, GPD, vereadores da Câmara Municipal, Prefeito, Secretário de Produção e do Interior, técnico do Idam e gerente do Basa (atual Banco da Amazônia). Assim, ao invés de somente discutir entre os atores da sociedade civil, a organização procurava apresentar suas demandas a organizações do estado.

Há duas organizações associativas que atuam em parceria com a Asproc na Resex:

- A Cooperativa de Desenvolvimento Agroextrativista e de Energia do Médio Juruá - Codaemj, criada em 2003, com o apoio da Ufam, para realizar as atividades de produção e comercialização dos óleos vegetais, na Comunidade do Roque, bem como comprar sementes de andiroba e murumuru de coletores das outras comunidades da região. Esta instituição mobiliza os comunitários para a geração de renda por meio da compra e beneficiamento dos produtos oleaginosos. Na comunidade do Roque, desde 2000, funciona uma usina de produção de óleos de andiroba (*Carapa guianensis*) e manteiga de murumuru (*Astrocaryum farinosum*), que tem como comprador, desde 2003, a empresa Cognis. A responsabilidade pela produção e comercialização dos produtos é da Cooperativa de Desenvolvimento Agroextrativista e de Energia do Médio Juruá - Codaemj, situada na comunidade do Roque (Pinheiro, 2007).
- A Associação de Moradores Agroextrativistas da RDS Estadual Uacari – Amaru, criada em 2006, com a finalidade de realizar a co-gestão da RDS Uacari. Esta Associação deverá receber o Contrato de Concessão do Direito Real de Uso que será emitido pelo Estado, bem como representar os moradores da RDS Uacari, junto ao órgão gestor da unidade e demais instituições governamentais, nas esferas federal, estadual e municipal, para garantir a efetivação de políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida dos moradores do entorno da RDS.

Além das instituições acima, várias outras foram sendo criadas: em 2001 o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Amazonas/Delegacia de Carauari - Sinteam e Associação dos Feirantes Profissionais – Asfep. Em 2000 a Colônia de Pesca Z – 25 e em 2002 foi criada a Associação dos Moradores Agroextrativistas da Reserva Extrativista do Médio Juruá - Asmaremju (Dias *et al.*, 2003).

Outra organização atuante e parceira na condução dos projetos é o CNS que, desde o início da organização para a criação da Resex, organizou e incentivou as ações de manejo e sustentabilidade na área.

Os dados obtidos no cadastramento realizado em agosto de 2009 demonstraram que a grande maioria dos entrevistados são associados da Asproc, principalmente pela sua atuação no escoamento e aquisição de boa parte da produção agrícola dos comunitários.

Uma boa parcela dos moradores é beneficiária da reforma agrária, conforme observado na Figura 20 que também aborda os aspectos inerentes a cidadania e organização social. Estes dados apresentam valores absolutos de quantos entrevistados declararam possuir carteira de pescador, serem beneficiários da reforma agrária e do programa de distribuição de renda do Governo Federal, participarem de associações e terem apelido. Todos os que declararam participar de uma cooperativa são associados da Codaemj.

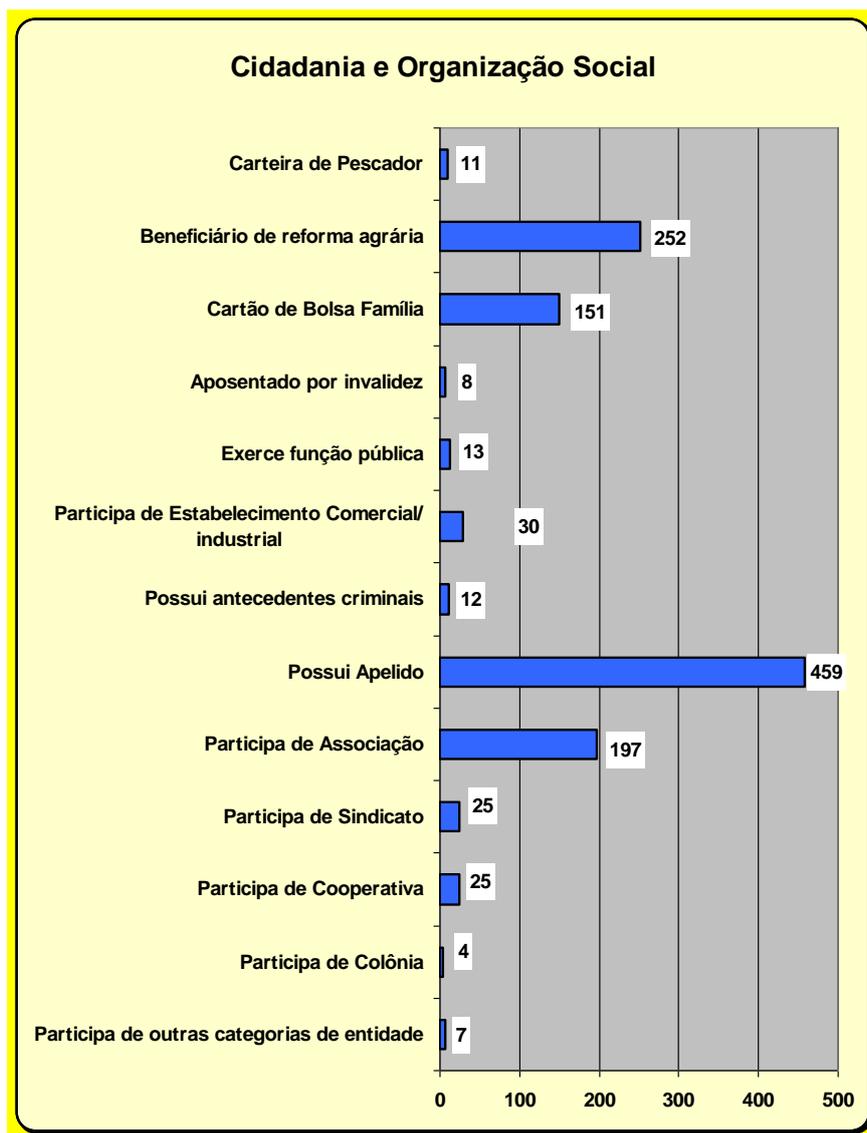


Figura 20 Quantidade em total absoluto de comunitários da Resex Médio Juruá que participam de alguma organização social e sua condição de benefício pelos programas do Governo.

Fonte: cadastramento 2009.

3.5 Histórico e Formas de Uso e Ocupação do Território

A ocupação do rio Juruá ocorreu de forma expressiva nos dois ciclos da borracha, no final do século XIX e meados do século XX, devido à demanda mundial por borracha na época da Revolução Industrial e durante a 2ª. Guerra Mundial. Entre estes períodos, a exploração de seringa na Amazônia foi interrompida pelo sucesso dos plantios de *Hevea Brasiliensis* na Malásia. Com a destruição das plantações da Malásia em 1942, em meio à Segunda Guerra Mundial, a produção asiática de borracha teve uma queda de 97% e novos acordos de comercialização foram fechados com o governo Brasileiro, impulsionando um

novo ciclo de produção e ocupação nos extensos seringais do Juruá e de outros rios da Amazônia.

A mão de obra nordestina foi mobilizada como “soldados da borracha”, mediante contratos de trabalho e foram oficialmente reconhecidos como uma alternativa ao engajamento na guerra. Estes trabalhadores tinham como missão e sentimento a prestação de um serviço à nação (Alegretti, 2002). Os soldados da borracha foram para a Amazônia com a promessa de comprometimento duplo do Estado e do seringalista. O primeiro o encaminharia até os seringais e o segundo cumpririam com as cláusulas estabelecidas nos contratos (Itaborahy, 2009).

As famílias dos seringueiros receberiam assistência familiar e haveria contratos com seringalistas de prestação de serviços. Além disso, haveria liberdade de adquirir gêneros alimentícios e de utensílios onde os seringueiros quisessem e os preços praticados pelos estabelecimentos seriam fiscalizados pelo Departamento Nacional de Imigração e pela Divisão de Fomento Agrícola. Nenhuma destas promessas foi cumprida, parte pelo tamanho do território Amazônico e a dispersão dos seringais, que ficavam completamente isolados, o que dificultava a fiscalização. Havia também à época articulação política entre os seringalistas e os detentores do Poder, e o interesse era produzir muita borracha com um custo mínimo, independente das atrocidades cometidas contra os seringueiros (Itaborahy, 2009; Derickx, 1993).

Durante as primeiras décadas da economia gomífera no Médio Juruá, atividades de produção alternativas à extração de látex, como a agricultura de subsistência, eram proibidas. A partir da metade do século XX, já era permitido ao seringueiro plantar, colher, pescar, o que em parte determinou a ocupação de áreas próximas às moradias para o estabelecimento de roçados.

Há três formas de agrupamentos observados para a distribuição das famílias na Resex: as localidades, as comunidades e os moradores isolados. As localidades possuem entre duas a nove casas e as comunidades aglutinam acima de 10 famílias.

A maioria das moradias da Resex está distribuída nas margens do rio Juruá, de sacados ou lagos, com associação estreita com ambientes de várzea e corpos hídricos. Esta proximidade ao rio ou curso d'água, também propicia o acesso aos produtos de “regatões²”

2 Historicamente, o regatão da Amazônia é o pequeno comerciante que entra nos rios e igarapés com sua pequena embarcação carregada de miudezas, oferecendo esses produtos aos moradores dos rincões da região. Troca – mais que vende – produtos industrializados por espécies valiosas da floresta (Martins, 2010).

e a venda de parte da produção de seringa e farinha para este. Os “regatões”, com pequenas mudanças, ainda estão presentes no cotidiano das comunidades (ver item 3.6.1).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, a economia da borracha volta a entrar em decadência. A perda de mercado para a produção asiática, e a baixa qualidade da produção levou os seringais do Brasil a entrar em total processo de falência. Na década de 1970, a borracha nativa recebeu a menor cotação da história.

Com isso houve um movimento de busca por novos recursos. Na década de 1980, foi observado um êxodo rural no município de Carauari, acelerado com as ações da Petrobrás e empreiteiras na região. Muitos seringueiros migraram para a sede do município em busca de trabalho e renda.

Habitantes da região do Médio Juruá, assim como outras regiões amazônicas, começaram a buscar formas alternativas de obter recursos antes oriundos da produção da borracha. A população, até então extrativista, iniciou ou intensificou as relações comerciais com os “regatões”, incluindo nas trocas as três espécies de quelônios mais abundantes na região, além do pirarucu e peles de felinos (Itaborahy, 2009).

Por outro lado, havia por parte dos patrões o empenho em aumentar a atividade de produção agrícola, sobretudo através da produção de farinha, pesca e extração de madeira – atividades que passaram a ter lugar de destaque na produção dos ribeirinhos, patrões e do próprio município. A decadência do mercado da borracha teve como consequência um afrouxamento do sistema de patronagem, e as comunidades passaram a enfrentar conflitos com pescadores e caçadores profissionais que se aventuravam nos lagos e praias dos seringais para capturar peixes e quelônios que lhes garantiriam alguma renda.

No mesmo período, a igreja aumentava a sua capilaridade junto as comunidades através da formação do Movimento de Educação de Base (MEB). Objetivando discutir a educação formal e religiosa das comunidades a partir de uma análise crítica da sua realidade, o MEB focava também a questão da autonomia dos produtores na geração de renda através da organização comunitária e comercialização do excedente agrícola e da produção extrativista.

A década de 1990, devido à crescente mobilização social, permitiu avançar na criação da Resex e em outras conquistas legais que possibilitariam a organização do uso e ocupação do espaço na região. As atividades extrativistas foram aos poucos sendo

substituídas pela atividade agrícola, com a implantação de roçados próximos aos núcleos habitacionais em área de terra firme.

Com a Resex, os lagos e os sacados, que antes eram sobreexplorados, a partir da criação da reserva passaram a ser preservados e protegidos e a pesca realizada para subsistência pelos moradores da Resex. Além disso, alternativas de exploração de recursos não madeireiros, como a coleta de sementes de espécies produtoras de óleos vegetais, possibilitou a ampliação das áreas de uso pelas comunidades, sendo que locais de ocorrência natural de andiroba, murumuru e ouricuri, também passaram a serem exploradas pela população.

Durante as pesquisas de campo nos anos de 2009 e 2010, observou-se que as comunidades utilizam as áreas de várzea e uma pequena parcela de terra firme próximas às comunidades e localidades. Ali praticam a caça, pesca, o plantio de mandioca, coleta de açaí e sementes de oleaginosas, além da extração de seringa.

3.6 Práticas Produtivas, Uso e Manejo dos Recursos Naturais

Atualmente, na RESEX do Médio Juruá, as principais atividades para geração de renda dos moradores são a agricultura através da produção da mandioca e o extrativismo de seringa e sementes de oleaginosas. Outras atividades também representam fonte de renda, contudo são realizadas em menor escala como a produção de banana, o açaí, cana de açúcar, ananás, pupunha e batata.

3.6.1 Agricultura

A produção agrícola obtida nos roçados é a principal atividade econômica das famílias da Resex do Médio Juruá. Normalmente toda a família está envolvida no processo produtivo que, conseqüentemente, torna-se responsável pela subsistência e geração de renda para as famílias das comunidades. Esta agricultura conserva algumas práticas tradicionais como períodos específicos para o plantio das diferentes culturas, pouca utilização de insumos e atividades em consonância com os ciclos da natureza (Cumaru, 2006).

Segundo Rueda (1995) e Franco (2007), durante as duas últimas décadas, a mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), transformada em farinha, passou a ser a principal

fonte de renda das famílias moradoras da Reserva Extrativista do Médio Juruá e a maioria de sua produção foi comercializada, possuindo alta liquidez e mercado seguro. Para Rueda (1995), na época da criação da resex, mais de 80% das famílias já declaravam agricultores e cultivavam mandioca.

Em 2005, a mandioca era plantada na Reserva basicamente em áreas de terra-firme, inclusive por comunidades e localidades da várzea, diferente do que acontecia na década de 1980, quando 80% das famílias da região plantavam na várzea para produzir farinha. Em levantamentos realizados em 2006, as áreas de roçado foram estimadas em 98 ha, com uma média de 1,3 ha para cada família, variando de 0,5 a 3,0 ha. Esses dados indicam que menos que 1% da área total da Resex é desmatada anualmente para a produção agrícola, já havendo sinais de redução de disponibilidade de áreas de capoeira em comunidades mais populosas.

Para as demais culturas agrícolas, a banana é o segue como um dos principais produtos cultivados. Também são plantados carás, taioba, abacate, pupunha, café, ingá, laranja, biriba, buriti, goiaba, caju, cupuaçu, ananás, milho, melância, mamão, feijão, jerimum, macaxeira, batata-doce, cana-de-açúcar, maracujá. Os cultivos ocorrem nos quintais agroflorestais, nas áreas de roças, ou entre as áreas de capoeiras. São comuns o consórcio com várias culturas.

O plantio é comumente realizado nos meses de agosto e setembro. Há dois fatores que influenciam no período de plantio: o início da vazante, que disponibiliza as terras de várzea mais férteis para o plantio, e o clima seco que permite com a técnica agrícola de derruba e queima seja realizada.

Quanto à comercialização dos produtos agrícolas os principais são a mandioca, seguida pela banana. Segundo Cumaru (2006), também são comercializados excedentes de como macaxeira, melancia, jerimum, feijão, abacate, milho e pupunha.

Em 2006, havia três canais de comercialização de farinha (os regatões, a venda direta na cidade e a associação de produtores de Carauari). Enquanto os regatões realizavam o aviamento, ou seja, pagavam pela farinha com preços mais baixos antes da entrega da produção e os comerciantes na cidade de Carauari pagavam valores mais altos (Whitesell, 1993; Rueda, 1995). Para comercialização direta na cidade as comunidades têm apresentado dificuldades em organizar a venda em quantidade e viabilizar o transporte. A

partir de 2007, as Asproc começou comprar a produção e a praticar também um preço mínimo, com intermediação da política de preços mínimos da Conab, comprando farinha.

3.6.2 Criações

A criação de animais domésticos mais comumente observada nas comunidades da Reserva é de galinhas e de patos. Ocorre também a manutenção de pequenos plantéis de gado bovino e de suínos em algumas comunidades.

A criação destes animais para a subsistência predomina nas comunidades, em especial em épocas de escassez de pescado, durante o período das cheias. No entanto, vendas e trocas são práticas vigentes. O manejo e as instalações para criação destes animais são rudimentares (Figura 21).



Figura 21 Sistema de cercado para criação de porcos realizado na Comunidade Imperatriz, típicos da Resex do Médio Juruá.

3.6.3 Caça

Segundo Cumaru (2006), a grande maioria dos comunitários (90%) caça para complementar o aporte de proteína animal na dieta. Entre as espécies mais caçadas, destaca-se o porco-do-mato, veado, cutia, paca, macaco, mutum, nambu, anta e tatu,

totalizando 19 espécies cinegéticas. Normalmente a carne caçada é salgada para sua conservação por entre tres a sete dias. A caça é praticada principalmente em terra firme, local com mais abundância de espécies cinegéticas como a anta, paca, o porco-do-mato e o tatu. Na maioria das atividades de caça (87%) utilizou-se de espingarda e também com o uso de cães caçadores (9%).

3.6.4 Pesca

A subsistência dos moradores também é provida pela pesca, que é abundante durante a período da vazante. No período de cheias, entretanto a pesca fica mais escassa e a situação de alimentação da população mais difícil. O pescado constitui o principal alimento fornecedor da proteína animal consumida pelos comunitários, com um consumo per capita estimado de 0,59 kg/dia e mais de 80% dos moradores da Reserva praticam atividade de pesca (Braga *et al.*, 2006).

O pescado comercializado também constitui uma fonte de renda. As principais espécies comercializadas são: curimatá, jaraqui, matrinxã, pacu, pirapitinga, pirarucu, tambaqui e tucunaré para peixes de escama e, para peixes de couro: caparari, dourada, jaú, jandiá, mandi, pirarara e surubim. Os maiores montantes de renda são observados para os pescadores de comunidades localizadas na calha do rio Juruá, que exploram os bagres comercialmente ao longo do ano (Braga *et al.*, 2006).

Braga *et al.* (2005) realizou oficinas nas comunidades da Resex nos anos de 2005, foi possível caracterizar as principais espécies utilizadas, a forma de apropriação, uso e importância (subsistência ou comercial) os locais de captura, sua localização (interna e externa a poligonal da Unidade) e a acessibilidade ao longo do ciclo sazonal. As oficinas participativas ocorreram nas comunidades Tabuleiro, Morada Nova, Manariã e Boa Vista, São Raimundo, Imperatriz e Nova Esperança, Bom Jesus, Pão, Idó, São José, Nova União, Fazendinha, Fortuna, Novo Horizonte, Gumo do Facão e Roque. As informações foram sistematizadas em mapas que apresentam os principais locais de pesca (lagos e sacados), além da situação da organização comunitária e de infraestrutura das comunidades participantes (Figura 22).

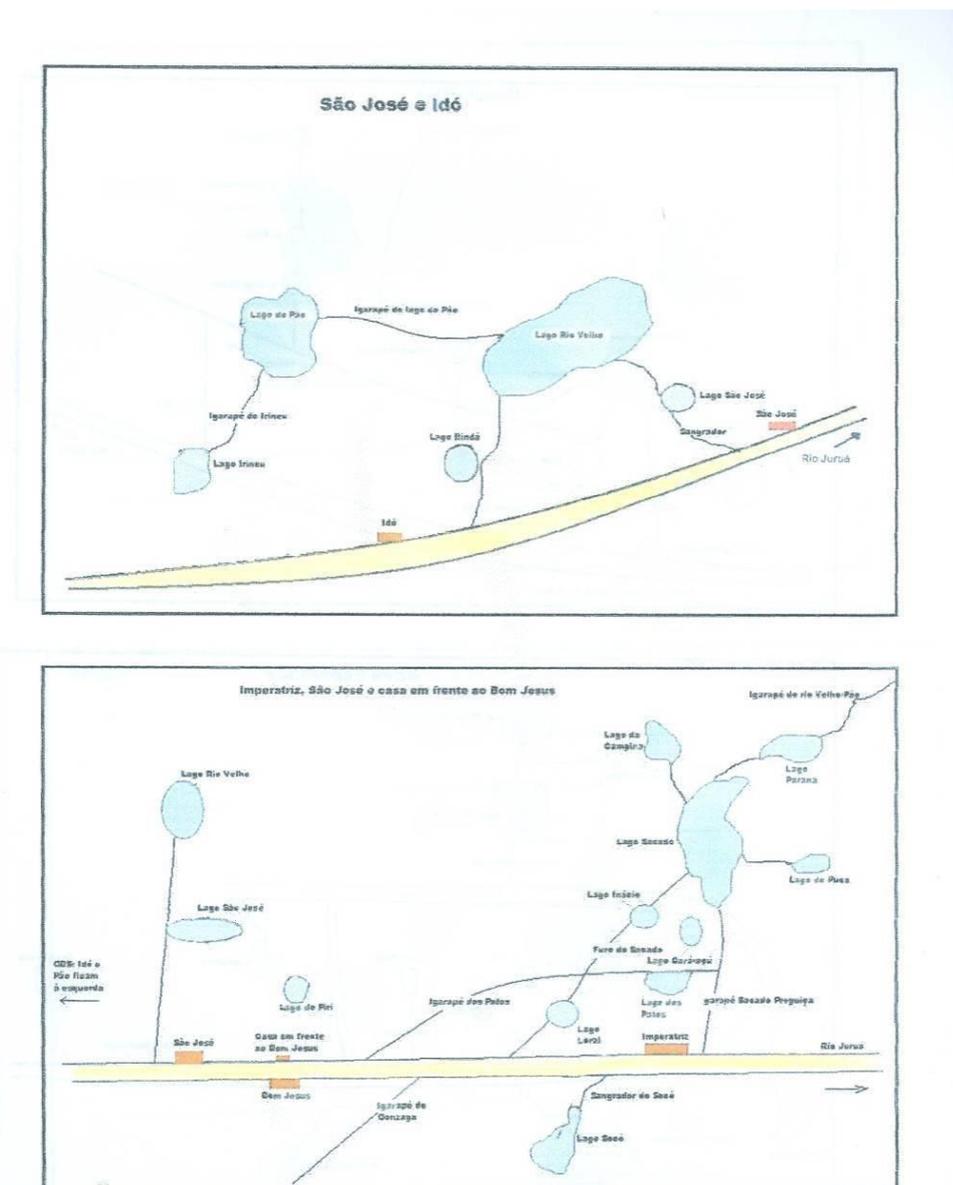


Figura 22 Exemplo de mapa falado produzido no Diagnóstico Rural Participativo - DRP realizado na Resex do Médio Juruá.

Fonte: Braga *et al.*, 2006.

Com base nos resultados das entrevistas realizadas durante o trabalho de campo, são utilizados pelos comunitários 47 grupos de espécies de peixes, sendo 23 grupos para comercialização.

Foi calculada a captura por unidade de esforço – CPUE, sendo que as comunidades Estirão do São José e Imperatriz foram as que apresentaram maior CPUE para a época da cheia. Durante o período de seca, a comunidade Estirão do São José

também foi a que apresentou maior CPUE, mais que o dobro do período de cheia, seguida da comunidade Tabuleiro e Roque (Braga *et al.*, 2006).

As entrevistas junto aos comunitários apontaram os principais lagos que são utilizados para pescar e os ambientes e os locais das espécies de interesse para o manejo (Tabela 04)

Braga *et al.* (2006) cita que a maioria da pesca das espécies exploradas é sazonal e realiza-se duante a sua migração reprodutiva, portanto o esforço de pesca deve considerar as características ecológicas de cada grupo, como também as orientações para o manejo da pesca. Assim, no âmbito do programa de manejo da pesca deverá ser feito um zoneamento dos ecossistemas aquáticos para levantar indicadores da situação da pesca e da população de peixes, estabelecer normas de uso específicas para conservação dos recursos pesqueiros tanto para viabilizar o manejo como para diminuir a pressão pesqueira.

As formas para diminuir a pressão pesqueira, segundo Braga *et al.* (2006) podem ser as seguintes: fechamento da estação de pesca ou defeso; fechamento de áreas de pesca, classificação ou zoneamento de áreas de pesca; proteção de reprodutores e áreas de desova; limitação no tamanho mínimo de captura; limitação na captura ou cota de captura; restrição de aparelhos de pesca; restrições de espécies de peixes alvo das pescarias; adoção de mecanismos econômicos; propostas educacionais; monitoramento da pesca; fiscalização da pesca. Para Resex as atividades de monitoramento e capacitação de moradores em manejo sustentável devem ser consideradas.

Entre as espécies apontadas como potenciais para serem manejadas na Resex do Médio Juruá, destacam-se: pirarucu, tambaqui, matrinxã e bagres (surubim, pirarara, jaú e o caparari) (Braga *et al.*, 2006).

Adicionalmente, as ações de manejo do pescado na Resex deverão contar com a participação efetiva de instituições parceiras, mediante a formalização de parceria (acordos de cooperação, convênios e outros instrumentos) com a Prefeitura Municipal de Carauari e a Colônia de Pescadores de Carauari e também a busca de apoio técnico de outras instituições da região e do Estado, como Sebrae, Ufam e Instituto de Desenvolvimento Sustentável de Mamirauá – IDSMS.

Tabela 04 Locais de pesca das comunidades com interesse comercial citados pelas comunidades da Resex do Médio Juruá e as respectivas espécies encontradas.

Comunidades	Tipos de Ambientes	Denominação	Presença de
Tabuleiro	Lago	Mutum	Pirarucu, tambaqui e matrinxã
	Lago	Tabuleiro	Pirarucu, tambaqui e matrinxã
	Lago	Alegre	Pirarucu e tambaqui
	Lago	Dos Tocós	Pirarucu
	Lago	Sumaúma	Pirarucu, tambaqui e matrinxã
Morada Nova	Campina	Cacaia	Pirarucu e tambaqui
	Lago	Das Onças	Pirarucu e tambaqui
	Lago	Sumaúma	Pirarucu, tambaqui e matrinxã
	Lago	Florêncio	Pirarucu, tambaqui e matrinxã
	Lago	Zani Célio	Pirarucu, tambaqui e matrinxã
	Lago	Apuí	Pirarucu, tambaqui e matrinxã
	Lago	Cana Verde	Pirarucu e matrinxã
	Lago	Redondo	Pirarucu e matrinxã
Manariã e Boa Vista	Lago	Dos Pássaros	Pirarucu, tambaqui e matrinxã
	Lago	Manariã	Pirarucu
	Lago	Doca	Pirarucu
	Laguinho	Da Ilha	Pirarucu e tambaqui
	Lago	Damião	Pirarucu
Imperatriz, São José, Idó e “Casa em frente ao Bom Jesus”	Lago	Piri	Pirarucu
	Lago	Sacado	Pirarucu, tambaqui e matrinxã
	Lago	Puca	Pirarucu, tambaqui e matrinxã
	Lago	Campina	Matrinxã
	Lago	Dos Patos	Pirarucu, tambaqui e matrinxã
	Lago	Inácio	Pirarucu, tambaqui e matrinxã
	Lago	Loral	Pirarucu, tambaqui e matrinxã
	Lago	Rio Velho	Pirarucu, tambaqui e matrinxã
	Lago	Bindá	Pirarucu e tambaqui
	Lago	Pão	Pirarucu e tambaqui
	Lago	Irineu	Pirarucu e tambaqui
Novo Horizonte	Lago	Redondo	Pirarucu e tambaqui
	Lago	Preto	Pirarucu e tambaqui
Nova Esperança	Lago	Cacau	Matrinxã
	Lago	Preto	Pirarucu e tambaqui
Roque	Lago	Sacado do Juburi	Pirarucu, tambaqui e matrinxã
	Lago	Comprido	Pirarucu, tambaqui e matrinxã
	Lago	Do Cobra	Pirarucu, tambaqui e matrinxã
	Lago	Bacural	Pirarucu, tambaqui e matrinxã
	Lago	Do Pupunha	Matrinxã
	Lago	Campina do Tamaquaré	Pirarucu, tambaqui e matrinxã
	Lago	Tronco	Pirarucu, tambaqui e matrinxã
	Lago	Ati	Pirarucu, tambaqui e matrinxã

Fonte: Braga *et al.*, 2006.

A primeira contagem de pirarucu foi realizada na Resex do Médio Juruá em 2005. A partir de então, vários comunitários foram envolvidos na contagem, tendo recebido treinamento especializado. Na comunidade Nova Esperança (Lago Preto), foi feita a contagem de pirarucu com o treinamento de quatro pessoas da comunidade. Foram

contados 100 pirarucus adultos e 118 bodecos (juvenis entre 100 e 150 cm). Na comunidade do Roque, foram descritos lagos potenciais para o manejo do pirarucu: lagos Comprido, Roque e Sacado. O lago Comprido possui vegetação um pouco diferente do Lago Preto, apresentando vegetação de restinga com espécies como arati, maçaranduba, louro, jacareúba e araçá.

Na comunidade do Roque a estimativa da contagem foi de 386 pirarucus adultos, com tamanho de captura, além de 313 bodecos. Há interesse dos comunitários para realização da despesca no Lago Comprido, que segundo avaliação é necessária em função de ter bastante peixe estando em sua capacidade limite. O relatório sugeriu a retirada de 15% dos pirarucus adultos que seria 58 peixes e, após isso, faria nova avaliação no próximo ano.

Na comunidade de São Raimundo, foram avaliados os lagos Dona Maria, Recreio, Sacado e Manariã. O relatório apresenta as características gerais dos lagos da comunidade, onde foram contados 283 bodecos e 576 adultos. Apesar da grande quantidade de pirarucus adultos no Lado do Manariã, a comunidade decidiu por realizar a despesca só após dois anos de manejo, devido ao grande número de invasões que têm em seus lagos.

Como recomendações, o estudo traz a necessidade de se trabalhar o monitoramento contínuo dos pirarucus, desde a identificação dos ninhos, a formação dos casais, a desova, os filhotes até a contagem visual dos adultos; a necessidade de se ter uma equipe que trabalhe continuamente a pesca na área da reserva e da atuação dos órgãos de fiscalização na área, conforme relato das comunidades devido à freqüente invasão de pescadores de outras comunidades e da sede do município, dificultando o trabalho de manejo.

Já no mês de outubro de 2010, foi realizada a contagem do pirarucu, juntamente com treinamento dos comunitários por técnicos da Resex Auati Paraná com experiência neste tipo de manejo, em sete comunidades da Resex: Gumo do Facão, Nova Esperança, Roque, São Raimundo, Nova União e Fortuna. Nas comunidades do Roque e Nova Esperança, onde já havia contagem anterior, verificou-se a diminuição dos estoques de pirarucu, enquanto na comunidade São Raimundo houve aumento considerável, indicando que o manejo nesta última está bem sendo conduzido de forma adequada.

3.6.5 Produtos madeireiros

Manejo Florestal Comunitário

Os comunitários da Resex Médio Juruá utilizam diversas espécies de madeiras para construção e reparos nas casas, bem como na confecção de canoas, chalanas, remos e pequenos utensílios de uso doméstico e ainda para lenha e produção de artesanatos.

Entre as espécies mais usadas destaca-se o arabá (*Swartzia platygyne* Ducke), orelha-de-burro e cedro (*Cedrela fissilis* Vell), sendo que o principal equipamento utilizado na extração é a motosserra, principalmente em ambientes de terra firme. As espécies: louro, jacareúba, maçaranduba, orelha-de-burro, arabá, andiroba, cedro (cedro água), macacaúba, assacú e acapu; também são retiradas de ambientes de várzea (Cumarú, 2006).

Alguns locais foram citados como áreas onde houveram intensa exploração madeireira na década de 1990 por terceiros: ao lado do lago, Bauana, Boca do Tracoá, área do muro-muru, costa da praia, costa da praia de tabuleiro, em frente ao lago de várzea, Gumo, Ilha, Lago da várzea, Mari, Pupunha de Cima, Roque, Sacado da Preguiça, Ueré e Várzea do lago redondo (Cumarú, 2006).

Em 2005, foi executado pela Asproc em parceria com o CNPT/Ibama, o projeto “Implementação de Plano de Manejo Florestal Comunitário Madeireiro em Quatro Reservas Extrativistas do Estado do Amazonas”, com recursos do projeto “Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia – Promanejo”, tendo dois objetivos específicos: (1) realizar a capacitação dos comunitários em abertura de picadas, inventário florestal e seleção de árvores para o abate e (2) mapear, em caráter experimental, uma Unidade de Produção Anual – UPA de no máximo 100 ha.

A capacitação de 20 agentes florestais comunitários de nove comunidades da Resex foi realizada entre setembro e novembro de 2005 e abordou a prática de métodos da fase pré-exploratória do manejo florestal madeireiro de impacto reduzido. Participaram deste treinamento as seguintes comunidades: Nova Esperança, Pupuaí, Novo Horizonte, Gumo do Facão, São Raimundo, Roque, Nova União, Imperatriz e Tabuleiro, onde foram indicadas áreas de manejo potenciais (Figura 23).

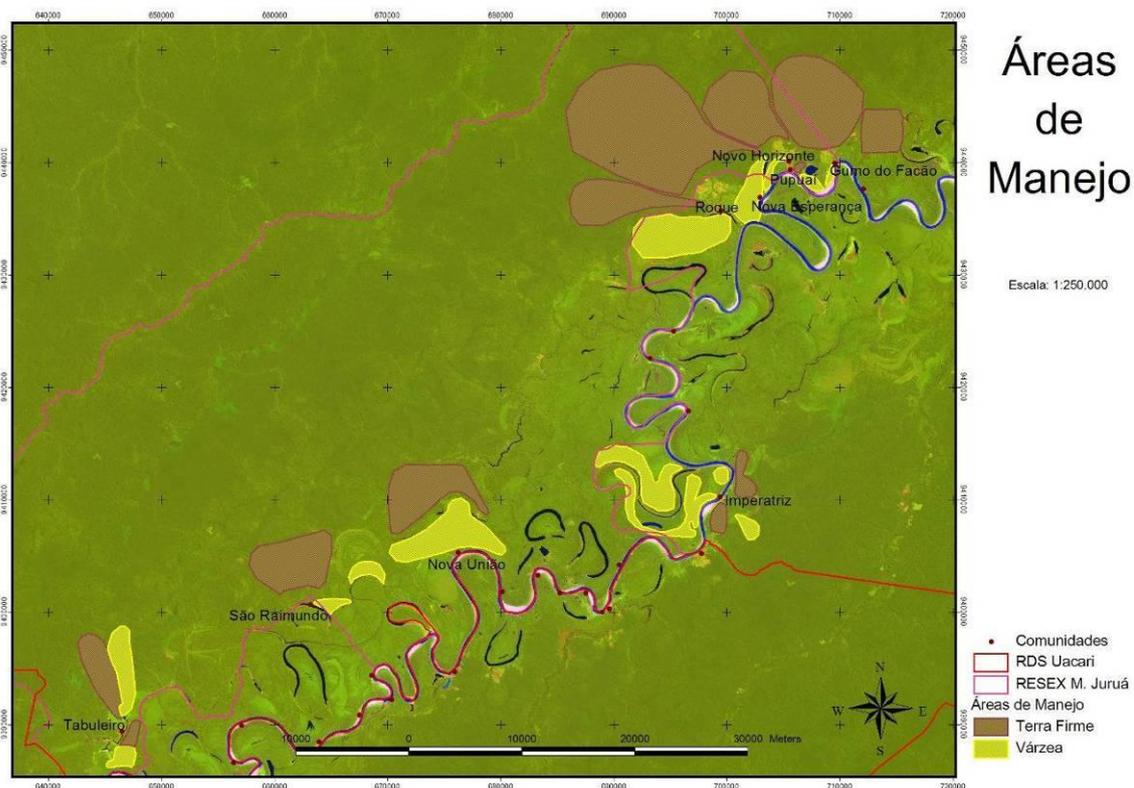
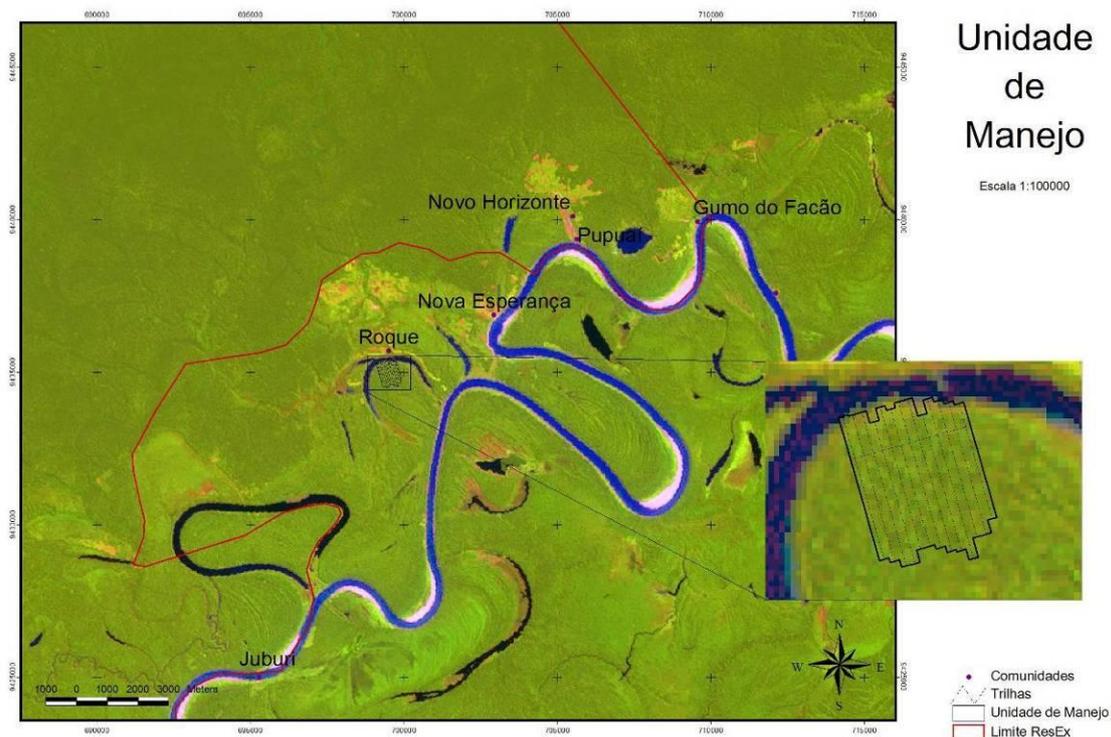


Figura 23 Destaque em cores das áreas potenciais de manejo de madeira (terra firme e várzea) em nove comunidades da Resex do Médio Juruá.

Fonte: Promanejo, 2005.

Ainda como parte das capacitações do Promanejo, foi realizada uma prática de campo com as atividades previstas na fase pré-exploratória, resultando no mapeamento de uma área experimental de 50 ha (Figura 24).

O sistema de manejo sugerido para a Resex do Médio Juruá, pelo Promanejo é o sistema de mãe (indivíduos com CAP – Circunferência na Altura do Peito– maior ou igual a 200 cm), filhas e netas (CAP entre 80 e 200 cm), com talhões coletivos e com uma associação do regime de controle por volume e por área. A decisão do uso dos talhões será feita de forma coletiva, sendo que cada comunidade teria sua área de manejo, e as atividades relacionadas com a exploração, bem como os benefícios trazidos seriam de responsabilidade e direito de todas as famílias da comunidade (interessadas no manejo).



Unidade de manejo

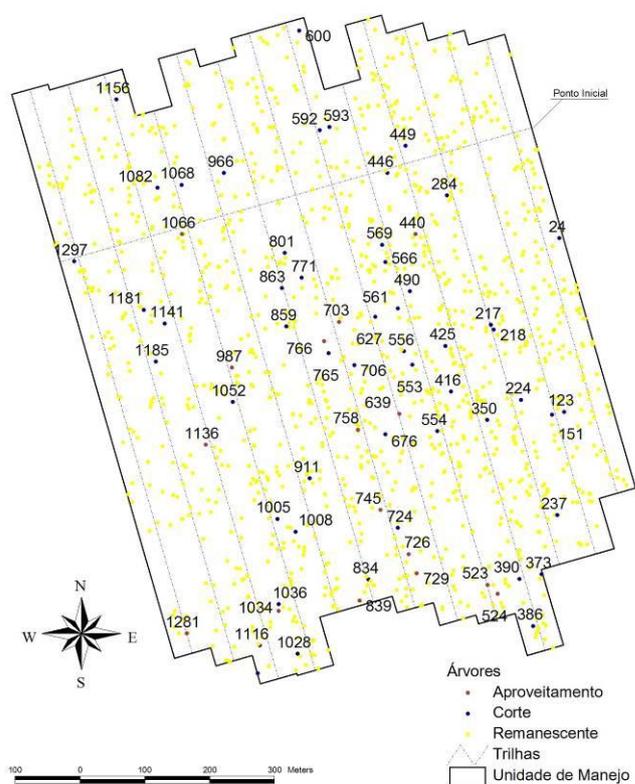


Figura 24 Localização da Unidade de Manejo madeireiro mapeada na Resex do Médio Juruá, com detalhe da área mostrando a numeração dos indivíduos identificados no inventário florestal da Unidade de Manejo – 50 ha, ProManejo, 2005

A partir das áreas de potencial madeireiro indicadas sobre os mapas, foi definida a possibilidade de cada comunidade trabalhar em uma área de manejo (área total passível de exploração) de 500 ha, com controle de 1,0 m³/ha/ano. As Unidades de Produção Anual – UPA– de 50 ha dentro da área total podem ser mapeadas a cada ano e podendo ser retirado até 500 m³ de madeira, ficando em repouso por 10 anos, quando poderiam ser novamente exploradas. Os detalhes das atividades e regras devem ser previstas nos programas de manejo com detalhamentos a serem feitos nos projetos executivos da exploração madeireira com previsão de treinamento de comunitários em atividades das etapas exploratórias e pós-exploratórias.

Exploração da madeira caída

Levantamentos realizados pelo CNPT/Ibama (2002) apontam para a utilização das madeiras caídas na Resex do Médio Juruá, com estimativa de volume a ser explorado na ordem de 95.000 m³ de madeiras caídas naturalmente ou em roçados na Resex do Médio Juruá, principalmente nas áreas de várzea (76,65%). Ao todo são 22 espécies potencialmente identificadas para este fim, com grande predominância de volume da maçaranduba.

Entre os benefícios da exploração da madeira caída tem-se: o baixo impacto na floresta; o uso de matéria prima de larga escala e de fácil colocação no mercado; repercussão imediata sobre a renda das famílias da Resex distribuídas nas comunidades. Enquanto se implanta novos projetos como a coleta de sementes, manejo do açaí, do mel, exploração da fauna silvestre, entre outros, deverá ser viabilizada a mão-de-obra especializada no trabalho de aproveitamento e beneficiamento da madeira nas comunidades. Esta matéria-prima poderá ser aproveitada na produção de móveis e utensílios para residências, mediante a instalação de infraestrutura adequada.

Contribuindo com as ações de capacitação técnica em beneficiamento da madeira caída, em outubro de 2010, foi realizado no Inpa/Manaus, o “2º Curso de Fabricação de Artefatos de Madeira para Comunidades em Unidades de Conservação” do qual participaram comunitários da resex com objetivo de aprimorar e disseminar novas tecnologias nesta área. Assim, os comunitários que participaram deste curso, ao retornar para as respectivas Unidades, assumiram o compromisso de se tornarem agentes multiplicadores da referida prática e, conseqüentemente, realizarem discussão junto às

comunidades, como o repasse do que aprenderam, as vantagens de trabalhar com a madeira legal e pensando, no futuro, um projeto de geração de renda.

Produtos não madeireiros

Cumarú, em levantamento realizado em 2006, identificou 14 produtos não madeireiros explorados na Resex (Tabela 5): açaí, andiroba, murumuru, cipó, buriti, patauá, palha, virola, seringa, ouricuri, mel, bacaba, copaíba e ucuúba. Nove destes eram comercializados pelos comunitários, o que indica a importância destes produtos na composição da renda, destacando três mais frequentemente explorados: açaí, andiroba e murumuru. Outras modalidades de extrativismo e sua distribuição ao longo das margens do Rio Juruá, são apresentados no Anexo I.

Tabela 5 Consumo e venda de produtos provenientes do extrativismo vegetal nas comunidades da Resex do Médio Juruá estudadas por Cumaru, 2006.

Matéria-prima	Produto	Destino (%)		Comprador	Valor médio (R\$)
		Consumo	Venda		
Açaí	Vinho	90,3	9,7	Comunidade	1,25/litro
	Fruto			Comunidade	17,75/ 60kg
Andiroba	Semente	16	84	Codaemj	7,00/ 20kg
	Óleo			-	-
Bacaba	Vinho	100	-	-	-
Buriti	Vinho	100	-	-	-
Cipó (titica e ambé)	Fibra, vassoura, paneiro, ramaxim, abano	100	-	-	-
	Óleo	100	-	-	-
Mel	Mel	30	70	Comunidade	10,50/litro
Murumuru	Semente	2,8	97,2	Codaemj	5,06/20kg
Palha (caraná e ubim)	Fibra, cobertura de casas	100	-	-	-
Patauá	Vinho	100	-	-	-
Seringa	Borracha	-	100	Asproc	1,96/kg
Ucuúba	Semente			Codaemj	6,00/ 20 kg
Ouricuri	Semente	-	100	Codaemj	1,00/ 20kg
Virola	Semente	-	100	Codaemj	3,00/ 20kg

Fonte: Cumaru, 2006.

Historicamente, vários esforços foram empreendidos para potencializar o extrativismo de Produtos Florestais Não Madeireiros – PFNM na Resex, como um dos fatores para o uso dos recursos naturais para a geração de renda das suas famílias. Em 1998 a produção de borracha foi incentivada através da produção de folha defumada líquida - FDL, (Costa *et al.*, 2000) e, através do Programa Estadual para a subvenção da borracha desde 2004 e do projeto para abertura de 150 estradas de seringa em 2006.

Nos levantamentos de campo realizados entre 2009 e 2010, observou-se que poucas comunidades da Resex continuam explorando a seringa, com pequenas explorações apenas nas comunidades de São Raimundo, Idó e Nova União. O escoamento da produção dessas áreas foi feito principalmente pela Asproc. A associação tem estimulado outras comunidades a retomar a atividade de exploração de seringa, por conta do apoio financeiro de um projeto de incentivo à exploração de borracha natural financiado pela Petrobras e Ministério do Meio Ambiente.

Havia um apoio financeiro para o desenvolvimento de tecnologia para produção de borracha de alta qualidade financiado pelo Greenpeace, mas que atualmente está desativado (projeto Tecbor-FDL - Folha líquida fumada).

A Asproc recebeu o apoio do governo do Estado em equipamento e treinamento através do Idam em 2007. No entanto, atualmente há necessidade de novos apoios para equipamentos e material para abrir novas estradas de seringa, bem como realizar novamente a capacitação dos comunitários.

A Asproc, em setembro de 2009, firmou convênio com a Companhia Nacional de Abastecimento– Conab, para implementar o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, no valor de R\$ 213.000,00, para realizar a compra de produtos agrícolas que serão doados para a Secretaria Municipal de Educação para o uso na merenda escolar na região. Neste Projeto se faz necessário a capacitação das comunidades em planejamento, gestão e melhoria da qualidade dos produtos para atender à demanda acordada.

Quanto à Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM3, onde os recursos financeiros do programa são repassados aos extrativistas, no momento em que a comercialização ocorrer abaixo do preço mínimo fixado pelo Governo Federal. Atualmente a borracha tem o preço mínimo fixado em R\$ 3,50 o quilo. O açaí e a piaçava também fazem parte dos produtos incluídos no PGPM, cujas demandas deverão ser repassadas para a Conab pelas associações e cooperativas (fonte: www.amazonasagora.com.br).

No Estado do Amazonas a Conab, no ano de 2010 liberou o pagamento da subvenção federal para os extrativistas dos municípios de Carauari (inclusive os moradores da Resex Médio Juruá), Borba, Canutama, e Itacoatiara.

3 Este incentivo valoriza uma atividade sustentável gerando renda e melhorando a qualidade de vida de centenas de seringueiros das regiões do Purus, Madeira e Juruá. Está amparado pela Lei 2.611, 04/07/2000 e regulamentado pelo Decreto 23.636, de 11/08/2003

Geração de energia elétrica a partir de óleos vegetais

Em agosto de 1997, na comunidade do Roque, foi iniciado o projeto intitulado “Óleos Vegetais para geração de energia e valorização da biodiversidade em comunidades isoladas da Reserva Extrativista do Médio Juruá – Município de Carauari/AM”, pelo Programa do Trópico Úmido⁴. O objetivo principal do projeto era gerar energia elétrica numa comunidade isolada da Amazônia usando como fonte de energia a biomassa não lenhosa, proveniente de óleos vegetais de espécies nativas.

A infraestrutura adquirida com o recurso financeiro desse projeto; fábrica de óleos vegetais, a casa de força, a rede de eletrificação e demais instalações vêm sendo administradas pela comunidade via cooperativa desde fevereiro de 2003 (Rosas, 2007). Esta infraestrutura está instalada e funcionando na comunidade do Roque, onde extrai o óleo de andiroba e a manteiga de murumuru.

Segundo Rosas (2007) na comunidade do Roque, desde que o sistema de eletrificação entrou em operação, tem sido grande o crescimento da carga em consequência do aumento do consumo. Em 2001, a carga residencial e de serviço público era de 5 kW e em 2006 já era quase 20 kW. Houve um incremento na geração de renda, que permitiu a aquisição de eletrodomésticos e máquinas – aparelhos de TV e som, geladeiras e freezers, máquina de costura e de processar açaí entre outros.

No Roque foi constatado que, após a implantação da fábrica de óleos vegetais, a comunidade passou a ter renda para adquirir a totalidade do combustível necessário para suprir sua carga residencial, o que lhe conferiu maior grau de independência (Rosas, 2007). Contudo, identificou-se que, já no ano de 2010, o sistema não era capaz de atender satisfatoriamente a toda a demanda de energia requerida pelas casas e a fábrica de produção de óleos.

Inicialmente os investimentos em pesquisas na região estavam voltados para a produção em escala industrial de óleos extraídos a partir de sementes de espécies nativas a serem utilizados como biocombustível por comunidades ribeirinhas. No entanto, logo que

4 Programa criado pelo Decreto nº 70.999, de 17/08/1972, “destinado a coordenar a contribuição da Ciência e da Tecnologia ao melhor conhecimento das condições de adaptação do ser humano às peculiaridades do Trópico Úmido e a preservação do equilíbrio ecológico da região Amazônica”. Sua elaboração e acompanhamento da execução estão no âmbito do CNPq, fundação vinculada ao MCT, e tem como linhas de atuação fontes alternativas de energia e uso econômico da biodiversidade. Desde 1989, a instância de deliberação do PTU é a Comissão Coordenadora Regional de Pesquisas na Amazônia (Corpam), instituída com a finalidade de assessoramento à Presidência da República no que diz respeito à definição de diretrizes, alocação de recursos e acompanhamento de execução do Programa (CNPq, 2006).

o óleo começou a ser extraído de sementes de andiroba, verificou-se que por conta do valor que o produto poderia alcançar na indústria de cosméticos seria mais vantajoso vendê-lo para essa finalidade do que queimá-lo como combustível para produção de energia.

O Projeto teve uma segunda etapa entre julho de 1999 e junho de 2001. Nesta etapa foram adquiridas máquinas para a fabricação de óleo, motor de popa, voadeira e barco de carga, e também foram construídas as principais edificações – galpões da fábrica, secadores térmicos e solares e casa de força, bem como realizadas as medições de produtividade do óleo de andiroba e de desempenho do motor multicomcombustível com o óleo.

No ano de 2003, foi executado o projeto da Ufam, com recursos do Ministério das Minas e Energia com objetivo de produção de biodiesel etílico, o álcool anidro (etanol) e o açúcar mascavo, a partir dos óleos obtidos do urucuri (*Attalea phalerata*) e da cana-de-açúcar. A infraestrutura foi instalada na comunidade Nova Esperança e é composta de uma usina (Figura 25).



Figura 25 Infraestrutura instalada para a produção de biodiesel – Comunidade Nova Esperança da Resex do Médio Juruá.

Foto: Saracura, Ago. 2009.

Para atender a demandas da usina, estimou-se que a área necessária para o plantio da cana de açúcar para produção de 250 toneladas de cana seria de 3,75 ha para o primeiro ano e para o segundo ano, estimadas 500 toneladas de cana e uma área de 8,5 hectares. A produção estimada seria de 5.000 litros de etanol e 10.000 litros para o 1º e 2º ano, respectivamente. E de açúcar mascavo 10 e 20 toneladas, para o 1º e 2º ano, respectivamente. Estudos preliminares indicam que a renda média anual obtida em cada hectare seria de cerca de R\$ 3.000,00.

No entanto, informações de 2010 apontam que a estrutura encontra-se inoperante por falta de matéria-prima. Para tanto, seria necessário realizar o plantio e cultivo da cana de cana-de-açúcar, atividade que atualmente está sendo realizado de forma insuficiente apenas na Comunidade de Nova Esperança.

Plano de Manejo das Oleaginosas

Para organizar e viabilizar a produção de óleos vegetais, em 2004 teve início o “Projeto Piloto de Manejo Florestal Sustentável de óleo de andiroba (*Carapa guianensis*), murumuru (*Astrocaryum murumuru*) e ucuúba (*Virola surinamensis*)”, financiado pela empresa Natura e coordenado pelo CNS, com a interveniência do CNPT/Ibama, que envolveu 20 comunidades da Resex Médio Juruá, RDS Uacari e entorno (Macedo *et al.*, 2004).

O objetivo do projeto era realizar o inventário florestal das áreas de coleta das espécies oleaginosas. Das 20 comunidades incluídas no plano, 11 estão na área da Resex, sete na área da RDS e duas no entorno, organizadas em duas associações: Asproc e Amaru.

Com a finalidade de localizar no espaço as principais áreas de ocorrência e exploração de andiroba (*Carapa guianensis*), murumuru (*Astrocaryum farinosum*), cacau nativo (*Theobroma cacao*) e ucuúba (*Virola surinamensis*), foi realizada uma oficina de mapeamento participativo das espécies oleaginosas na Resex do Médio Juruá, que contou com a participação de 28 lideranças das comunidades da Resex e outros técnicos de instituições parceiras (Figura 26A, 26B, 26C e 26D). Foram mapeados também os corpos d’água e praias, tipos de cobertura e uso do solo e locais de ocorrência de espécies potenciais de exploração de óleos.

Em outra etapa do projeto, entre 27 e 31 de março de 2004, foi realizada uma oficina com a participação de 28 comunidades e 47 lideranças onde foram identificadas e

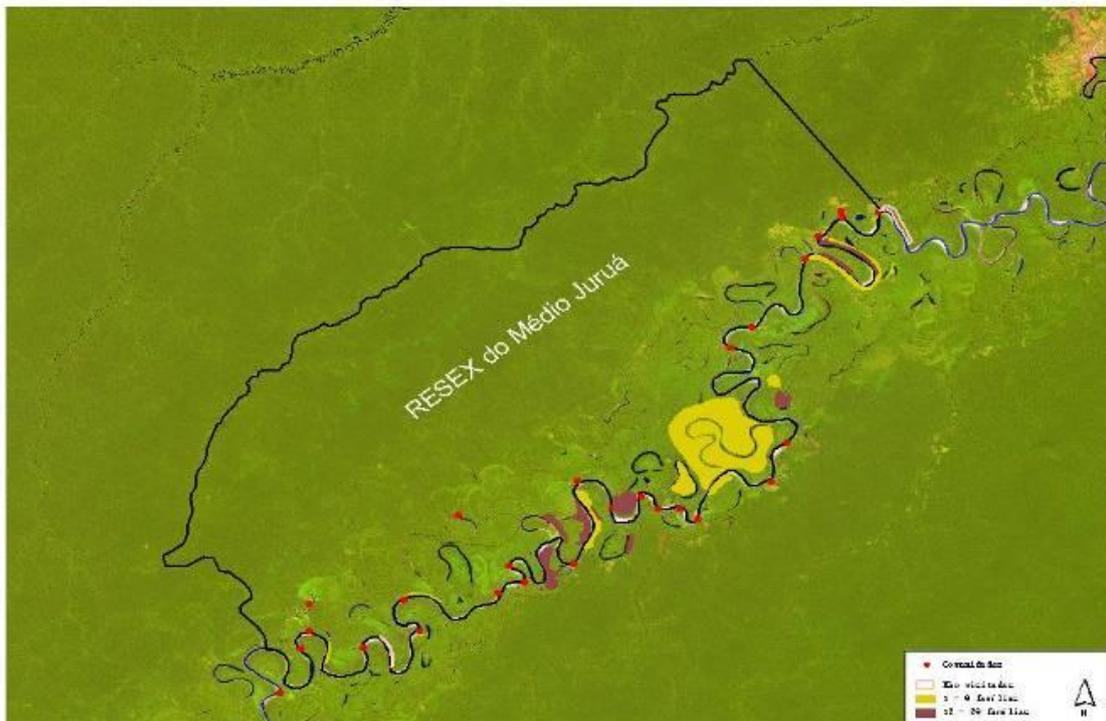
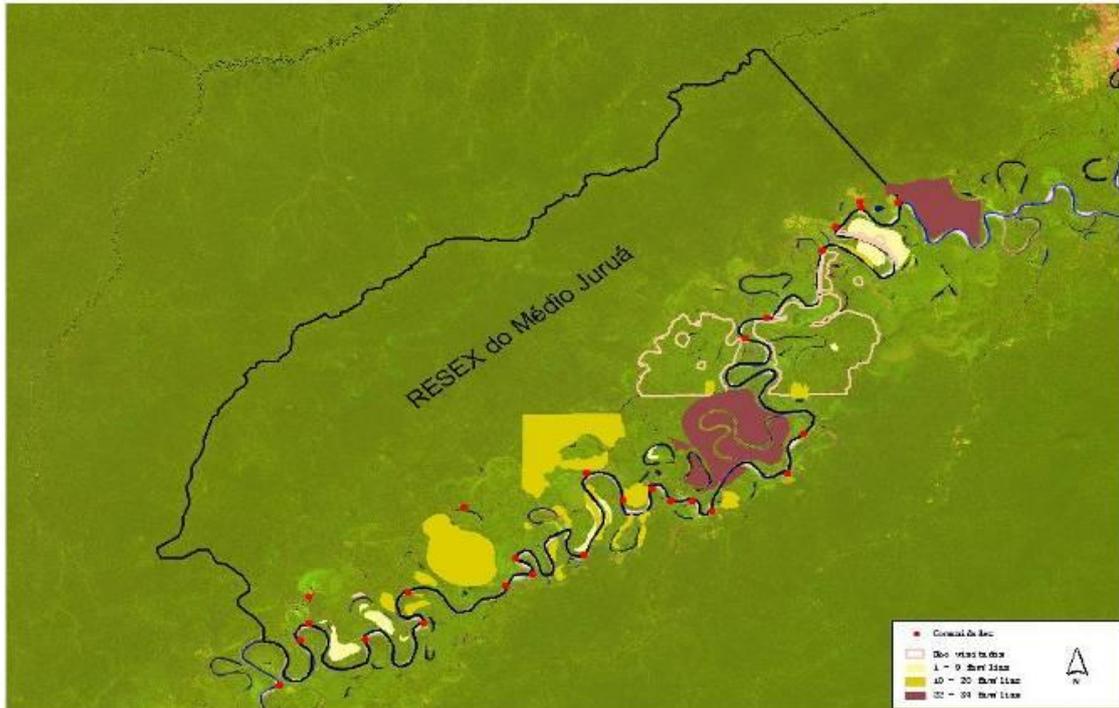
definidas 89 unidades de coleta, sendo 41 de andiroba, 24 de murumuru e 24 de ucuúba. Posteriormente foram realizados levantamentos de campo das áreas anteriormente identificadas, com a elaboração de um croqui da unidade de manejo contendo os pontos georreferenciados.

Os resultados do inventário florestal apresentaram para andiroba uma densidade média de 19 árvores por hectare. Considerando indivíduos com diâmetro na altura do peito (DAP) menor que cinco centímetros, a densidade aumenta para 36 árvores por hectare. As sementes da andiroba são consideradas recalcitrantes e germinam de seis a dez dias após sua queda que ocorre entre os meses de fevereiro e março, principalmente. É possível ocorrer até dois ciclos de produção de frutos em um mesmo ano.

Para o murumuru a densidade estimada pelo estudo foi de 32 indivíduos adultos por hectare. Um indivíduo adulto produz em média 300 sementes por estirpe por ano (Cintra & Horna, 1997). Portanto, se tiver touceiras com média de três estirpes, a produção de frutos pode chegar a 900 sementes por ano. Com regeneração fácil, apresenta de uma a cinco plântulas por metro quadrado.

Para a ucuúba foi estimada uma média de quatro indivíduos/ha com DAP menor que 28 cm e para um DAP menor que cinco centímetros esta densidade vai para 12 indivíduos/ha. Um indivíduo de ucuúba produz de 60 a 90 kg de sementes.

Neste estudo foram feitas as estimativas de produção das três espécies: andiroba, murumuru e ucuuba em várias comunidades da Resex, da RDS Uacari e o entorno. Os estudos apontam certa limitação na produção de óleos, que aparentemente é consequência da distribuição dispersa dos recursos naturais, das dificuldades de gestão comunitária do empreendimento e da complexa logística da produção na REMJ. Para obter sucesso no comércio, há que se ter um mínimo de habilidades e conhecimentos, incluindo contatos de compradores e conhecimento de como fazer negócios, características que não são dominadas pela maioria dos extrativistas.



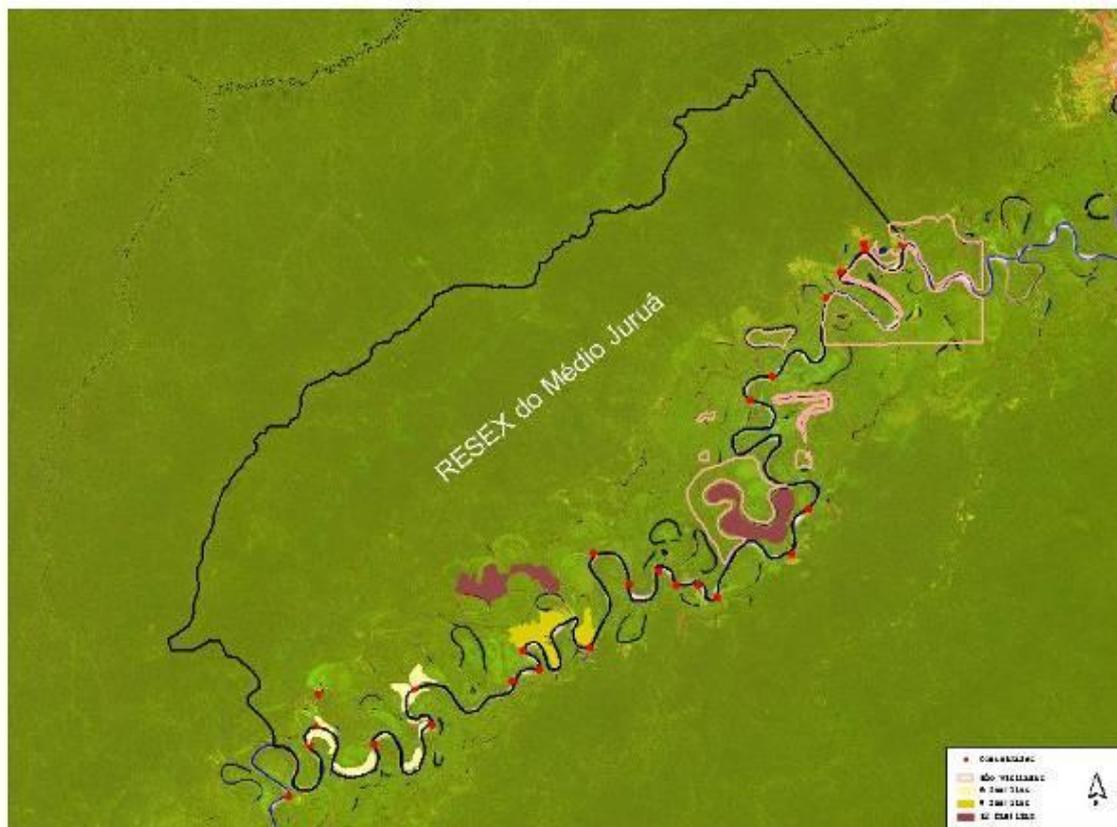


Figura 26 Mapas dos locais utilizados para exploração, na sequência da esquerda para a direita de (A) Andiroba, (B) muru-muru, (C) ucuúba e (D) cacau da Resex do Médio Juruá. Fonte: Domingos *et al.*, 2004

Como parte da elaboração do Plano de Manejo das Oleaginosas visando avaliar a cadeia produtiva dos óleos produzidos na comunidade do Roque, realizou-se o estudo intitulado “Estudo de Caracterização da cadeia de produção e comercialização dos óleos de andiroba e muru-muru” elaborado por Guerreiro (2007). O documento aponta dificuldades na coleta e no pré-beneficiamento, especificamente em função do reduzido controle comunitário para o manejo, da inexistência de extração em escala comercial, do alto custo para o transporte das sementes das áreas de extração até as casas dos produtores, da ausência de assistência técnica, do desconhecimento sobre a real capacidade de suprir a demanda e da ausência de orientação para desenvolvimento de negócios.

A qualidade dos óleos tem sido uma preocupação constante das diversas instituições que apóiam e colaboram neste projeto. As capacitações voltadas às boas práticas para a coleta de sementes resultaram na elaboração, pela Cognis em 2008, de uma “Cartilha de Boas Práticas de Manejo e Boas Práticas de Fabricação na Cadeia Produtiva de óleo de andiroba e manteiga de muru-muru”, que visa orientar a coleta e acondicionamento das sementes de modo a evitar perdas e agregar valor à produção de óleo. Esta cartilha foi utilizada em oficinas para a capacitação dos coletores das comunidades envolvidas no manejo das oleaginosas.

No final de 2009, após análise do projeto de manejo de oleaginosas, pelo Ibama, este solicitou a realização do monitoramento das áreas de coleta das sementes a partir do ano de 2010, objetivando mais dados para avaliar a sustentabilidade.

Comércio de Oleaginosas - Contrato com a Cognis

O processo de compra e venda dos óleos de andiroba e a manteiga de murumuru tem sido realizada nos últimos anos entre a Codaemj e a Empresa Cognis, com o acompanhamento técnico do instituto Chico Mendes, Ceuc, Amaru e Asproc.

Para o ano de 2010 a Codaemj assinou um contrato comercial com a empresa Cognis para a compra e venda de óleo de andiroba e manteiga de murumuru, produção que envolve as comunidades da Resex e da RDS Uacari. O valor negociado foi de R\$ 595.000,00 (quinhentos e noventa e cinco mil reais) a Cognis pagará à Codaemj o valor bruto de R\$ 24,00 (vinte quatro reais) por quilo óleo de andiroba e o valor bruto de R\$ 23,50 (vinte e três reais e cinquenta centavos) por quilo da manteiga de murumuru.

O contrato previa o adiantamento de parte do valor a fim de financiar a compra dos extrativistas e viabilizar a manutenção a fábrica, totalizando mais de 300 mil. O restante do valor será repassado com a entrega dos produtos pela cooperativa.

Processo de Repartição de Benefícios

A exploração e utilização do óleo e de produtos da andirobeira são realizadas há séculos, sendo que o óleo de suas sementes é usado contra picadas de cobras venenosas, escorpiões, abelhas e aranhas. Segundo conhecimento popular, o óleo de andiroba, além de evitar e tratar picadas de mosquitos e de outros insetos serve para combater verminoses, protozoários, artrite, reumatismo, inflamações em geral, infecção renal, hepatite, icterícia e outras infecções do fígado, dispepsias, fadiga muscular, dores nos pés, resfriados, gripes, febre, tosse, psoríase, sarna, micose, lepra, malária, tétano, herpes e úlceras graves. É adstringente e cicatrizante de efeito rápido. As folhas e a casca são usadas para fazer chá que tem ação diurética. Faz parte do elenco de plantas medicinais em estudo pela Central de Medicamentos do Brasil- Ceme e há patentes de produtos a base de seu óleo na França, Japão, União Européia e Estados Unidos (FERREIRA e SANTOS, 2010)

A partir do compra dos óleos de andiroba e a manteiga de murumuro das comunidades da Resex e uso dos mesmos na linha de cosméticos da Natura baseada no conhecimento tradicional acima descrito, foi gerado em processo que tramita na Cgen/DPG/MMA que visa a repartição de benefícios, conforme prevê a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, o Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001 e outros regulamentos.

Dentro desta base legal, em novembro de 2008, foram realizadas reuniões setoriais na Resex pelo Instituto Chico Mendes, em companhia com a Empresa Natura, para explicar e orientar os comunitários frente aos direitos dados pela legislação pertinente para a obtenção do Termo de Anuência Prévia – TAP- e o Processo da Repartição de Benefícios a ser negociado pelo Comitê de negociação indicado na oportunidade. Essa ação culminou com a aprovação e assinatura do TAP por representantes escolhidos nas reuniões setoriais. O mesmo documento foi referendado no mesmo ano pelo Conselho Deliberativo da Resex em reunião convocada especificamente para este fim.

3.7 Estado de Conservação, Principais Ameaças, Conflitos e Impactos Ambientais e Sociais

Ambientais e Sociais

Dentro de uma perspectiva biogeográfica de conservação de ecossistemas e ambientes de floresta de várzea e terra firme da região Amazônica, a Resex do Médio Juruá encontra-se numa situação bastante favorável para a conservação dos recursos naturais, uma vez que ela está localizada entre duas outras áreas protegidas - a RDS Uacari e a Terra Indígena do Rio Biá (Anexo J) e distante da fronteira agrícola.

Além disso, a REMJ faz parte do polígono de áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade da Amazônia, na categoria de importância biológica extremamente alta (Anexo L), também compondo o Corredor Central da Amazônia e da Reserva da Biosfera que constituem em dois instrumentos importantes para ordenar a dinâmica de uso e ocupação do solo do Estado.

No entanto, mesmo neste contexto regional favorável às práticas de conservação e desenvolvimento sustentável, várias ameaças locais podem ser facilmente observadas na Resex, especialmente relacionadas ao uso dos recursos naturais.

Entre os conflitos existentes, destaca-se a invasão de lagos por barcos pesqueiros que praticam a pesca predatória, principalmente no rio Juruá. Há também forte pressão sobre as praias e locais de desova de quelônios, seja para captura de animais ou ovos destes animais.

Ainda com relação aos recursos faunísticos, há preocupação por parte dos comunitários devido a grande população de jacarés que se concentra em alguns lagos da Resex e causam danos nas redes e ameaças às pessoas, especialmente do jacaré-açu, sendo demandada a necessidade de estudos e ações de manejo desta espécie.

Quanto às atividades de subsistência e de produção, nas últimas décadas houve um aumento da prática da agricultura de subsistência e a comercialização de farinha de mandioca, que assumiu um importante papel na geração de renda para a maior parte das comunidades, em detrimento das atividades extrativistas. Dados de desmatamento numa perspectiva regional apontam uma tendência de aumento de abertura de áreas para uso agrícola e pecuário. Este avanço ocorre predominantemente nas áreas do entorno das

maiores comunidades, dentro e entorno da Resex, conforme observado no mapa de desmatamento Anexo M (ICMBio, 2010).

A agricultura e outras atividades com objetivo comercial desenvolvidas na Resex são afetadas negativamente pelos aspectos da distância dos centros consumidores, situação precária e onerosa do transporte, comunicação deficiente, falta de planejamento e conhecimento de cadeias produtivas, investimentos em produção e beneficiamento, falta de ações conjuntas entre as comunidades são problemas que podem ser citados.

Enquanto que a distância da resex dos principais centros consumidores ajuda na conservação é notório que essa dificuldade de acesso também é um entrave à produção, influenciando tanto no custo direto como no tempo necessário ao transporte. A falta de planejamentos e investimentos em infraestrutura nesta área tem contribuído para a manutenção dessa dificuldade. Os investimentos locais por parte das comunidades ou de suas organizações não são suficientes para amenizar essa deficiência.

Do ponto de vista dos problemas vivenciados pelos produtores das comunidades, há manifestações sobre a falta de uma política de desenvolvimento que vise além da produção, também o beneficiamento, conservação e o escoamento dos produtos. O beneficiamento poderia agregar mais valor à produção, além de iniciar o processo de certificação de produtos da Resex, com selos de qualidade e sustentabilidade.

Outro aspecto de limitação do estabelecimento da produção a preços competitivos é a dificuldade de conseguir produtos em escala, tanto em quantidade, como frequência, pois os produtos, quando do extrativismo, são fortemente influenciados pela sazonalidade. No caso dos produtos da agricultura, estes apresentam dificuldades do estabelecimento de uma produção constante, principalmente pela falta de planejamento regionalizado ou mesmo local, pois as comunidades têm problemas de integração e organização, inviabilizando muitas vezes a execução de projetos.

Mesmo com a existência de organização social atuante manifestada, através de cooperativas e associações (Codaemj, Asproc, Amaru, Asmamj entre outras), há ainda demanda e carência destas organizações quanto a sua estrutura física, administrativa, contábil e institucional.

A demanda comunitária para a realização de ações efetivas para a melhoria da geração de renda é legítima e urgente, no entanto, é necessário desenvolver uma proposta que abranja toda a cadeia produtiva, os principais produtos que serão gerados, suas formas

e escala de comercialização, aspectos do mercado (local e regional), bem como os aspectos administrativos e financeiros desta produção. Em outras palavras, é preciso agregar conhecimento de gestão de negócios aos comunitários da Resex, mediante um acompanhamento técnico contínuo.

O desconhecimento sobre as potencialidades dos recursos naturais e seu grau de conservação é outra pendência que provoca impedimento para a implantação de propostas de manejo e proteção da Unidade. Há carrências de estudos técnicos e conhecimentos básicos sobre a ocorrência destes recursos, sua distribuição e abundância.

Quanto aos problemas sociais identificados nas comunidades, destaca-se a precariedade da serviço de saúde, com ausência de medicamentos e deficiência no atendimento dos agentes de saúde, resultando na inadequada atenção básica de saúde, como também a precariedade no sistema de saneamento básico, que tem relação direta com a promoção da saúde comunitária.

3.8 Situação Fundiária

3.8.1 Situação Atual

A situação fundiária da Resex foi relatada no Processo Ibama nº 02001.001524/92-25, referente à criação da Unidade, e aponta divergências quanto ao domínio de diversas propriedades particulares dentro do perímetro da Reserva apontados em estudo posterior (1998) realizado pelo Instituto Fundiário do Amazonas- Iteam, próximas às comunidades do Pão, Mari-mari, Deus é Pai e Manarian, conforme pode ser observado na Figura 27.

O estudo do Iteam detectou 13 títulos expedidos pelo Estado entre 1894 e 1914. No entanto, quando foram levantadas às matrículas em cartório, foram encontrados apenas dois imóveis denominados “10 de julho” (1000 hectares) e “10 de dezembro” (500 hectares), sendo ambas as parte do seringal de “Monte Cristo”.

O levantamento realizado pelo estado conflitava com o levantamento realizado pelo Ibama que identificou 15 propriedades. Desta forma, o CNPT, em 2000, realizou estudos nos cartórios da região, quando concluiu que não identificou propriedades particulares na área, ou de cadeia dominial e sucessória desde a sua origem.

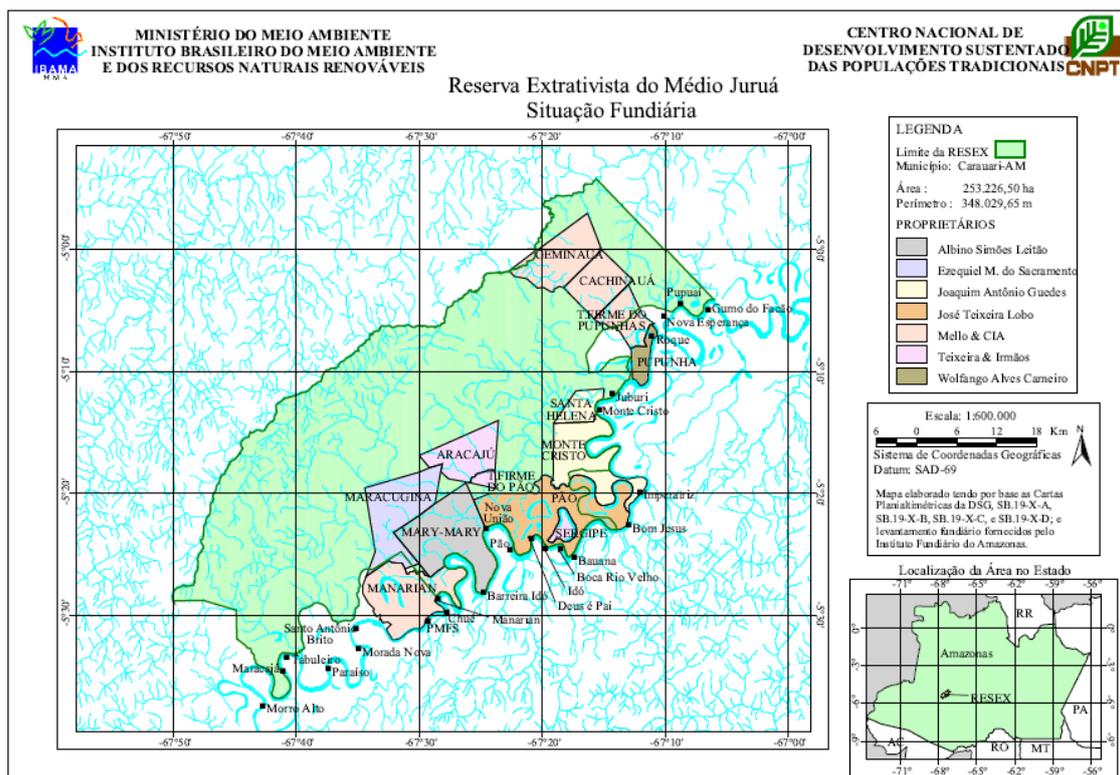


Figura 27 Mapa com os imóveis identificados na Resex do Médio Juruá.

Fonte: Arquivo DIUSP/ICMBIO, 2009.

Em 2000 a assessoria jurídica do CNPT informou sobre a situação fundiária da Resex, mencionando que as terras nela existentes pertencem ao Estado do Amazonas e, parte, de domínio da União.

Há também um parecer da assessoria jurídica do CNPT datado de 09 de agosto de 2000, que apresenta a base legal para desapropriação para fins ecológicos e sociais, concluindo ainda que nenhum imóvel existente dentro da Resex tem autenticidade suficiente para se reconhecer sua legalidade, uma vez que “não basta ter o título definitivo repassado pelo Poder Público, é necessário ter registro no Cartório de Registros de Imóveis e comprovação da cadeia dominial completa”. Outros elementos do processo de desapropriação estão contidas no nº 02001.002260/2003-96 que trata da regularização fundiária da Resex.

3.8.2 Ampliação da Resex

Algumas comunidades que participaram do processo de criação da Unidade ficaram fora dos limites da Unidade, devido à situação fundiária das terras onde se localizam e há uma proposta de ampliação da Resex em curso. A proposta de ampliação deve incorporar as comunidades de Nova Esperança, Roque, Imperatriz, Morada Nova, as localidades Boa Vista, Liberdade e moradores isolados em frente a comunidade Santo Antonio do Brito. Estas áreas sempre foram consideradas como integrantes da Resex, sejam com representantes no Conselho Deliberativo da Unidade de Conservação, com participações em reuniões e oficinas realizadas nas comunidades e como beneficiárias de créditos do Incra ou de outros programas e projetos. Segundo diagnóstico de 2007 (Pinheiro, 2007), estas comunidades somavam 149 famílias e 775 pessoas, em 2010 eram 168 famílias e 958 pessoas, o que correspondia a quase 50% dos beneficiários da Reserva.

A ampliação da REMJ está sendo pleiteada para incorporar três áreas que ficaram fora da poligonal da Unidade, mas que são consideradas em todas as ações de manejo como integrantes da UC. As três áreas agregadas à UC somam 33.706 hectares à área já homologada da Reserva (Pinheiro, 2007). A primeira área pleiteada envolve as comunidades de Nova Esperança e Roque; a segunda, a região da comunidade de Imperatriz e a terceira área as comunidades de Manarian, Morada Nova e Liberdade (Figura 28).

Atualmente o processo se encontra na Coordenação de Criação de Unidades de Conservação (CCUC), aguardando os tramites de encaminhamentos para ser enviado a Casa Civil e posterior decreto.

Com a ampliação da área a configuração da poligonal da Reserva ficará semelhante à Figura 29.

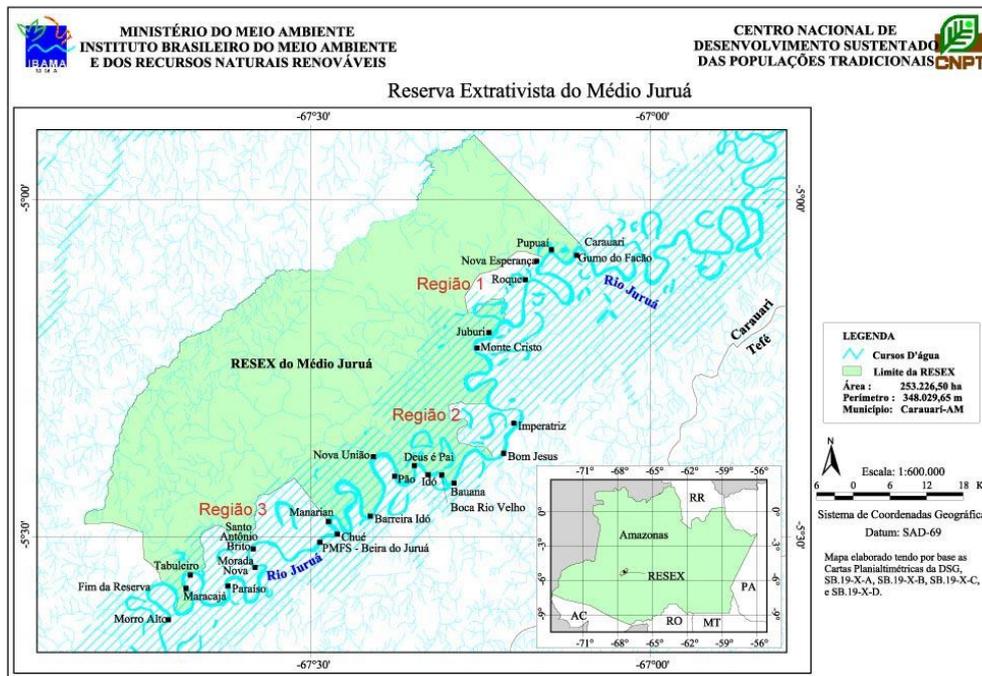


Figura 28 Mapa da Resex do Médio Juruá demonstrando as três áreas situadas na margem esquerda do rio Juruá que estão fora da poligonal decretada e são objeto do processo de ampliação. Fonte: Pinheiro, 2007.

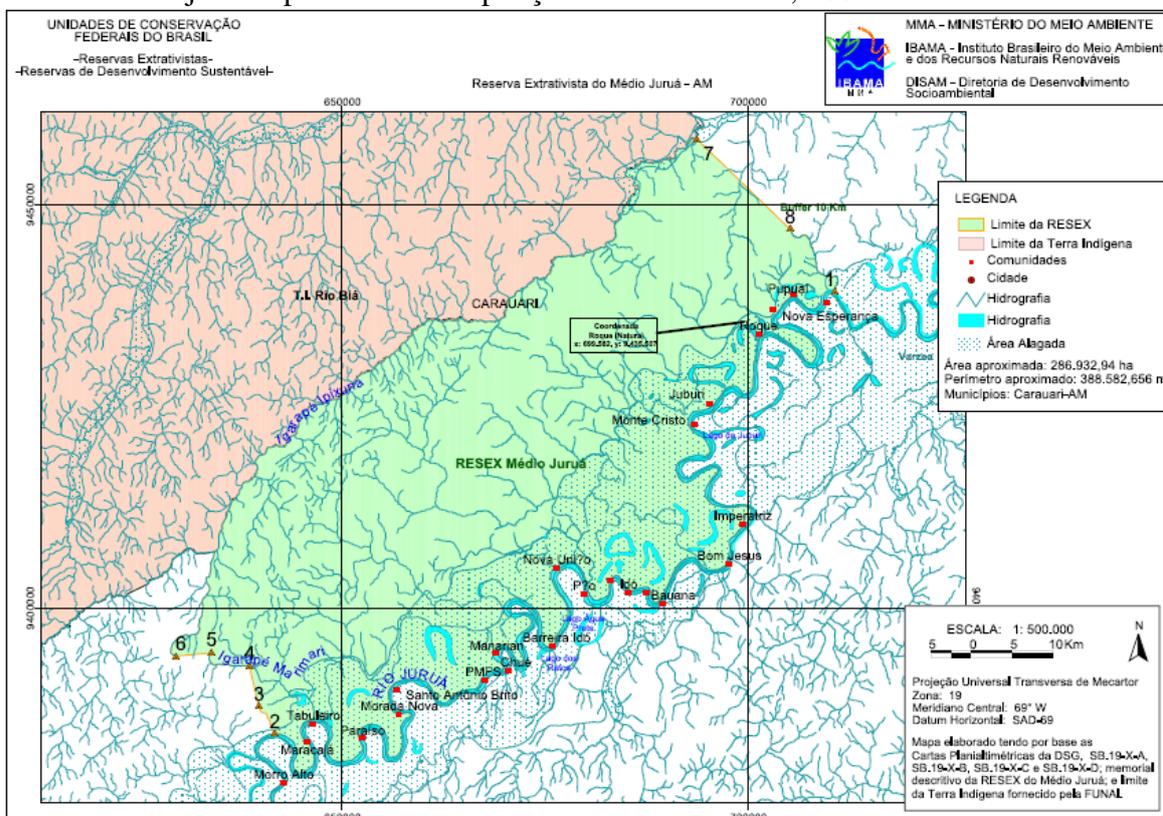


Figura 29 Proposta de redelimitação da Reserva Extrativista do Médio Juruá, englobando as três áreas apresentadas na figura anterior.

Fonte: Pinheiro, 2007.

A ampliação dos limites da Resex abrangendo as comunidades que historicamente participaram da luta para criação da Reserva é fundamental e imprescindível, pois, além de reconhecer os direitos destas, amplia a área de várzea sob proteção especial; local onde se concentram as áreas de uso (pesca, coleta de sementes de andiroba para extração de óleos) das comunidades.

3.9 Lacunas de Conhecimento e Indicação de Estudos Complementares

Para compor este item foram considerados os diversos documentos e estudos que tratam da Reserva, os quais foram consultados e analisados durante a elaboração da caracterização. Além disso, foram considerados os resultados e assuntos tratados em reuniões e visitas à Unidade.

Durante as reuniões que ocorreram com a participação das comunidades, de lideranças e representantes das associações que atuam na Resex, mais especificamente, Asproc, Codaemj e CNS, como também dos servidores do Instituto Chico Mendes lotados na Unidade; ficou clara a necessidade do desenvolvimento de estudos que resultem em propostas concretas de realização de manejo dos recursos naturais da região.

Alguns dos estudos que vem sendo realizados na unidade de conservação já apontam diretrizes para a exploração dos recursos naturais, como por exemplo, estudo preliminar sobre o potencial de exploração e realização do plano de manejo das oleaginosas, estudos de monitoramento dos quelônios e recursos pesqueiros. No entanto, ainda faltam informações estratégicas para que sejam implantados esses planos específicos pelas populações tradicionais, como também ações estruturantes no âmbito da gestão.

Há necessidade do desenvolvimento de estudos que indiquem a possibilidade e beneficiamento de exploração da madeira caída e extração do açaí. Para o aproveitamento da madeira deve ser realizado o inventário florestal da madeira em pé e caída nas comunidades interessadas. Este inventário embasará a elaboração do Projeto propondo o beneficiamento, o aproveitamento e o uso da madeira caída no interior da Resex do Médio Juruá. Para o manejo do açaí, deve ser realizada a identificação das comunidades com potencial e produtividade atual, inventário florestal, plano de negócios para embasar a possibilidade de implantação de uma usina de beneficiamento em Carauari e a elaboração do plano de Manejo para exploração sustentável do açaí nas comunidades da Reserva.

Como ações estruturantes que auxiliarão na implantação das atividades de gestão da Resex e também da implantação dos programas de manejo e projetos específicos foram identificadas, em conjunto com o Instituto Chico Mendes e as associações que participam da gestão da área, duas ações: regularização fundiária e elaboração do programa de geração de renda

Dentro da ação, que visa à regularização fundiária, deverá ser levantada a situação dominial das terras inseridas na área pleiteada para a ampliação da Unidade de Conservação, buscando identificar as áreas de domínio privado, público estadual e federal. Este levantamento fornecerá subsídios para orientar as ações a serem realizadas com o intuito de proceder a regularização fundiária da Reserva. Além disso, há em curso o processo de ampliação, cujos procedimentos para a consolidação territorial deverão ser apontados durante a execução desta ação. Há um termo de referência já elaborado para realizar esta atividade.

Para a elaboração de um programa de geração de renda deverá ser realizado um diagnóstico atualizado sobre as comunidades beneficiárias da Resex. Este diagnóstico dará subsídios à dimensão do território, da região ou do local no qual o projeto será implantado e a dimensão dos beneficiários a serem atendidas pelos empreendimentos apontados pelo programa.

Questões como capacitação e treinamento também foram levantadas durante as reuniões e oficinas realizadas até o momento, sendo que a capacitação deverá estar associada ao manejo a ser implantado em cada estudo específico.

4 ESTRUTURA DE GESTÃO

A estrutura de gestão de uma reserva extrativista deve contemplar os diferentes atores que estão implicitamente envolvidos na unidade: os comunitários e suas organizações representativas; o papel central do Conselho Deliberativo conforme definido pelo Snuc e IN ICMBio nº 002/2007; as instituições públicas com papéis definidos para a área ou responsáveis por políticas públicas de alcance local, regional ou nacional; as organizações da sociedade com papéis internos na Resex ou afetados por esta.

4.1 Conselho Deliberativo

O Conselho Deliberativo é o órgão central de gestão da Resex. É presidido pelo Instituto Chico Mendes e congrega membros representantes das comunidades e suas organizações, das instituições públicas e organizações da sociedade civil de interesse e ação na Resex Médio Juruá. O Conselho é o órgão centralizador das decisões mais importantes da Resex, inclusive a aprovação do Plano de Manejo. O Conselho também centraliza, num único fórum, boa parte dos executores e organizações que são influenciadas ou influenciam a tomada de decisão para a Resex.

O Conselho Deliberativo da Resex Médio Juruá foi criado mediante a Portaria nº 10, em 29 de janeiro de 2007 e pela Portaria nº 105/ICMBio de 04 de outubro de 2010. Possui 24 membros e tem a seguinte composição:

1. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade;
2. Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- Ibama;
3. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – Incra;
4. Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – Idam;
5. Universidade do Estado do Amazonas – UEA;
6. Centro Estadual de Unidades de Conservação - CEUC;
7. Prefeitura Municipal de Carauari- Sendesma;
8. Associação dos Produtores Rurais de Carauari – Asproc;

9. Conselho Nacional das Populações Extrativistas – CNS;
10. Colônia dos Pescadores Z 25 de Carauari – Colpesca;
11. Associação de Moradores Agroextrativistas da RDS Uacari – Amaru;
12. Cooperativa de Desenvolvimento Agroextrativista e de Energia do Médio Juruá Codaemj;
13. Comunidade do Gumo do Facão;
14. Comunidade Novo Horizonte;
15. Comunidade Pupuaí;
16. Comunidade Nova Esperança;
17. Comunidade Roque;
18. Comunidade Fortuna;
19. Comunidade Imperatriz;
20. Comunidade Pão/Idó;
21. Comunidade Nova União;
22. Comunidade São Raimundo;
23. Comunidade Tabuleiro;
24. Morada Nova ou Manariã.

Cabe ao Conselho Deliberativo contribuir com ações voltadas à efetiva implantação e implementação do Plano de Manejo e ao cumprimento dos objetivos de criação da Reserva. Anualmente, o Conselho aprovará o plano de ação da Unidade, que fará a previsão orçamentária e indicará as atividades a serem implementadas, baseadas nos programas de manejo que devem ser executadas.

O Conselho tomará suas decisões com base no Plano de Manejo, nos objetivos da Unidade de Conservação e nas demais prerrogativas normatizadas pela IN ICMBio nº 002/2007 e seu regimento interno. As alterações que virem a ser feitas no plano de manejo devem seguir a IN nº 001/2007/ICMBio, onde as comunidades devem ser amplamente participantes nas proposições e com aprovação técnica do Instituto Chico Mendes.

4.2 Comunitários e representantes

Nas reservas extrativistas, as comunidades e suas organizações possuem um papel central de gestão. Este papel é histórico, sendo que a mobilização e organização desses grupos sociais um dos elementos centrais do processo de criação da própria Unidade. As comunidades também tem papel central na construção do plano de manejo, da definição da composição do Conselho Deliberativo, receberão a concessão de direito real de uso e são os principais executores e diretamente afetados e beneficiados pela implementação de todos os programas previstos neste plano de manejo.

As comunidades da Resex do Médio Juruá contam historicamente com algumas organizações que fazem o papel de representação atuando na área há mais de três décadas nas lutas pelos direitos sociais dos extrativistas, na proteção e no manejo sustentável da área, mesmo antes da Unidade de Conservação ser criada. Entre as associações e outras organizações das comunidades existentes na Unidade, enumeram-se a seguir, com os respectivos grupos sociais que representam:

- Asproc: representante da organização social da Resex. Pratica o comércio solidário, compra da produção, entre outros (Associação-mãe);
- Codaemj: representante dos coletores de sementes de andiroba e murumuru. Compra, beneficia e comercializa produtos da região (cooperativa);
- Aane: representante dos moradores da Comunidade da Nova Esperança (associação comunitária);
- Asmamj: representante das mulheres da Resex do Médio Juruá (associação);
- Amecsara: representante dos moradores da Comunidade do São Raimundo (associação comunitária);
- CNS: representante Nacional dos trabalhadores agroextrativistas organizados em associações, cooperativas e sindicatos;
- Colpesca: representante dos pescadores de Carauari;
- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carauari: representante dos trabalhadores rurais do município de Carauari.

As organizações aqui descritas contribuirão para a implementação dos programas de manejo da Resex, incluindo a proposição de projetos específicos de desenvolvimento

para a Resex, ancorados nos programas de manejo descritos no Plano de Manejo. Todos os projetos devem ser aprovados pelo Conselho Deliberativo e também com consulta ampla às comunidades afetadas, garantindo assim o protagonismo das comunidades.

4.3 Instituto Chico Mendes e outras instituições públicas

O Instituto Chico Mendes é o órgão responsável pela gestão e administração das reservas extrativistas federais, cabendo ao instituto a presidência do conselho deliberativo. As autorizações, licenças, fiscalizações também são de sua competência. O Instituto deve prover recursos para a elaboração e revisões do plano de manejo, o funcionamento do conselho deliberativo, constituição e manutenção de sede própria, infraestrutura básica para apoio na Resex, além de contratos e convênios para o funcionamento da gestão da unidade de conservação. Fornecerá o apoio necessário a documentação e informação para a gestão e desenvolvimento das comunidades da Resex. Atuará em conjunto com as comunidades ou em parcerias com outras instituições para proteger e implementar a Unidade de Conservação com base neste Plano de Manejo.

O Ibama poderá atuar em conjunto como o Instituto Chico Mendes nas atividades de fiscalização dentro ou no entorno da Unidade.

As atividades de manejo serão desenvolvidas em conjunto com as comunidades, buscando apoio e parcerias de outras instituições para a implementação projetos.

Outras instituições participam da gestão ou executam projetos de desenvolvimento ou de pesquisa dentro da Resex. Estas instituições agem com base nas suas prerrogativas legais e de acordo com o presente plano de manejo e os objetivos da Unidade de Conservação. O Instituto Chico Mendes poderá prover em conjunto com as comunidades acordos de cooperação, convênios, parcerias, autorizações, licenças para contemplar a ação dessas instituições. Cita-se algumas instituições atuantes na Unidade:

- Prefeitura Municipal de Carauari: execução das políticas públicas locais. Destaca-se a Educação, Saúde, apoio ao transporte, investimentos em benfeitorias, capacitações;
- Incra: implementação do programa nacional de reforma agrária, como o apoio a habitação, saneamento, crédito rural (Pronaf A), infraestrutura e outros;
- Idam: assistência técnica e extensão rural e florestal;
- UEA: apoio nas ações de extensão, ensino e pesquisa;

- Ufam: apoio nas ações de extensão, ensino e pesquisa;
- Probuç/Ceuc: realização de pesquisa e monitoramento dos recursos naturais;
- Ceuc: realização de ações integradas entre a Resex e RDS Uacari;
- Sebrae: realização de capacitação técnica e orientação empresarial;
- MMA: financiamento de projeto nas Reservas da região Médio Juruá;
- Conab: financiamento da compra da produção e subvenção da borracha;
- UnB: elaboração e execução do projeto de saneamento básico nas comunidades da Resex Médio Juruá.

4.4 Outras organizações, empresas e parceiros

Para atingir plenamente os objetivos de desenvolvimento e conservação da Resex, a ação de organizações privadas ou empresas podem contribuir em vários processos no desenvolvimento comunitário e apoio à gestão. Cita-se nesse momento a Natura e a Petrobrás, que vem ao longo de vários anos colaborando para o desenvolvimento sustentável e apoio nos projetos de desenvolvimento.

A ação de empresas ou organizações privadas devem estar pautados nos princípios de desenvolvimento sustentável, repartição justa e equitativa dos benefícios, elaboração e cumprimento de contratos públicos assinados por representações após consulta ampla às comunidades e aprovação do Conselho Deliberativo.

Empresas menores, como as que realizam comércio itinerante, compram temporariamente a produção, devem respeitar as normas neste plano e as normas locais estabelecidas pelos comunitários.

4.5 Infraestrutura e Equipamentos

Para a gestão eficiente é necessário uma infraestrutura mínima, com suporte de equipamentos e materiais para o desenvolvimento das atividades. Esta infraestrutura e equipamentos devem subsidiar as ações do Instituto Chico Mendes e de eventuais parceiros, além de apoiar ações pontuais dos programas de manejo pelas instituições executoras e parceiras.

A Resex Médio Juruá necessita de um escritório e de uma base no porto da cidade de Carauari e de bases de apoio nas comunidades da Resex. O escritório do Instituto Chico Mendes na cidade de Carauari até 2010 era patrimônio do Ibama, estando em fase de transferência e reforma urgente, com ampliação para acomodar os servidores lotados na Resex e dos veículos, equipamentos e materiais para apoio a gestão. É imprescindível o acesso a rede mundial de computadores de alta velocidade, uma linha de telefone fixa e outra móvel. Os prédios devem receber vigilância constante para a defesa do patrimônio.

A base no porto atualmente é de uma flutuante que necessita ser reformado. A base no porto tem a função de guardar os equipamentos de náutica do Instituto Chico Mendes e também de depósito provisório de materiais de campo e de produtos frutos de apreensões das fiscalizações.

A base nas comunidades são demandas necessárias e terão um papel importante para a proteção da Resex. Também darão apoio às atividades de campo da Resex, como depósito provisório de materiais e também de apoio aos parceiros, principalmente pesquisadores que devem continuar o trabalho de geração de informação e conhecimento sobre a Resex. Há a proposta de três bases flutuantes localizadas em pontos estratégicos e serão mantidos em parceria com as comunidades.

Tanto o escritório, como as bases no porto e no interior da Resex devem receber os equipamentos adequados para o seu funcionamento pleno. Sistemas de comunicação para interligar o escritório, as bases e algumas comunidades parceiras no processo de vigilância e fiscalização, ou ainda, em situações de emergência nas viagens, tanto para os servidores do Instituto, parceiros e comunitários são indispensáveis.

O suprimento de insumos para o funcionamento da Resex tanto para o funcionamento das bases, a manutenção dos equipamentos, a locação de espaço para reuniões na cidade, fretes de embarcações, sobrevôos da Resex, combustíveis para viagens, diárias, custeio de reuniões devem ser custeadas pelo Instituto Chico Mendes.

Para a execução e implementação do Plano de Manejo e gestão da Unidade é necessário uma equipe mínima de servidores: um servidor para trabalhar com mobilização social e educação ambiental, um servidor fiscal que trabalhe com geoprocessamento, um servidor na área administrativa, um servidor para trabalhar com questões produtivas e um servidor para trabalhar com pesquisa e manejo de recursos naturais, sendo um dos servidores o chefe da Resex.

5 PLANO DE UTILIZAÇÃO

Este item apresenta a consolidação das regras de uso dos recursos naturais e as regras de convivência da Reserva Extrativista do Médio Juruá, discutidas em oficinas participativas realizadas em maio/2009.

Os resultados destas oficinas foram discutidos e aprovados por representantes de moradores da Reserva na “Oficina de Revisão e Aprovação do Plano de Utilização da Resex”, ocorrida nos dias 15 e 16 de agosto de 2009, na comunidade Nova Esperança, como parte da construção do Plano de Manejo.

O Plano de Utilização consiste nas regras internas construídas, definidas e pactuadas pela população da Unidade quanto às suas atividades tradicionalmente praticadas, ao manejo dos recursos naturais, ao uso e ocupação da área e a conservação ambiental, considerando-se a legislação vigente. É o documento base para que seja firmado o Termo de Compromisso entre a população tradicional beneficiária da Unidade, que receberá a concessão do direito real de uso, e o Instituto Chico Mendes

5.1 Regras Gerais

1. Cada família tem o dever de zelar por sua comunidade e cuidar de suas atividades em conjunto com os representantes da comunidade, os agentes ambientais voluntários, a Asproc, o Conselho Deliberativo e o Instituto Chico Mendes.
2. São consideradas de uso comum dos moradores, as seguintes áreas da Resex do Médio Juruá: rios, restingas, barrancos, praias, igarapés, lagos e varadouros; exceto tabuleiros e lagos de preservação.
3. O uso das áreas de uso coletivo deverá ser feito em comum acordo com as comunidades envolvidas, da Asproc, do Instituto Chico Mendes, respeitando-se as leis ambientais. A utilização das áreas comuns deverá respeitar os usos e costumes dos moradores.
4. É proibido o acesso aos tabuleiros e lagos de preservação, exceto quando autorizado pela comunidade.

5. No caso de estudo, filmagem ou pesquisa, o acesso aos tabuleiros e lagos de preservação somente será permitido após aprovação da comunidade, do conselho e do Instituto Chico Mendes, tendo acompanhamento do vigia e de liderança comunitária.
6. A abertura de novos varadouros deverá respeitar os direitos individuais e a legislação ambiental, com a devida aprovação dos moradores. A abertura deverá ser posteriormente comunicada ao Instituto Chico Mendes, ao Conselho e à Asproc.
7. Fica proibido o desmatamento nas margens e nascentes dos rios, lagos, igarapés e quaisquer outros cursos e mananciais, de acordo com as leis vigentes.
8. As matas desocupadas deverão ficar para repouso dos animais silvestres, coleta de sementes, frutos, cipós, óleo, extrativismo em geral e aberturas de novas estradas de seringa, quando necessário.
9. Nas fontes, como lagos e igarapés, onde ocorram naturalmente peixes e outros animais, deverão ser preservadas as árvores frutíferas e ser estimulado o seu enriquecimento (plantios).

5.2 Regras de Uso dos Recursos Naturais

5.2.1 Caça

10. É proibida a caça profissional na Resex do Médio Juruá, de acordo com a legislação vigente.
11. É proibido o uso de armadilhas que põe em risco a vida das pessoas, devendo a comunidade fazer acordo quanto à prática, o uso dos apetrechos e as cotas.
12. É proibido capturar animais silvestres seja para criação, manutenção em cativeiro ou comercialização. É proibido balar passarinho e ter baladeiras nas comunidades. Fica recomendada a realização de estudos para estudar a possibilidade do manejo do jacaré, dos quelônios e a caça na área da Resex do Médio Juruá.

5.2.2 Pesca

13. Os moradores da Resex podem pescar para alimentação, respeitando-se a legislação ambiental, sendo permitido somente o uso de apetrechos tradicionais (flecha, tarrafa, espinhel, pequenas caçoeiras, linhas de mão, caniço e arpão).
14. É proibido o uso de “furuco” e veneno (timbó, assacú, etc.) para pescar.
15. As comunidades devem escolher lagos e igarapés para fins de preservação e outros para pesca de subsistência.
16. A pesca comercial na Resex somente será permitida para os beneficiários e usuários cadastrados, a partir da realização do plano de manejo da pesca. O “peixe de barreira” poderá ser comercializado, desde que acompanhado pelo órgão gestor, observando a legislação.
17. A partir da entrada em vigor do Plano de Manejo, os pescadores profissionais moradores da Resex deverão adequar-se as novas regras, assim como dos acordos comunitários de pesca e as resoluções do Conselho Deliberativo.
18. É proibido ancorar barcos de pesca profissional e de moradores da Resex no porto das comunidades e nos locais de acesso a Resex, tais como boca de lagos, igarapés, furos, varadouros e tabuleiros de preservação.
19. Nos tabuleiros (praias de reprodução de quelônios) fica proibido o trânsito de pessoas não autorizadas, a apanha de ovos, captura de qualquer espécie e a pesca, devendo ser respeitado o limite de 1.000 metros do ponto de cima e de baixo da praia. Em caso de necessidade das comunidades, onde não houver área disponível para a pesca, pode-se reduzir este limite para 500 metros, desde que em comum acordo com as comunidades.
20. Os limites de cima e de baixo das pontas da praia de tabuleiro devem ser medidos e sinalizados corretamente, alterando-se a localização das placas de acordo com a subida ou descida das águas.

5.2.3 Extrativismo Não-Madeireiro

21. Cada seringueiro poderá ter, no máximo, três estradas de seringa.

22. É proibido derrubar e danificar as seringueiras.
23. Deve-se evitar abrir roçado em área de seringais. Não é permitido fazer queimadas próximas à estrada de seringa.
24. O uso da estrada de seringa será feito na forma tradicional, obedecendo 50 dias de corte por ano, por estrada (02 dias por semana).
25. É proibido cortar a seringueira "no pau", sendo permitido somente o corte pela banda (50%), até que apareçam outras técnicas mais apropriadas.
26. A exploração e extração de óleo de copaíba deverá ser feita com uso de "trado", fechando com "torniquete" logo após a extração. Após a exploração fica proibida nova extração por um período de três anos.
27. Fica proibida a derrubada da sorveira e a extração do seu leite deve ser feita pelo método tradicional, ou seja, à distância de quatro ou seis metros de um anel para o outro, respeitando-se o período mínimo de oito dias.
28. É proibido derrubar o açazeiro, a não ser em caso de necessidade, e acordado com a comunidade e o órgão gestor. O fruto pode ser extraído somente o maduro.
29. É permitida a comercialização do açaí, desde que haja acordo entre as comunidades, e definido no projeto produtivo.
30. É proibido fazer roçado em área de açazal.
31. Fica proibida a derrubada da andirobeira, patauá, copaíba, muru-muru, ucuíba, oiricuri, buriti, tucumã e bacaba nativa, e deve haver incentivo ao cultivo destas espécies para produção de óleo e alimentação. Podem ser extraídos somente frutos, sem derrubar as árvores.
32. É permitida a extração de cipó (titica, ambé, chato, timbó-açú), preservando-se os cipós verdes (novos) e a árvore que o suporta, sendo no entanto, proibida a extração de cipó verde.
33. A palha pode ser extraída, mas deve ser preservadas pelo menos três palhas do olho em cada pé.
34. A paxiúba pode ser extraída, mas devem ser preservados os indivíduos jovens (filhotes) próximos à árvore mãe.

35. A extração do mel de abelha deve ser realizada por métodos que não exijam a derrubada da árvore e a destruição da colméia. Para minimizar os impactos, deve ser realizada a capacitação dos moradores em técnicas alternativas de extração de mel e criação de abelha.

5.2.4 Extrativismo Madeireiro

36. É proibido extrair e transportar madeira da Resex do Médio Juruá sem autorização do órgão responsável.
37. A extração de madeira dentro da Resex é permitida para o uso próprio dos moradores (construção de canoas, casas, móveis, lenha e instrumentos de trabalho).
38. A exploração comercial de recursos madeireiros só será admitida em bases sustentáveis, em situações de caráter experimental, complementar as demais atividades desenvolvidas na Reserva Extrativista.
39. A utilização de madeira para produção e a comercialização de canoas, remos e outros utensílios de madeira serão definidos em acordos comunitários específicos, aprovados posteriormente pelo Conselho Deliberativo da Resex do Médio Juruá.
40. O uso de madeiras como pequiá, macacaúba jatobá para construção de casas, batelão, entre outros, será permitido somente mediante acordo entre as comunidades.

5.2.5 Criação de Animais e Agricultura

41. Com base em plano de manejo deve ser estimulado o manejo sustentado da fauna: quelônios e caça, através da implantação de criadouros comunitários para espécies com potencial de uso pelas comunidades ou para fins econômicos, bem como de espécies em listas de extinção, com objetivos de repovoamento.
42. Deve ser estimulada a realização do manejo do jacaré.
43. Os moradores da Resex do Médio Juruá poderão realizar atividades complementares como criação de pequenos animais, criação de peixes e agrosilvicultura. Estas atividades não serão permitidas nos tabuleiros de preservação das comunidades.

44. A criação de animais de grande porte (cavalo, búfalo, boi) para venda (pecuária) não poderá ser aumentada pelos atuais criadores, sendo que em nenhuma situação poderá ultrapassar o limite de 50% (cinquenta por cento) da área de uso da comunidade.
45. Não será permitido desmatamento para a formação de pastagens.
46. As criação de grandes animais para uso em outros fins, como transporte, deverá ser acordada em cada comunidade, que estabelecerá limites para evitar a ampliação das atividades pecuárias na Reserva. Estas regras deverão ser aprovadas pelo Conselho.
47. As capoeiras poderão ser re-aproveitadas para atividades agro-florestais, agrícolas e criação de animais de médio porte.
48. Se não houver área de capoeira disponível, pode-se desmatar no máximo um hectare de mata bruta por família para abertura de roçado. Caso haja necessidade de desmatar mais, deve ser feito um acordo com a comunidade e ter aprovação do Instituto Chico Mendes.
49. Na necessidade do uso do fogo para abertura de roçados, deve-se fazer queimada controlada.
50. Fica proibido o uso de agrotóxico nos plantios, exceto sob orientação técnica.

5.3 Regras de Convivência

5.3.1 Criação de Animais

51. Cada comunidade decidirá sobre a forma de criação dos animais domésticos - galinhas, patos e cachorros e a manutenção dos mesmos, devendo ser mantidos em cercados ou soltos. Porcos, gado e ovelhas deverão ser mantidos em quintais e cercados, ficando a construção de cercas por conta do criador. Caso haja dano ou problema causado por animal de criação, o responsável pelo mesmo deverá arcar com os prejuízos.
52. Cada família da Reserva pode ter, no máximo, dois cachorros.

5.3.2 Comércio

53. Fica proibido o comércio de bebida alcoólica dentro da Resex, exceto quando aprovado pela comunidade (como por exemplo, em caso de festas, venda realizada pelo regatão, etc.).
54. Não será permitida a moradia de comerciantes dentro da Resex do Médio Juruá..

5.3.3 Entrada de Moradores

55. A entrada de pessoas para morar na Reserva Extrativista do Médio Juruá deverá ser decidida pela comunidade, mediante reunião e apresentação das regras da comunidade e da Reserva para o novo morador. A decisão deverá ser comunicada a Asproc e ao Instituto Chico Mendes mediante apresentação de ata da reunião.
56. No caso de novos moradores que se estabeleçam em pontos isolados, as comunidades mais próximas devem se responsabilizar por apresentar as regras da Resex e decidir ou não sua entrada, que deverá ser comunicada ao Instituto Chico Mendes e à Asproc.
57. O retorno de morador antigo para a Resex dependerá de como foi seu comportamento quando morador da Reserva.
58. Novos moradores deverão ser avaliados após o período de adaptação de um ano. Se apresentarem bom comportamento, poderão permanecer na comunidade. Se necessário, poderão ser avaliados e afastados antes deste período.

5.3.4 Saída de Moradores

59. A saída dos moradores da Resex ou para outra área da Reserva, deverá ser comunicada à liderança da comunidade, Asproc e Instituto Chico Mendes, com explicação dos motivos.
60. Os moradores que resolverem se mudar da Resex deverão antes desfazer-se de suas benfeitorias (cultivos permanentes, animais de criação, etc.), através de venda ou doação.
61. Ex-moradores não podem manter benfeitorias (roça, casa, pasto, criação animal, etc.) se não se desfizer das mesmas dentro de um período de um ano de sua saída, estas

serão consideradas patrimônio da comunidade. Também não podem realizar atividades como coleta de açaí, caça, pesca, agricultura, entre outras, no interior da Reserva. No caso de roçado, só será permitido colher a produção plantada enquanto for morador da Reserva.

62. O beneficiário do Incra, ao sair da comunidade da Resex, deverá entregar a chave da casa à liderança da comunidade ou a Asproc, sendo proibida a venda da casa do Incra, a retirada do material para outro local ou a venda do terreno em que morava. A casa ao ser entregue a Asproc poderá ser repassada a outro morador da comunidade.

5.4 Disposições Gerais

63. A pesquisa, fotografia, filmagem e coleta de material genético no interior da Resex do Médio Juruá, só poderão ser realizadas mediante autorização expressa do Instituto Chico Mendes, do Conselho Deliberativo da Resex e da comunidade. As atividades deverão ser acompanhadas por representantes da comunidade envolvida, da Asproc e do Instituto Chico Mendes. Deve ser observada a orientação da Instrução Normativa nº 5/2002, do Ibama, baseada no artigo nº 33 da Lei nº 9.985/2000.
64. A derrubada de árvores será evitada com treinamentos como a escalada de árvores, incentivos a coleta de frutos com o buriti, a divulgação e treinamento em retirada correta de colméias e mel das árvores vivas.
65. Os autos de constatação só serão emitidos por comunitários líderes especialmente treinados através de cursos de agentes ambientais voluntários.
66. Os responsáveis pela produção de Biodiesel na Resex deverão comunicar periodicamente ao Conselho Deliberativo a situação da produção e do beneficiamento, subsidiando assim a Resex para eventual tomada de decisão..

5.4.1 Alterações do Plano de Utilização

67. O presente Plano de Utilização deverá ser atualizado sempre que surgir novos conhecimentos e novas tecnologias que venham contribuir para a melhoria do processo de consolidação da Reserva Extrativista do Médio Juruá, ou a qualquer tempo, caso haja algum impedimento na execução do próprio Plano de Utilização.

68. As alterações, modificações e atualizações do presente Plano de Utilização poderão ocorrer, desde que discutidas e aprovadas pelas comunidades, com aprovação técnica do Instituto Chico Mendes e posterior aprovação do Conselho Deliberativo, conforme prevê a IN nº 01/2007/ICMBio.
69. As propostas de alteração do Plano de Utilização não podem entrar em conflito com as finalidades e objetivos da Reserva e de acordo com o Snuc

5.4.2 Aplicação das Penalidades

70. No caso de seu descumprimento do Plano de Utilização, cada penalidade deve ser aplicada a partir da análise e decisão dos responsáveis por sua aplicação.
71. As penalidades serão classificadas e os procedimentos aplicados pelos responsáveis conforme sua gravidade e reincidência, observando o quadro abaixo:

Tipo de pena	Procedimento a ser adotado	Responsáveis por sua aplicação
Leve	Prestação de serviço comunitário	Quando definida e decidida, sua aplicação deverá ser acompanhada pela representação das comunidades
Média	Formalização de reclamação por escrito (auto de constatação), a serem encaminhados ao Instituto Chico Mendes. A pena será aplicada conforme legislação vigente e a gravidade da transgressão	ICMBio/Ibama para os procedimentos legais. Representação das comunidades
Pesada	Formalização da denúncia na Delegacia de Polícia ou órgão competente para os procedimentos legais. A pena será aplicada conforme legislação vigente e a gravidade	ICMBio/Ibama para os procedimentos legais. Representação das comunidades
Expulsão	O morador que não obedecer as regras do PU poderá ser expulso da área da Resex. Devendo cumprir os tramites de acordo com o Conselho Deliberativo.	Lideranças comunitárias e o Conselho Deliberativo
Outros	Em caso de abrir roçado e derrubar seringueiras, deve-se plantar em dobro.	Representação das comunidades
	Se derrubar a árvore do açaí, plantar 10 vezes mais e acompanhar o crescimento.	Representação das comunidades
	No caso de armadilha com arma de fogo, esta deverá ser apreendida e encaminhada para Delegacia de Polícia ou órgão competente para os procedimentos legais.	Representação das comunidades
	Fazer acordo comunitário para tratar da prática, apetrechos e cotas da caça, no caso de alimentação.	Representação das comunidades

6 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO

O planejamento participativo tem sido considerado prática indispensável a ser utilizada durante as discussões para a construção de um Plano de Manejo. A participação dos comunitários no planejamento busca a construção de alianças e parcerias para o desenvolvimento de ações específicas na Reserva e seu entorno, tornando-a partícipe e comprometida com as estratégias estabelecidas durante o planejamento.

Tratam-se também de uma oportunidade para buscar a conscientização para o reconhecimento da importância deste espaço de gestão, a necessidade de proteção e manejo dos recursos naturais e seu destaque no cenário local e nacional, bem como sua contribuição para o desenvolvimento desta categoria de manejo de unidade de conservação.

Elaborado sob um enfoque participativo, o Plano de Manejo deve traduzir em formato textual as prerrogativas técnicas, legais e institucionais do Instituto Chico Mendes, prevendo a continuidade do envolvimento dos comunitários e de instituições parceiras, considerando as organizações governamentais e as não-governamentais, bem como outros interessados em estabelecer parcerias com a Reserva.

Os eventos realizados no âmbito da elaboração deste plano de manejo cumpriram parte importante desse processo, ao possibilitar que os comunitários, representantes do Conselho Deliberativo, atores locais, consultores e técnicos do Instituto Chico Mendes, bem como participantes do Grupo de Trabalho constituído para acompanhar o processo de discussão do planejamento, fossem ouvidos e expressassem suas diferentes visões e opiniões quanto ao diagnóstico e à proposição de ações que se coadunassem com o propósito da implantação da Resex.

A análise da situação interna da Reserva com a elaboração dos cenários consideraram os fatores que impulsionam ou dificultam as ações de manejo, proporcionando uma avaliação estratégica da área.

Discussões realizadas ao longo do processo de planejamento, observações repassadas pelas comunidades, contribuições da comunidade técnico-científica aportadas durante os eventos participativos permitiram aprofundar a análise dos fatores que compõem a avaliação estratégica e traçar as premissas que serviram de base para o Planejamento.

Para a construção deste planejamento e dos demais documentos que fazem parte deste, foram realizadas ações estruturantes e participativas que resultaram em eixos de gestão da Resex. Tais ações foram construídas em quatro oficinas participativas, diversas reuniões técnicas e elaboração de um diagnóstico atual sobre a Unidade de Conservação e seus beneficiários. Neste contexto, cabe destacar os seguintes aspectos:

- Elaboração da caracterização da Resex, com análise de lacuna de conhecimento e diagnóstico dos principais aspectos sócio-econômicos e culturais;
- Discussão de regras e normas de utilização da Reserva Extrativista do Médio Juruá, materializado no Plano de Utilização;
- Realização do cadastramento de todos os moradores da Reserva;
- Elaboração do zoneamento ambiental, mediante informações obtidas nos mapas falados e nos mapas temáticos da Resex.

Todas as oficinas foram conduzidas mediante os métodos de planejamento estratégico, cujas discussões são orientadas por objetivos bem definidos e específicos.

Além disso, a IN nº 01/2007/ICMBio que disciplina as diretrizes, normas e procedimentos para a elaboração de Plano de Manejo Participativo de Unidade de Conservação Federal das categorias Reservas Extrativista e Reserva de Desenvolvimento Sustentável, em seu artigo 3º apresenta as diretrizes a serem consideradas quando da elaboração de Plano de Manejo Participativo de Resex, a saber:

- I. A conservação da biodiversidade e a sustentabilidade ambiental da Unidade;
- II. A transparência dos processos de gestão das Unidades e a adequação a cada realidade local;
- III. O reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural das populações tradicionais e seus sistemas de organização e de representação social.
- IV. O reconhecimento de que os territórios tradicionais são espaços de reprodução social, cultural e econômica das populações tradicionais;
- V. A promoção dos meios necessários e adequados para a efetiva participação das populações tradicionais nos processos decisórios e seu protagonismo na gestão da Unidade;

VI. A valorização e integração de diferentes formas de saber, especialmente os saberes, práticas e conhecimentos das populações tradicionais;

VII. A busca pela melhoria da qualidade de vida das populações tradicionais, o acesso aos serviços básicos e a cidadania, respeitando-se suas especificidades e características sócio-culturais.

Com base nos resultados das oficinas, nos instrumentos técnicos consultados e elaborados e nas diretrizes da Instrução Normativa supramencionada, tem-se as seguintes estratégias de planejamento:

- Consolidar a Resex como uma unidade de conservação de uso sustentável no cenário local e nacional;
- Propiciar a proteção e manutenção dos recursos naturais da Unidade;
- Desenvolver ações de pesquisa e conhecimento de modo a realizar o manejo sustentável dos recursos naturais;
- Melhoria de qualidade de vida e geração de renda das comunidades da Reserva;
- Exercer a representação política e institucional no âmbito das áreas protegidas da região Amazônica;
- Colaborar com os órgãos competentes na elaboração de políticas públicas relacionadas ao meio ambiente;
- Consolidar a Reserva Extrativista do Médio Juruá como um espaço de referência em atividades de desenvolvimento sustentável;
- Estimular e promover a capacitação de recursos humanos.

7 ANÁLISE DE CENÁRIO

A análise de cenários foi elaborada a partir da oficina de planejamento realizada em dezembro de 2009. Inicialmente foram avaliados os pontos fortes, fracos, oportunidades e ameaças para a Unidade, conforme definições a seguir:

Pontos Fortes: constituem-se na aplicação, com sucesso, das competências e capacitações internas frente aos fatores críticos, de forma a desenvolver a eficiência dos procedimentos numa área protegida.

Pontos Fracos: constituem-se na aplicação, sem sucesso, das competências e capacitações internas levando a uma perda de eficiência dos procedimentos e projetos a serem realizados na Resex.

Oportunidades: são as condições externas à organização e gestão da Reserva que podem impactar positivamente seu desempenho e melhorar as chances de sucesso, desde que se adotem as devidas ações.

Ameaças: são as condições externas à organização que podem impactar negativamente seu desempenho e reduzir as chances de sucesso, uma vez que as devidas ações corretivas não sejam adotadas.

Sendo assim, serão apresentados os pontos fracos que causam preocupação:

- Pouca produção nas áreas mais antigas de capoeira, devido ao uso excessivo do solo;
- Desentendimento entre comunitários quanto ao controle e uso dos recursos naturais da Reserva;
- Organização comunitária deficiente;
- Pouco apoio pela comunidade para o trabalho realizado pelos agentes ambientais voluntários;
- Pouco compromisso da comunidade com a preservação e com a gestão da Resex;
- Falta de alinhamento nas ações conjuntas com a RDS Uacari;
- Pesca predatória no interior da Resex feita também por comunitários;
- Desmotivação por parte dos comunitários quanto à geração de renda e a pouca participação dos comunitários nas reuniões;

- Falta de esclarecimento quanto à emissão da carteira profissional para pescadores e moradores da Resex;
- Invasão dos igarapés e lagos;
- Pesca e uso de material proibido em local de preservação;
- Anuência pelos moradores de entrada na Resex para pescar, caçar e extrair madeira;
- Influência da cidade nas comunidades (alcoolismo, violência e drogas);
- Falta de atuação da Asproc nos conflitos sociais nas comunidades;
- Documentos em situação irregular e ausência de documentos pessoais;
- Falta de união e integração (e interesse) entre os jovens;
- Carência alimentar (calendário da fome);
- Deficiência ou ausência de saneamento básico;
- Falta entidade que trabalhe a organização comunitária (antes exercido pelo MEB);
- Falta de encontro de setores, de grupo de jovens;
- Deficiência e ausência de assistência médica adequada;
- Pouca participação nos Ajuris;
- Poucas festas culturais;
- Crescimento populacional das comunidades;
- Falta de segurança nos arraiais por causa da violência/excesso de álcool;
- Lideranças ausentes;
- Falta de programas sociais na zona rural;
- Atuação deficiente dos conselheiros no Conselho Deliberativo;

A seguir são apresentados os pontos positivos observados na Resex:

- Atuação do Instituto Chico Mendes e Ibama na fiscalização e proteção da Resex;
- Controle do desmatamento tanto exploração de madeira e quanto novos roçados;
- Controle da exploração pesqueira desordenada;

- O trabalho realizado pelos agentes ambientais voluntários;
- Capacitação dos agentes ambientais voluntários;
- Extração e manejo de óleos vegetais e borracha;
- Criação de abelhas;
- Preservação dos tabuleiros de quelônios;
- Melhoria de infraestrutura das comunidades como a iluminação, casas e o lazer;
- Manejo do pirarucu como potencial da pesca;
- Incentivo e participação de entidades;
- Manejo de uso múltiplo das áreas como potencial;
- Alternativa de produtos extrativistas;
- Implementação da Resex em conjunto com a RDS através de parcerias, especialmente na produção da andiroba, oleaginosas e no escoamento da produção;
- Autonomia da gestão da reserva assegurando a legitimidade;
- Presença de representante dos movimentos sociais nas diversas esferas de governo;
- Comercialização e escoamento de produtos pela Asproc;
- Viabilização de projetos pela Asproc;
- Mercado para produção;

As principais ameaças apontadas pelos participantes dizem respeito à falta de incentivo fiscal às atividades produtivas (produção de óleos), a influência negativa da cidade (alcoolismo, drogas e a violência) e a fiscalização, que mesmo realizada não consegue proteger totalmente a Resex.

Entre as oportunidades para a Resex destaca-se a riqueza de produtos naturais que ocorrem na região, e possibilita o interesse de empresas e instituições externas, bem como desenvolver o uso sustentável destes recursos em conjunto com estas instituições.

Além disso, somente o fato de se tratar de uma Unidade de Conservação criada oficialmente, resultado de muitas lutas e esforço por parte das populações tradicionais ali existentes e das entidades parceiras, foi apontada como uma grande oportunidade e um destaque.

Então, considerando as forças e fraquezas que atuam na unidade, como também as oportunidades e ameaças; foi feita uma composição destes fatores em três possíveis cenários: ótimo, mediano e ruim para os cinco anos de planejamento conforme metodologia de Buarque (2003).

7.1 Cenário Ótimo

Para um ótimo cenário foi considerada a neutralização das ameaças, potencialização das oportunidades e eliminação quase total dos pontos fracos, com manutenção dos pontos fortes. Sendo assim, é esperado haver disponibilidade de recursos financeiros e humanos para a gestão da Resex, com total envolvimento dos principais parceiros (Asproc, CNS, Semdesma, Idam, Codaemj, Amaru, entre outros) nas ações de manejo e proteção da REMJ e mobilização comunitária.

Para tanto, os projetos previstos neste planejamento, quer seja para obtenção de conhecimento sobre os recursos naturais, quer seja para o manejo destes recursos, estariam sendo desenvolvidos, produzindo resultados. Ainda em pleno desenvolvimento, num cenário ótimo, o Plano de Manejo da Pesca, da Madeira Caída, do Açaí, com incremento das ações no âmbito do Plano de Manejo das Oleaginosas. Seriam ainda desenvolvidas ações para melhorar a produtividade das roças e diversificar a produção.

Neste cenário, os atuais conflitos com pescadores de Carauari e invasores da Reserva que caçam e tiram madeira estariam praticamente neutralizados, sendo que as lideranças comunitárias devidamente envolvidas e imbuídas nas ações de fiscalização e proteção dos recursos naturais, sob orientação, organização e apoio do Instituto Chico Mendes e Ibama. Neste aspecto, implicando em redução da pressão sobre os tabuleiros, pesca e recursos faunísticos por invasores e pelos próprios comunitários.

Informações aplicadas e conhecimento científico sobre os recursos da região estariam disponíveis para serem utilizados pelos comunitários no desenvolvimento de suas atividades, considerando dados sobre recurso da pesca, recurso faunístico e recursos florestais madeireiros e não madeireiros. Neste conjunto de informações, destaca-se também a necessidade da manutenção, incremento e gestão do banco de dados gerado pelo cadastramento dos beneficiários da Resex realizado em agosto de 2009. Ainda neste contexto, para o cenário ótimo espera-se a organização social e participação dos comunitários nas associações locais, melhorando seu planejamento individual e

comunitário para o desenvolvimento das atividades produtivas e melhoria de renda. Com ampliação dos contratos para a produção e exploração florestal de forma sustentável.

A participação das instituições de ensino e pesquisa nas atividades da Resex seria mais preponderante, com envolvimento de organizações não governamentais, além das governamentais, mediante a formalização de acordos de cooperação, convênios ou outra forma de parceria. Realização de cursos de capacitação para os comunitários em diversas atividades elencadas no Plano de Manejo, com aplicação das práticas aprendidas em ações de produção.

Haveria o envolvimento dos jovens nas questões afetas a organização social e resgate da identidade das populações, neutralizando a má influência da cidade, sendo que as atividades culturais, de lazer e sociais, em conformidade com os modos de vida das populações da Reserva estariam sendo conduzidas, implicando no resgate e registro dos conhecimentos tradicionais repassados pelos comunitários mais antigos aos mais jovens, mediante festejos típicos, uso de remédios, contos, rituais populares e organização cultural.

Quanto à infraestrutura comunitária, todas as comunidades seriam supridas de um sistema de comunicação eficiente, com saneamento básico instalado em 100% das casas, posto de saúde equipado e agente de saúde devidamente treinado e atuante. As escolas destas comunidades teriam condições de atender as crianças e adolescentes nos ensino médio e fundamental, com acesso aos recursos de informática e de comunicação por meio de internet. Sendo que tais serviços também abrangeriam as localidades e os moradores isolados mais próximos destas comunidades. Neste aspecto, o aumento do IDH local e a qualidade de vida da população, seriam traduzidas na diminuição de incidência de doenças, aumento da frequência e nível de escolaridade, melhoria da condição de habitação, produtividade e renda.

Aplicação e respeito pleno ao Plano de Utilização, com um Conselho Deliberativo atuante e presente, como também instituições parceiras envolvidas e atuantes na gestão compartilhada da Unidade seria esperado neste cenário.

7.2 Cenário Mediano

Para a previsão de cenário mediano, o mais provável e realista, considerou-se que a situação atual, tanto as fraquezas, quanto as forças permaneceriam constantes e não

haveria muita melhoria na condição atual de desenvolvimento das atividades dos comunitários, tampouco incremento de recursos humanos e financeiros alocados quer seja pelo Instituto Chico Mendes, quer seja por outras instituições parceiras nas ações de manejo e conservação da Reserva.

As condições de infraestrutura das comunidades permaneceriam praticamente as mesmas, com raras melhorias, manifestadas em forma de conclusão de projetos de saneamento já iniciado.

O envolvimento dos comunitários e lideranças permaneceria o mesmo, especialmente no que se refere à mobilização e à distribuição de tarefas e responsabilidades. As atividades de proteção e fiscalização da Reserva continua sendo realizada pelo Instituto Chico Mendes, com apoio do Ibama, mediante a participação dos agentes de praias e lideranças comunitárias, no entanto, com as mesmas dificuldades atuais. Os projetos e pesquisas que ocorrem eventualmente na Reserva, no cenário mediano, continuam acontecendo, mas de maneira espontânea e mediante a demanda da instituição de pesquisa e não do Instituto Chico Mendes.

Poderia ocorrer ainda neste cenário o atendimento pelo Incra dos comunitários já cadastrados para receber as casas de madeira e a ocupação das casas do Incra atualmente vazias.

Poderia haver a implementação de ações previstas neste planejamento, com a dotação orçamentária adequada para execução das ações, mediante participação dos parceiros, Conselho Deliberativo e de algumas lideranças comunitárias mais atuantes.

7.3 Cenário Ruim

Para elaboração deste cenário considerou-se que todas as ameaças e pontos fracos sobressairiam às oportunidades e pontos fortes da Resex.

Sem contar com recursos financeiros e humanos para a gestão da Resex, o Instituto Chico Mendes ficaria impossibilitado de conduzir as ações de proteção, manejo e gestão da área, não contando com o envolvimento dos parceiros nestas ações.

As ações e projetos previstos neste plano não seriam implantados, notadamente, naqueles previstos para o desenvolvimento do manejo dos recursos naturais e que foram

destacados durante as oficinas de planejamento: pesca, madeira caída, açafá, mel e recursos não madeireiros (em especial as oleaginosas).

Haveria aumento dos conflitos com pescadores de Carauari e das invasões para caçar e tirar madeira colocando os recursos da Unidade em risco e mesmo a sobrevivência e permanência dos comunitários na Resex. Neste aspecto, as lideranças poderiam se sentir totalmente desmotivadas e fracassadas, sem ter condições de se organizar para, junto com o Instituto Chico Mendes e Ibama, auxiliar na proteção dos recursos naturais da área.

Haveria aumento da pressão sobre os tabuleiros, pesca e recursos faunísticos, tanto por parte dos invasores, quanto dos próprios comunitários, uma vez que estes muitas vezes são coniventes com a invasão da Reserva.

O desconhecimento sobre os recursos naturais e formas melhores de sua utilização permaneceria, sendo que os estudos e informações levantados até o momento ficariam sem uso. Em função da desmotivação e falta de perspectivas, a organização social e participação dos comunitários nas associações locais seria cada vez menor. E, paulatinamente os comunitários teriam dificuldades em manter suas atividades produtivas, implicando em diminuição da geração de renda. Sem a devida organização, haveria dificuldades em respeitar os contratos de produção já firmados, em especial relacionado a produção de óleo de andiroba e a manteiga de murumuru.

A participação das instituições de ensino e pesquisa nas atividades da Resex seria quase pífia. E, as questões sociais envolvendo jovens, desagregação comunitária afetas a organização social, perda de identidade das populações, má influência da cidade, poderiam ocorrer com mais intensidade e frequência.

Neste cenário pessimista, a qualidade de vida das comunidades da Reserva poderia ser piorada em função da não melhoria das condições de moradia, saneamento, educação, transporte, saúde e lazer. Com reflexo no desenvolvimento humano local e na diminuição de geração de renda.

Ainda, no que concerne a implantação do plano de manejo e a continuidade das ações discutidas neste planejamento, como também o uso dos instrumentos de gestão, como o Plano de Utilização, o desempenho do Conselho Deliberativo e o apoio de parcerias, ficariam totalmente comprometidos.

8 ZONEAMENTO DA RESEX DO MÉDIO JURUÁ

O Snuc conceitua Zoneamento como: “definição de setores ou zonas em uma Unidade de Conservação com objetivos de manejo e normas específicas, com o propósito de proporcionar os meios e as condições para que todos os objetivos da unidade possam ser alcançados de forma harmônica e eficaz” (Lei nº 9985/2000, artigo 2º, inciso XVI)

Os objetivos de se elaborar um zoneamento é organizar as ações de manejo em parcelas denominadas zonas, que exigem distintos graus de proteção e intervenção.

Cada zona é caracterizada definindo-se sua conceituação, limites, objetivos, atividades permitidas e regras de uso. O zoneamento justifica-se pela necessidade de controle de cada espaço para proteção e para o uso sustentável de parcelas da Unidade.

Assim, a proposição do Zoneamento da Resex consistiu em um processo de construção gradativo, participativo, fundamentado em critérios técnicos baseados na biologia da conservação, na cartografia e nos subsídios identificados durante a oficina de mapeamento participativo ocorrida em fevereiro de 2010, como também na caracterização da Reserva. O resultado final teve como objetivo atender às demandas do gerenciamento, manejo e proteção da Unidade.

A consolidação do diagnóstico ambiental permitiu o entendimento dos processos que atuam e afetam a Unidade, nos aspectos relacionados à distribuição dos principais tipos de vegetação e recursos florestais, zonas de uso, áreas estratégicas, recursos hídricos, bem como características da ocupação territorial no interior e do entorno da Reserva. Foi considerada também a situação fundiária, as condições administrativas, condições de uso comunitário e de infraestrutura.

Basicamente, os critérios de zoneamento adotados foram fundamentados no grau de conservação da vegetação e no uso da área. O grau de conservação da vegetação é um indicador fundamental de qualidade ambiental, pois reflete o estágio de conservação do solo e da biodiversidade local, além de localizar as áreas degradadas.

A utilização de técnicas de geoprocessamento, considerando a base de dados cartográficos disponíveis para a região, aliada ao conhecimento dos comunitários, permitiu a proposição do zoneamento interno e da zona de amortecimento da Resex.

O processo participativo de construção do zoneamento partiu da identificação das comunidades, áreas de uso, da roça, de preservação, como também de locais estratégicos em função dos conflitos e das potencialidades de cada região da Resex.

Desta forma, o zoneamento da Unidade foi definido de forma participativa com as comunidades, cujos instrumentos técnico-científicos disponíveis e o etnoconhecimento foram integrados. Foram consideradas, na medida do possível, as diversas paisagens e destacadas em zonas distintas mediante o nível de antropismo existente na Reserva. Sendo assim, em função do tamanho da área, do grau de detalhamento do zoneamento, e da complexidade de informações, o zoneamento apresentado neste documento considerou um nível macro de informações, sendo para a segunda fase de planejamento poderá ser mais detalhado.

Então, foram estabelecidas quatro zonas de manejo: Zona de Extrativismo, Zona de Pesca, Zona de uso Comunitário e Zona de Preservação.

A Tabela 06 apresenta a distribuição percentual de áreas de cada zona com relação à área total. Observa-se pela tabela que 85,95% encontram-se sob regime de restrição máxima, definida com base no grau de conservação dessa área, constituindo Zona de Preservação.

Tabela 06 – Distribuição em área e percentual das zonas de manejo considerando a área das da Resex do Médio Juruá.

Zona de Manejo	Área (ha)	%
Zona de Extrativismo	30.887,26	12,25
Zona de Pesca	1.083,65	0,43
Zona de Uso Comunitário	3.461,24	1,37
Zona de Preservação	216.652,75	85,95
TOTAL	252.084,90*	100

(*) Segundo informações do responsável pela elaboração dos mapas deste plano, os valores foram calculados diretamente dos vetores resultantes da classificação do Zoneamento da Resex do Médio Juruá, em projeção SIRGAS 2000 no fuso 19 sul, correspondente à Reserva Extrativista. Não necessariamente o somatório dos valores corresponde exatamente à área oficial da Resex, uma vez que o ‘*shapefile*’ utilizado de delimitação da Resex difere pontualmente do tradicionalmente utilizado, no entanto, a diferença não chega a ser significativa.

A seguir são apresentadas, as definições, objetivos, regras e a descrição aproximada dos limites do zoneamento. As delimitações das Zonas de Manejo estão apresentadas no Mapa do Zoneamento Ambiental – Zonas Internas.

8.1 Zona de Extrativismo (ZE)

Definição

Esta área é destinada a realização das atividades baseadas no extrativismo de recursos naturais (vegetais e animais), para manutenção do modo de vida e sobrevivência das comunidades residentes na Resex.

Objetivos

O objetivo geral do manejo é permitir o uso dos recursos de forma sustentável, mediante o uso de técnicas adequadas ao extrativismo e da caça. Nesta zona serão realizadas as atividades de pesquisa científica e realização de experimentação para obter subsídios e orientações para a continuidade do extrativismo.

Atividades que permitam a manutenção dos recursos deverão ser fomentadas, como a coleta de propágulos, manutenção de banco de sementes ou germoplasma para ações de recuperação de áreas degradadas da UC ou ações de enriquecimento de ambientes manejados.

As regras e limites de uso preconizados no Plano de Utilização deverão ser respeitados nesta zona de manejo.

Descrição Aproximada dos Limites

A Zona de Extrativismo compreende uma área total de 30.887,26 ha distribuídos em 14 polígonos. Constituída de ambientes de floresta aluvial localizada próxima à margem esquerda do rio Juruá, contém naturalmente espécies de interesse econômico como seringueira, açaí, andiroba, murumuru, ouricuri, entre outras, estando destacada pela cor amarela (Anexo N). São áreas ainda bem preservadas que mantêm a paisagem florestal e ambientes propícios para o desenvolvimento das atividades. No entanto, esta zona, por apresentar florestas inundáveis e ser mais acessível também constitui ambientes de maior sensibilidade.

8.2 Zona de Pesca (ZP)

Definição

Esta área é destinada às atividades pesqueiras realizadas pelos comunitários e moradores da Resex, como também ações de manejo da pesca e proteção dos recursos pesqueiros.

Objetivos

O objetivo geral do manejo é permitir o uso dos recursos pesqueiros de forma sustentável, mediante o uso de técnicas e acordos previamente consensados. Nesta zona serão realizadas as atividades de pesquisa científica e realização de ações experimentais de manejo dos recursos aquáticos de modo a obter subsídios e orientações para a continuidade e sustentabilidade da atividade pesqueira.

Atividades que permitam a conservação dos lagos e paranás devem ser fomentadas nesta zona, como a recuperação das margens, prevenção para evitar o assoreamento dos igarapés.

As regras e limites de uso preconizados no Plano de Utilização deverão ser respeitados nesta zona de manejo, como também acordos de pesca e definições obtidas durante a implantação deste Plano de Manejo.

Descrição Aproximada dos Limites

A Zona de Pesca compreende uma área total de 1.083,65 ha, formada por lagos, sacados, paranás, rios e igarapés. Foram considerados os maiores lagos de pesca, os quais foram apontados pelas comunidades como os mais importantes e fizeram parte de estudos pretéritos para o manejo da pesca (Braga *et al.*, 2006). Esta zona está destacada no Anexo N pela cor azul.

8.3 Zona de Uso Comunitário (ZUC)

Definição

Esta área é destinada a abrigar as comunidades, áreas de moradias, roças, capoeiras e áreas próximas às habitações, áreas de pastagem e os locais onde são mantidos os animais de criação, as facilidades das comunidades (aparelhos de telefonia, gerador,

antenas, torres, reservatórios de água, poço artesiano, trapiches, plantas para produção de óleo de andiroba, álcool anidro, etc.).

Objetivos

O objetivo geral do manejo é permitir a implantação de infraestrutura de apoio aos comunitários no contexto residencial e periurbano. Nesta zona práticas ambientais corretas deverão ser estimuladas como o acondicionamento adequado dos resíduos sólidos e líquidos, prevalecendo os acordos de convivência preconizados no Plano de Utilização.

Esta zona também poderá servir de apoio para as atividades de gestão compartilhada da Resex, bem como as atividades de proteção, fiscalização, pesquisa científica e mobilização comunitária.

Descrição Aproximada dos Limites:

A Zona de Uso Comunitário compreende a área das comunidades e seu entorno, considerando áreas já antropizadas. A expansão desta área de uso está condicionada a referendo comunitário. Esta zona possui área total de 3.461,24 ha distribuídos em mais de 30 polígonos, estando destacada no Anexo N pela cor vermelha.

8.4 Zona de Preservação (ZPP)

Definição:

Esta área é destinada a preservação e manutenção dos recursos naturais, edáficos, florestais, faunísticos, tanto dos ecossistemas terrestres quanto aquáticos da Resex. Deve funcionar como um fornecedor destes recursos para as atividades extrativistas, mantendo banco de germoplasma, recursos genéticos faunísticos e florísticos, bem como pesqueiros.

Objetivos:

O objetivo geral desta área é propiciar a preservação e conservação dos recursos naturais. Nesta zona deverá ser facilitada as atividades de pesquisa científica focando a ecologia aplicada, levantamentos de flora e fauna e indicações de áreas especiais para proteção.

Atividades que permitam o conhecimento e a proteção desta zona deverão ser fomentadas, como o desenvolvimento de parcerias para a fiscalização e pesquisa. Regras previstas no Plano de Utilização como também neste planejamento devem ser respeitadas.

Esta área não é uma zona proibida ao acesso dos comunitários, porém ações de uso e manejo depende de aprovação prévia pelas comunidades e de consulta e aprovação do Conselho Deliberativo.

Descrição Aproximada dos Limites:

A Zona de Preservação compreende as áreas de floresta ombrófila densa onde não há ocupação e nem uso humano. Estas deverão ser preservadas e protegidas de intervenções antrópicas. Perfaz uma área total de 216.652,75 ha. Constituída de ambientes ainda bem preservados, o que representa a maior parte da Reserva, estando destacada no Anexo N na cor verde. São áreas que possuem maciços florestais e que foram pouco exploradas pelos comunitários e, conseqüentemente, pouco conhecida por moradores da região.

8.5 Zona de Amortecimento da Resex

A Zona de Amortecimento é definida pelo Snuc como “o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade” (Lei nº 9985/200, Art. 2º, inciso XVIII).

8.5.1 Critérios de Inclusão de Áreas na Zona de Amortecimento

Pela Resolução Conama nº 13/90 é previsto a área circundante de 10 km no entorno da Unidade de Conservação, e será referência de partida para esta discussão. A partir desse limite foram considerados, com base no conhecimento disponível sobre a área, os seguintes critérios de inclusão e exclusão de áreas da Zona de Amortecimento (Ibama, 2002):

- As microbacias dos rios que fluem para a unidade de conservação e, quando possível, considerar os seus divisores de água;
- Áreas de recarga de aquíferos;

- Locais de nidificação ou de pouso de aves migratórias ou não;
- Locais de desenvolvimento de projetos e programas federais, estaduais e municipais que possam afetar a unidade de conservação (assentamentos, projetos agrícolas, pólos industriais, grandes projetos privados e outros);
- Áreas úmidas com importância ecológica para a Resex;
- Unidades de conservação em áreas contíguas;
- Áreas naturais preservadas, com potencial de conectividade com a unidade de conservação (APP, RL, RPPN e outras);
- Remanescentes de ambientes naturais próximos à Resex que possam funcionar ou não como corredores ecológicos;
- Sítios de alimentação, descanso/pouso e reprodução de espécies que ocorrem na unidade de conservação;
- Áreas sujeitas a processos de erosão, de escorregamento de massa, que possam vir a afetar a integridade da unidade de conservação;
- Áreas com risco de expansão urbana ou presença de construção que afetem aspectos paisagísticos notáveis junto aos limites da Resex;
- Ocorrência de acidentes geográficos e geológicos notáveis ou aspectos cênicos próximos à Unidade;
- Sítios arqueológicos.

8.5.2 Critérios de Ajuste dos Limites

- Limites identificáveis no campo (estradas, rios e outros de visibilidade equivalente);
- Influência do espaço aéreo (ventos que conduzam emissões gasosas, por exemplo) e do subsolo (que possa comprometer os aquíferos e os solos da Resex).

Obviamente, em determinadas situações, esses critérios poderão ser adaptados às realidades de cada unidade, cujas adequações foram consideradas para a realidade e condição de entorno da RMJ.

8.5.3 Objetivos da Zona de Amortecimento

- Estabelecer parâmetros para utilização de forma a não prejudicar os recursos naturais e modo de vida das populações da Unidade.
- Proteger e minimizar os impactos negativos gerados na região do entorno, sobre a Unidade de Conservação.
- Funcionar como um escudo para a entrada de invasores pelo rio Juruá.
- Incentivar a manutenção das áreas protegidas do entorno (RDS e Terra Indígena), propiciando a formação de mosaicos ou corredores ecológicos.
- Propiciar a proteção dos recursos florestais e hídricos da região.
- Promover o monitoramento das atividades impactantes, bem como o acompanhamento das condicionantes ambientais previstas nos processos de licenciamento ambiental destas atividades.

8.5.4 Descrição Aproximada dos Limites

Compreende área no entorno da Resex, abrangendo toda poligonal das áreas protegidas que são contíguas à Reserva Extrativista do Médio Juruá (Terra Indígena Rio Biá e RDS Uacari), como também 10 km antes de atingir a divisa da Reserva, a partir do rio Juruá sentido Carauari - Resex, como ilustra o Anexo O.

8.5.5 Recomendações e Regras Sugeridas para a Zona de Amortecimento

Insumos agrícolas

- O uso de defensivos agrícolas ou agrotóxicos e fertilizantes deverá ocorrer somente quando indicado por profissional competente e seguindo rigorosamente as normas técnicas.
- Nas propriedades, o agrotóxico e seus componentes e afins deverão ser armazenados em local adequado, evitando que eventuais acidentes, derrames ou vazamentos possam comprometer o solo e os recursos hídricos;
- Não é permitida aplicação de agrotóxico por aeronave;

- O proprietário deverá manter cópia da receita agronômica, emitida por profissional legalmente habilitado, à disposição, para fiscalização no local da aplicação;
- Todas as embalagens vazias deverão ser devolvidas aos estabelecimentos comerciais, onde foram adquiridas, devendo estes contar com local adequado para o recebimento e armazenamento das embalagens, até que sejam recolhidas pelas empresas responsáveis pela destinação final, conforme previsto em lei;
- A captação de água para diluição deste produto não poderá ser realizada diretamente nos corpos d'água;
- A lavagem dos equipamentos de aplicação dos agrotóxicos nos corpos d'água é proibida;
- Em caso de acidentes ambientais, a gestão da Unidade deverá buscar orientação para procedimentos na Lei de Crimes Ambientais (Lei 9605 12/fev/1998) e junto ao Ibama.

Licenciamento de Empreendimentos

- Toda atividade passível de licenciamento ambiental, na forma da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981 e das Resoluções Conama nº 1, de 23 de janeiro de 1986 e 237, de 19 de dezembro de 1997, deverá ser licenciada pelo órgão ambiental competente, mediante autorização do órgão responsável pela administração da Resex;
- No processo de licenciamento de empreendimentos novos para o entorno da Unidade de Conservação deverão observar o grau de impacto deste empreendimento considerando a fragilidade ambiental da região e o ZEE do Estado, como também as áreas prioritárias para conservação;
- Todo empreendimento que não esteja de acordo com o estabelecido para esta ZA terá um prazo de dois anos para efetuar os procedimentos de adequação do licenciamento ambiental;
- Não são permitidas atividades de mineração, inclusive garimpo (de acordo com o Snuc).

Uso da Terra

- O cultivo da terra será feito de acordo com as práticas de conservação do solo recomendadas pelos órgãos oficiais de assistência técnica e extensão rural;
- Toda propriedade deverá contar com sistema mínimo de coleta e tratamento de esgotos domésticos e de criadouros;
- A vegetação nativa, nas áreas de preservação permanente, deverá ser conservada e, se necessário, recuperada;
- Fica proibida a disposição de resíduos químicos, de qualquer natureza, na zona de amortecimento.

Turismo e Cultura

- Todo empreendimento turístico implantado ou a ser implantado deverá ser licenciado pelos órgãos competentes e atender às normas sanitárias, bem como as de proteção dos recursos naturais.
- Todos os bens de valor artístico, histórico e pré-histórico, bem como as manifestações culturais ou etnológicas deverão ser valorizados.
- As atividades de turismo não poderão comprometer a integridade dos recursos naturais da região.
- Na publicidade de produtos e serviços realizados nesta zona, os proprietários poderão mencionar nos rótulos dos seus produtos a procedência dos mesmos: “Zona de Amortecimento da Reserva Extrativista do Médio Juruá”, mediante anuência do gestor da Unidade e atendendo as normas estabelecidas para esta zona.

Apicultura

Serão estimuladas a instalação meliponários de abelhas nativas a apiários.

Piscicultura

Não será permitido desenvolvimento de piscicultura com a utilização de espécies exóticas à região.

Indústrias

Não será permitida a instalação de indústrias potencialmente poluidoras ou degradadoras na zona, deverão obedecer às normas estabelecidas nas resoluções do Conama e possuir sistemas de tratamento e disposição de efluentes líquidos e de resíduos sólidos adequados.

As indústrias que não se enquadram no item acima deverão possuir sistemas de tratamento, disposição de efluentes líquidos e de resíduos sólidos adequados.

9 PROGRAMAS DE MANEJO

Dando prosseguimento no processo de construção dos programas e subprogramas e mediante a avaliação estratégica da Resex do Médio Juruá, com base nos resultados obtidos nas atividades realizadas, definiram-se os seguintes Programas de Manejo:

- Programa de Qualidade de Vida e Cidadania;
- Programa de Sustentabilidade;
- Programa de Pesquisa e Monitoramento;
- Programa de Proteção e;
- Programa de Administração.

Esses programas são apresentados a seguir, compostos dos assuntos: objetivo do programa, resultados esperados e algumas atividades. Outros detalhamentos estão no Anexo Q, que deverá ser anualmente atualizado pelo Conselho Deliberativo.

9.1 Programa de Qualidade de Vida e Cidadania

Este programa prevê ações estruturadas em subprogramas por tema que trazem qualidade de vida e cidadania aos moradores e comunitários da Resex. A cidadania deve ser compreendida como qualidade essencial da vida, uma qualificação da condição de existência humana. A condição humana e sua participação na sociedade como um todo, quer seja como profissional, ou participante de um grupo distinto, deve implicar em qualidade de vida, também mediante as condições adequadas de existência. Desta forma, este Programa está composto em oito subprogramas e constam de definição, objetivos, resultados esperados e atividades.

9.1.1 Subprograma de Saúde

Este programa apresenta ações e recomendações que visam melhorar as condições de saúde das comunidades tradicionais da Resex.

Objetivos:

Desenvolver atividades em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde, RDS Uacari e outras parcerias, com o intuito de melhorar as condições de saúde mediante práticas efetivas de prevenção.

Resultados Esperados:

- Agentes comunitários de saúde capacitados;
- Postos de saúde estruturados, com medicamentos e equipamentos mínimos para atendimento aos comunitários;
- Parcerias formalizadas;
- Comunitários usufruindo das melhorias nas condições de atendimento da saúde.

Atividades e Recomendações:

- Incentivar o uso das plantas medicinais da região na prevenção e tratamento de doenças. Deverão ser realizados cursos de capacitação dos agentes de saúde e de comunitários sobre o conhecimento popular e uso das plantas medicinais no tratamento e prevenção doenças, de modo a diminuir a dependência de medicamentos industrializados;
- Realizar campanha de prevenção de doenças e promoção da saúde dos moradores da área. Em articulação com a Secretaria Municipal de Saúde em Carauari buscar apoio e orientação no desenvolvimento de campanhas de prevenção. Abordagem dos assuntos como nutrição, saneamento básico e disposição adequada de resíduos sólidos e líquidos;
- Promover capacitação dos agentes de saúde e comunitários para melhorar o atendimento da população de ambas as reservas. Deverá ser buscada a parceria com a Secretaria de Saúde para apoiar a realização desta atividade;
- Realizar capacitação das parteiras da Resex e RDS para o uso de plantas medicinais e conhecimentos populares no tratamento dos comunitários;
- Realizar interlocução junto à Secretaria de Saúde, verificando a possibilidade de aumentar a quantidade de agentes de saúde nas comunidades da Resex e da RDS;

- Realizar reunião com a Secretaria de Saúde para trabalho integrado dos agentes de saúde da Resex e RDS, desenvolvendo um plano específico em função das distâncias e tamanho das comunidades/localidades a serem atendidas;
- Realizar junto à UEA, no caso a Faculdade de Saúde contato com os diretores dos cursos de medicina, enfermagem e farmácia, para verificar a possibilidade de ações de extensão como estágios de conclusão de curso promovendo ações de atendimento à saúde nas comunidades;
- Realizar contato com a Marinha do Brasil em Manaus para conhecer o calendário de atendimento na região da Reserva e incluir novas comunidades nos planos de atendimentos;
- Apoiar ações em conjunto com a Amaru e SDS, objetivando a implementação para o uso da lancha de emergência na locomoção de doentes para a cidade (casos graves).
- Apoiar ações junto às Secretarias de Saúde Municipal e Estadual para melhoria da estrutura dos postos de saúde das comunidades e abastecimento destes com remédios;
- Realizar interlocução com instituições que desenvolvem remédios e inseticidas com base em recursos naturais da região;
- Realizar cursos e divulgação de práticas nutricionais com o uso de alimentos alternativos e formas diferenciadas de preparo;
- Apoiar ações da Funasa e FVS no combate à malária junto as comunidades.

9.1.2 Subprograma de Educação

Este subprograma apresenta as principais ações que deverão ser apoiadas pela gestão da Reserva de modo a, junto com as instituições responsáveis pela educação das áreas rurais, propiciarem melhorias na educação dos comunitários.

Sendo assim são previstas atividades para incrementar as ações de ensino e desenvolvimento da educação, as quais são estruturantes para a melhoria de qualidade de vida e oportunidades de desenvolvimento das comunidades.

Resultados Esperados:

- Professores capacitados;

- Ampliação do oferecimento das turmas de ensino médio;
- Melhoria da condição das escolas , principalmente na infraestrutura e material didático.

Atividades e Recomendações:

- Realizar diagnóstico da situação e demandas de ensino nas comunidades da Resex. Deverá ser realizado um levantamento do número de alunos em idade escolar por comunidade e localidade, de modo a apresentar este diagnóstico à Secretaria de Educação, com vistas a sanar as demandas de salas de aula, professores e séries;
- Apoiar ações em conjunto com os parceiros objetivando efetivar o ensino médio na Resex e cursos profissionalizantes para jovens com ensino médio (2º grau) completo.
- Participar da discussão sobre a escola familiar rural;
- Ações para implantação da escola familiar rural deverão ser discutidas junto às instituições e lideranças locais;
- Realizar acordo de cooperação técnica junto às Universidades locais, visando ações de pesquisa e extensão na Resex;
- Buscar informações junto a Ufam, Inpa e UEA a possibilidade de implementar cursos técnicos na região de Carauari, com a possibilidade de abranger alunos oriundos das populações tradicionais. Buscar apoio junto ao programa nacional de educação no campo;
- Integrar as ações de promoção da educação considerando as populações tradicionais da região;
- Realizar em conjunto com a Secretaria de Educação do município ações de capacitação dos professores, visando orientar as comunidades no desenvolvimento de ações preventivas de saneamento básico, higiene, nutrição e disposição adequada de resíduos sólidos e líquidos. Recomenda-se identificar comunitários para formá-los e estes serem multiplicadores nesses temas;
- Promover em parcerias ações de disseminação e projetos de educação ambiental na Resex;
- Apoiar ações que visem a melhoria da infraestrutura e das condições de funcionamento das escolas existentes;

- Apoiar ações que visem ampliar o programa de inclusão digital a outras escolas da Reserva com treinamento de alunos e comunitários para acesso à internet.

9.1.3 Subprograma de Saneamento Básico

Este subprograma é de fundamental importância para melhorar as condições de saúde e de vida das comunidades. A maior parte tem dificuldades para a obtenção de água potável e não possuem instalações sanitárias adequadas.

Resultados Esperados:

- Parcerias efetivadas;
- Coleta seletiva de resíduos implantada e em funcionamento;
- Projetos de saneamentos implantados e com as estruturas em operação (funcionamento) de modo adequado.

Atividades e Recomendações:

- Proporcionar ações de orientações a realização da coleta seletiva, reciclagem, reaproveitamento e reutilização de resíduos. Em função da necessidade de destinação adequada aos resíduos gerados nas comunidades e localidades, deverão ser inicialmente desenvolvidas ações educativas em conjunto com as escolas e as comunidades;
- Articular com o Inbra a construção de poços artesianos nas comunidades;
- Para viabilizar a coleta de água da chuva, sugere-se a readequação da estrutura das casas adaptando as calhas para esta ação;
- Apoiar as ações de implantação e manutenção do projeto de saneamento básico patrocinado pela Petrobrás em duas comunidades da Resex. Propiciando visitas técnicas às comunidades de São Raimundo e Imperatriz visando a orientação quanto ao uso do aterro sanitário e estender esta experiência para as demais comunidades da Resex;
- Realizar campanha de orientação das comunidades para melhorar as condições sanitárias das criações de animais domésticos, em especial, de suínos, bovinos e marrecos, de modo a evitar problemas de contaminação nas áreas ao redor das casas;

- Desenvolver em conjunto com as lideranças comunitárias o projeto de “posse responsável” dos cães e gatos domésticos. Estes cuidados implicam em uso de vermífugos e medicamentos para manter os animais saudáveis, também a coleta das fezes dos animais nos passeios das comunidades, evitando o contato com as crianças e transeuntes, campanha de vacinação contra raiva e controle reprodutivo.

9.1.4 Subprograma de Comunicação

A comunicação é estratégica para as ações de melhoria da gestão, isto implica na criação de um sistema de comunicação eficiente na Resex, a promoção do escoamento da produção, o atendimento a saúde, educação, mobilização comunitária, segurança e proteção são atividades essenciais a melhoria da qualidade de vida dos comunitários

Em função da distância da Resex e das comunidades entre si, devem ser buscadas a utilização de tecnologias adequadas.

Resultados Esperados:

- Implantação de um sistema de comunicação eficiente;
- Comunitários capacitados e com acesso à internet;
- Sistema de radiofonia implantado e operando;
- Parcerias firmadas e atuantes.

Atividades e Recomendações:

- Articular com Seduc a disponibilização ao acesso a internet para as comunidades além do horário de aula;
- Apoiar a promoção de ações de capacitação dos comunitários para acessar a rede mundial de computadores;
- Articular a apresentação de projeto de inclusão digital (telecentros), em conjunto com o CNS e o apoio da Secretaria de Educação para as comunidades da Resex;
- Apoiar a implementação de um sistema de radiofonia para a Resex;
- Promover a capacitação para operar o sistema de radiofonia como também para a realização de pequenos reparos de modo a garantir o funcionamento;

- Articular com governo estadual através do governo municipal implantação de pontos de acesso a internet nas comunidades da Resex;
- Buscar a instalação de telefone público nas comunidades ainda não atendidas, mediante contato com parcerias;
- Realizar campanha de divulgação do Plano de Manejo e o Plano de Utilização da Resex para o público externo e interno destacando os projetos e iniciativas de sucesso.

9.1.5 Subprograma de Habitação

Desde a implantação da Reserva a parceria com o Incra para a construção das habitações melhorou consideravelmente. No entanto, ainda há um determinado numero de famílias que ainda precisam ser atendidas.

Resultados Esperados:

- Condições sanitárias instaladas de modo adequado;
- 100% dos comunitários atendidos pelo crédito da reforma agrária (Incra);
- Ocupação das casas vazias, como aproveitamento.

Atividades e Recomendações:

- Propor a mudança do tipo de telha utilizado na cobertura do telhado, com vistas a melhoria das condições térmicas no interior das habitações. E proporcionar orientar técnicas quanto a construção das casas e as instalações sanitárias;
- Acompanhar o processo de construção e reforma das casas nas comunidades, orientando que deve ser priorizado o uso de madeira de lei e oriundas do plano de manejo florestal;
- Fazer levantamento dos comunitários que saíram da Reserva, e que as casas estão fechadas, analisando o repasse a outras famílias que estejam necessitando;
- Orientar os comunitários quanto a necessidade de comunicar ao Instituto Chico Mendes e Asproc a saída do local de moradia, independente do destino.

9.1.6 Subprograma de Energia

O acesso à energia elétrica traz conforto e possibilidades de ampliar a geração de renda mediante a melhoria nos processos produtivos. No entanto, há um custo relativamente elevado para ter energia nas comunidades isoladas. Sendo assim, também de forma estratégica, foram previstas atividades para melhorar a condição de acesso à energia elétrica, sendo uma das demandas mais presentes nas discussões.

Resultados Esperados:

- Identificação de alternativa para fornecimento de energia mais barata;
- Buscar, através de parcerias e articulações um projeto de acesso a energia para a REMJ.

Atividades e Recomendações:

- Encaminhar documento aos governos Federal e Estadual pedindo prioridade na inclusão da Resex no programa de acesso à energia, de modo a ampliar o fornecimento de energia para as comunidades;
- Buscar alternativas e soluções considerando a possibilidade do uso de células fotovoltaicas (energia solar);
- Articular com o governo municipal ações visando uma política de subsídios na aquisição do óleo diesel, utilizado nas atividades produtivas de geração de renda na Resex;
- Solicitar a prefeitura a manutenção dos motores geradores de energia das comunidades da Resex que demandem tais serviços;
- Realizar curso de capacitação para formação de mecânicos e eletricitistas voltados aos comunitários.

9.1.7 Subprograma de Transporte

Este programa discute e apresenta ações estruturantes para melhoria do sistema de transporte da Resex, que é fundamental para o desenvolvimento humano local; melhorando assim o acesso aos serviços básicos como a educação, saúde, o escoamento da produção, e o deslocamento das pessoas na região.

Resultados esperado:

- Transporte comunitário implantado.

Atividades e Recomendações:

- Apoiar ações de discussão visando à criação de um sistema de transporte na Resex em conjunto com as comunidades e instituições parceiras, definido os papéis e ações de cada ator envolvido. Esta discussão deverá resultar de uma articulação da Asproc de modo a promover um sistema eficiente dos comunitários. Sugere-se ainda o envolvimento da Câmara dos Vereadores, Prefeitura de Carauari, Asproc e Amaru para melhor aproveitar a estrutura atual de transporte na região. E também para viabilizar o transporte fluvial de agentes de saúde e de pacientes em casos graves para a Carauari;
- Apoiar ações que viabilize a construção da estrada entre as comunidades do Roque e a Nova Esperança.

9.1.8 Subprograma de Esporte, Cultura e Lazer

Nas discussões das oficinas para o diagnóstico deste plano de manejo, foi identificada a necessidade de apresentar um subprograma com propostas de ações que envolvam o resgate cultural e o desenvolvimento atividades de lazer e esporte nas comunidades da Reserva e entorno.

A participação de crianças, jovens e adultos em atividades educativas e recreativas, traz qualidade de vida, resgate da identidade cultural, com sua valorização.

Resultados Esperados:

- Calendário dos eventos elaborado;
- Mobilização dos jovens e sua atuação e participação ocorrendo;
- Parceiros envolvidos e desenvolvendo atividades culturais e de lazer;

Atividades e Recomendações:

- Apoiar ações da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, da Secretaria Assistência Social e de Saúde visando a realização de atividades sociais nas comunidades;

- Apoiar a realização de um encontro de jovens, visando a elaboração de cronograma com ações de mobilização e efetiva participação deste grupo nas atividades do subprograma. Apoiar as iniciativas de organização dos jovens de São Raimundo;
- Apoiar ações do curso de educação física da UEA para o grupo de jovens;
- Apoiar a criação e promoção das olimpíadas comunitárias;
- Apoiar a elaboração e divulgação de um calendário de atividades culturais correlatas às atividades produtivas e extrativistas, festivais, eventos esportivos. E buscar parcerias para viabilizar as atividades;
- Apoiar e promover ações que incentivem o resgate de músicas, poesias, histórias, brincadeiras, artesanato, que foram e são desenvolvidas nas comunidades (levantamentos), passado distante e próximo;
- Apoiar o fortalecimento das organizações já existentes e fomentar a criação de outras, como por exemplo, de mulheres, jovens, idosos, etc.;
- Buscar parcerias para implantar espaços esportivos nas comunidades.

9.2 Programa de Sustentabilidade

O Programa de Sustentabilidade é formado por seis subprogramas distribuídos e organizados por temas específicos, dada a natureza distinta dos temas. Neste contexto foram incluídos quatro programas estratégicos que são de suma importância para o sucesso na implantação dos subprogramas de sustentabilidade: Programa de Pesquisa e Monitoramento, Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Programa de Proteção e Fiscalização e o Programa de gestão e administração.

Nas discussões das oficinas ficou evidente a priorização na elaboração e realização de projetos específicos de manejo relacionados ao pescado, animais silvestres, produtos florestais madeireiros e não madeireiros.

Resultados Esperados:

- Ações dos subprogramas realizadas;
- Programas de manejo específicos elaborados e em implantação;

- Áreas degradadas identificadas e em processo de recuperação;
- Pesquisas e monitoramento em desenvolvimento, com registros adequados e disseminação dos resultados ocorrendo.

9.2.1 Subprograma de Pesca

Os recursos pesqueiros são um dos mais importantes recursos para os comunitários, como fonte de renda e alimentação. As ações deverão respeitar a legislação em vigor, a expansão do mercado pesqueiro local e nacional, com a garantia da proteção do recurso e a recuperação dos estoques pesqueiros.

Há necessidades também de dar continuidade aos estudos iniciados para realização do manejo da pesca.

Atividades e Recomendações:

- Realizar ações integradas entre Instituto Chico Mendes, Ceuc, SDS, Semdesma, Colpesca, Asproc, Amaru, Ibama, Secretaria de Produção, Câmara dos Vereadores do Município, visando o ordenamento do uso dos recursos pesqueiros na região. Para tal atividade deve ser criado um Grupo de trabalho – GT, com o compromisso de atuação em conjunto, e nos papéis de sua competência. Deverão participar do GT as instituições citadas acima e outras interessadas no tema;
- Elaborar e realizar o plano de manejo da pesca na Resex, a partir de 2011. Incluindo a realização de uma experiência da despesca do pirarucu;
- Criar e capacitar o GT da pesca da Resex, em conjunto com as lideranças;
- Dar continuidade no estudo já realizado sobre o potencial pesqueiro na Resex como identificar as espécies mais importantes comercialmente e elaborar o calendário da pesca local;
- Promover curso sobre a contagem de pirarucu e fazer a certificação dos contadores;
- Colaborar na discussão sobre o ordenamento dos recursos pesqueiros na região;
- Realizar acordo e aplicação do Plano de Utilização onde existem conflitos entre comunitários quanto ao uso dos lagos. Deverá ser feito um acordo para o uso do lago

Redondo, com a participação das comunidades Pupuáí, Novo Horizonte e Gumo do Facão;

- Fomentar a proteção e manutenção dos lagos de preservação;
- Apoiar a realização de estudo de viabilidade da piscicultura em comunidades que sofrem escassez de alimentação em determinadas épocas do ano;
- Promover ações visando o beneficiamento e comercialização do pescado. Recomenda-se a busca de parceria com a Sepror/Carauari e a Colpesca para esta atividade.

9.2.2 Subprograma de Recursos Não-Madeireiros

Na Reserva do Médio Juruá os recursos não-madeireiros representam uma grande oportunidade de desenvolver ações extrativistas de forma sustentável, utilizando os conhecimentos tradicionais aliados as novas tecnologias e o modo de vida da população local, proporcionando a geração de renda para as famílias dos comunitários.

Atualmente no âmbito das oleaginosas a venda do óleo de andiroba e a manteiga de murumuru é uma das atividades mais importantes, no entanto, há um potencial de ampliação do mercado, sendo necessária a organização social mais atuante e a capacitação técnica e administrativa para buscar outros contratos e clientes para o fornecimento dos produtos da floresta, como também aprimorar e desenvolver técnicas que promovam o extrativismo de forma sustentável.

Neste contexto, foram discutidas como prioritárias a realização de ações para o manejo do açaí, da seringa, das oleaginosas e meliponicultura.

Atividades e Recomendações:

OLEAGINOSAS

- Implementar e dar continuidade ao plano de manejo das oleaginosas. Realizando as adequações técnicas junto ao Ibama, e iniciar o monitoramento das áreas de coletas da andiroba e murumuru;
- Identificar e estudar o potencial de outras espécies de oleaginosas como (copaíba, buriti, patauá, tucumã), produção, benefício e mercado;

- Buscar apoio técnico e acordos de cooperação com as Universidades locais para o desenvolvimento destas atividades;
- Apoiar a promoção da capacitação da Codaemj para gestão administrativa e financeira. Deve ser contempladas nesta ação a Aane e Asmamj;
- Buscar a parceria do Sebrae para as ações de capacitação das organizações sociais agregando informações administrativas, organizacionais e contábeis. Elaborar um estudo de viabilidade econômica do contrato de compra e venda do óleo de andiroba e a manteiga do murumuru.

AÇAÍ

- Realizar uma oficina na Resex para identificar as comunidades que desejam participar do manejo de açaí;
- Realizar o inventário florestal e mapeamento das áreas dos açazais nas comunidades, com estes dados elaborar o plano de manejo do açaí (potencial). Estabelecer e manter a área de manejo;
- Criar GT do açaí e realizar o planejamento de suas atividades;
- Promover o intercâmbio com outras associações que fazem o manejo do açaí;
- Elaborar o plano de negócios do açaí, para analisar a viabilidade econômica da implantação de uma estrutura para beneficiamento e comercialização da produção.

MELIPONICULTURA

- Realizar avaliação do motivo do fracasso da atividade já realizada em algumas comunidades e do projeto de meliponicultura na comunidade da Nova União;
- Buscar parceria para realizar reciclagem das comunidades interessadas na criação de abelha sem ferrão (meliponicultura). Deverá ser feito contato com associações de apicultores do Estado e instituição que promovem ações de capacitação: Ufam, Inpa, etc.;
- Promover a realização de intercâmbio com outras experiências bem sucedidas;

- Apoiar o Idam na implantação de uma unidade demonstrativa para produção de mel, buscando ações que promovam o cumprimento das normas técnicas exigidas para a comercialização do mel.

SERINGA

- Apoiar ações de parceria visando orientação para melhoria e incremento da produção da borracha;
- Apoiar ações que visem a busca de mercado para colocação da borracha, desenvolvendo beneficiamento do produto;
- Estimular e identificar comunitários que queiram também desenvolver a atividade, incluindo o público jovem;
- Apoiar ações de capacitação que visem boas práticas e o fornecimento da borracha.

9.2.3 Subprograma de Recursos Madeireiros

A utilização dos recursos madeireiros é uma prática realizada há séculos pela população humana para obtenção de utensílios, instrumentos e equipamentos fundamentais para a realização de suas atividades diárias, sendo, portanto, um recurso indispensável e estratégico. Na Resex a madeira é um recurso abundante e utilizado na construção de casas, embarcações e outros utensílios usados pelos comunitários.

Tem demanda de mercado e pode ser uma atividade de complementação da renda familiar. Foi identificado no diagnóstico, demanda de uso da madeira caída nas áreas da Resex, assim podem ser realizadas ações para a efetivação do manejo comunitário

Atividades e Recomendações:

- Realizar inventário das espécies florestais e da madeira caída (Instituto Chico Mendes/fase II). Deverá ser contratada uma consultoria especializada para a elaboração do plano de manejo da madeira, cujo termo de referência específico foi elaborado no âmbito deste planejamento. Viabilizar parceria com o Idam para a execução desta atividade;

- Elaborar um projeto experimental de uma marcenaria para beneficiamento da madeira, otimizando a produção de artesanato, pequenos objetos e móveis para funcionamento dentro da área da Resex;
- Elaborar um plano de negócios com participação das lideranças para analisar a viabilidade econômica da implantação de uma marcenaria dentro da Resex;
- Realizar uma oficina para identificar as comunidades que desejam participar do projeto de manejo da madeira caída;
- Promover cursos de capacitação: de marchetaria (artesanato) e movelaria para os comunitários visando a execução das atividades de manejo da madeira. Para as atividades acima apontadas deverá ser considerada a participação efetiva das lideranças, da Asproc, do Idam e do Ibama;
- Realizar treinamento em técnicas de manejo florestal para os comunitários interessados na atividade. Deverão ser abordados aspectos legais sobre a legislação ambiental vigente e específica às ações de manejo florestal madeireiro comunitário;
- Elaborar lista de espécies de madeira que podem ser usadas na construção das casas nas comunidades, visando a qualidade e a durabilidade das mesmas. Para a execução desta atividade, deverá haver articulação com as comunidades, Asproc e CNS, entre outros parceiros.

9.2.4 Subprograma de Manejo de Quelônios

O consumo de quelônios aquáticos na região amazônica é uma atividade bastante disseminada e apreciada principalmente pela população local, ribeirinha, indígena e cidadina. A carne, ovos e partes do corpo dos quelônios são utilizados há séculos, tanto no preparo de pratos típicos da culinária regional, assim como na elaboração de remédios, óleos combustíveis e outros utensílios domésticos. Em função dessa demanda, há forte pressão sobre as populações de quelônios aquáticos, notadamente durante o período reprodutivo.

Assim, como forma de desenvolver ações de manejo para a conservação dos quelônios e também uso racional deste recurso, são previstas ações de manejo neste

subprograma e no subprograma de fiscalização ações de proteção dos sítios reprodutivos (praias de preservação).

Atividades e Recomendações:

- Buscar informações junto ao Probuç/Ceuc e o Projeto ‘Manejo Comunitário de Quelônios do Médio Rio Amazonas e Juruá - Pé-de-Pincha’ das ações de monitoramento desenvolvidos na RDS e Resex, com vistas a traçar um plano de manejo e conservação dos grupos de quelônios aquáticos para a região do Médio Juruá. E ainda avaliar a efetividade das ações da vigilância nas praias (tabuleiros);
- Fazer reunião de parceria entre as comunidades que tem praias de preservação em comum (tabuleiros), de modo que haja a divisão de tarefas e a co-responsabilidade nas ações de proteção das praias, como é o caso do Gumo do Facão, Pupuaí, e Novo Horizonte;
- Mobilizar e sensibilizar as comunidades para assumirem as responsabilidades sobre os tabuleiros de reprodução dos quelônios na Resex;
- Organizar as ações de proteção dos tabuleiros: selecionar e realizar a capacitação dos vigias, e desenvolver e acompanhar processos de registro das atividades desenvolvidas;
- Desenvolver e implantar um projeto de modo a apoiar e custear as ações de monitoramento das praias (tabuleiros) situados na área da Resex.

9.2.5 Subprograma de Animais Silvestres

Apesar de ainda pouco conhecida, a fauna silvestre presente na Resex apresenta grande diversidade e algumas espécies são abundantes. A caça e uso do recurso faunístico são práticas realizadas pelas populações tradicionais e fazem parte do modo de vida desta população. No entanto, a fauna intrinsecamente é importante para os processos ecológicos e manutenção dos ecossistemas terrestres e aquáticos da Reserva. Desta forma, foram discutidas ações necessárias para promover a conservação da fauna silvestre e subsidiar o manejo da caça de algumas espécies cinegéticas da Unidade de Conservação.

Atividades e Recomendações:

- Desenvolver o estudo da caça na área da Resex. Deverá ser previsto um estudo de médio e longo prazo para conhecer quais as espécies que são caçadas, sazonalidade e

estrutura populacional destas espécies, com vistas a manejar a caça de forma sustentável. Este estudo deverá envolver principalmente as comunidades maiores e ter áreas de controle para poder estabelecer padrões de densidade populacional de forma mais adequada. Buscar parceria das universidades.

- Promover reunião e acordos entre as comunidades para organizar ações de prática e uso da caça. Devem ser promovidas reuniões específicas entre comunidades próximas que tem conflitos com as práticas de caça adotada, como o uso do cachorro. Neste caso, especificamente, entre as comunidades de Roque e de Nova Esperança.
- Divulgar as regras do Plano de Utilização para os comunitários, quanto às praticas da caça que são permitidas e proibidas.
- Buscar parceria junto ao Inpa e Ufam para dar continuidade nos estudos da dinâmica populacional e estabelecimento de taxa de desfrute para o manejo do jacaré. Apoiar ações visando a possibilidade de realização do manejo do jacaré.
- Realizar visita de intercâmbio com outras áreas que estejam desenvolvendo o manejo do jacaré (Resex do Lago do Cuniã e RDS Mamirauá). Em Rondônia está sendo implementado o manejo de jacaré na Resex Cuniã, então deverá ser feito intercâmbio com vistas a conhecer a experiência e subsídios para as ações na Resex do Médio Juruá.
- Realizar divulgação em Carauari sobre a proibição da caça comercial e esportiva na Resex e região. Devido à invasão que a Resex vem sofrendo por pessoas de Carauari para caçar, fazer divulgação da Lei de Crimes Ambientais alertando para a proibição de práticas de caça no interior da Resex por pessoas de fora e também do Plano de Utilização.

9.2.6 Subprograma de Agricultura Familiar

Na Resex do Médio Juruá o plantio da roça e, conseqüentemente, a produção de farinha de mandioca representa a principal fonte de renda da população local. Isto foi caracterizado durante o cadastramento, constituindo uma importante atividade produtiva e tendo a participação de toda a família neste processo.

No entanto, houve consenso quanto a necessidade de desenvolver práticas mais eficientes e o uso de novas tecnologias como incrementos na produção, diversificar os produtos agrícolas, recuperar as áreas de capoeiras já utilizadas como roças, de modo a garantir a segurança alimentar dos moradores da Resex.

Atividades e Recomendações:

- Promover ações de capacitação e assistência técnica para melhoria da qualidade da produção das roças;
- Promover ações para a diversificação e o desenvolvimento da agricultura familiar. Esta assistência consiste na capacitação e acompanhamento dos comunitários, a ser realizada em parceria com o Idam e a Sepror/Carauari;
- Promover a organização das lideranças. Com a participação da Asproc, devera ser realizada a organização das lideranças por comunidade e entre comunidades para a disseminação das práticas aprendidas;
- Apoiar as ações de organização das lideranças visando novas formas de escoamento e comercialização da produção;
- Buscar parceiros para abertura de novos mercados e colocação dos produtos, interagir com Asproc e Sepror/Carauari. Considerar a política de preços mínimos, envolvendo a Conab nestas ações;
- Promover visita de intercâmbio em Tefé para conhecer as práticas de agricultura orgânica promovidas pela Reata;
- Elaborar um programa de geração de renda para os moradores da Resex do Médio Juruá, conciliando as atividades produtivas atuais e futuras com contratação de consultoria especializada;
- Apoiar a realização de curso de cultivo de plantas medicinais;
- Buscar métodos alternativos para as queimadas de limpeza das roças. Deverão ser buscados novos métodos alternativos ao uso de queimadas na limpeza dos roçados. Como também de práticas adequadas para fazer a queima controlada, evitando danos maiores no entorno dos roçados;
- Buscar alternativa de recuperação e melhoria das áreas de roças e capoeiras que não estão sendo mais utilizadas. Criar e incrementar área experimental de Sistemas

Agroflorestais SAF. Nestas áreas poderão ser realizados os SAFs para uso futuro e alternativas produtivas de alimentos na Reserva. Além disso, esta prática é indicada como adequada para promover a recuperação do solo de roçados em pousio;

- Realizar evento comunitário para a discussão sobre as capoeiras, onde seja realizado o planejamento para a recuperação das capoeiras (roças). Neste evento deverá ser definida a destinação das capoeiras, responsabilidades e parcerias a serem firmadas, com distribuição de tarefas entre os presentes, mediante a organização de uma agenda de trabalho;
- Realizar práticas de controle de saúvas e outras pragas buscando indicação técnica para orientar a utilização adequada inseticidas ou técnicas apropriadas com cuidados ambientais e para a saúde do comunitário na aplicação dos insumos;
- Realizar oficina de capacitação para boas práticas e técnicas de criação de pequenos animais. Buscar a parceria da Ufam para a realização desta atividade.

9.2.7 Subprograma de Recuperação de Áreas Degradadas

Durante as oficinas de planejamento, foram mencionadas diversas áreas degradadas na Resex, principalmente relacionadas ao assoreamento de igarapés e lagos. Outra área comprometida são os barrancos na margem do rio Juruá, especialmente na comunidade de Nova Esperança, Novo Horizonte, Pupuai e Gumo do Facão.

Atividades e Recomendações:

- Realizar levantamento das áreas degradadas, igarapés e lagos da Resex que estão sofrendo assoreamento;
- Realizar ações educativas e estruturantes que minimizem o processo de erosão as margens do rio Juruá, em locais próximo às residências e que estejam ameaçando as comunidades. Como ex. a comunidade de Nova Esperança;
- Implantar um viveiro de mudas de espécies arbóreas e espécies de interesse;
- Realizar o reflorestamento das margens dos igarapés e lagos que estão sofrendo assoreamento.

9.3 Programa de Pesquisa e Monitoramento

Considerando que este planejamento foi realizado com base nas informações disponíveis, muitas demandas de conhecimento foram levantadas durante a construção do Plano de Manejo. Sendo assim, este programa apresenta as principais ações para fomentar a realização de pesquisas em conjunto com as instituições de ensino superior e centros de excelência da região e nacionais.

Também são destacadas demandas pontuais de conhecimento que poderão ser atendidas mediante a contratação de consultoria especializada.

Além disso, dada a natureza das ações de monitoramento, que envolvem coleta sistemática de dados e análise destes dados com emissão de relatórios, foram previstas neste programa o monitoramento de recursos naturais. Estas ações visam garantir que os recursos que estão sendo usados não sejam depauperados, conforme as demandas legais e institucionais.

Sendo assim, são apresentadas ações de monitoramento do uso do solo e dos recursos naturais, utilizando instrumentos de SIG, de informações comunitárias e de levantamentos dos recursos existentes.

Atividades e Recomendações:

- Realizar avaliação ecológica rápida na Resex;
- Realizar pesquisa e estudos sobre a caça na região, visando ações de manejo;
- Implantar e manter atualizado um banco de dados das comunidades, incluindo dados de produtividade dos principais produtos extrativistas;
- Promover pesquisas para análise da viabilidade do Manejo de Jacaré;
- Dar continuidade as ações de pesquisa e monitoramento do extrativismo das oleaginosas;
- Promover estudos sobre outras essências florestais que possam ser usadas para a extração de óleos;
- Realizar Inventário Florestal dos madeireiros e não madeireiros da Resex;

- Realizar curso de capacitação técnica para operar GPS e outros aparelhos tecnológicos necessários ao desenvolvimento das atividades;
- Apoiar e acompanhar o Programa de monitoramento dos quelônios, produção pesqueira, caça e das oleaginosas, dentre outras de interesse a Resex.

9.4 Programa de Proteção

O programa de proteção tem como objetivo básico proteger a Resex do Médio Juruá de ações que venham a prejudicar o manejo dos recursos naturais pelas comunidades da Resex, conforme as normas deste plano e das regras locais estabelecidas com as comunidades para o respeito ao modo de vida e cultura das comunidades e observância da conservação dos recursos naturais.

Dois subprogramas atuarão de forma coesa e integrada para atingir esse objetivo. O programa de vigilância terá a educação ambiental, a informação e as comunidades como eixos norteadores, agindo para evitar os abusos e manter um sistema de resposta rápida e eficiente. O Segundo subprograma, o de fiscalização, terá ações periódicas e atendendo também a denúncias ou ações pontuais orientados pelo subprograma de vigilância.

9.4.1 Subprograma de Vigilância

O Subprograma de vigilância será organizado com o objetivo de prevenir os crimes ambientais através da educação ambiental, informação, participação. Também vai acelerar o processo de denúncia e impedir a ação ilegais dos próprios moradores, bem como de agentes externos que ainda vem pressionando os recursos da Resex.

Atividades e Recomendações

- Dotar a Resex de sinalização e demarcação (placas e bóias) priorizando as áreas e locais estratégicos para a instalação da sinalização;

- Realizar campanha de esclarecimentos às comunidades da região, cidade de Carauari e as instituições parceiras quanto as competências das esferas governamentais federal, estadual e municipal na aplicação da legislação e a proteção ambiental;
- Divulgar as ações do Plano de Manejo da Resex às comunidades do entorno;
- Divulgar o Plano de Utilização e discutir com as comunidades a forma de atuação para cumprir as determinações;
- Dotar a Resex de sistema de comunicação (radiofonia e internet);
- Realizar sobrevôo na Resex ou expedição até a área do rio Biá para acompanhar a conservação da área;
- Buscar apoio do conselho tutelar para atuar na Resex, através de promoção de palestras, orientação e auxílio nos casos de envolvimento de menores em crimes ambientais, principalmente referente ao envolvimento destes no mal trato a animais (brigas de galo, cães e canário) e captura e apreensão de pássaros em gaiolas;
- Implantar e manter um sistema de registro informatizado das ocorrências de infrações na área, considerando as orientações e sistemas utilizados pelo Ibama e Sipam;
- Buscar parcerias e realizar capacitações e troca de experiências interinstitucionais com órgãos de governo visando ampliar as ações de monitoramento e fiscalização;
- Realizar atividades de capacitação e buscar parcerias comunitárias e intercâmbios, envolvendo a sociedade civil visando à ampliação das ações de monitoramento e fiscalização preventiva;
- Elaborar cronograma de capacitação de agentes comunitários com incentivo à participação voluntária;
- Construir uma rede de monitoramento ambiental, que envolva ações de vigilância preventiva e educativa do entorno. Esta ação será implementada com uma rede de comunicação onde os participantes trocarão informações e experiências;
- Criar mecanismos de geração de informação através do mapeamento dos problemas na Resex e entorno, com participação dos comunitários e usuários da Resex e parceiros;
- Estruturar banco de dados geoespacializados com participação de parceiros e agentes ambientais voluntários.

9.4.2 Subprograma de Fiscalização

As demandas de fiscalização e proteção da Reserva são atribuições do Instituto Chico Mendes, suas ações devem levar em consideração e priorizar parcerias com o Ibama, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Carauari, o Ipaam, o Ceuc, e o Batalhão da Polícia Ambiental do Estado. Complementando as ações de fiscalização do Instituto Chico Mendes e Ibama, as comunidades e a sociedade tem um papel fundamental na vigilância e promoção da educação da população da Resex e das comunidades do entorno e do município de Carauari.

Atividades e Recomendações:

- Realizar no mínimo três ações de fiscalização integradas ao ano: vazante, seca e enchente em conjunto com o Instituto Chico Mendes, a Semdesma, o Ceuc e o Ibama, e discutir uma estratégia de proteção conjunta para a região;
- Buscar o apoio do Batalhão da Polícia Ambiental estadual para as ações de fiscalização na região;
- Dotar a Resex com a construção de três flutuantes (sacado do Juburi, Boca do rio Velho e Boca do Xeruã ou Manariam), de modo a apoiar a vigilância comunitária e melhorar a proteção da área. a implantação e administração dos flutuantes deverem ser realizadas em parceria com as organizações locais como a Asproc, o CNS, o Ceuc, a Amaru e as comunidades. Um dos flutuantes também servirá de base para ações administrativas do Instituto Chico Mendes.

9.5 Programa de Administração

Este programa tem como objetivo principal garantir a funcionalidade da Reserva, fornecendo toda logística necessária para se organizar o desenvolvimento dos programas e subprogramas, assim como os recursos humanos.

O Programa de Administração estabelecerá interfaces com os demais programas, desse modo, organizará o e gerenciará o processo de gestão da Resex e será baseada nos seguintes pilares:

- A manutenção e instalação da infraestrutura e equipamentos adequados;

- A dotação de pessoal qualificado e em quantidade necessária para a realização das atividades previstas;
- A dotação orçamentária para atender as demandas presentes neste plano;
- A busca e a formalização de parcerias interinstitucionais com entidades que tenham atribuições complementares àquelas do Instituto Chico Mendes e;
- A mobilização comunitária desenvolvendo ações conjuntas para proteção, manejo e conservação dos recursos naturais da Resex;
- As ações para sinalização e regularização fundiária;

Objetivos:

- Dotar a Resex de equipamentos e acessórios tecnológicos, bem como instalações físicas adequadas ao funcionamento da unidade;
- Formalizar parcerias com instituições que possam contribuir na implementação da Unidade, visando à conservação dos recursos naturais da região;
- Promover a regularização fundiária na Resex, incluindo as ações na área de ampliação da reserva e a concessão do direito real de uso;
- Sinalizar a Resex de forma adequada, principalmente nos limites extremos no Rio Juruá, as praias de manejo e as comunidades;
- Prover as condições administrativas e financeiras para a execução das atividades de manejo previstas para que a Unidade atinja seus objetivos de criação.
- Desenvolver ações político-institucionais, buscando a efetiva proteção e manejo da Reserva e sua projeção regional e nacional.

Resultados Esperados:

- Infraestrutura e equipamentos instalados e em operação;
- Situação fundiária solucionada;
- Ampliação da reserva executada;
- Resex sinalizada nos principais limites, nas comunidades e áreas de manejo;
- Recursos orçamentários suficientemente alocados e geridos para as atividades da a serem desenvolvidas;

- Ações inter-institucionais respaldadas por instrumentos legais de parceria e em plena execução;
- Acordos, cooperação técnica e convênios com órgãos e instituições formalizados, e auxiliando na execução das atividades de manejo;
- Mobilização e envolvimento das comunidades nas atividades de gestão e administração da Resex.

9.5.1 Subprograma de administração

O Subprograma de administração tem como papel principal o planejamento e o gerenciamento visando à execução das atividades de gestão da unidade, criando às condições necessárias a implementação, possuindo três eixos de ações:

- Alocar recursos humanos necessários à gestão da unidade;
- Planejar a alocação de recursos financeiros necessários à execução das atividades de gestão da unidade;
- Alocar e estruturar os recursos materiais necessários à gestão da Unidade.

Ação 1: Alocar recursos humanos necessários à gestão da unidade

Objetivos:

- Organizar e estruturar equipe local e colaboradores diretos;
- Organizar o plano de trabalho da Resex;
- Coordenar a execução e monitorar a execução das atividades definidas nos planejamentos específicos.

Atividades:

- Dotar a Unidade de um quadro funcional permanente e adequado para atender à demanda de proteção, fiscalização, pesquisa e manejo dos recursos naturais.
- Instituir a estrutura de administração e gestão da unidade criando um organograma de pessoal;
- Firmar parcerias entidades ou organizações de pesquisa para fins de monitoria e capacitação de recursos humanos;

- Realização atividades de capacitação para a formação dos agentes ambientais voluntários para a Resex;
- Articular junto a Coordenação Regional do Instituto Chico Mendes (CR2) a contratação de serviços terceirizados para apoio administrativo à gestão da Unidade de Conservação;
- Viabilizar um termo de cooperação técnica com as Universidades locais para oferecer atividades formais de estágio aos alunos destas instituições que poderão ser inseridos nas ações de manejo da Reserva;
- Articular com a Coordenação Regional e Sede do Instituto Chico Mendes e instituições parceiras a promoção de cursos e eventos de treinamento do corpo de pessoal e quadro terceirizado, sendo o conteúdo do treinamento com base nas ações de interesse da Resex;
- Criar banco de dados contendo inicialmente o planejamento da agenda de trabalho, o cadastro dos moradores e o cadastro de controle de autorização de entrada na Reserva.

Ação 2 – Planejar a alocação de recursos financeiros necessários à execução das atividades de gestão da unidade.

Objetivos:

- Planejar e criar o fluxo de recursos financeiros, estabelecendo rotina de planejamento orçamentário;
- Estabelecer política de captação de recursos visando apoio às ações prioritárias da Resex;
- Estabelecer rotinas de execução e controle orçamentário e financeiro;
- Buscar parcerias e encaminhar para celebração de convênios e contratos com órgãos públicos para apoiar atividades de manejo e proteção da Resex.

Atividades:

- Criar um bancos de dados, como instrumento contábil para estruturar e controlar o fluxo de recursos dentro do Plano;
- Realizar orçamento dos custos das atividades e ritos administrativos;
- Elaborar o Plano Operativo e Orçamentário Anual para o ano seguinte no mês de julho de cada ano;

- Identificar fontes de recursos para cada atividade proposta;
- Elaborar mensalmente relatório de atividades executadas;
- Analisar anualmente o controle das ações executadas e da efetividade do Plano de Manejo;
- Elaborar planos de trabalho trimestrais.

Ação 3 – Alocar e estruturar os recursos materiais necessários à gestão da Reserva Extrativista do Médio Juruá

Objetivos:

- Dotar a Resex de infraestrutura adequada a apoio administrativa, gestão e implementação da Unidade;
- Dotar a Resex com os equipamentos e acessórios tecnológicos necessários para as ações de administração e gestão;
- Dotar a Resex com um sistema de comunicação eficiente, de modo a garantir a comunicação imediata de denúncias, demandas e emergências;
- Disponibilizar um canal de comunicação entre a população residente e administração da Unidade.

Atividades:

- Articular o processo de cessão para o Instituto Chico Mendes da instalação de propriedade do Ibama da cidade de Carauari para implantação da sede da Resex
- Reformar e ampliar as instalações da Resex;
- Vistoriar periodicamente os equipamentos, de forma a mantê-los em condições de uso e conservação;
- Deverá ser elaborada uma agenda anual de manutenção dos equipamentos, barcos, motores e da infraestrutura física da Resex;
- Dar apoio adequado para a realização das reuniões do Conselho Deliberativo da Resex;
- Definir a estrutura necessária para o funcionamento do escritório sede e postos avançados;
- Elaborar projeto arquitetônico de infraestrutura para a instalação dos flutuantes em diversos pontos da Resex.

- Desenvolver e manter sítio da Resex na rede mundial de computadores;
- Instalação de um flutuante no porto de Carauari para abrigo transitório de lancha e apetrechos de propriedade do Instituto Chico Mendes, bem como guarda de materiais apreendidos em campanhas de fiscalização e apoio à pesquisa e monitoramento.

9.5.2 Subprograma de regularização fundiária

É de competência do Instituto Chico Mendes, promover a regularização fundiária da Resex dando prosseguimento a sinalização da área com placas e realizar as ações necessárias a promoção da concessão do direito real de uso as famílias nela residente em conjunto a associação representativa da área.

O Instituto Chico Mendes também dará continuidade ao processo de ampliação da Unidade. Este processo é resultado da mobilização das comunidades situadas do entorno da área, que anseiam em fazer parte da unidade de conservação.

Todo este processo deve culminar na implementação do ‘Contrato de Concessão Real de Uso’ a ser expedido à associação representativa dos moradores (Asproc), juntamente com os Termos de Compromisso Individuais a serem expedidos por esta, sob supervisão do Instituto Chico Mendes para as populações residentes.

Atividades:

- Promover a regularização fundiária da Resex, realizando a celebração do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Coletivo.
- Criar um GT para organizar o sistema de concessões de Direito Real de Uso para as populações residentes e acompanhar as ações.
- Promover ações em conjunto com as comunidades ações para acelerar o processo de ampliação da Resex
- Implantação dos marcos limítrofes da área da reserva com placas alusivas à unidade de conservação, aos seus aspectos sócio-ambientais e às restrições de usos.
- Sinalizar as áreas de manejo com placas e bandeiras, a fim de proteger, instruir e ampliar os efeitos das atividades de uso e conservação pelas comunidades.

10 REFERÊNCIAS

- AB'SABER, A. N. Problemas geomorfológicos da Amazônia Brasileira. **Atas Simp. Biota Amazônica**, 1967 Geoci., Rio de Janeiro, 1:35-67.
- AQUINO, L. C. S.; VIEIRA, H. M.; CRUZ, H. P. Contribuições das técnicas de sensoriamento remoto para o diagnóstico de recursos vegetais com potencial energético na Amazônia. **Anais XII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto**, Goiânia, Brasil, 16-21 abril 2005, INPE, p. 1423-1426.
- AQUINO, L. C. S. Óleos vegetais para geração de energia e valorização da biodiversidade em comunidades isoladas da Reserva Extrativista do Médio Juruá. 2000. Manaus: PPE/COPPE/UFRJ. (Relatório Interno para o Programa do Trópico Úmido).
- ALEGRETTI, M. H. **A construção social de políticas ambientais. Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros**. 2002. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Brasília – DF.
- ALMEIDA, A. M. A. L. **Cidadania e sustentabilidade – o caso da Reserva Extrativista do Médio Juruá – AM**. 2003. Dissertação de mestrado em Ciência do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia, Manaus.
- AMAZONAS. Governo do Estado. Portal na internet. Municípios do Estado. Informações sobre os municípios do Amazonas. Disponível em: <http://www.bv.am.gov.br/portal/conteudo/municipios/index.php>. Acesso em: 5 ago. 2006.
- ANDRADE, P. C. M. **Criação e Manejo de Quelônios no Amazonas. Projeto Diagnóstico da Criação de Animais Silvestres no Estado do Amazonas**. 2008. ProVárzea/FAPEAM/SDS. Manaus – AM. 528 p.
- BELCHER, B.; SCHRECKENBER, G. Commercialization of Non-Timber Forest Products: A Reality Check. 2007. **Development Policy Review**, v. 25, n. 3.
- BRAGA, T. M. P.; FARIAS Jr., C. H.; PEREIRA, S. A. **Diretrizes para o Plano de Manejo dos Recursos Pesqueiros da Resex do Médio Juruá, Amazonas, Brasil**. 2006. Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. Projeto Corredores Ecológicos. Unidade de Coordenação Estadual. 74 p.
- BRAGA, T. M. Levantamento Bibliográfico: Elaboração das Diretrizes para o Plano de Manejo Pesqueiro da Resex Médio Juruá. 2006. (documento não publicado).
- BUARQUE, S. **Metodologias e Técnicas de Construção de Cenários Globais e Regionais**, 2003. TD 939, IPEA, Brasília.
- CAMERON, S. R. **Resource Use and Conservation in the Proposed Middle Juruá Extractive Reserve: Community and Household variations and their implications for Reserve Success**. 1999. Michigan State University. Thesis Master of Arts. 173 p.
- CARNEIRO Fº, A. Contribuição à criação da Resex Médio Juruá. 1993. (não publicado).
- CAVALCANTI, F. C. S. **A Política Ambiental na Amazônia: Um Estudo sobre as Reservas Extrativistas**. 2002. Tese apresentada ao Instituto de Economia da Unicamp como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Economia). Campinas: IE/UNICAMP. 240 p.

CINTRA, R.; HORNA, V. Seed and seedling survival of the palm *Astrocaryum murumuru* and the legume tree *Dipteryx micrantha* in gaps in Amazonian forest. 1997. **Journal of Tropical Ecology**, Cambridge, England, v. 13, p. 257-277.

CNPT. Diagnóstico e Prognóstico Participativos para a Elaboração das Diretrizes do Plano de Manejo Pesqueiro da Resex Médio Juruá. 2006. Programa ARPA – Áreas Protegidas da Amazônia. Facilitador Tony Braga. (documento não publicado).

CORREIA, J. C. Atendimento energético a pequenas comunidades isoladas: barreiras e possibilidades. 2005. **T&C Amazônia**, Manaus, AM, ano 3, n.6, p.30-35.

CORREIA, J. C. Unidade de Referência para a Geração Híbrida de Energia Elétrica com uso Sustentado da Biomassa e Valorização da Biodiversidade Nativa em Áreas de Preservação da Floresta Amazônica. 2002. Relatório de Atividades do projeto. (documento não publicado).

CORREIA, J. C. **Introdução dos Óleos Vegetais na Matriz Energética do Médio Juruá e a Valorização da Biodiversidade - Estudo de Caso da Andiroba**. 2002. Tese (Doutorado em Planejamento de Sistemas Energéticos) – Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 250 p.

COSTA, A. A. D.; SANTOS, F. P.; LIMA, A. S. B. Relatório mensal de atividades de maio de 2.000 - Movimento de Educação de Base. Carauari, AM: s.e., 2000. 24 p. (documento não publicado).

CUMARU, R. A. **Relatório Técnico** – Diagnóstico Socioambiental das Comunidades da Reserva Extrativista do Médio Juruá. 2006. CNPT/IBAMA. 47 p.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. B. **Enciclopédia da Floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações**. 2002. Companhia das Letras. 735 p.

DEAN, W. **A luta pela borracha no Brasil: um estudo de história ecológica**. 1989. São Paulo: NOBEL, 1989. 286 p.

DERICKX, J. **No Coração da Amazônia. Juruá, o rio que chora**. 1992. Editora Vozes. 2ª Edição. 181 p.

DIAS, A.; BARROS, S.; PINTO, F. 2003. Movimento de Educação de Base – MEB. Memorial Institucional. Departamento de Carauari. 36 p. (documento não publicado).

EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. **Sistema Brasileiro de Classificação de Solos**. Rio de Janeiro, 2ª Edição. 2006. 412 p.

FRANCO, F. C. **Estratégias de uso de Recursos Naturais dos Moradores da Reserva Extrativista do Médio Juruá: Farinha e Extrativismo**. 2007. Dissertação de Mestrado. INPA. Manaus, AM.

HOMMA, A. K. O. **Extrativismo vegetal na Amazônia: Limites e oportunidades**. Brasília: EMBRAPA-SPI, 1993. 202 p.

IBAMA. Reserva Extrativista do Médio Juruá. Fazendo o manejo pensado no amanhã. 2007. (cartilha de 19 páginas).

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Roteiro Metodológico para elaboração do Plano de Manejo das Reservas Extrativistas e de Desenvolvimento Sustentável Federais**. 2006A. Brasília – DF. 16 p.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. 2006b. **Plano de Manejo Reserva Extrativista Chico Mendes**. Xapuri – AC. 91 p.

IBAMA. Biologia, Manejo e Conservação de Crocodilianos. 2003. Projeto Demonstrativo de Viabilidade Bioeconômica do Uso Comercial de Jacarés em Unidades de Conservação de Uso Sustentável. Biologia Aplicada e Negócios Sustentáveis no Estado do Amazonas. Manaus. 18 p.

IBAMA. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Roteiro Metodológico para Plano de Manejo de Unidades de Conservação de Proteção Integral**. 2002. Brasília – DF. 96 p.

IBGE. Fundação Inst Brás. de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, Secretaria do Orçamento e Coordenação da Presidência da República. **Série Manuais Técnicos em Geociências**, 1991. 92 P.

IBGE. 2009. www.ibge.gov.br/cidades, consulta realizada em 10 de julho de 2009.

ICMBio. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. 2009. **Plano de Manejo Reserva Extrativista do Baixo Juruá. Juruá – AM**. Brasília – DF. 203 p.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 18 DE SETEMBRO DE 2007

(Publicada no Diário Oficial da União Nº. 182, Seção I, páginas 101 e 102, de 20/09/2007)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 18 DE SETEMBRO DE 2007.

(Publicada no Diário Oficial da União Nº. 182, Seção I, páginas 102, 103 e 104, de 20/09/2007)

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 04, DE 07 DE ABRIL DE 2008.

(Publicada no Diário Oficial da União Nº 67, Seção 1, páginas 78 e 79, de 08/04/2008)

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Povos Indígenas no Brasil, 1996-2000**. 2000. Ed. Carlos Alberto Ricardo. São Paulo.

ITABORAHY, W. **Terras, Florestas, Barcos e Barracões: ‘patrões’ e ‘fregueses’ no Médio Juruá**. 2009. Dissertação de Mestrado. UFRRJ. Rio de Janeiro – RJ. 155 p.

JESUS, R. M. Condicionantes para o Aproveitamento Sustentável das Unidades de Conservação de Uso Direto. 1997. In: **Congresso Brasileiro de Unidade de Conservação. Anais**. Curitiba: IAP/UNILIVRE/Rede Nacional Pró-Unidade de Conservação. Vol. I. p. 429-442.

LESCURE, J.; PINTO, F.; EMPERAIRE, L. Povos e produtos da floresta na Amazônia central: o enfoque multidisciplinar do extrativismo. VIEIRA, P. F. & WEBER, J (Ed.). **Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento: novos desafios para pesquisa ambiental**. 2002. São Paulo: Cortez. p. 433-468.

MaB/UNESCO. 2009. www.rbma.org.br/mab/unesco_03_rb_amazonia.asp. consulta em 7 de junho de 2009.

MACEDO, D. S.; WALDHOFF, P. & KOURY, C. G. **Elaboração de Plano de Manejo Florestal Comunitário de espécies oleaginosas na Reserva Extrativista do Médio Juruá**, Carauari - AM. 2004. Proposta de Trabalho Apresentada ao CNPT/IBAMA, CNS, ASPROC, CODAEMJ, AMARENJU e Financiadores. Manaus. 70 p. Não publicado.

MACEDO, D. S.; WALDHOFF, P.; KOURY, C. G. Projeto Piloto de Manejo Florestal Sustentável de Óleo de Andiroba (*Carapa guianensis*), Murumuru (*Astrocarium murumuru*) e Ucuuba (*Virola surinamensis*): proposta de plano de manejo. 2006. Manaus. 47 p. Não publicado.

MACIEL, R. C.G.M. **Ilhas de Alta Produtividade: Inovação Essencial Para a Manutenção dos Seringueiros Nas Reservas Extrativistas**. 2003. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente. Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Instituto de Economia. 98p.

MARTINS, Élson. **REGATÃO: herói atípico da Amazônia**, 2010. Disponível em <http://www.almanacre.com/2010/08/regatao-heroi-atipico-da-amazonia.html> acesso em 30 de agosto de 2010.

FERREIRA, Regina Maria Villela Vieira de Castro; SANTOS, Celso Evangelista dos. Andiroba, disponível em <http://www.redetec.org.br/inventabrasil/andiroba.htm>., acesso 10 de nov/2010

MEFFE, G. K.; CARROLL, R. **Principles of Conservation Biology**. 1994. Sinauer Associate, Inc. Sanderland. 600 p.

MILLER, Kenton. Planificación de Parques Nacionales para el Ecodesarrollo em Latinoamérica. 1980. Fundacion para la Ecologia y la Proteccion del Medio Ambiente – FEPMA. Madri, España

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E DA AMAZÔNIA LEGAL. Plano de utilização da reserva extrativista do Médio Juruá – Carauari-AM. 1998. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis –Ibama / Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais – CNPT.

MMC. Ministério da Cultura. **Atlas de Conservação da Natureza Brasileira**. Unidades Federais. 2004. Metavídeos SP. Produção e Comunicação. 335 p.

MIRANDA, E. M.; SOUSA, J. A. ; PEREIRA, R. C. Caracterização e Avaliação de Populações Nativas de unha-de-gato [*Uncaria tomentosa* (Willd.) D. C. e *U. guianensis* (Aubl.) Gmel.] no Vale do rio Juruá – AC. 2003. **Rev. Bras. Pl. Med.**, Botucatu, v. 5, n 2, p 41 – 46.

MUNARI, D. P. 2008. **Técnicas de amostragem e a detecção de mamíferos terrestres na Floresta Amazônica**. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisa do Amazonas – INPA. Manaus – AM.

NOGUEIRA, O. L. M.; TRAJANO, M. C.; BATALHA JR., M. O.; SILVA, V. S. Implementação de Plano de Manejo Florestal Comunitário Madeireiro em Quatro Reservas Extrativistas do Estado do Amazonas. Capacitação de agentes florestais comunitários Fase Pré-exploratória, 2005. Relatório Final. Carauri – AM.

OLIVEIRA, J.A.; BONVICINO, C. R. Ordem Rodentia. In REIS, N. R.; PERACCHI, A. L.; PEDRO, W.A.; LIMA, I.P. (eds). **Mamíferos do Brasil**. Universidade Estadual de Londrina. 2006. Pp. 347-406.

PERES, C. A. Porque precisamos de Megareservas. **MEGADIVERSIDADE**. Volume 1 Nº 1, p.174-180. 2005.

PINHEIRO, P. S. Diagnóstico sócio-econômico e biológico para a ampliação da Reserva Extrativista do Médio Juruá. 2007.Ibama. 11 p. (documento não publicado).

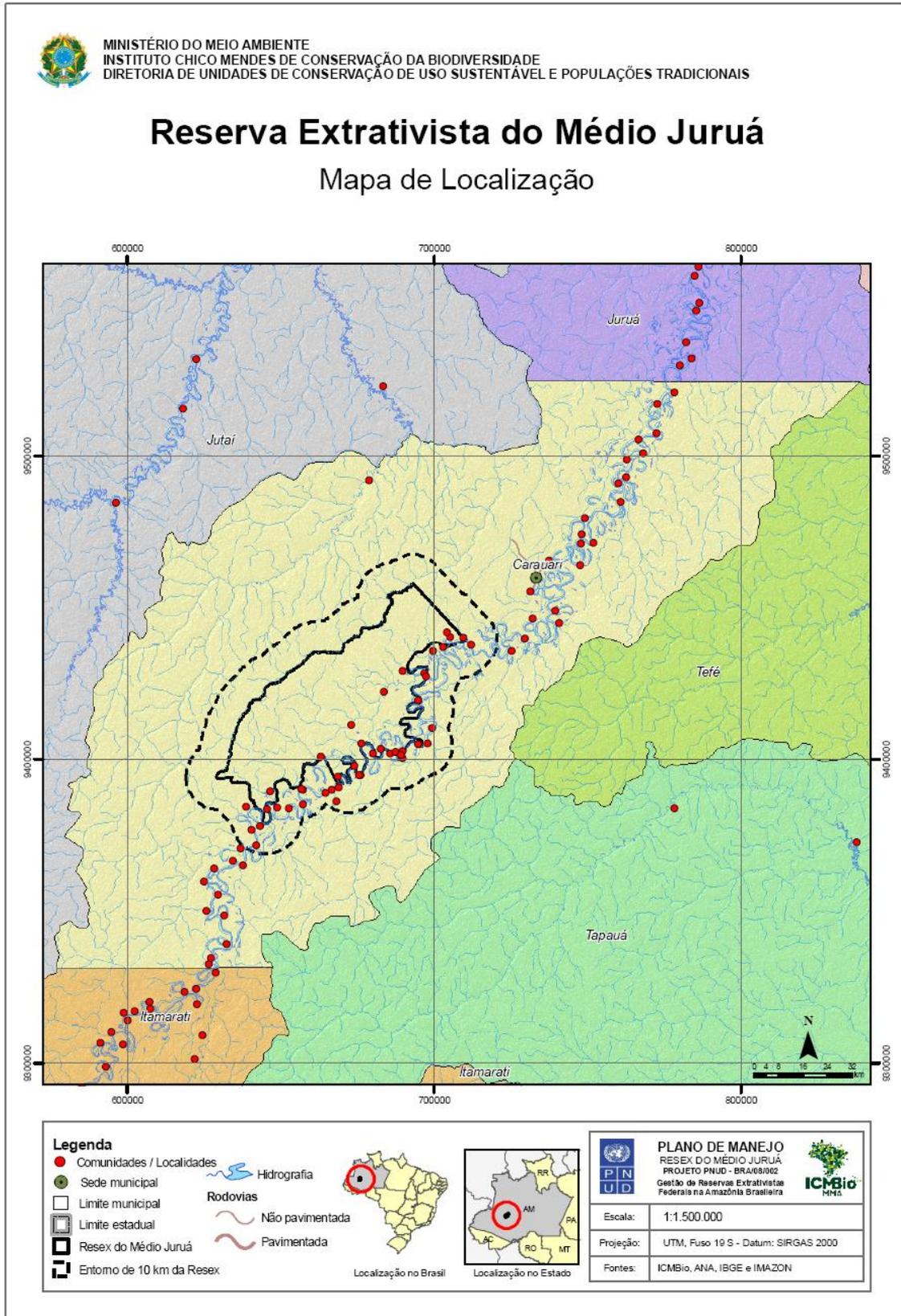
PROGRAMA AJURI Social Amazonas. Implantação de Saneamento Básico em uma Comunidade Rural da Reserva Extrativista do Médio Juruá. Carauari – AM. 2007. Petrobras. 22 p.

- RADAM/BRASIL. Projeto Radam/Brasil. Programa de Integração Nacional. Volume 15. Levantamento de Recursos Naturais. Folha SB 19 Juruá. Rio de Janeiro. 1977.
- RAVETTA, A. L. **Levantamento de Primatas e Grandes Mamíferos na RDS Uacari**, Médio Rio Juruá, Carauari - AM. 2005.
- REBELO, G.; H. As populações de jacaré-açú (*Melanosuchus niger*) e jacaretinga (*Caiman crocodilus*) na Reserva Extrativista do Médio Juruá. 2001. Relatório Técnico. INPA. 14 p.
- REIS, M. L. S. **Gestão Participativa em Unidade de Conservação. O Caso da Reserva Extrativista do Médio Juruá**. 2001. Monografia apresentada para obtenção do grau de Engenheiro Ambiental. Centro Universitário Luterano. Manaus – AM. 53 p.
- RISEK, M. B. **A comercialização de óleos vegetais na Reserva Extrativista do Médio Rio Juruá, Carauari-AM: de uma estratégia de “desenvolvimento sustentável” à mercantilização de comunidades tradicionais extrativistas**. . 2006. Monografia: (Graduação em geografia), Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 65 p.
- ROSA, V. H. S. **Energia Elétrica Renovável em Pequenas Comunidades no Brasil: em Busca de um Modelo Sustentável**. 2007. Tese de Doutorado. CDS/UnB. Brasília. 400 p.
- RUEDA, R. P. Estudo sócio-econômico - área proposta para a Reserva Extrativista do Médio Juruá - relatório do CNPT/Ibama. 1995. Carauari. 59 p. (documento não publicado).
- SDS 2009. www.sds.am.gov.br. Consulta realizada em dezembro de 2009.
- SDS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Resumo Executivo do Plano de Gestão Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Uacari**. 2008. Volumes I e II. Carauari – AM. 69 p.
- SDS. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. **Plano de Gestão Reserva de Desenvolvimento Sustentável Cujubim**. Versão para Consulta Pública. Volumes 1 e 2. Manaus – AM. 117 p.. 2007.
- SDS. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Projeto – Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Estado do Amazonas. 2004. Manaus – AM. (não publicado).
- SILVA, A. S. B. **Relatório Final de Conclusão de Curso sobre a RDS Uacari**. 2007. Monografia - Universidade Estadual do Amazonas. Manaus, AM. 2007. 78 p.
- TELES, D.; NOVELLE, S.; CARLOS, H. S. A.; SINOMAR. Relatório Síntese 2007/2008 – Monitoramento de Tabuleiros. 2009. Programa de Monitoramento da Biodiversidade e do Uso de Recursos Naturais em Unidades de Conservação Estaduais do Amazonas (não publicado).
- JUSTIÇA ELEITORAL. TRE- AM, Site Oficial. 2010. Disponível em <http://www.tre-am.jus.br/eleitorado-am.php>, acessado em 11 de novembro de 2010.
- VOSS, R. S.; EMMONS, L. H. Mammalian Diversity in Neotropical Lowland Rainforests: A Preliminary Assessment. **Bulletin of the American Museum of Natural History**, 230: 1-115. 1996.
- WALDEZ, F.; SOUZA, S. M. **Inventário biológico rápido de anfíbios e répteis na RDS Médio rio Juruá**, Carauari, Amazonas. 2008. Relatório técnico. SDS, Manaus – AM.
- WHITESELL, E. A. **Changing courses: the Juruá river, its people and Amazonian Extrattractive Reserves**. 1993. 207 p. Tese de doutorado - Universidade da Califórnia, Berkeley, Califórnia, 1993.

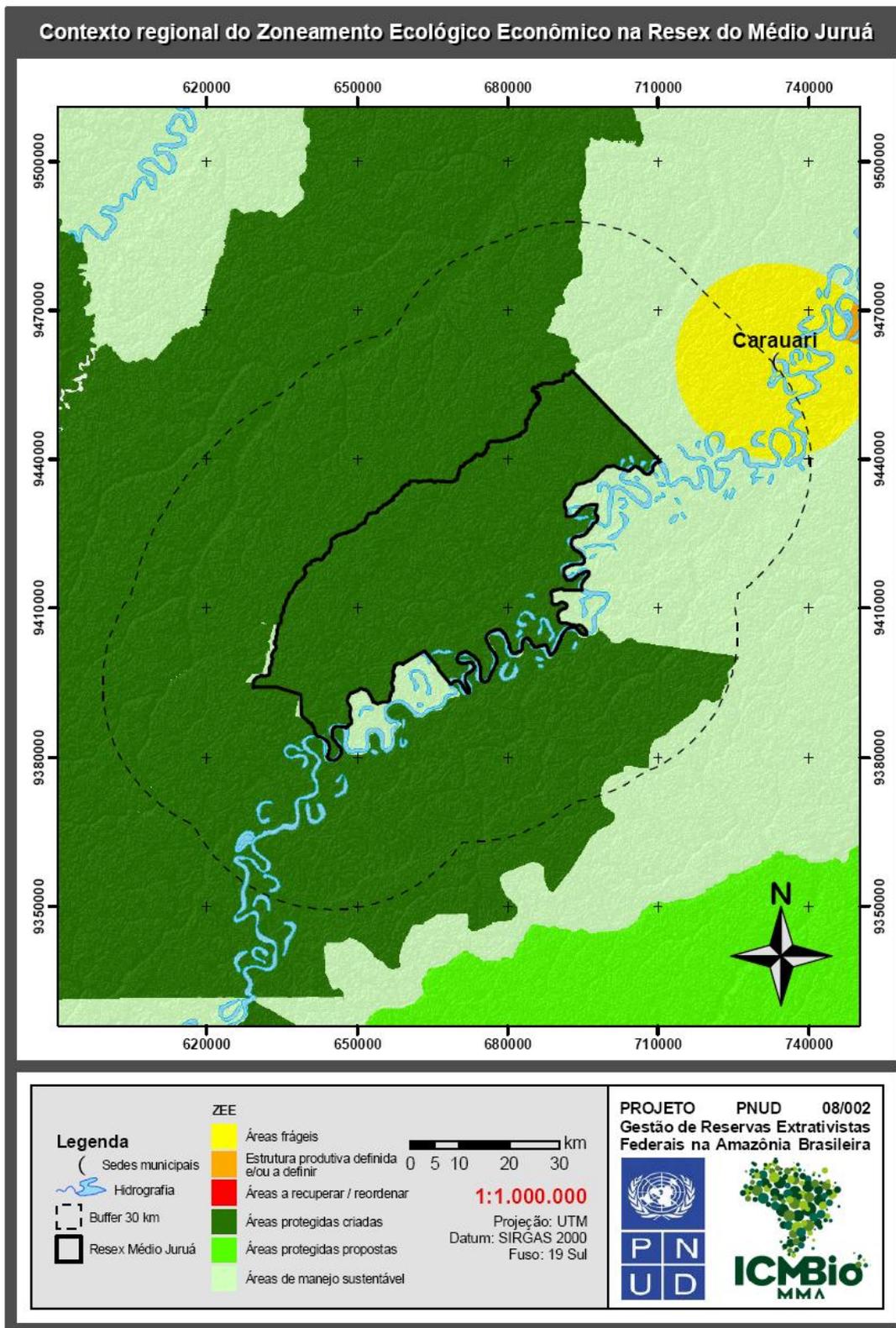
11 ANEXOS

- ANEXO A: Mapa de localização da Resex do Médio Juruá
- ANEXO B: Mapa, contexto regional do zoneamento ecológico da Resex do Médio Juruá
- ANEXO C Rede Hídrica e Bacias hidrográficas da Resex do Médio Juruá
- ANEXO D: Mapa de declividade da Resex do Médio Juruá
- ANEXO E: Mapa de Classificação de solos da Resex do Médio Juruá
- ANEXO F: Mapa de usos predominantes da Resex do Médio Juruá
- ANEXO G: Mapa das comunidades, lagos e praias da Resex do Médio Juruá
- ANEXO H: Mapa das comunidades e moradores isolados da Resex do Médio Juruá
- ANEXO I: Mapa das principais modalidades de extrativismo da Resex do Médio Juruá
- ANEXO J: Mapa de Contextualização regional das áreas protegidas da Resex do Médio Juruá
- ANEXO L: Mapa do contexto regional das áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, Resex do Médio Juruá
- ANEXO M: Mapa da dinâmica do desmatamento da Resex do Médio Juruá
- ANEXO N: Mapa do zoneamento ambiental da Resex do Médio Juruá
- ANEXO O: Mapa da Zona de Amortecimento da Resex do Médio Juruá
- ANEXO P: Cronograma Físico das atividades da Resex do Médio Juruá

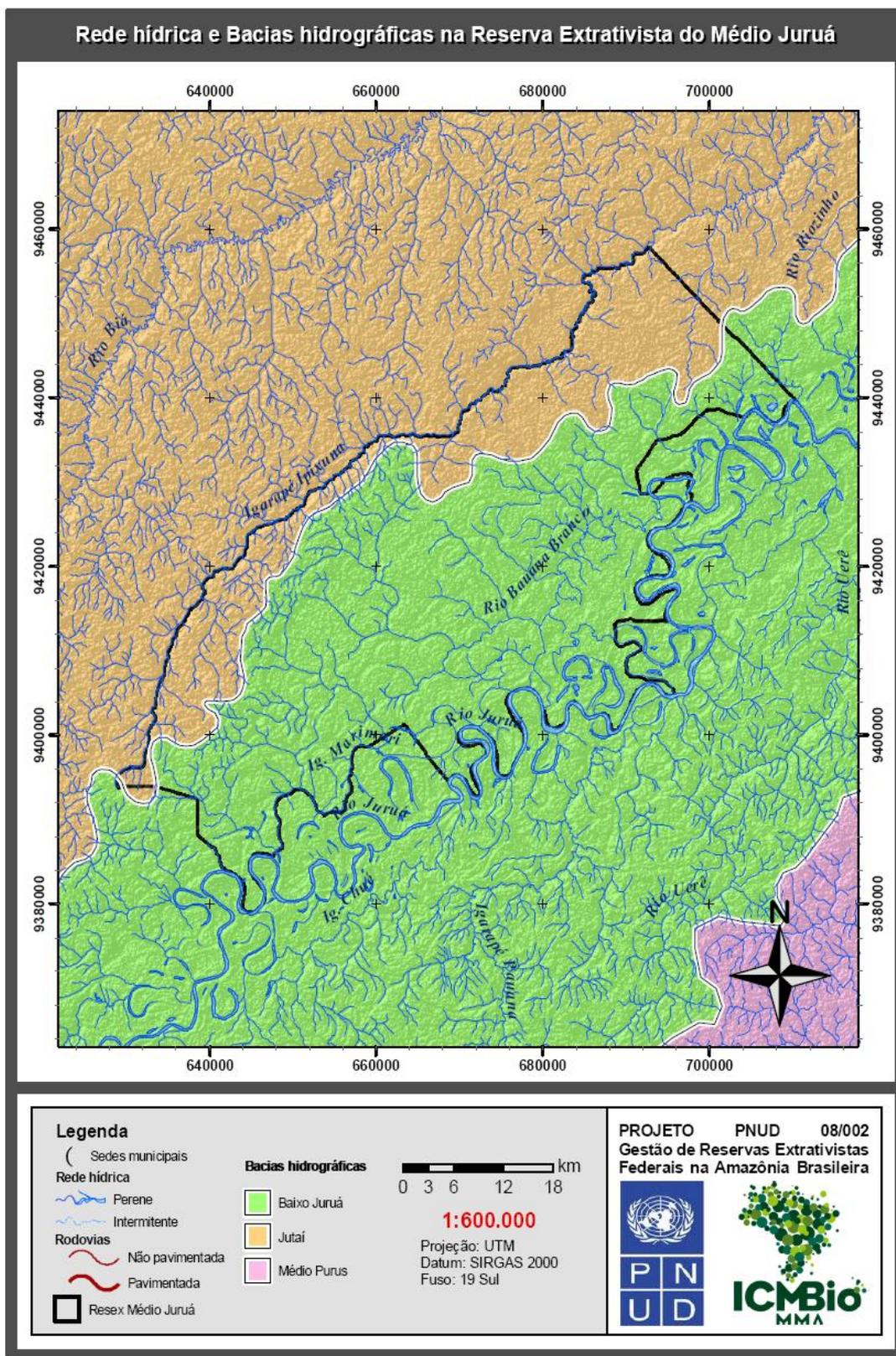
ANEXO A



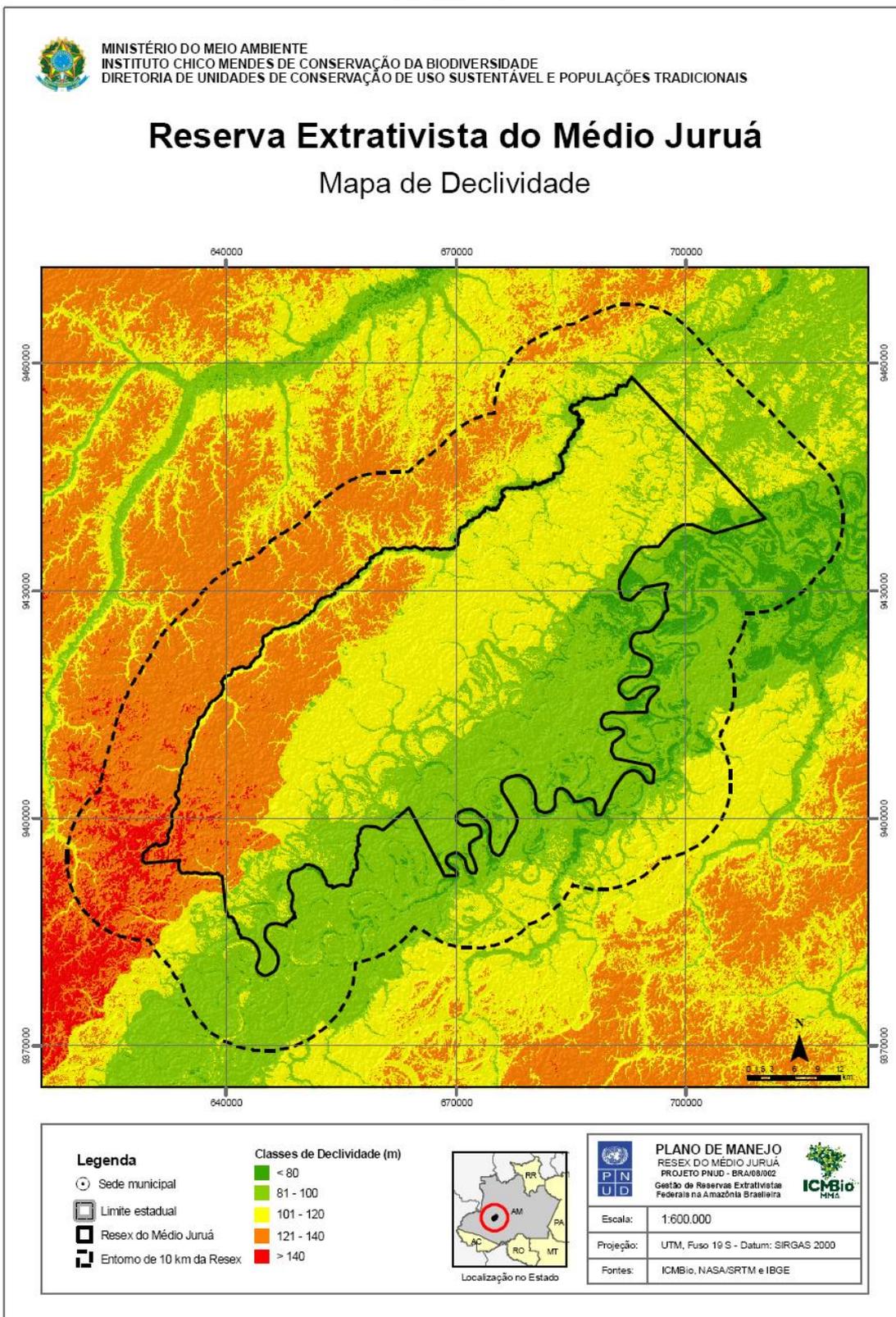
ANEXO B



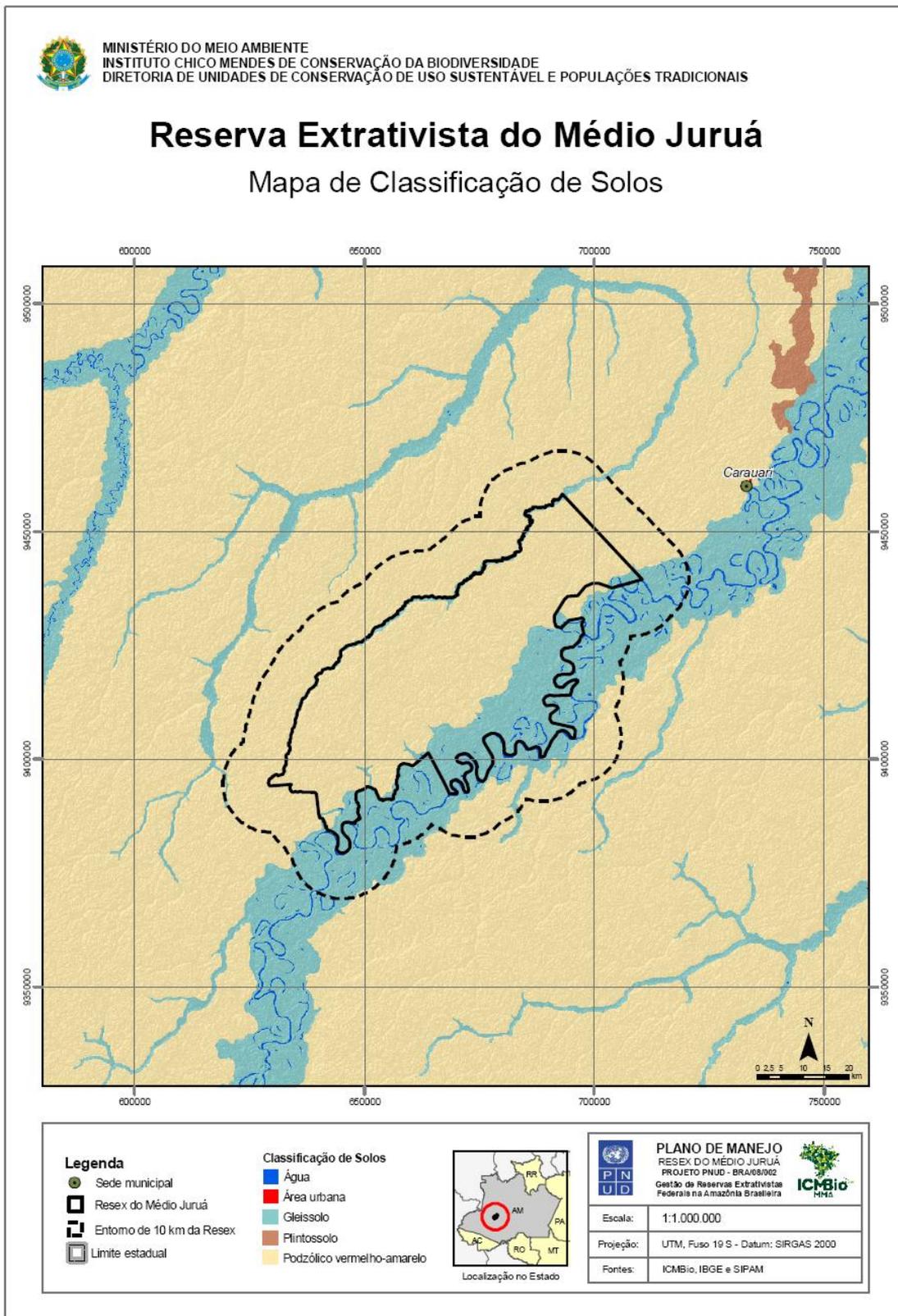
ANEXO C



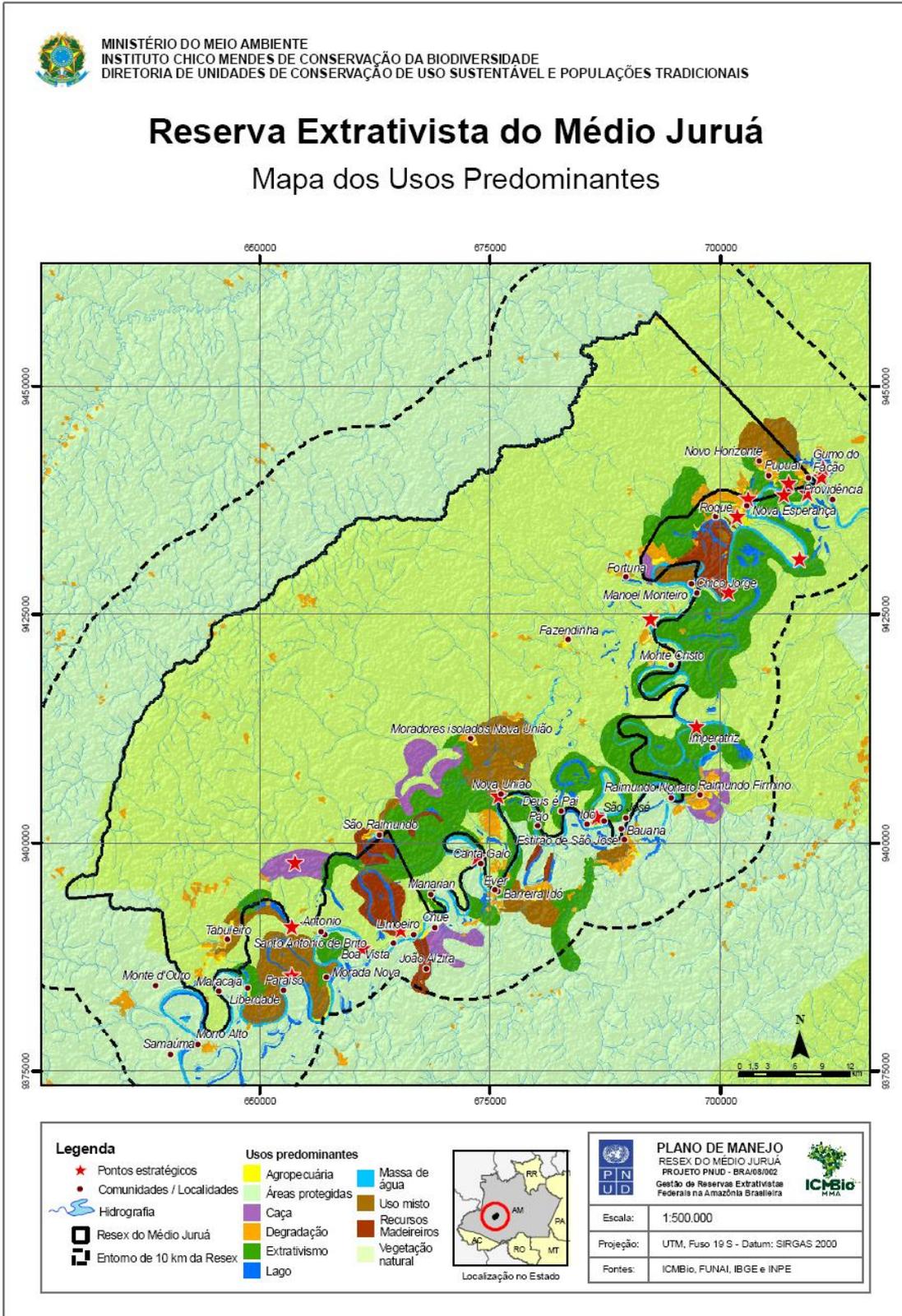
ANEXO D



ANEXO E



ANEXO F



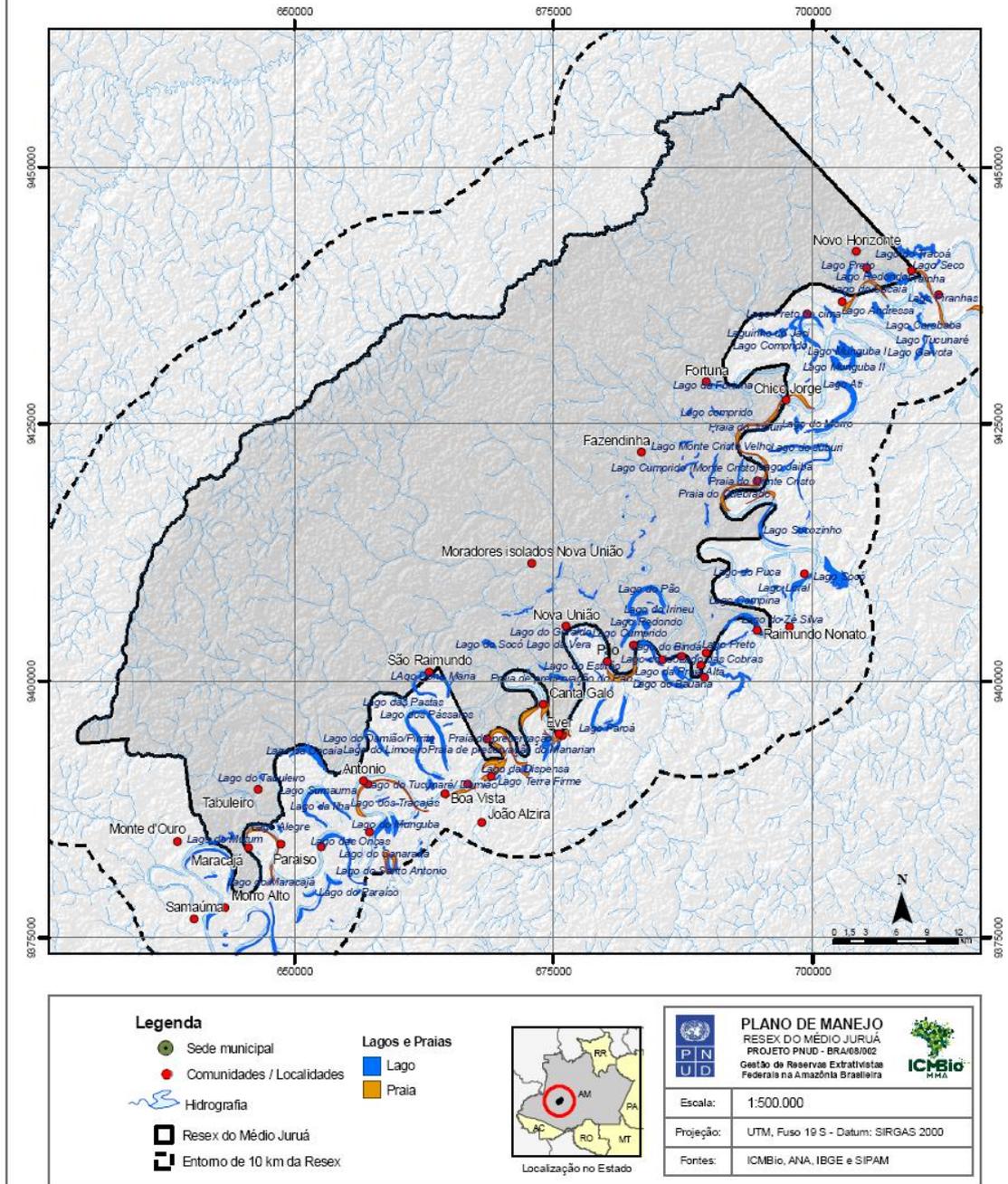
ANEXO G



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
 INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
 DIRETORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Reserva Extrativista do Médio Juruá

Mapa das Comunidades, Lagos e Praias



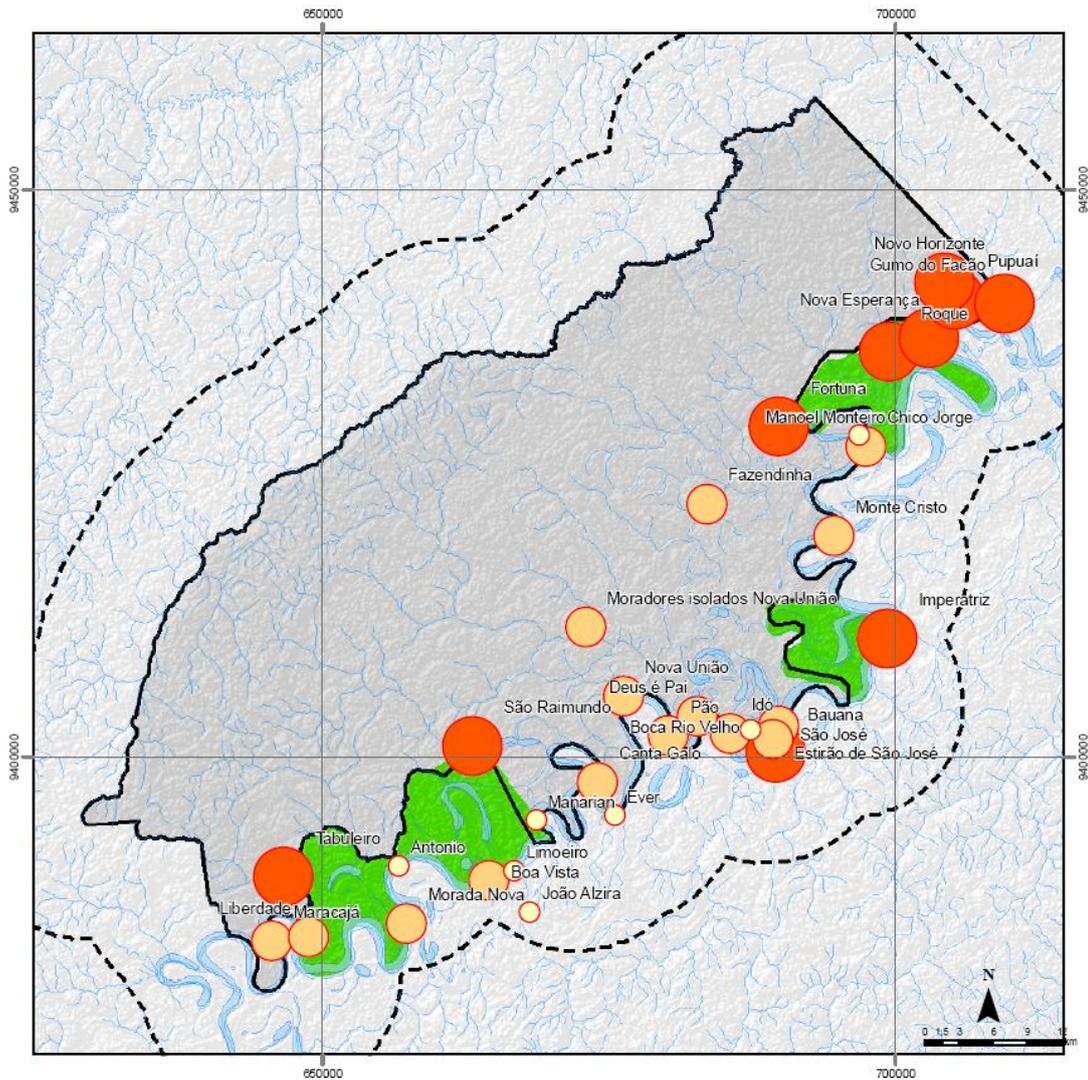
ANEXO H



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
 INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
 DIRETORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Reserva Extrativista do Médio Juruá

Mapa das Comunidades, localidades e moradores isolados



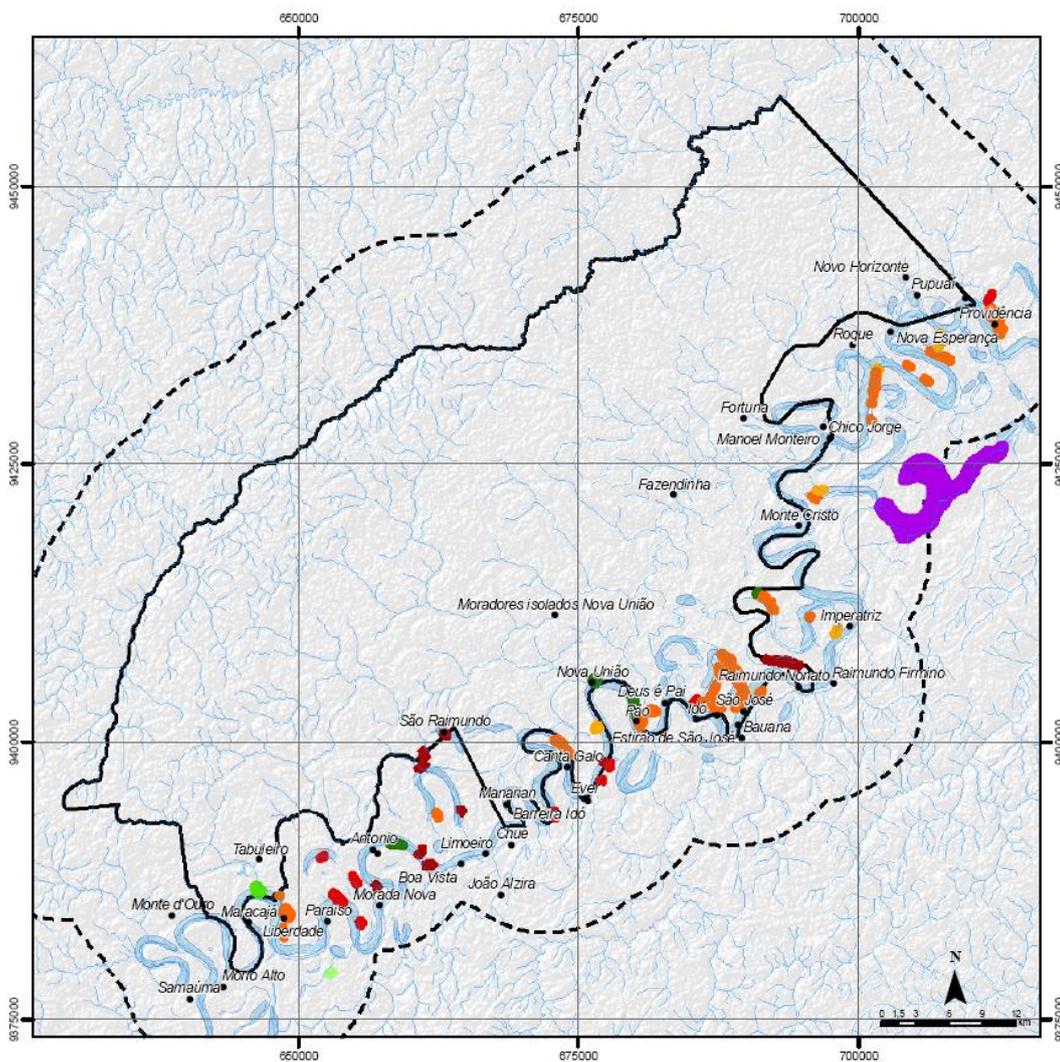
Legenda Hidrografia Resex do Médio Juruá Entorno de 10 km da Resex Ampliação da Resex	Comunidades / Localidades 1 habitante/família 2 - 10 famílias Localidades > 10 famílias Comunidades	<p>Localização no Estado</p>	 PLANO DE MANEJO RESEX DO MÉDIO JURUÁ PROJETO PNUD - BRA/03/002 Gestão de Reservas Extrativistas Federais na Amazônia Brasileira

ANEXO I



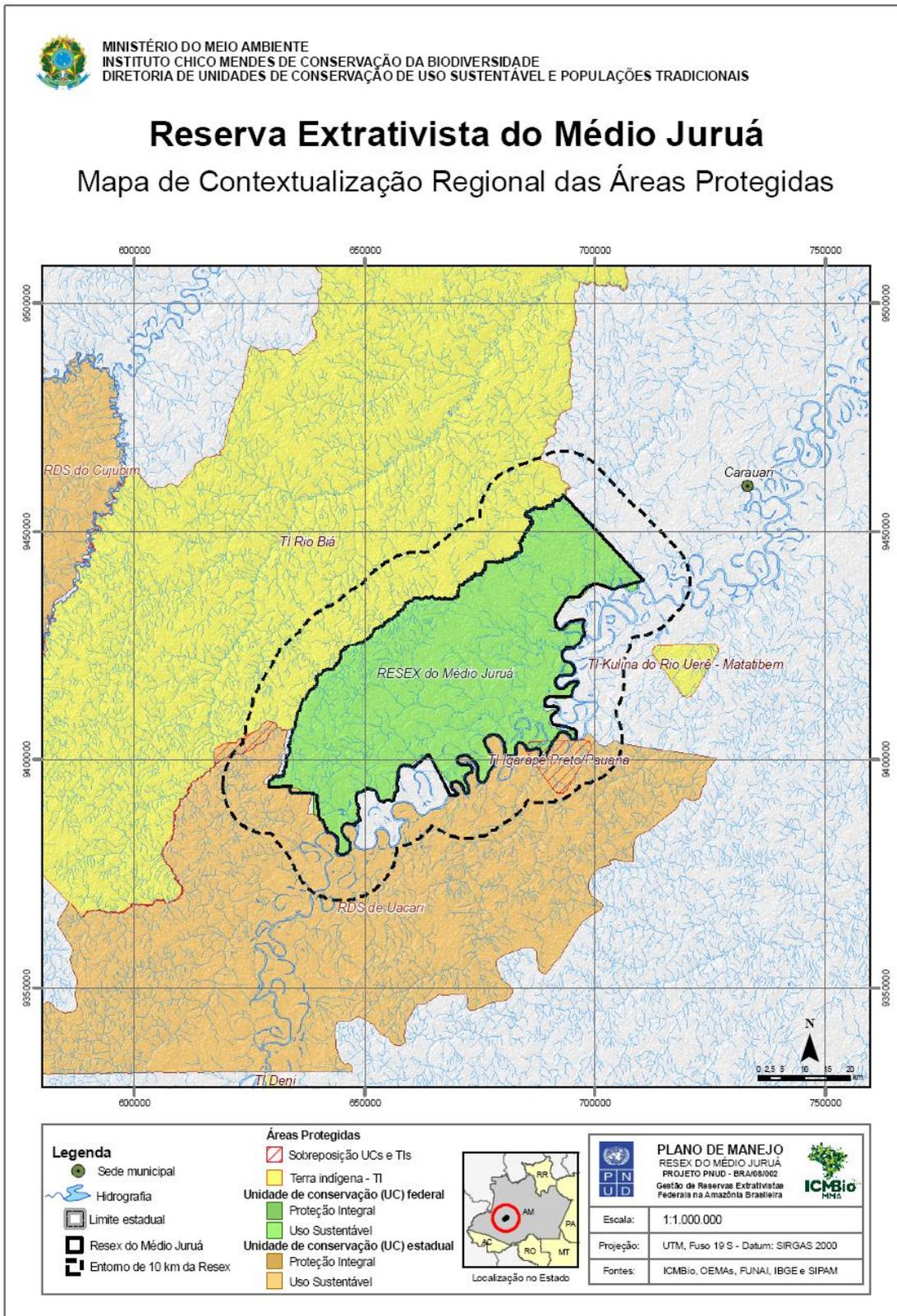
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
 INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
 DIRETORIA DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DE USO SUSTENTÁVEL E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Reserva Extrativista do Médio Juruá
 Mapa das Principais Modalidades de Extrativismo

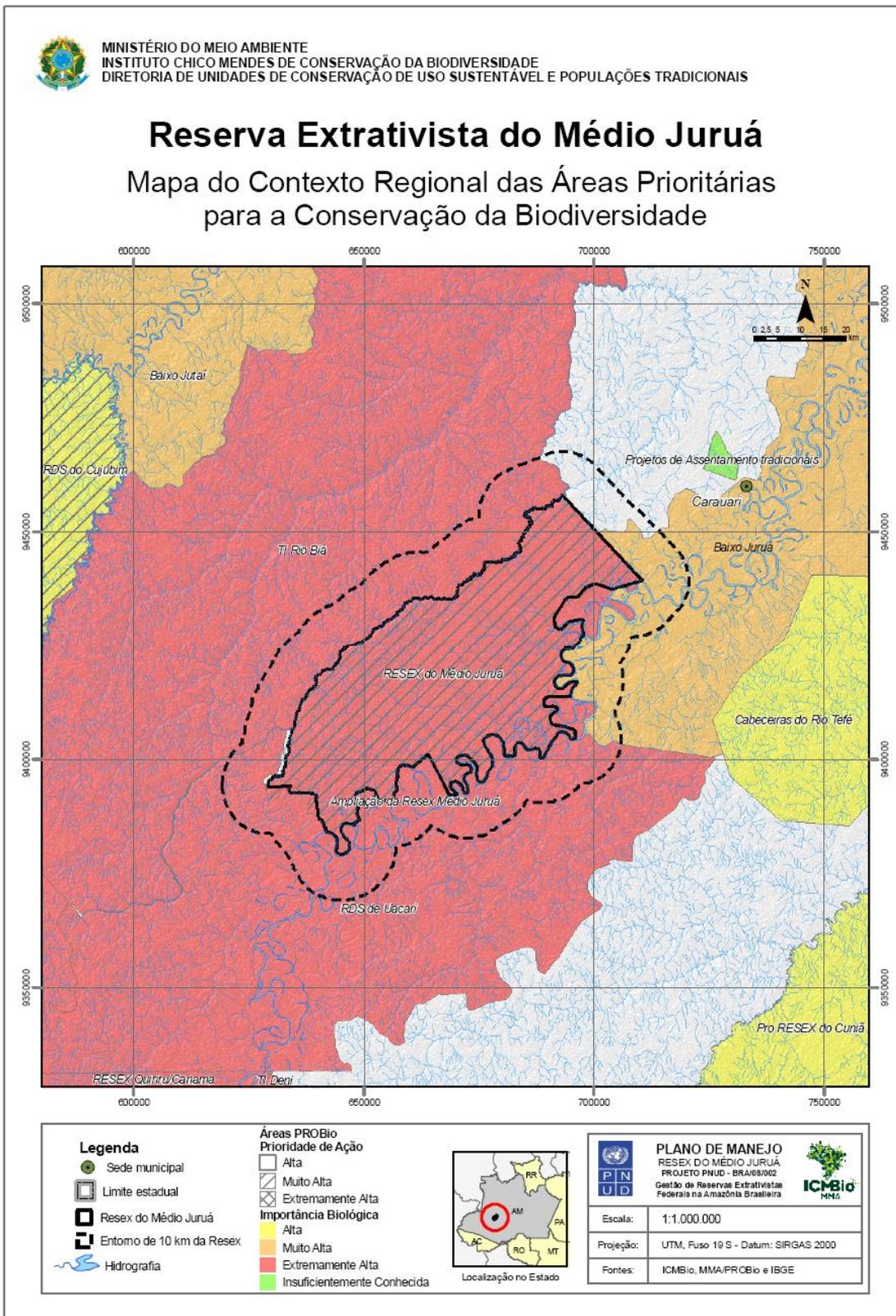


Legenda ● Sede municipal ● Comunidades / Localidades Hidrografia Resex do Médio Juruá Entorno de 10 km da Resex	Extrativismo ■ Andiroba ■ Andiroba e Murumuru ■ Andiroba, Murumuru e Ucuuba ■ Andiroba e Ucuuba ■ Cacau ■ Murumuru ■ Murumuru e Ucuuba ■ Ucuuba	 Localização no Estado	 PLANO DE MANEJO RESEX DO MÉDIO JURUÁ PROJETO PNUD - BRA/08/002 Gestão de Reservas Extrativistas Federais na Amazônia Brasileira
	Escala: 1:500.000 Projeção: UTM, Fuso 19 S - Datum: SIRGAS 2000 Fontes: ICMBio, ANA, IBGE e SIPAM		

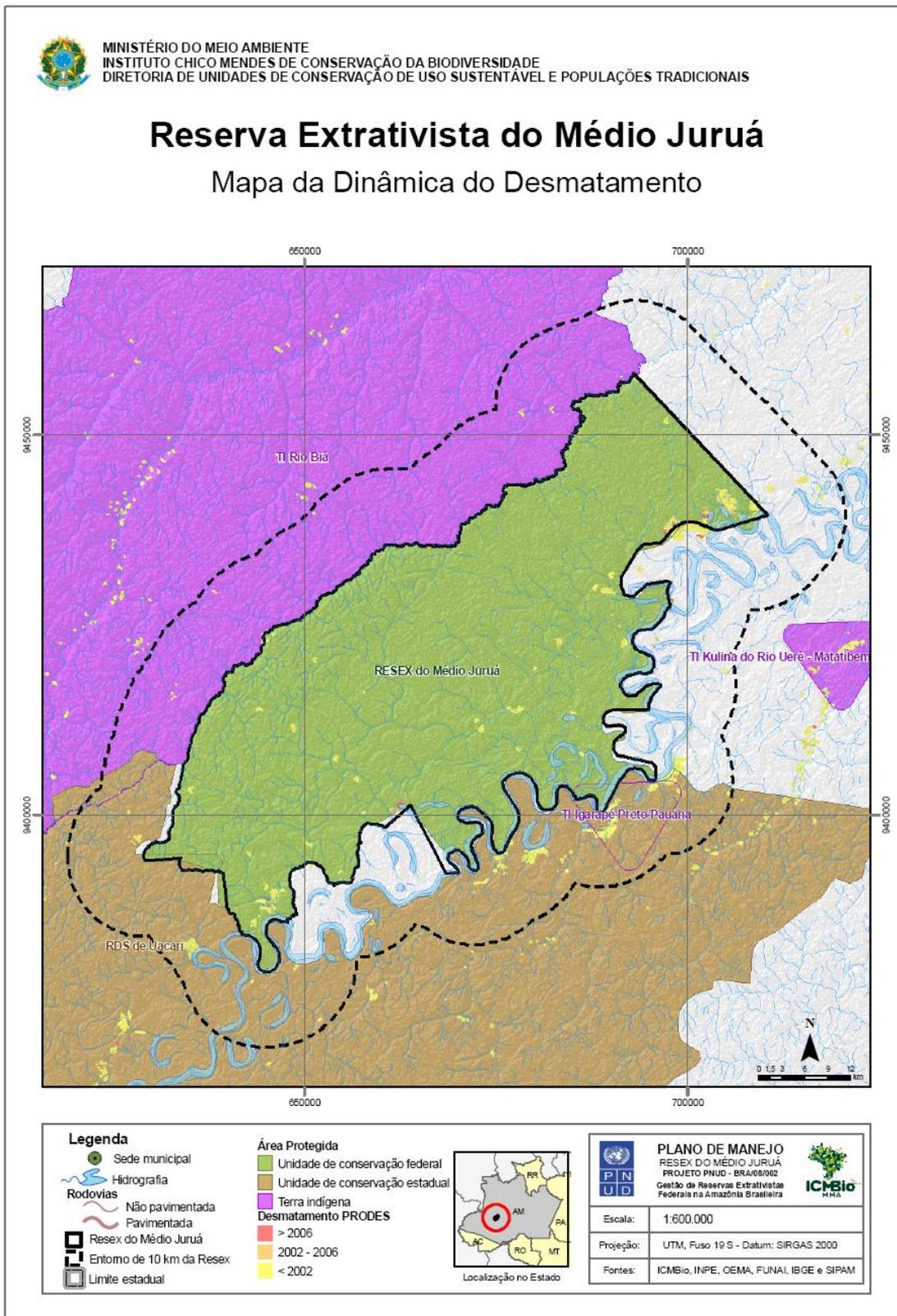
ANEXO J



ANEXO L



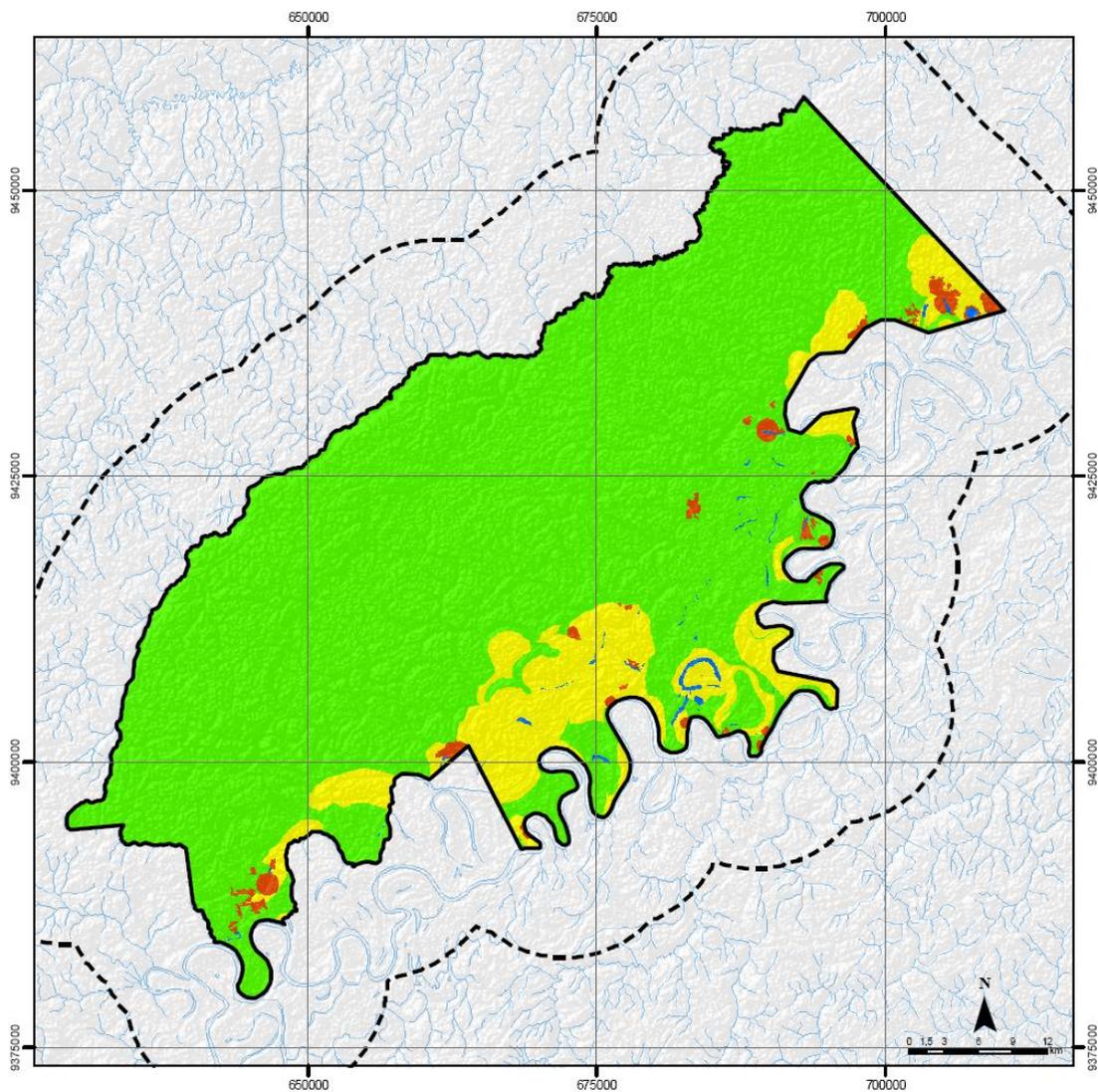
ANEXO M



ANEXO N

Reserva Extrativista do Médio Juruá

Mapa do Zoneamento ambiental

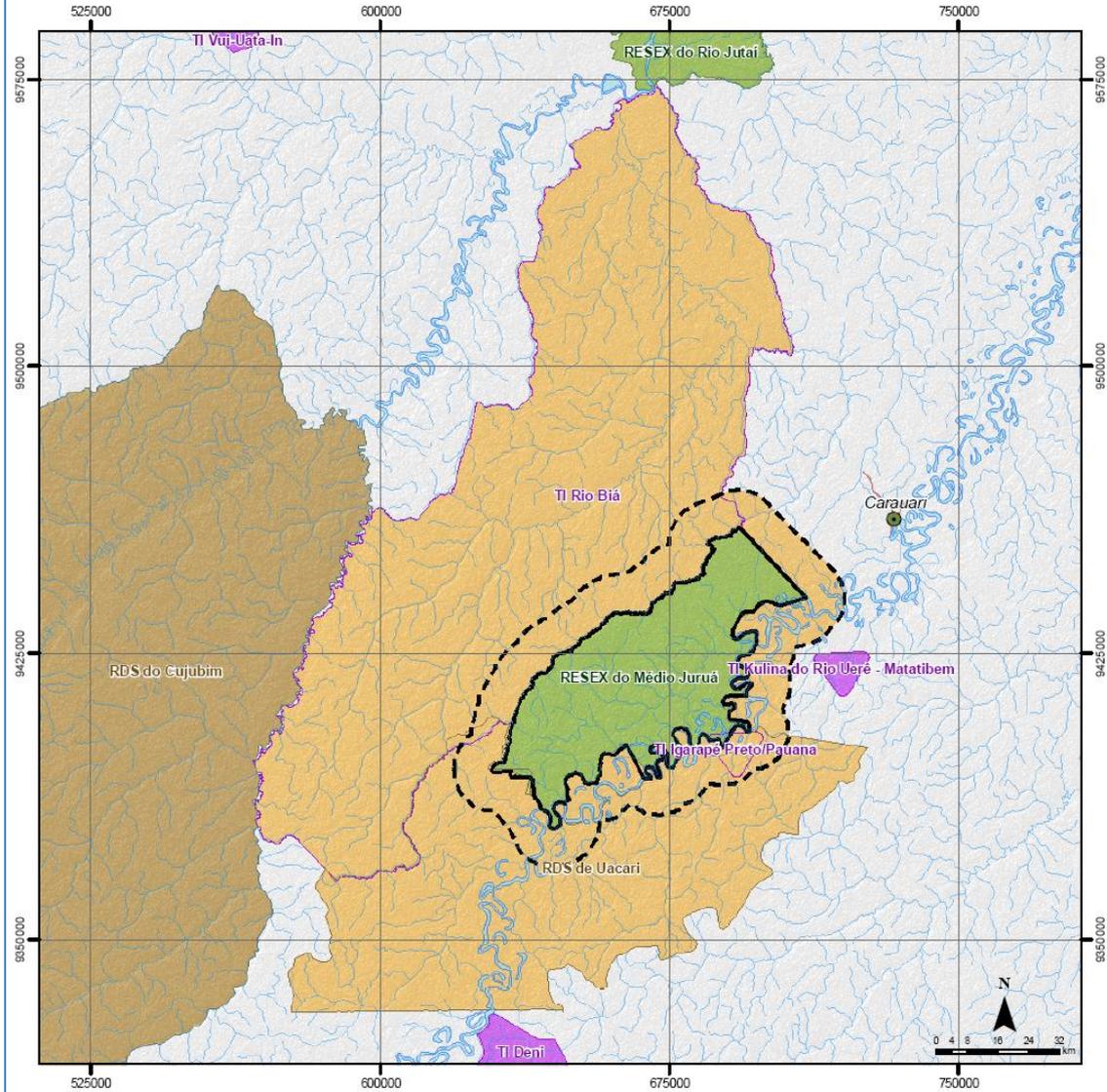


Legenda Hidrografia Resex do Médio Juruá Entorno de 10 km da Resex		Zoneamento ambiental Zona de extrativismo Zona de pesca Zona de preservação Zona de uso comunitário		 Localização no Estado	 PLANO DE MANEJO RESEX DO MÉDIO JURUÁ PROJETO PNUD - BRA/08/002 Gestão de Reservas Extrativistas Federais na Amazônia Brasileira
				Escala: 1:500.000	
				Projeção: UTM, Fuso 19 S - Datum: SIRGAS 2000	
				Fontes: ICMBio, IBGE e SIPAM	

ANEXO O

Reserva Extrativista do Médio Juruá

Mapa da Zona de Amortecimento



Legenda ● Sede municipal Hidrografia Rodovias Não pavimentada Pavimentada Limite estadual		Resex do Médio Juruá Entorno de 10 km da Resex Proposta de Zona de Amortecimento Área Protegida Unidade de conservação federal Unidade de conservação estadual Terra indígena	Localização no Estado	PLANO DE MANEJO RESEX DO MÉDIO JURUÁ PROJETO PNUD - BRA/08/002 Gestão de Reservas Extrativistas Federais na Amazônia Brasileira
Escala: 1:1.500.000 Projeção: UTM, Fuso 19 S - Datum: SIRGAS 2000 Fontes: ICMBio, OEMA, FUNAI, IBGE e SIPAM				

ANEXO P

HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DA RESEX DO MÉDIO JURUÁ

Este anexo apresenta os documentos em sequência cronológica e organizacional existentes no Processo nº 02001.001524/92-25 na Diretoria de Unidade de Conservação de Uso Sustentável – DIUSP, no ICMBIO. O Interessado do Processo é o Sr. João Derickx, cujo assunto: criação da Reserva Extrativista do Médio Juruá:

- Em 17/03/1992 foi protocolada uma carta encaminhada ao Sr. Iannuzzi do Pe. João Derickx da casa paroquial de Carauari – AM. O documento solicita posicionamento quanto a criação da RESEX e comentando do encontro do CNS em Rio Branco. Informa a necessidade urgente do posicionamento do IBAMA, pois alguns seringalistas estavam vendendo suas terras para empresas japonesas, como é o caso dos seringais Walterbury, Sebastião e Pupunhas.

Comenta ainda um contato que teve com a Sra. Sonia Regina L. Carvalho sobre o processo de preparação da placa bruta defumada da borracha e verifica a possibilidade da ocorrência de um curso para os seringueiros ensinando este método.

- Reserva Extrativista: uma Bandeira dos Povos da Floresta: Comenta sobre a luta dos seringueiros e a condição precária de vida, produção e existência. Cita o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros em Brasília em 1985, quando ‘começaram a desfraldar a bandeira das Reservas Extrativistas’.

Comenta sobre os requisitos de uma RESEX discutidos em 1988, em Curitiba, denominando CARTA DE CURITIBA.

O documento apresenta 4 itens: 1. Critérios para uma Reserva Extrativista; 2. Algumas vantagens de uma RESEX; 3. Necessidade de pesquisa nas Reservas Extrativistas; 4. Reserva Extrativista: sonho do médio Juruá.

Três elementos centrais e indispensáveis: existência de recursos naturais em condições de exploração; a presença de populações com tradição de utilização de florestas; a ação do poder público para legalizar essa forma específica de uso dos recursos naturais. Segundo este documento a criação da RESEX estava na lista para o ano de 1992, em função da ECO/92.

- Relatório de viagem: 23/04 a 08/05/92. Avaliação de áreas para criação de Reservas Extrativistas. Técnicos: Adalberto Iannuzzi Alves (CNPT – Brasília) e Frieda Fany Kotlar (CNPT – AM). Apresenta a síntese dos trabalhos executados no estado do Amazonas, visando a criação das RESEX do Lago Preto e do Médio Juruá. Comentando que a criação da RESEX é uma reivindicação antiga dos seringueiros e ribeirinhos que residem na área, com o apoio do CNS, Sindicato dos Trabalhadores Rural e do MEB.

Ocorreram várias reuniões com as lideranças que estavam pleiteando a criação da Reserva, os quais levantaram os seguintes problemas: situação fundiária (conflito e interesses econômicos), saúde e educação, produção e comercialização, transporte e armazenamento, criação da Reserva e descrição dos limites. Sugestões apresentadas no relatório pelo Sr. Iannuzzi: 1) realizar levantamentos necessários para a criação da RESEX (fundiário, sócio-econômico, etc.); 2) buscar junto ao Governo do Estado do Amazonas, entendimentos visando a criação da Reserva; 3) - solicitar apoio jurídico do Ministério Público –Procuradoria Geral da República e; 4) que o IBAMA/CNPT apoiem técnica e financeiramente a criação e consolidação da UC.

- Carta assinada pelo representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Carauari, pela Paróquia de Carauari e pelo MEB enviada ao IBAMA em 14/05/1992. Este documento solicita apoio do IBAMA para a realização dos levantamentos sócio-econômicos e biológicos da área, estudo planialtimétrico e geográfico e levantamento da situação fundiária

- Documento do Movimento de Educação de Base – MEB (década de 1990, não tem data): apresenta os aspectos geográficos da região de Carauari, aspectos culturais, religioso e político-social da região, o extrativismo da borracha. O documento destaca que a chegada a Petrobras no final da década de 1970 modificou o comportamento na cidade que não estava preparada para tal modificação em curto espaço de tempo. Muitos seringueiros incentivados pelo Governo, se deslocaram do interior na ilusão de melhores condições de vida. Várias empreiteiras que prestavam serviço para a Petrobras arregimentaram um número substancial de mão-de-obra barata oriunda do seringal. Estas empresas e a Petrobras permaneceram na cidade até 1989, quando se deslocaram

para Urucu e as pesquisas foram deixadas de lado. Das 10 empreiteiras existentes restaram apenas três, que recrutavam trabalhadores para atuarem em Urucu. O desemprego cresceu assustadoramente na cidade, com a desmobilização das empreiteiras, sendo que poucos conseguiram voltar para os seringais e muitos permaneceram na cidade executando serviços temporários (diarista ou outros serviços gerais com baixa remuneração). 1990 marca o início do processo de esvaziamento da cidade.

- Carta do Pe. João encaminhando a capa do seu livro e uma apresentação de Leonardo Boff.
- Carta do MEB de 23 de setembro de 1993 para o Iannuzzi, convidando para o encontro sobre a criação da Reserva que ocorreu entre os dias 19 e 21 de novembro. Informou ainda a saída do Pe. João e chegada do Pe. Daniel.

- Grito de Alerta dos Produtores de Carauari e Jutaí, em busca de alternativas para os problemas da região, de 13 de outubro de 1993, com 34 abaixo-assinados.

- Projeto ORSTOM/INPA. Extrativismo na Amazônia Central. Relatório de Pesquisa a Carauari. 22/08/92 a 05/09/92. Participantes: J. J. Delavaus, J-P. Lescure e F. Pinton. Projeto com apoio financeiro do MAB-UNESCO e da Comunidade Econômica Européia (CEE) – (observa-se que neste documento há partes apagadas não legíveis, cuja informações não puderam ser analisadas). Este documento aborda a situação do extrativismo e agricultura na região, aspectos sócio-econômicos e ecológicos. Analisaram o sistema de produção de duas comunidades Roque e Bom Jesus. Roque está modificando seu sistema de produção através do apoio do MEB (assessor Ademar da Silva Cruz). Informa que a atividade da EMATER limita-se próxima a área urbana no plantio de abacaxi, banana e caju. As famílias são sedentárias, diferente daquelas comunidades do rio Negro.

- Relatório de Atividades da equipe do INPA – ORSTOM: Arnaldo Carneiro Filho, Sylvia Bahri e Daniella Mitja. Relata a missão técnico-científica para a criação da RESEX, ocorrida entre os dias 29 de agosto e 9 de setembro de 1993.

Descrição das diferentes unidades do meio físico compreendidas entre as comunidades Gumo do Facão e Foz do rio Anaxiqui, supostos limites para futura UC.

Foram feitas nas comunidades do Roque e Paxiúba as cartografias das áreas de cultivo, estudos das práticas agrícolas e suas conseqüências na regeneração da vegetação e acompanhamento da produção de mandioca e macaxeira considerando o histórico dos roçados, as variedades cultivadas e as características dos solos.

Alguns experimentos foram acertados junto às comunidade do Roque: coleção de variedade de mandioca (Sr. Sabá), medição da produção de mandioca e macaxeira (Bi e Raimundo), plantio de várzea (Sr. Chico Velho)

- Carta do MEB de 27 de maio de 1994 para o IBAMA/CNPT. Informando a situação crítica dos seringueiros em função da falta de mercado para a borracha e solicitando treinamento de placa bruta defumada. Encaminha o relatório do último encontro organizado pelo STR que envolveu os municípios de Carauari e Jutaí. Convida o CNPT para a reunião que ocorreria entre os dias 9 e 11/06/1994. Assinada por Francisco Ademar da Silva Cruz. Anexo a carta há um mapa com a suposta área da reserva e o relatório do II Encontro dos Produtores de Jutaí e Carauari realizado em Jutaí entre os dias 28/04 e 01/05/1994 que contou com 83 participantes.

- I Encontro de Ribeirinhos do Município de Carauari, ocorrido entre os dias 19 e 22 de novembro de 1993, na comunidade de Pupuai. Havia representantes do MEB, CIMI, INPA, CNS, Câmara de Vereadores, Prefeitura de Carauari, Assembléia Legislativa, Sindicato do Trabalhadores Rurais e das seguintes comunidades: Gumo do Facão, Pupuai, Pupunhas, Juburi, Bom Jesus, Estirão de São José, Novo Belohorizonte, Tabuleiro, Xibauá, Mandioca e Roque. Na oportunidade foram discutidos os seguintes assuntos: venda da produção, compra de mercadoria, sistema de renda, direito da terra, preservação do meio ambiente, criação das organizações.

- Carta do CNPT/IBAMA, ofício nº 073/94 de 22 de agosto de 1994 ao MEB. Justificando os atrasos na criação da RESEX e informando a nomeação de novo representante para o CNPT no Estado. Informa que três pontos devem ser feitos de imediato: a definição do tamanho da reserva; atualização do estudo sócio-econômico e levantamento da situação fundiária. Solicita informações se o MEB pode colaborar nos estudos sócio-econômicos. Apresenta ainda um roteiro para tal estudo.

- Resposta do MEB ao CNPT/IBAMA, de 30/08/1994 informando a possibilidade de apoiar os estudos.
 - Ofício presidência do IBAMA nº 747/94 (de 24/10/1994) a Procuradoria Geral da Justiça, solicitando apoio da Procuradoria Geral da República e o aval das Procuradorias Gerais dos Estados nos levantamentos fundiários, com a designação de um Procurador para a realização deste trabalho.
 - Ofício nº 1255 do Ministério Público do Estado do Amazonas endereçado ao IBAMA indicando o Promotor de Justiça que participaria dos trabalhos do levantamento fundiário.
- Relatório de Viagem de Iannuzzi ocorrida entre os dias 05 e 18/10/1994. Objetivos: fazer uma primeira aproximação da situação fundiária da UC, definir o conjunto de comunidades que ficariam dentro da poligonal da Reserva, definir parâmetros para a realização do levantamento sócio-econômico e do laudo biológico e montar em conjunto com o POCOF, MEB e ASPROC o planejamento das atividades a serem realizadas. Resultados: 1. INCRA e IMA informaram que a área pretendida tinha poucos títulos definitivos, tendo o Governo do Estado arrecadado a grande maioria das terras. 2. Nas primeiras discussões a área proposta tinha 1,6 milhões de ha, que após várias discussões foi reduzido para cerca de 320.000 ha. 3. Os levantamentos necessários (laudos) serão desenvolvidos pelo CNPT/IBAMA, SUPES/AM, MEB, POCOF Carauari, ASPROC com apoio da Prefeitura. 4.
- Há uma fotocópia de mapa Folha SB.19-X-C do Ministério do Exército, escala 1:250.000, MIR-159.
 - Memorial Descritivo da Reserva Extrativista do Médio Juruá, assinado pelo geógrafo Eduardo Honório de Lacerda em 06 de março de 1995, apontando um perímetro aproximado de 341.100 m e uma área total aproximada de 107.898 há.
 - Laudo Biológico da RESEX, assinado por Nelson Castro Chada (Engº. Agrônomo do IBAMA/CNPT/PA) e Antonio Neri de Oliveira (Engº de Pesca do IBAMA/SUPES/AM) de novembro de 1994. Parte integrante do processo de criação da Resex, foi realizado em atendimento a solicitação das populações tradicionais que habitavam a região quando da realização do pleito, principalmente, seringueiros, pescadores artesanais e pequenos agricultores. O laudo biológico visava atender a portaria 51N do IBAMA que estabelecia os procedimentos de criação de Reserva Extrativista e assegurar aos moradores da área sua sobrevivência, garantidas pelo direito de uso da terra, da flora e da fauna existente.
- O estudo indica que a vegetação existente é floresta tropical densa com presença de seringueira, louro, virola, e sumaúma. Com base em entrevista com os moradores foram traçados o seguinte potencial de exploração extrativista:
- Seringueira (*Hevea Brasiliensis*): 12.000 ton/ano
 Ouricuri: 800.000 l/ano
 Andiroba (*Garapa guianensis*): 500.000 l/ano
 Copaíba (*Copaifera* sp): 300.000 l/ano
 Amapá (*Parahancornia amapa*): 200.000 l/ano
 Virola (*Virola surinamensis*): 20 ton/ano
 Açaí (*Euterpe precatória*): 14.500 latas/ano
- O açaí encontrado na região não perfila. Para a fauna, o relatório menciona que há uma ‘quase’ ausência de prática de caça de sobrevivência, exceção feita para quelônios existentes na região. Destaca que os quelônios sofrem intensa perseguição na região, cujos barcos vem de Manaus para capturar estes animais.
- Segundo informações do MEB, quando do laudo biológico, existiam cerca de 300 famílias dentro da área de estudo.
- O laudo biológico apresenta uma lista de espécies de peixes (Tabela 1), porém deverá ser olhada com cuidado, com relação a nome científico e equívocos uma vez que inclui peixe-boi na lista de ictofaua, animal que é mamífero aquático, pertencendo a outro grupo zoológico.

Tabela 1 – Lista de espécies de peixes apresentada no Laudo Biológico realizado em 1994 e transcrita aqui.

Nome vulgar	Nome científico
Acará-açu	<i>Astronotus ocellatus</i>

Nome vulgar	Nome científico
Aracu	<i>Leporinus</i> sp
Aruanã	<i>Osteoglossum bicirrhosum</i>
Bodó	<i>Hipotomus</i> sp
Branquinha	<i>Potamorhina altamaronica</i>
Cascuda	<i>Psectrogaster amazonica</i>
Curimatã	<i>Prochilodus nigricans</i>
Frecheira	<i>Hemiodus unimaculatus</i>
Juraqui	<i>Semaprochilodus knesi</i>
Mandi	<i>Pimelodus blochii</i>
Matrinchã	<i>Brycon</i> sp
Pacu	<i>Myleus</i> sp
Parapitinga	<i>Piaractus brachipomus</i>
Peixe-boi	<i>Trichechus inunguis</i>
Pescada	<i>Plagioscion</i> sp
Piraíba	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>
Piramutaba	<i>Brachyplatystoma vaillanti</i>
Piranha	<i>Pygocentrus natteroni</i>
Pirarara	<i>Phractocephalus hemilipterus</i>
Pirarucu	<i>Arapaima gigas</i>
Sardinha	<i>Tripottheus elongatus</i>
Surubim	<i>Pseudoplatystoma fasciatum</i>
Tambaqui	<i>Colossoma macropomum</i>
Tamuatá	<i>Hoplosternum fasciatum</i>
Traira	<i>Hoplias malabaricus</i>
Tucunaré	<i>Cichla</i> sp

Fonte: Processo nº 02001.001524/92-25

- Estudo Sócio-econômico (área proposta para a Reserva Extrativista do Médio Juruá – Carauari/AM) de Rafael Pinzón Rueda, elaborado em abril de 1995. O estudo fez levantamento sócio-econômico nos seguintes seringais: Providência (localidade: Gumo do Facão), Pupunha (localidades: Pupuai, Pupunha e Roque), Monte Cristo (localidades: Monte Cristo e Imperatriz), Deus é Pai (Bom Jesus, Estirão do São José, Bauana – Novo Belohorizonte, Deus é Pai), Pão (urucu e Pão), Marimari (Tamanduá, Idó e Marimari), Manariã (Manariã, Chué e Conquista), Moradanova (Samaúma, Porto Neri, Morada Nova e Paraíso), Paxiúba (Liberdade, Paxiúba e Tabuleiro). Este estudo aproveitou cinco levantamentos feitos na área proposta para a criação da Resex:

- questionários preparados pelo CNPT e aplicados em campo pelo MEB em outubro de 1994;
- Estudo elaborado por Arnaldo Carneiro Filho, em 1993, intitulado ‘Contribuição à Criação da RESEX Médio Juruá’;
- Relatório da missão a Carauari feito por Catherin Aubertin, Florence Pinton e Juan Paul Lescure do Programa ORSTOM/INPA em setembro de 1993, que foi encomendado pelo CNS e teve como objetivo avaliar as condições sócio-econômicas de viabilidade para criação de uma reserva extrativista no município de Carauari. A Universidade de Paris, mediante o programa acima citado realizou pesquisa sobre o extrativismo na Amazônia Central no início da década de 1990. Conclusões: recomenda a criação da RESEX como garantia para assegurar o direito aos pequenos produtores de controlar os recursos florestais, com o favorecimento de 6 pólos de agrupamento que existiam na futura reserva.
- Juruá, rio que Chora, João Derickx, 1992. Apresenta o testemunho dos missionários;
- Estudo da área feito por Edward Albert Whitesell para sua tese de doutorado em 1990.

Apresenta carta enviada ao IBAMA de 9 de janeiro de 1991 e assinada por todos os participantes da Assembléia: bispo, padres, religiosos e lideranças comunitárias. Neste documento denunciam as agressões ao meio ambiente que tem ocorrido na região dos rios Solimões, Japurá, Juruá, Jutai,

apontando o nome dos seguintes pesqueiros: Marinete, Costa e Silva, Aparecida do Norte, Murutinga e Célio.

- Memo 251/1995/CNPT de 20 de junho de 1995 do Chefe do CNPT Sr. Rafael Pinzón Rueda ao Membro da Comissão Sr. Claudio Josué Givoni Picanço remetendo a documentação referente à criação da RESEX. Há também datilografado e escrito a mão um pedido de criação da RESEX dos moradores do Médio Juruá das comunidades Gumo do Facão, Pupuaí, Roque, Imperatriz, Bom Jesus, Estirão de São José, Bauana, Barreira do Idó, Manariã, Morada Nova e Paxiúba. Este pedido apresenta as potencialidades de extrativismo da área pleiteada e contém 130 assinaturas.

- Parecer técnico favorável a criação da RESEX emitido por Elísio Márcio de Oliveira, membro da Comissão das Populações Tradicionais encaminhado em 13 de junho de 1995, mediante Memo nº 08/95. Neste documento há um breve histórico de todas as ações, correspondências e eventos realizados que colaboraram com a avaliação e o parecer. Recomenda ainda que o Estado promova ações de co-gestão para administração da área.

- Há uma minuta de Ofício- GABIN/IBAMA Sn/96, com o nome do presidente do IBAMA Raul Julgmann submetendo ao Ministro Gustavo Krause a exposição de motivos e decreto de criação da RESEX do Médio Juruá. Nesta exposição é citado o Decreto nº 98.897 de 30 de janeiro de 1990, a área proposta, suas características físicas e biológicas e notadamente sociais. Apresenta também, em linhas gerais, quais motivações que legitimaram a criação da RESEX, em especial, os movimentos sociais e ambientalistas ligados ao MEB, CNS INPA, EMATER e IBAMA. Destaca que a criação da reserva beneficiará cerca de 1.200 moradores.

- Solicitação do Procurador Autárquico à época Dr. Sebastião Azevedo a realização de avaliação para determinar o valor da terra nua e das benfeitorias indenizáveis, levantamento da situação dominial do imóvel com certidões atualizadas de matrículas/registros, ônus e gravames e levantamento da cadeia sucessória, a fim de verificar a origem do título, sua autenticidade e legitimidade.

- Memo 167/96/CNPT de 15 de março de 1996, solicitando ao Superintendente do IBAMA do Amazonas, Sr. Hamilton Casara o repasse de recursos financeiros para a ASPROC, mediante convênio, para apoiar as populações residentes na área proposta para criação da RESEX. A correspondência menciona ainda o compromisso da Prefeitura em ceder uma área para a implantação de uma usina de beneficiamento de borracha. Solicitando que a SUPES/AM acompanhe esta discussão, uma vez que o IBAMA cedeu à Prefeitura o armazém de sua propriedade com o compromisso daquela prefeitura fazer a doação da área para a usina.

- Memo 309/96/CNPT de 26 de abril de 1996, encaminhando a SUPES/AM orientações e documentos com vistas ao levantamento fundiário e documental da RESEX. Solicita ainda apoio para acelerar o processo de documentação da ASPROC para a oficialização de um convênio com o IBAMA.

As orientações e encaminhamentos a serem adotados pela SUPES em maio de 1996 previam: 1) definição do valor da 'terra nua' no município de Carauari; 2) levantamento junto ao ITERAM – Instituto de Terras do Amazonas, para realização dos títulos incidentes na área da Resex; 3) Levantamento dos títulos nos cartórios; 4) avaliação das benfeitorias indenizáveis; 5) participação da ASPROC e demais entidades de base. O documento apresentava também uma relação das propriedades conforme levantamentos preliminares junto ao ITERAM, constando os nomes de 7 imóveis que somavam uma área aproximada de 44.300 há.

- Em 15 de maio de 1996, o Banco do Brasil de Carauari remete ao IBAMA o valor venal do hectare de imóveis localizados na zona rural, sendo que a mata virgem valia à época R\$ 80,00 e a terra com benfeitorias R\$ 200,00.

No processo de criação, entre as folhas 222 e 262 há várias correspondências emitidas pelo Sr. Mário Lucio da Silva Reis apresentando informações fundiárias, de benfeitorias sobre as propriedades e localidades que compunham a área proposta para a criação da RESEX, como também certidões oficiais de registro de imóveis.

Em 21 de agosto de 1996, em carta encaminhada ao Presidente da República, Presidente do IBAMA, Superintende do IBAMA e Ministro do Meio Ambiente, o MEB solicita a decretação da RESEX, apresentando informações sobre a região e a situação crítica em que os produtores se encontram.

Em 09 de setembro de 1996, o Despacho da PROGE do Dr. Uiracy Araujo, sugere que o processo seja encaminhado ao MMA para apreciação.

O Parecer nº 759/MMA/CONJUR/COAJ/96 sugere o envio do processo ao gabinete do Sr. Ministro de Estado do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal para conhecimento e providências, visando ao encaminhamento à presidência da república.

Em 18 de dezembro de 1996, mediante aviso nº 356/MMA/GM, o ministro Gustavo Krause encaminha ao Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República o projeto de criação da RESEX, acompanhado da exposição de motivos, para consideração.

O Ofício nº 68/MMA de 18 de dezembro de 1996, assinado pelo Ministro Gustavo Krause apresenta a exposição de motivos e uma minuta de decreto de criação da RESEX do Médio Juruá, cujo objetivo é 'garantir a exploração auto-sustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis tradicionalmente utilizados por população extrativista do Município de Carauari'.

ANEXO Q

PLANO DE MANEJO DA RESERVA EXTRATIVISTA DO MÉDIO JURUÁ - AM
CRONOGRAMA FÍSICO

Atividades/Programa de manejo	Ano I /trimestres				Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	1º	2º	3º	4º				
Programa de Qualidade de Vida e Cidadania								
Subprograma de Saúde								
-Incentivar o uso das plantas medicinais da região na prevenção e tratamento de doenças. Deverão ser realizados cursos de capacitação dos agentes de saúde e de comunitários sobre o conhecimento popular e uso das plantas medicinais no tratamento e prevenção doenças, de modo a diminuir a dependência de medicamentos industrializados			X	X	X	X	X	X
-Realizar campanha de prevenção de doenças e promoção da saúde dos moradores da área. Em articulação com a Secretaria Municipal de Saúde em Carauari buscar apoio e orientação no desenvolvimento de campanhas de prevenção. Abordagem dos assuntos como nutrição, saneamento básico e disposição adequada de resíduos sólidos e líquidos	X	X	X	X	X	X	X	X
Promover capacitação dos agentes de saúde e comunitários para melhorar o atendimento da população de ambas as reservas. Deverá ser buscada a parceria com a Secretaria de Saúde para apoiar a realização desta atividade			X	X	X	X	X	X
Realizar capacitação das parteiras da Resex e RDS para o uso de plantas medicinais e conhecimentos populares no tratamento dos comunitários			X	X	X	X	X	X
Realizar interlocução junto à Secretaria de Saúde, verificando a possibilidade de aumentar a quantidade de agentes de saúde nas comunidades da Resex e da RDS			X	X	X	X	X	X
Realizar reunião com a Secretaria de Saúde para trabalho integrado dos agentes de saúde da Resex e RDS, desenvolvendo um plano específico em função das distâncias e tamanho das comunidades/localidades a serem atendidas	X			X	X	X	X	X
Realizar junto à UEA, no caso a Faculdade de Saúde contato com os diretores dos cursos de medicina, enfermagem e farmácia, para verificar a possibilidade de ações de extensão como estágios de conclusão de curso promovendo ações de atendimento à saúde nas comunidades			X	X	X	X	X	
Realizar contato com a Marinha em Manaus para conhecer o calendário de atendimento na região da Reserva e incluir novas comunidades nos planos de atendimentos			X	X	X	X	X	X
Apoiar ações em conjunto com a Amaru e SDS, objetivando a implementação para o uso da lancha de emergência na locomoção de doentes para a cidade (casos graves).			X	X	X	X	X	X
Apoiar ações junto às Secretarias de Saúde Municipal e Estadual para melhoria da estrutura dos postos de saúde das comunidades e abastecimento destes com remédios			X	X	X	X	X	X
Realizar interlocução com instituições que desenvolvem remédios e inseticidas com base em recursos naturais da			X		X	X	X	X

Atividades/Programa de manejo	Ano I /trimestres				Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	1º	2º	3º	4º				
região;								
Realizar cursos e divulgação de práticas nutricionais com o uso de alimentos alternativos e formas diferenciadas de preparo					X	X	X	X
Apoiar ações da FUNASA e FVS no combate à malária junto as comunidades			X	X	X	X	X	X
Subprograma Educação								
-Realizar diagnóstico da situação e demandas de ensino nas comunidades da Resex. Deverá ser realizado um levantamento do número de alunos em idade escolar por comunidade e localidade, de modo a apresentar este diagnóstico à Secretaria de Educação, com vistas a sanar as demandas de salas de aula, professores e séries	X							
- Apoiar ações em conjunto com os parceiros objetivando efetivar o ensino médio na Resex e cursos profissionalizantes para jovens com ensino médio (2º grau) completo.	X							
-Participar da discussão sobre a escola familiar rural. Ações para implantação da escola familiar rural deverão ser discutidas junto às instituições e lideranças locais		X			X	X	X	X
-Ações para implantação da escola familiar rural deverão ser discutidas junto às instituições e lideranças locais	X				X	X	X	X
-Buscar informações junto a UFAM, INPA e UEA a possibilidade de implementar cursos técnicos na região de Carauari, com prioridade aos alunos oriundos das populações tradicionais. Buscar apoio junto ao programa nacional de educação no campo	X	X	X	X	X	X	X	X
-Integrar as ações de promoção da educação considerando as peculiaridades, das áreas de conservação e costumes das populações tradicionais da região					X	X	X	X
-Realizar em conjunto com a Secretaria de Educação do município ações de capacitação dos professores, visando orientar as comunidades no desenvolvimento de ações preventivas de saneamento básico, higiene, nutrição e disposição adequada de resíduos sólidos e líquidos. Recomenda-se identificar comunitários para formá-los e estes serem multiplicadores nos temas	X				X	X	X	X
-Promover em parcerias ações de disseminação e projetos de educação ambiental na Resex	X				X	X	X	X
Subprograma de saneamento básico								
-Proporcionar ações de orientações a realização da coleta seletiva, reciclagem, reaproveitamento e reutilização de resíduos. Em função da necessidade de destinação adequada aos resíduos gerados nas comunidades e localidades, deverão ser inicialmente desenvolvido ações educativas em conjunto com as escolas e as comunidades	X				X	X	X	X
-Articular com o Inbra a construção de poços artesianos nas comunidades	X				X	X	X	X
-Para viabilizar a coleta de água da chuva, sugere-se a readequação da estrutura das casas adaptando as calhas para esta ação	X				X	X	X	X
-Apoiar as ações de implantação e manutenção do projeto de saneamento básico patrocinado pela Petrobrás em 2 comunidades da Resex. Propiciando visitas técnicas as comunidades de São Raimundo e Imperatriz visando a orientação quanto ao uso do aterro sanitário e estender esta experiência para as demais comunidades da Resex	X				X	X	X	X
-Realizar campanha de orientação das comunidades para melhorar as condições sanitárias das criações de animais domésticos, em especial, de suínos, bovinos e marrecos, de modo a evitar problemas de contaminação nas áreas ao	X				X	X	X	X

Atividades/Programa de manejo	Ano I /trimestres				Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	1°	2°	3°	4°				
redor das casas								
-Desenvolver em conjunto com as lideranças comunitárias, projeto de ‘posse responsável’ dos cães e gatos domésticos. Estes cuidados implicam em uso de vermífugos e medicamentos para manter os animais saudáveis, também a coleta das fezes dos animais nos passeios das comunidades, evitando o contato com as crianças e transeuntes, campanha de vacinação contra raiva e controle reprodutivo	X				X	X	X	X
-Proporcionar ações de orientações a realização da coleta seletiva, reciclagem, reaproveitamento e reutilização de resíduos. Em função da necessidade de destinação adequada aos resíduos gerados nas comunidades e localidades, deverão ser inicialmente desenvolvido ações educativas em conjunto com as escolas e as comunidades;					X	X	X	X
-Articular com o Inbra a construção de poços artesianos nas comunidades	X				X	X	X	X
-Para viabilizar a coleta de água da chuva, sugere-se a readequação da estrutura das casas adaptando as calhas para esta ação	X	X	X	X	X	X	X	X
-Apoiar as ações de implantação e manutenção do projeto de saneamento básico patrocinado pela Petrobrás em 2 comunidades da Resex. Propiciando visitas técnicas as comunidades de São Raimundo e Imperatriz visando a orientação quanto ao uso do aterro sanitário e estender esta experiência para as demais comunidades da Resex	X	X	X	X	X	X	X	X
-Realizar campanha de orientação das comunidades para melhorar as condições sanitárias das criações de animais domésticos, em especial, de suínos, bovinos e marrecos, de modo a evitar problemas de contaminação nas áreas ao redor das casas								
-Desenvolver em conjunto com as lideranças comunitárias, projeto de ‘posse responsável’ dos cães e gatos domésticos. Estes cuidados implicam em uso de vermífugos e medicamentos para manter os animais saudáveis, também a coleta das fezes dos animais nos passeios das comunidades, evitando o contato com as crianças e transeuntes, campanha de vacinação contra raiva e controle reprodutivo								
Subprograma de Comunicação								
-Articular com SEDUC a disponibilização ao acesso a internet para as comunidades além do horário de aula					X	X	X	X
-Apoiar a promoção de ações de capacitação dos comunitários para acessar a rede de internet	X				X	X	X	X
-Articular a apresentação de projeto de inclusão digital (telecentros), em conjunto com o CNS e o apoio da Secretaria de Educação para as comunidades da Resex								
-Apoiar a implementação de um sistema de radiofonia para a Resex	X				X	X	X	X
-Promover a capacitação para operar o sistema de radiofonia como também para a realização de pequenos reparos de modo a garantir o funcionamento	X				X	X	X	X
-Articular com governo estadual através do governo municipal implantação de pontos de acesso a internet nas comunidades da Resex	X				X	X	X	X
-Buscar a instalação de telefone público nas comunidades ainda não atendidas, mediante contato com parcerias	X				X	X	X	X
-Realizar campanha de divulgação do Plano de Manejo e o Plano de Utilização da Resex para o público externo e interno destacando os projetos e iniciativas de sucesso.	X							
Subprograma de Habitação								

Atividades/Programa de manejo	Ano I /trimestres				Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	1º	2º	3º	4º				
-Propor a mudança do tipo de telha utilizado na cobertura do telhado, com vistas a melhoria das condições térmicas no interior das habitações. E proporcionar orientar técnicas quanto a construção das casas e as instalações sanitárias	X				X	X	X	X
-Acompanhar o processo de construção e reforma das casas nas comunidades, orientando que deve ser priorizado o uso de madeira de lei e oriundas do plano de manejo florestal	X				X	X	X	X
-Fazer levantamento dos comunitários que saíram da Reserva, e que as casas estão fechadas, analisando o repasse a outras famílias que estejam necessitando	X				X	X	X	X
-Orientar os comunitários quanto a necessidade de comunicar ao ICMBio e Asproc a saída do local de moradia, independente do destino	X				X	X	X	X
-Propor a mudança do tipo de telha utilizado na cobertura do telhado, com vistas a melhoria das condições térmicas no interior das habitações. E proporcionar orientar técnicas quanto a construção das casas e as instalações sanitárias					X	X	X	X
Subprograma de Energia								
-Encaminhar documentos aos governos federal e Estadual solicitando prioridade na inclusão da Resex no programa de acesso à energia, de modo a ampliar o fornecimento de energia para as comunidades da UC;	X				X	X	X	X
-Buscar alternativas e soluções considerando a possibilidade do uso de células fotovoltaicas (energia solar)	X				X	X	X	X
-Articular com o governo municipal ações visando uma política de subsídios na aquisição do óleo diesel, utilizado nas atividades produtivas de geração de renda na Resex	X				X	X	X	X
-Solicitar a prefeitura a manutenção dos motores geradores de energia das comunidades da Resex que demandem tais serviços	X				X	X	X	X
-Realizar curso de capacitação para formação de mecânicos e eletricitistas voltados aos comunitários								
Subprograma de Transporte								
-Apoiar ações de discussão visando a criação de um sistema de transporte na Resex em conjunto com as comunidades e instituições parceiras, definido os papéis e ações de cada. Esta discussão deverá resultar de uma articulação da Asproc de modo a promover um sistema eficiente dos comunitários. Sugere-se ainda o envolvimento da Câmara dos Vereadores, Prefeitura de Carauari, Asproc e Amaru para melhor aproveitar a estrutura atual de transporte na região. E também para viabilizar o transporte fluvial de agentes de saúde e de pacientes em casos graves para a Carauari					X	X	X	X
-Apoiar ações que viabilize a construção da estrada entre as comunidades do Roque e a Nova Esperança	X				X	X	X	X
Subprograma de Esporte, Cultura e Lazer								
-Apoiar ações da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, da Secretaria Assistência Social e de Saúde visando a realização de atividades sociais nas comunidades	X				X	X	X	X
-Apoiar a realização de um encontro de jovens, visando a elaboração de cronograma com ações de mobilização e efetiva participação deste grupo nas atividades do subprograma. Apoiar as iniciativas de organização dos jovens de São Raimundo	X				X	X	X	X
-Apoiar ações do curso de educação física da UEA para o grupo de jovens	X				X	X	X	X
-Apoiar a criação e promoção das olimpíadas comunitárias					X	X	X	X

Atividades/Programa de manejo	Ano I /trimestres				Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	1º	2º	3º	4º				
-Apoiar a elaboração e divulgação de um calendário de atividades culturais correlatas às atividades produtivas e extrativistas, festivais, eventos esportivos. E buscar parcerias para viabilizar as atividades	X				X	X	X	X
-Apoiar e promover ações que incentivem o resgate de músicas, poesias, histórias, brincadeiras, artesanato, que foram e são desenvolvidas nas comunidades (levantamentos), passado distante e próximo	X				X	X	X	X
-Apoiar o fortalecimento das organizações já existentes e fomentar a criação de outras, como por exemplo, de mulheres, jovens, idosos, etc.	X				X	X	X	X
-Buscar parcerias para implantar espaços esportivos nas comunidades	X				X	X	X	X
-Apoiar ações da Secretaria de Esporte, Cultura e Lazer, da Secretaria Assistência Social e de Saúde visando a realização de atividades sociais nas comunidades	X				X	X	X	X
-Apoiar a realização de um encontro de jovens, visando a elaboração de cronograma com ações de mobilização e efetiva participação deste grupo nas atividades do subprograma. Apoiar as iniciativas de organização dos jovens de São Raimundo	X				X	X	X	X
Programa de Sustentabilidade								
Subprograma da Pesca								
-Realizar ações integradas entre ICMBio, CEUC, SDS, SEMDESMA, COLPESCA, ASPROC, AMARU IBAMA, Secretaria de Produção, Câmara dos Vereadores do município, visando o ordenamento do uso dos recursos pesqueiros na região. Para tal atividade deve ser criado um Grupo de trabalho, com o compromisso de atuação em conjunto, e nos papéis de sua competência. Deverão participar do GT as instituições citadas acima e outras interessadas no tema	X				X	X	X	X
-Elaborar e realizar o plano de manejo da pesca na RESEX, a partir de 2011. Incluindo a realização de uma experiência da despesca do pirarucu	X				X	X	X	X
-Criar e capacitar o GT da pesca da RESEX, em conjunto com as lideranças	X				X	X	X	X
-Dar continuidade no estudo já realizado sobre o potencial pesqueiro na RESEX. Identificar as espécies mais importantes comercialmente e elaborar a implementação do calendário da pesca na RESEX	X				X	X	X	X
-Promover curso sobre a contagem de pirarucu e fazer a certificação dos contadores	X				X	X	X	X
-Colaborar na discussão sobre o ordenamento dos recursos pesqueiros na região	X				X	X	X	X
-Realizar acordos e a aplicação do PU onde existem conflitos entre comunitários quanto ao uso dos lagos. Como ex. para o uso do lago Redondo, com a participação das comunidades Pupaí, Novo Horizonte e Gumo do Facão	X				X	X	X	X
-Fomentar a proteção e manutenção dos lagos de preservação, realizando ações de vigilância nos lagos selecionada para o manejo					X	X	X	X
-Apoiar a realização de estudo de viabilidade da piscicultura em comunidades que sofrem escassez de alimentação em determinadas épocas do ano								
-Promover ações visando o beneficiamento e comercialização do pescado. Buscar parceria com a SEPROR/Carauari e a COLPESCA para esta atividade	X				X	X	X	X
Subprograma dos Recursos não Madeireiros								

Atividades/Programa de manejo	Ano I /trimestres				Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	1°	2°	3°	4°				
Oleaginosas								
-Implementar e dar continuidade ao plano de manejo das oleaginosas. Realizando as adequações técnicas junto ao IBAMA, e iniciar o monitoramento das áreas de coletas da andiroba e murumuru	X				X	X	X	X
-Identificar e estudar o potencial de outras espécies de oleaginosas como (copaíba, buriti, pataúá, tucumã), produção, benefício e mercado								
-Buscar apoio técnico e acordos de cooperação com as Universidades locais para o desenvolvimento destas atividades	X				X	X	X	X
-Apoiar a promoção da capacitação da CODAEMJ para a gestão administrativa e financeira. Devendo ser contempladas nesta ação a AANE, ASMAMJ e AMECSARA	X				X	X	X	X
-Buscar a parceria do SEBRAE para as ações de capacitação das organizações sociais agregando informações administrativas, organizacionais e contábeis					X	X	X	X
-Apoiar a elaboração de um estudo de viabilidade econômica do contrato de compra e venda do óleo de andiroba e a manteiga do murumuru								
Açaí								
-Realizar uma oficina na RESEX para identificar as comunidades que desejam participar do manejo de açaí					X	X	X	X
-Realizar o inventário florestal e mapeamento das áreas dos açazais nas comunidades, com estes dados elaborar o plano de manejo do açaí (potencial). Estabelecer e manter a área de manejo	X				X	X	X	X
-Criar GT do açaí e realizar o planejamento de suas atividades	X							
-Promover o intercâmbio com outras associações que fazem o manejo do açaí								
-Elaborar o plano de negócios do açaí, para analisar a viabilidade econômica da implantação de uma estrutura para beneficiamento e comercialização da produção	X				X	X	X	X
-Realizar planejamento das ações, de modo a implementar esta atividade em 2011	X				X	X	X	X
Meliponicultura								
-Realizar avaliação do motivo do fracasso da atividade já realizada em algumas comunidades e do projeto de meliponicultura na comunidade da Nova União. Durante as discussões foram selecionadas 4 (quatro) comunidades como prioritárias: Tabuleiro, Nova União, São Raimundo e Bauana (RDS Uacari)	X				X	X	X	X
-Buscar parceria para realizar reciclagem das comunidades interessadas na criação de abelha sem ferrão (meliponicultura). Fazer contato com associações de apicultores do Estado e instituição que promovem ações de capacitação: UFAM, INPA e etc..	X				X	X	X	X
-Promover a realização de intercâmbio com outras experiências bem sucedidas	X				X	X	X	X
-Apoiar o IDAM na implantação de uma unidade demonstrativa para produção de mel, buscando ações que promovam o cumprimento das normas técnicas exigidas para a comercialização do mel	X				X	X	X	X
Seringa								
-Apoiar ações de parceria visando orientação para melhoria e incremento da produção da borracha	X				X	X	X	X
-Apoiar ações que visem a busca de mercado para colocação da borracha, desenvolvendo o beneficiamento do	X				X	X	X	X

Atividades/Programa de manejo	Ano I /trimestres				Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	1º	2º	3º	4º				
produto								
-Estimular e identificar comunitários que queiram desenvolver a atividade, incluindo o público jovem								
-Apoiar ações de capacitação que visem às boas práticas e o fornecimento da borracha	X				X	X	X	X
Subprograma da Madeira								
-Realizar inventário das espécies florestais e da madeira caída (ICMBio/fase II). Deverá ser contratada uma consultoria especializada para a elaboração do plano de manejo da madeira, cujo termo de referência específico foi elaborado no âmbito deste planejamento								
-Elaborar um projeto experimental de uma marcenaria para beneficiamento da madeira, otimizando a produção de artesanato, pequenos objetos e móveis para funcionamento dentro da área da RESEX	X				X	X	X	X
-Elaborar um plano de negócios com participação das lideranças para analisar a viabilidade econômica da implantação de uma marcenaria dentro da RESEX	X				X	X	X	X
-Realizar uma oficina para identificar as comunidades que desejam participar do projeto de manejo da madeira caída					X	X	X	X
-Promover cursos de capacitação: de marcenaria (artesanato) e movelaria para os comunitários visando a execução das atividades de manejo da madeira	X				X	X	X	X
-Realizar treinamento em técnicas de manejo florestal para os comunitários interessados na atividade. Devendo ser abordados os aspectos legais sobre a legislação ambiental vigente e específica às ações de manejo florestal madeireiro comunitário	X				X	X	X	X
Subprograma de manejo de quelônios								
-Buscar informações junto ao PROBuc/CEUC e o Projeto 'Manejo Comunitário de Quelônios do Médio Rio Amazonas e Juruá - Pé-de-Pincha' das ações de monitoramento desenvolvidos na RDS e RESEX, com vistas a traçar um plano de manejo e conservação dos grupos de quelônios aquáticos para a região do Médio Juruá. E ainda avaliar a efetividade das ações da vigilância nas praias (tabuleiros)	X				X	X	X	X
-Fazer reunião de parceria entre as comunidades que tem praias de preservação em comum (tabuleiros), de modo que haja a divisão de tarefas e a co-responsabilidade nas ações de proteção das praias, como é o caso do Gumo do Facão, Pupaí, e Novo Horizonte	X				X	X	X	X
-Mobilizar e sensibilizar as comunidades para assumirem as responsabilidades sobre os tabuleiros de reprodução dos quelônios na RESEX	X				X	X	X	X
-Organizar as ações de proteção dos tabuleiros: selecionar os vigias, realizar a capacitação dos vigias, e as formas de registro das atividades desenvolvidas					X	X	X	X
-O ICMBio deve criar um programa de modo a apoiar e custear as ações de monitoramento das praias (tabuleiros) situados na área da RESEX	X				X	X	X	X
SUBPROGRAMA DE ANIMAIS SILVESTRES								
-Desenvolver o estudo da caça na área da RESEX. Deverá ser previsto um estudo de médio e longo prazo para conhecer quais as espécies que são caçadas, sazonalidade e estrutura populacional destas espécies, com vistas a	X				X	X	X	X

Atividades/Programa de manejo	Ano I /trimestres				Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	1º	2º	3º	4º				
manejar a caça de forma sustentável. Este estudo deverá envolver principalmente as comunidades maiores e ter áreas de controle para poder estabelecer padrões de densidade populacional de forma mais adequada. Buscar parceria das universidades								
-Promover reunião e acordos entre as comunidades para organizar ações de prática e uso da caça. Devem ser promovidas reuniões específicas entre comunidades próximas que tem conflitos com as práticas de caça adotada, como o uso do cachorro. Neste caso, especificamente, entre as comunidades de Roque e de Nova Esperança	X				X	X	X	X
-Divulgar as regras do Plano de Utilização para os comunitários, quanto às praticas da caça que são permitidas e proibidas					X	X	X	X
-Buscar parceria junto ao INPA e UFAM para dar continuidade no estudos da dinâmica populacional e estabelecimento de taxa de desfrute para o manejo do jacaré. Apoiar ações visando a possibilidade de realização do manejo do jacaré								
-Realizar visita de intercâmbio com outras áreas que estejam desenvolvendo o manejo do jacaré (RESEX do Lago do Cuniã e RDS Mamirauá). Em Rondônia está sendo implementado o manejo de jacaré na RESEX Cuniã, então deverá ser feito intercâmbio com vistas a conhecer a experiência e subsídios para as ações na RESEX do Médio Juruá	X				X	X	X	X
-Realizar divulgação em Carauari da Lei de Crimes Ambientais alertando para a proibição de práticas de caça comercial e esportiva no interior da RESEX por pessoas de fora da UC.					X	X	X	X
-Incentivar o manejo e a criação de abelhas nativas	X				X	X	X	X
SUBPROGRAMA DE AGRICULTURA FAMILIAR								
-Promover ações de capacitação e assistência técnica para melhoria da qualidade da produção das roças	X				X	X	X	X
-Promover ações para a diversificação e o desenvolvimento da agricultura familiar. Esta assistência consiste na capacitação e acompanhamento dos comunitários, a ser realizada em parceria com o IDAM e a SEPROR/Carauari					X	X	X	X
-Promover a organização das lideranças. Com a participação da ASPROC, devera ser realizada a organização das lideranças por comunidade e entre comunidades para a disseminação das práticas aprendidas	X				X	X	X	X
-Apoiar as ações de organização das lideranças visando novas formas de escoamento e comercialização da produção	X				X	X	X	X
-Buscar parceiros para abertura de novos mercados e colocação dos produtos, interagir com ASPROC e SEPROR/Carauari. Considerar a política de preços mínimos, envolvendo a CONAB nestas ações.	X				X	X	X	X
-Promover visita de intercâmbio em Tefé para conhecer as práticas de agricultura orgânica promovidas pela REATA								
-Contratação de consultoria especializada, para elaborar um programa de geração de renda para os moradores da RESEX do Médio Juruá, conciliando as atividades produtivas atuais e futuras. Deverá ser contratada uma consultoria especializada para a elaboração do programa de geração de renda para os moradores da RESEX, cujo termo de referência específico foi elaborado no âmbito deste planejamento.	X				X	X	X	X
-Apoiar a realização de curso de cultivo de plantas medicinais.	X				X	X	X	X

Atividades/Programa de manejo	Ano I /trimestres				Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	1º	2º	3º	4º				
-Buscar métodos alternativos para as queimadas de limpeza das roças	X				X	X	X	X
-Deverão ser buscados novos métodos alternativos ao uso de queimadas na limpeza dos roçados. Como também de práticas adequadas para fazer a queima controlada, evitando danos maiores no entorno dos roçados.					X	X	X	X
-Buscar alternativa de recuperação e melhoria das áreas de roças e capoeiras que não estão sendo mais utilizadas. Criar e incrementar área experimental de SAF. Nestas áreas poderão ser realizados os sistemas agroflorestais – SAF para uso futuro e alternativas produtivas de alimentos na Reserva. Além disso, esta prática é indicada como adequada para promover a recuperação do solo de roçados em pousio	X				X	X	X	X
Subprograma de Pesquisa e Monitoramento								
-Realizar avaliação ecológica rápida na RESEX								
- Realizar pesquisa e estudos sobre a caça na região, visando ações de manejo								
-Implantar um banco de dados das comunidades, mantendo-o atualizado	X	X	X	X	X	X	X	X
-Neste banco, deverão ser inseridas as informações sobre produtividade e produtos de extrativismo	X	X	X	X	X	X	X	X
-Promover pesquisas para análise da viabilidade do Manejo de jacaré	X	X	X	X	X	X	X	X
-Dar continuidade as ações de pesquisa e monitoramento do extrativismo das oleaginosas	X	X	X	X	X	X	X	X
-Promover estudos sobre outras essências florestais que possam ser usadas para a extração de óleos	X	X	X	X	X	X	X	X
-Realizar Inventário Florestal dos madeireiros e não madeireiros da RESEX	X	X						
-Realizar curso de capacitação técnica para operar GPS e outros aparelhos tecnológicos necessários ao desenvolvimento das atividades	X	X	X	X	X	X	X	X
-Apoiar e acompanhar o Programa de monitoramento dos quelônios, produção pesqueira, caça e das oleaginosas, dentre outras de interesse a Resex	X	X	X	X	X	X	X	X
Programa de Proteção e Fiscalização								
Subprograma de Proteção								
-Dotar a Resex de sinalização e demarcação (placas e bóias) priorizando as áreas e locais estratégicos para a instalação da sinalização								
-Realizar campanha de esclarecimentos às comunidades da região, cidade de Caruari e as instituições parceiras quanto as competências das esferas governamentais federal, estadual e municipal na aplicação da legislação e a proteção ambiental								
-Divulgar as ações do Plano de Manejo da Resex às comunidades do entorno								
-Divulgar o Plano de Utilização e discutir com as comunidades a forma de atuação para cumprir as determinações								
-Dotar a UC de sistema de comunicação (radiofonia e internet)								
-Realizar sobrevôo na Resex ou expedição até a área do rio Biá para acompanhar a conservação da área								
-Buscar apoio do conselho tutelar para atuar na Resex, através de promoção de palestras, orientação e auxílio nos casos de envolvimento de menores em crimes ambientais, principalmente referente ao envolvimento destes no maltrato a animais (brigas de galo, cães e canário) e captura e apreensão de pássaros em gaiolas								

Atividades/Programa de manejo	Ano I /trimestres				Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	1º	2º	3º	4º				
-Implantar e manter um sistema de registro informatizado das ocorrências de infrações na área, considerando as orientações e sistemas utilizados pelo Ibama e Sipam								
-Buscar parcerias e realizar capacitações e troca de experiências interinstitucionais com órgãos de governo visando ampliar as ações de monitoramento e fiscalização								
-Realizar atividades de capacitação e buscar parcerias comunitárias e intercâmbios, envolvendo a sociedade civil visando a ampliação das ações de monitoramento e fiscalização preventiva								
-Elaborar cronograma de capacitação de agentes comunitários com incentivo à participação voluntária								
-Construir uma rede de monitoramento ambiental, que envolva ações de vigilância preventiva e educativa do entorno. Esta ação será implementada com uma rede de comunicação onde os participantes trocarão informações e experiências								
-Criar mecanismos de geração de informação através do mapeamento dos problemas na Resex e entorno, com participação dos comunitários e usuários da Resex e parceiros								
-Estruturar banco de dados geoespacializados com participação de parceiros e agentes ambientais voluntários								
Subprograma de Fiscalização								
-Realizar no mínimo três ações de fiscalização integradas ao ano: vazante, seca e enchente em conjunto com o ICMBio, a SEMDESMA, o CEUC e o IBAMA, e discutir uma estratégia de proteção conjunta para a região								
-Buscar o apoio do Batalhão da Polícia Ambiental estadual para as ações de fiscalização na região								
-Dotar a Resex com a construção de três flutuantes (sacado do Juburi, Boca do rio Velho e Boca do Xeruá ou Manariam), de modo a apoiar a vigilância comunitária e melhorar a proteção da área. A implantação e administração dos flutuantes deverem ser realizadas em parceria com as organizações locais como a ASPROC, o CNS, o CEUC, a AMARU e as comunidades. Um dos flutuantes também servirá de base para ações administrativas do ICMBio.	X	X	X	X	X	X	X	X
Programa de Administração								
Subprograma de Administração								
-Dotar a Unidade de um quadro funcional permanente e adequado para atender à demanda de proteção, fiscalização, pesquisa e manejo dos recursos naturais								
-Instituir a estrutura de administração e gestão da unidade criando um organograma de pessoal								
-Firmar parcerias com ONG e entidades de pesquisa para fins de monitoria e capacitação de recursos humanos;								
-Realização atividades de capacitação para a formação dos agentes ambientais voluntários da UC;								
-Articular junto a Coordenação Regional do ICMBio (CR 2) a contratação de serviços terceirizados para apoio administrativo à gestão da UC								
-Viabilizar um termo de cooperação técnica com as Universidades locais para oferecer atividades formais de estágio aos alunos destas instituições que poderão ser inseridos nas ações de manejo da Reserva								
-Articular com a Coordenação Regional e Diretorias do ICMBio e instituições parceiras a promoção de cursos e eventos de treinamento do corpo de pessoal e quadro terceirizado, sendo o conteúdo do treinamento com base nas								

Atividades/Programa de manejo	Ano I /trimestres				Ano II	Ano III	Ano IV	Ano V
	1º	2º	3º	4º				
ações de interesse da UC								
-Criar banco de dados da UC contendo inicialmente o planejamento da agenda de trabalho, o cadastro dos moradores e o cadastro de controle de autorização de entrada na UC	X	X	X	X	X	X	X	X
-Criar um bancos de dados, como instrumento contábil para estruturar e controlar o fluxo de recursos dentro do Plano								
-Realizar orçamento dos custos das atividades e ritos administrativos	X	X	X	X	X	X	X	X
-Elaborar o Plano Operativo e Orçamentário Anual para o ano seguinte no mês de julho de cada ano								
-Identificar fontes de recursos para cada atividade proposta	X	X	X	X	X	X	X	X
-Elaborar mensalmente relatório de atividades executadas								
-Analisar anualmente o controle das ações executadas e da efetividade do Plano de Manejo	X	X	X	X	X	X	X	X
-Elaborar planos de trabalho trimestrais	X	X	X	X	X	X	X	X
-Articular o processo de cessão para o ICMBio da instalação de propriedade do Ibama existente na cidade de Carauari para implantação da sede da Resex do Médio Juruá	X	X	X	X	X	X	X	X
-Reformar e ampliar a instalação já existente de modo a adequá-la as necessidades da UC;	X	X	X	X	X	X	X	X
-Vistoriar periodicamente os equipamentos, de forma a mantê-los em condições de uso e conservação	X	X	X	X	X	X	X	X
-Deverá ser elaborada uma agenda anual de manutenção dos equipamentos, barcos, motores e da infraestrutura física da Resex	X	X	X	X	X	X	X	X
-Dar apoio adequado para as realização das reuniões do Conselho Deliberativo da Resex	X	X	X	X	X	X	X	X
-Definir a estrutura mínima necessária para o funcionamento do escritório sede e postos avançados	X	X	X	X	X	X	X	X
-Elaborar projeto arquitetônico de infra-estrutura para a instalação dos flutuantes em diversos pontos da RESEX								
-Desenvolver e manter sítio da Resex do Médio Juruá na rede mundial de computadores (internet)								
-Instalação de um flutuante no porto de Carauari para abrigo transitório de lancha e apetrechos de propriedade do ICMBio, bem como guarda de materiais apreendidos em campanhas de fiscalização e apoio à pesquisa e monitoramento								
Subprograma de Regularização fundiária								
-Promover a regularização fundiária da UC, realizando a celebração do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Coletivo								
-Criar um GT – Grupo de Trabalho para organizar o sistema de concessões de Direito Real de Uso para as populações residentes e acompanhar as ações								
-Promover ações em conjunto com as comunidades ações para acelerar o processo de ampliação da Resex								
-Implantação dos marcos limítrofes da área da reserva com placas alusivas à unidade de conservação, aos seus aspectos sócio-ambientais e às restrições de usos.								
-Sinalizar as áreas de manejo com placas e bandeiras, a fim de proteger, instruir e ampliar os efeitos das atividades de uso e conservação pelas comunidades.								